



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO  
SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Março/2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO  
SUL

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria-CGU nº 133/ 2013.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	14
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	18
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	25
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	31
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO .....	33
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	34
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO .....	34
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	39
2.3. RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2013.....	63
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	110
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	110
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	114
3.3. ESTRUTURA E ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	116
3.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	117
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	118
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPEAS.....	118
4.2. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	128
4.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	130
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	132
5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	132
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	146
6. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	162
6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	162
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	164
6.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS ....	167
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	168
7.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	168
8. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	170
8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	170
8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	172
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	175
9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU .....	175

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....	179
9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA .....	204
9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	217
9.5. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	218
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	220
10.1. RELAÇÕES COM A SOCIEDADE.....	220
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	222
11.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	222
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	224
12. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013 .....	225
12.1. INDICADORES DE GESTÃO DO IFRS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.....	225
12.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	226
12.3. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO ...	235
CONCLUSÃO .....	237

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Identificação da UJ .....	12
Quadro 02 - Bolsas de Fomento à Pesquisa .....	17
Quadro 03 – Resultados: Bolsa-Formação do PRONATEC.....	18
Quadro 04 – Macroprocessos Finalísticos .....	28
Quadro 05 – Macroprocessos de Apoio .....	29
Quadro 06 – Principais Ações Realizadas.....	30
Quadro 07 – Realizações e resultados alcançados .....	33
Quadro 08 - Plano de Ação 2012: Situação Final .....	36
Quadro 09 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	42
Quadro 10 - Processos Instaurados em 2012 .....	44
Quadro 11 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	45
Quadro 12 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ .....	50
Quadro 13 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	55
Quadro 14 – Programação de Despesas Correntes.....	55
Quadro 15 – Programação de Despesas de Capital.....	55
Quadro 16 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	56
Quadro 17 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	58
Quadro 18 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	63
Quadro 19 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários .....	64
Quadro 20 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	66
Quadro 21 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	67
Quadro 22 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	69
Quadro 23 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	71
Quadro 24 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	71
Quadro 25 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	72
Quadro 26 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	72
Quadro 27 – Força de Trabalho da UJ .....	74
Quadro 28 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	74
Quadro 29 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ .....	75
Quadro 30 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	75
Quadro 31 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	76
Quadro 32 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	77
Quadro 33 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	79
Quadro 34 - Bolsas de Fomento à Pesquisa .....	79
Quadro 35 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU .....	80
Quadro 36 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	81
Quadro 37 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	81
Quadro 38 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU.....	82
Quadro 39 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro .....	82
Quadro 40 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ .....	84
Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	84
Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	86
Quadro 43 - Composição do Quadro de Estagiários .....	89
Quadro 44 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ...	92
Quadro 45 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	92
Quadro 46 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	93

Quadro 47 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	95
Quadro 48 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	97
Quadro 49 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	102
Quadro 50 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	103
Quadro 51 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	107
Quadro 52 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	109
Quadro 53 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	118
Quadro 54 - Equipe de Auditoria Interna.....	132
Quadro 55 - Constatações realizadas pelos auditores que estiveram em exercício na Reitoria.....	132
Quadro 56 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Porto Alegre.....	137
Quadro 57 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Rio Grande.....	138
Quadro 58 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Sertão .....	138
Quadro 59 - Relação: quantidade de recomendações implementadas & quantidade de recomendações pendentes .....	140
Quadro 60 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	143
Quadro 61 – Vidra útil padrão.....	145
Quadro 62 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	147
Quadro 63 – Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	148
Quadro 64 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio .....	158

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução temporal: Alunos Matriculados. ....	21
Figura 2 - Organograma Funcional. ....	30
Figura 3 - Estrutura Multicâmpus .....	30
Figura 4 - Macroprocessos do IFRS.....	31
Figura 5 – Ações planejadas e executadas – Total do IFRS. ....	107
Figura 6 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Administração.....	108
Figura 7 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Desenvolvimento Institucional.....	108
Figura 8 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Ensino.....	108
Figura 9 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Pesquisa.....	109
Figura 10 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Extensão. ....	109

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIPCT - Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
AUDIN - Auditoria Interna  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CD – Colégio de Dirigentes  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CGP - Coordenações de Gestão de Pessoas  
CGU - Controladoria Geral da União  
CIS - Comissão Interna de Supervisão  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CND - Certidão Negativa de Débitos  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COAD - Comitê de Administração  
CODI - Comitê de Desenvolvimento Institucional  
COEN - Comitê de Ensino  
COEX - Comitê de Extensão  
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
CONSUP - Conselho Superior  
COPI - Comitê de Pesquisa e Inovação  
COA - Constituição da Comissão de Organização e Acompanhamento  
CPD - Centro de Processamento de Dados  
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas  
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal  
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CRC - Conselho Regional de Contabilidade  
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
CSIC - Comissão de Segurança da Informação e Comunicação  
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento  
DBR - Declaração de Bens e Rendas  
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito  
DGP - Direção de Gestão de Pessoas  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres  
EaD - Ensino a Distância  
EM - Ensino Médio  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
FIC - Formação Inicial e Continuada  
FURG - Universidade Federal de Rio Grande  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
IGC – Índice Geral de Cursos  
IN - Instrução Normativa  
IP - Internet Protocol  
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados

ISO - International Organization for Standardization  
JIIF - Jogos de Integração do Instituto Federal  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MEC - Ministério da Educação  
MP - Ministério Público  
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NAAC - Núcleo de Acompanhamento Acadêmico  
NAPNE - Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais  
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade  
NDE - Núcleo Docente Estruturante  
NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas  
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica  
NUDEC - Núcleo Comunitário de Defesa Civil  
OCI - Órgão de Controle Interno  
ODC - Outras Despesas Correntes  
PAINT - Plano de atividades da Auditoria Interna  
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica  
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PCCTAE - Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PDTI - Plano Diretor de TI  
PETI - Plano Estratégico de TI  
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação  
PPA - Plano Plurianual  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração  
PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão  
PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação  
PROBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica  
PROBITI - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação  
PRODI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PVC - Poli Cloreto de Vinila  
RA - Relatório de Auditoria  
RAINT - Relatório Anual de Auditoria Interna  
REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini  
RFB - Receita Federal do Brasil  
RMA - Relatório de Movimento do Almoxarifado  
RMB - Relatório Mensal de Bens Móveis  
RP - Restos a Pagar  
RS - Rio Grande do Sul  
SCDP - Sistema de Controle de Diárias e Passagens  
SCP – Sistema de Cartão de Pagamento  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SF - Suprimento de Fundos  
SIA - Sistema de Informações Acadêmica

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIGProj - Sistema de Informação e Gestão de Projetos  
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais  
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação  
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU – Secretaria do Patrimônio da União  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública  
TAE - Técnico Administrativo em Educação  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TI - Tecnologia da Informação  
UF - Unidade Federativa  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UG - Unidade Gestora  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil  
UO - Unidade Orçamentária

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2013 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas estabelecidas pela Instrução Normativa-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, pela Decisão Normativa TCU nº 129 de 14 de agosto de 2013, pela Portaria-TCU nº 175 de 9 de julho de 2013, pelas orientações do órgão de controle interno e pela Portaria-CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Neste relatório, as informações estão estruturadas de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 129, de 2013, nos termos das Partes A e B do referido anexo. O presente documento consolida as informações sobre a gestão das unidades pertencentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.

O IFRS foi criado através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão. As escolas técnicas vinculadas a UFRGS e FURG passaram a integrar o Instituto.

Através da Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009, foi estabelecida a relação dos Câmpus que fariam parte do IFRS, quais s: Câmpus de Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Restinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande.

Atualmente, o IFRS é constituído por 12 (doze) Câmpus, e como parte do Plano de Expansão da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto ainda ganhará 4 (quatro) novos câmpus, que irão abranger os municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão.

O Instituto tem como órgão gestor central a Reitoria, composto pelo Gabinete, pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Administração, de Desenvolvimento Institucional e de Pesquisa e Inovação e pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Não se aplicam à natureza jurídica do IFRS, ou não ocorreram no período, os seguintes itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013:

- Item 1.6. da Parte A: não há principais parceiros a serem declarados.
- Item 2.2 da Parte A (Quadro A.2.2.1 – Programa Temático): não se aplica ao IFRS, pois devem preencher as informações referentes a programa temático, somente as unidades jurisdicionadas que abranjam secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério.
- Item 2.2 da Parte A (Quadro A.2.2.2 – Objetivo): não se aplica, tendo em vista que o IFRS não representa secretarias executivas de órgãos responsáveis por objetivo no âmbito da Lei do PPA, ministérios e secretarias com status de ministério.
- Item 2.2 da Parte A (Quadro A.2.2.3.1 – Ação – OFSS): não se aplica, pois O IFRS não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, apenas a um subtítulo da ação.
- Item 2.2 da Parte A (Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento): não se aplica, o IFRS não recebeu recursos do orçamento de investimento da União.
- Item 4.1 da Parte A (Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa): não se aplica, pois de acordo com a Portaria 175/2013-TCU "Não devem ser informadas as movimentações internas entre as UG associadas à UJ".
- Item 4.1 da Parte A (Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Valores Executados Diretamente pela UJ): não se aplica. Esse quadro deve ser preenchido somente pelas as Unidades Jurisdicionadas que contemplem em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos.

- Item 4.1 da Parte A (Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários Valores Executados Diretamente pela UJ): não se aplica. Esse quadro deve ser preenchido somente pelas as Unidades Jurisdicionadas que contemplem em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos.

- Item 4.2 da Parte A (Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos): conforme consulta realizada via SIAFI, não há movimento nas Contas Contábeis de códigos 2.1.2.1.1.04.00 – Obrigações Tributárias Fornecedores Insuficiência; 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por insuficiência de créditos/recurso; 2.1.2.1.2.11.00 – Pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recurso; 2.1.2.1.3.11.00 – Encargos por insuficiência de créditos/recursos; 2.1.2.1.5.22.00 – Obrigações tributárias por insuficiência de créditos/recursos; 2.1.2.1.9.08.11 – Benefícios Previdenciários Insuficiência de Crédito/recursos; 2.1.2.1.9.22.00 – Deb. Diversos por insuficiência de créditos/recursos; 2.2.2.4.3.00.00 – Fornecedores por insuficiência créditos/recursos.

- Item 4.4 da Parte A (Quadro A.4.4.1. – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência): não se aplica. O IFRS não realizou transferências no exercício de 2013.

- Item 4.4 da Parte A (Quadro A.4.4.2. – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios): não se aplica. O IFRS não celebrou instrumentos de convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, ou termo de compromisso nos três últimos exercícios.

- Item 4.4 da Parte A (Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.) não se aplica. O IFRS não realizou transferências nos três últimos exercícios e por isso não há resumo da prestação de contas.

- Item 4.4 da Parte A (Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse): não se aplica. O IFRS não realizou transferências nos três últimos exercícios e por isso não há prestação de contas para analisar

- Item 4.5 da Parte A (Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)): não se aplica. O IFRS não está autorizado a utilizar contas tipo “B”. Os gastos com suprimento de fundos são realizadas apenas com Cartão de Crédito Corporativo.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.1.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ): não se aplica, o IFRS não gere benefícios financeiros e creditícios.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ): não se aplica. O IFRS não gere tributos sobre os quais a renúncia incide e não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar valores renunciados e respectivas contrapartidas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário - 2013-2011): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não tem como informar sobre valores renunciados por tributo e gasto tributário.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar contribuintes beneficiados pela Renúncia – pessoas físicas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar contribuintes beneficiados pela Renúncia – pessoas jurídicas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar beneficiários da contrapartida da Renúncia – pessoas físicas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar beneficiários da contrapartida da Renúncia – pessoas jurídicas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar sobre aplicação de recursos da renúncia de receitas pela própria UJ.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não pode informar sobre prestação de contas de renúncia de receitas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não fez comunicações a RFB

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas): não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não há indicadores de gestão da renúncia de receitas.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas): Não se aplica. O IFRS não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, portanto, não há indicadores de gestão da renúncia de receitas.

- Item 4.6.2.10 da Parte A (Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal): não se aplica. O IFRS não concede benefício tributário, portanto, não verifica a regularidade dos beneficiários.

- Item 4.6 da Parte A (Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB) e item 4.6.2.12 - Renúncia Tributária – Análise Crítica: não se aplicam. As fiscalizações são realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB junto aos contribuintes beneficiários de renúncia de receita.

- Item 5.2.1 da Parte A (Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados): no período de 2013, nenhuma substituição de trabalhador terceirizado por servidor efetivo.

- Item 5.2.2 da Parte A (Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados ): não se aplica. Não houve, no período de 2013, autorização para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

- Item 6.2 da Parte A (Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ): não se aplica. O IFRS não possui sob sua responsabilidade imóveis funcionais.

- Item 9.5 da Parte A (Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário): não se aplica. O IFRS não teve, em 2013, casos de danos ao erário e não há tomadas de contas instauradas e remetidas ao TCU.

- Item 11.3 da Parte A (Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008): não se aplica. A contabilidade do IFRS foi registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

- Item 11.6 da Parte A (Relatório de Auditoria Independente): não se aplica. O IFRS não firmou, em 2013, contrato de gestão.

- Item 12 da Parte A (Outras informações sobre a Gestão): nada a relatar, além das informações já prestadas.

A estrutura do Relatório de Gestão 2012 está organizada da seguinte forma:

- I - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada;
- II - Planejamento Estratégico, Plano de Ação Anual, Programação Orçamentária e Resultados da Execução;
- III - Estrutura de Governança, Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos, Estrutura do Sistema de Correição e Autocontrole Interno;
- IV - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira;
- V – Gestão de Pessoas, Estrutura de Pessoal e Terceirização da Mão de Obra;
- VI - Gestão da Frota de Veículos e do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;
- VII - Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento;
- VIII – Gestão Ambiental, Licitações Sustentáveis e Gestão de Papel, Energia Elétrica e Água;
- IX - Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas;
- X – Relações com a Sociedade;
- XI – Informações Contábeis;
- XII – Indicadores de Gestão e Análise de Resultados.

## 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			
<b>Denominação Abreviada:</b> IFRS			
<b>Código SIORG:</b> 100918	<b>Código LOA:</b> 26419		<b>Código SIAFI:</b> 158141
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal			<b>CNPJ:</b> 10.637.926/0001-46
<b>Principal Atividade:</b> Educação Profissional de Nível Tecnológico			<b>Código CNAE:</b> 85.42-2-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(054) 3449-3300	(054) 3449-3343	(054) 3449-3303
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabinete@ifrs.edu.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifrs.edu.br">http://www.ifrs.edu.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua General Osório, 348, Centro, CEP 95700-000, Bento Gonçalves/RS			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria n.º 04, de 6 de janeiro de 2009 – Estabelece a relação dos Câmpus que fazem parte de cada Instituto.			
- Resolução n.º 01/2009 – Regimento Geral do Colégio de Dirigentes do IFRS.			
- Resolução n.º 06/2009 – Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional.			
- Resolução n.º 07, de 20 de agosto de 2009 – Aprova o Estatuto do IFRS.			
- Resolução n.º 024, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta as normas para submissão de propostas para instalação e funcionamento de Pólos Vinculados aos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.			
- Resolução n.º 064, de 23 de junho de 2010 – Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.			
- Resolução n.º 065, de 23 de junho de 2010 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.			
- Resolução n.º 068, de 28 de julho de 2010. Aprova o regimento da Comissão Própria de Avaliação do IFRS.			
- Resolução n.º 073, de 28 de julho de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Ensino do IFRS.			
- Resolução n.º 084, de 28 de julho de 2010 – Aprova o Regimento do Comitê de Desenvolvimento Institucional do IFRS.			
- Resolução n.º 093, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Extensão do IFRS.			
- Resolução n.º 094, de 25 de agosto de 2010 – Aprova o Regimento do Comitê de Pesquisa e Inovação do IFRS.			
- Resolução n.º 136, de 18 de novembro de 2010 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do IFRS.			
- Resolução n.º 137, de 18 de novembro de 2010 - Aprova o Regimento da Comissão de Tecnologia da Informação do IFRS.			
- Resolução n.º 180, de 18 de novembro de 2010 - Delega autonomia aos Câmpus do IFRS para regulamentar questões ordinárias da rotina administrativa dos mesmos, desde que os documentos normativos sejam construídos com a participação da comunidade e estejam devidamente acompanhados dos registros pertinentes a tais, como "ata, requerimentos, projetos e justificativas".			
- Resolução n.º 184, de 22 de dezembro de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Administração do IFRS.			

- Resolução nº 188, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta os processos de efetivação, renovação, trancamento, cancelamento da matrícula e reingresso, para alunos do nível médio e cursos superiores.
- Resolução nº 189, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta os processos de troca de turma, de ingresso de diplomado, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS.
- Resolução nº 190, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta a matrícula em cursos técnicos e superiores ofertados pelo IFRS.
- Resolução nº 031, de 24 de maio de 2011 - Aprova a minuta do Edital Extraordinário de Remoção Interna do IFRS.
- Resolução nº 081, de 19 de outubro de 2011 - Determina que sejam dispensados do registro diário de ponto os docentes das Carreiras do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
- Resolução nº 082, de 19 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento da Atividade Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS.
- Resolução nº 010, de 30 de março de 2012 - Aprova a Prestação de Contas Anual - exercício 2011 do IFRS.
- Resolução nº 038, de 26 de junho de 2012 - Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação para os anos 2012-2013 do IFRS com o acréscimo das fontes de recursos e indicadores.
- Resolução nº 044, de 26 de junho de 2012 - Aprova o Regulamento de Alteração de regime do trabalho docente.
- Resolução nº 047, de 26 de julho de 2012 - Aprova o Plano de Ação e Orçamento do IFRS para o ano de 2013.
- Resolução nº 048, de 26 de julho de 2012 - Aprova a regulamentação da progressão dos TAES.
- Resolução nº 053, de 28 de agosto de 2012 - Aprova o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação 2012-2013.
- Resolução nº 056, de 28 de agosto de 2012 - Aprova as alterações no Regimento do Comitê de Tecnologia de Informação do IFRS.
- Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 - Aprova o Regimento da CIS - Comissão Interna de Supervisão da Carreira do PCCTAE.
- Resolução nº 094, de 7 de novembro de 2012 - Aprova o Plano de Reposição de Trabalho dos servidores do IFRS, referente aos dias não trabalhados por motivo de greve ou paralisações de serviços.
- Resolução nº 111, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova o Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), exercício de 2013, conforme anexo.
- Resolução nº 114, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova o Regimento da Comissão de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC).
- Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a criação do Regimento Geral da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFRS (CPPD).
- Resolução nº 121, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a doação e transferência dos bens adjudicados da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), localizados no Câmpus Porto Alegre, aos Câmpus do IFRS e outras Instituições Federais.
- Resolução nº 003, de 27 de fevereiro de 2013 - Aprova o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa.
- Resolução nº 004, de 27 de fevereiro de 2013 - Aprova o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais.
- Resolução nº 043, de 25 de junho de 2013 - Aprova o Regimento do Comitê de Pesquisa e Inovação (Copi).
- Resolução nº 052, de 20 de agosto de 2013 - Aprova o Regimento do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica.
- Resolução nº 054, de 20 de agosto de 2013 - Aprova o Regimento do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PROBICT) e Regimento do Apoio Institucional de Incentivo à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT) do IFRS.
- Resolução nº 055, de 20 de agosto de 2013 - Aprova a criação da Unidade de Auditoria Interna e seu respectivo Regimento Interno.
- Resolução nº 058, de 20 de agosto de 2013 - Homologa a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs) como fundação de apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
- Resolução nº 061, de 1 de outubro de 2013 - Regulamenta "ad referendum" do Conselho Superior as normas para o Processo Seletivo Discente do IFRS.
- Resolução nº 067, de 22 de outubro de 2013 - Homologa a Resolução "ad referendum" nº 61, de 01 de outubro de 2013, referente aprovação das normas para o Processo Seletivo Discente do IFRS.
- Resolução nº 084, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2014.
- Resolução nº 073, de 22 de outubro de 2013 - Retifica as Resoluções do Consup nº 189, de 22 de dezembro de 2010 e nº 11 de 23 de fevereiro de 2011, que regulamentam os processos de troca de turma, de transferência, de ingresso de diplomado, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores do IFRS.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

- Resolução nº 15/2009 - Texto que norteia a confecção dos diplomas dos cursos superiores e técnicos do IFRS.
- Resolução nº 16/2009 - Procedimentos para encaminhamento dos diplomas dos cursos superiores do IFRS.
- Instrução Normativa nº 01/2010, de 20 de abril de 2010 - Regulamenta as normas para descentralização orçamentária

- para o pagamento de auxílio financeiro aos alunos matriculados em cursos de Proeja e Proeja-Fic do IFRS.
- Resolução nº 026, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta a troca de turma, a transferência e o reingresso, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS.
  - Resolução nº 027, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil para o estudante de Proeja e/ou Proeja-Fic do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
  - Resolução nº 067, de 28 de julho de 2010 - Regulamenta o processo de execução, através de edital do programa Certific do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
  - Resolução nº 083, de 28 de julho de 2010 - Regulamenta o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos para os alunos dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e superiores do IFRS.
  - Resolução nº 095, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Regimento do Programa Geral de Incentivo ao Desenvolvimento da Pesquisa e Inovação no IFRS.
  - Resolução nº 096, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Programa de Bolsas e Auxílio Institucional de Incentivo à Pesquisa no IFRS.
  - Resolução nº 186, de 22 de dezembro de 2010 - Aprova a política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS.
  - Resolução nº 011, de 23 de fevereiro de 2011 - Retifica a Resolução do Consup nº 189, de 22 de dezembro de 2010, que regulamenta os processos de troca de turma, de transferência, de ingresso de diplomado, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores do IFRS.
  - Resolução nº 016, de 23 de fevereiro de 2011 - Retifica o Anexo da Resolução do Consup nº 096, de 25 de agosto de 2010, que aprova o Programa de Bolsas e Auxílio Institucional de Incentivo à Pesquisa no IFRS.
  - Resolução nº 009, de 07 de março de 2012 - Regulamenta a certificação dos cursos ofertados pelo Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes nos câmpus do IFRS.
  - Resolução nº 016, de 30 de março de 2012 - Aprova a obrigatoriedade de confecção de Relatório de Desenvolvimento Institucional para abertura e alteração de cursos dos Câmpus do IFRS.
  - Resolução nº 018, de 30 de março de 2012 - Determina que todos os recursos de atos administrativos do IFRS, encaminhados ao Conselho Superior, tenham parecer da Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos e posterior encaminhamento ao plenário deste Conselho.
  - Resolução nº 058, de 28 de agosto de 2012 - Declara o impedimento do IFRS para os procedimentos de reconhecimento interna-corporis de títulos de Pós-Graduação obtidos no exterior, incluindo países do Mercosul.
  - Resolução nº 083, de 28 de setembro de 2012 - Aprova o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS.
  - Resolução nº 095, de 7 de novembro de 2012 - Aprova o ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS de estudantes credenciados por convênio com instituições nacionais ou estrangeiras ou por convênio, intercâmbio ou acordo cultural entre o Brasil e outros países.
  - Resolução nº 053, de 20 de agosto de 2013 - Aprova o Programa de Incentivo à Pesquisa e à Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
  - Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFRS.
  - Resolução nº 093, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
158141	Reitoria - IFRS
158261	Câmpus Porto Alegre
158262	Câmpus Rio Grande
158263	Câmpus Sertão
158264	Câmpus Bento Gonçalves
158265	Câmpus Canoas
158325	Câmpus Erechim
158326	Câmpus Porto Alegre - Restinga
158327	Câmpus Osório
158328	Câmpus Caxias do Sul
158674	Câmpus Farroupilha
158675	Câmpus Ibirubá
158676	Câmpus Feliz

<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
158141	26419
158261	26419
158262	26419
158263	26419
158264	26419
158265	26419
158325	26419
158326	26419
158327	26419
158328	26419
158674	26419
158675	26419
158676	26419

## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS é uma entidade educacional vinculada diretamente ao Ministério da Educação e, como tal, deve pautar suas ações com base nas suas diretrizes e normatizações. Nesse sentido, seu arcabouço legal está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A competência institucional do IFRS está definida nas finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, conforme o Artigo 6º da sua lei de criação:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim, para cumprir as atribuições definidas em sua competência institucional, a mesma lei estabelece os seguintes objetivos, conforme o seu Artigo 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Todas as ações desenvolvidas pelo IFRS, baseadas nas finalidades e objetivos estabelecidos na referida lei, estão também em sintonia com os elementos norteadores definidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja missão, visão e valores são apresentados a seguir:

### **Missão**

Promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.

### **Visão Institucional**

Ser uma instituição de referência regional em educação, ciência e tecnologia buscando a formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

### **Valores**

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus Câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

a) Ética – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;

b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;

c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;

d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;

e) Autonomia dos Câmpus – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada Câmpus;

f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;

g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;

h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais.

#### **1.2.1. Sucessos e impactos positivos da atuação do IFRS**

Ao longo do exercício 2013, algumas das principais realizações da gestão do IFRS foram:

- oferta de 5.032 vagas, sendo que teve 4.764 alunos ingressantes, representando um crescimento aproximado de 6,8% no número de alunos. O número de estudantes totalizava, no mês de dezembro, 17.158 alunos matriculados. Além desse dado, houve, para as vagas ofertadas um total de 35.538 inscritos, representando uma relação de candidato por vaga de 7,06;

- realização de um concurso público para a contratação de docentes, iniciado em dezembro de 2013, com a oferta de 66 vagas, contemplando a todos os câmpus da instituição e tendo o número total de 1649 candidatos com inscrições homologadas;
- oferta educacional na área de extensão, a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Programa Mulheres Mil na ordem de 7.497 vagas. Os câmpus do IFRS e mais 38 (trinta e oito) unidades remotas ofertaram, em 2013, um total de 6797 (seis mil e setecentos e noventa e sete) vagas, em 248 (duzentos e quarenta e oito) cursos de extensão;
- atualmente, o IFRS conta com 85 Grupos de Pesquisa certificados, englobando 258 Linhas de Pesquisa e 372 projetos cadastrados na base de dados institucional (SIGPROJ), com o envolvimento de aproximadamente 1100 pessoas, entre pesquisadores, estudantes e colaboradores;
- em 2013 foram submetidos 27 projetos ao Edital 094/2013 do CNPq, o qual foi destinado exclusivamente aos servidores da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica. O IFRS teve 18 projetos aprovados, os quais irão aportar uma significativa quantia de recursos para pesquisa e inovação. O IFRS destacou-se como uma das 5 maiores instituições em número de projetos aprovados no edital citado;
- em 2013 houve a concessão de 110 bolsas de iniciação Científica e Tecnológica (PROBICT) e 95 Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica (AIPCTs);
- foram definidas as obras a serem realizadas para os quatro novos Câmpus do IFRS: Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão. Os editais foram elaborados e as obras deverão iniciar no ano 2014. Além disso, foram concluídas as obras do Câmpus Osório e Caxias do Sul. O Câmpus Osório foi inaugurado no ano 2013 e Caxias do Sul será inaugurado no início do ano 2014.
- o IFRS propôs uma minuta de Organização Didática, restando para o primeiro semestre de 2014 a coleta das contribuições da comunidade acadêmica, além da aprovação da proposta no Conselho Superior da Instituição;
- foi adquirido um Sistema de bibliotecas (Sistema Pergamum), além da realização de três capacitações para implantação do referido sistema. Através de um Grupo de Trabalho, criou-se uma instrução normativa que Regulamenta o Sistema de Bibliotecas do IFRS;
- consolidou-se o Processo Seletivo Unificado de estudantes, com a participação de todos os Câmpus do IFRS.
- foram liquidados R\$ 5.609.726,05 em recursos para a Assistência Estudantil em um total 10.486 de benefícios;
- em 2013 houve a avaliação externa de 7 cursos superiores do IFRS. O IGC atribuído ao IFRS é de 4, indicando o ótimo desempenho e qualidade dos cursos ofertados pela instituição.

Alguns dos principais sucessos e destaques da atuação do IFRS podem ser representados pelos seguintes dados acadêmicos e informações institucionais:

**a) Vagas Ofertadas**

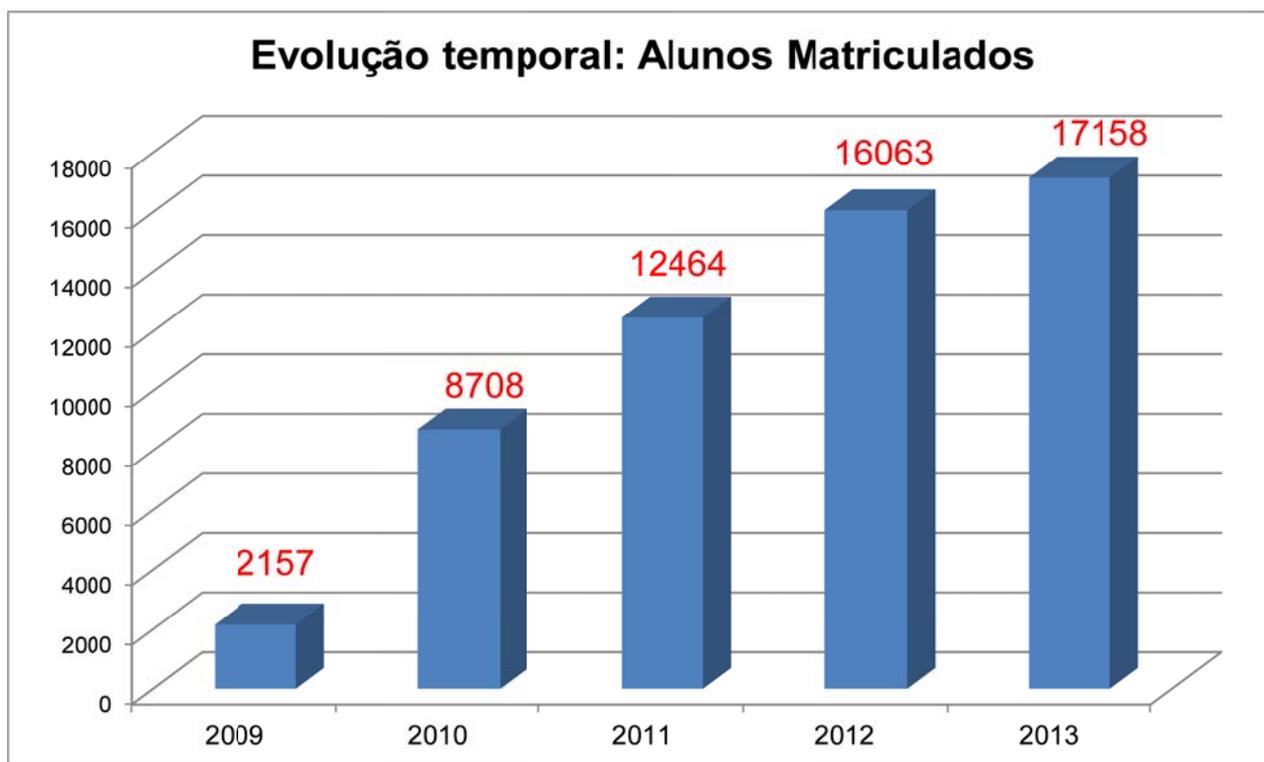
No exercício de 2013, o IFRS, ofertou 5.032 novas vagas discentes em:

- a) Cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio;
- b) Cursos Superiores de Tecnologia;

- c) Cursos de Licenciatura;
- d) Cursos de Bacharelado;
- e) Cursos de Especialização; e
- f) Cursos de Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-FIC), em parceria com Municípios.

**b) Alunos Matriculados**

**Figura 1 – Evolução temporal: Alunos Matriculados.**



Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS.

**c) Bolsas de Fomento Externo e Interno**

**Quadro 2 - Bolsas de Fomento à Pesquisa**

Agência de Fomento à Pesquisa	Modalidade de bolsas concedidas	Ano 2012	Ano 2013
CNPq	PIBITI	25	26
	PIBIC	03	05
	PIBIC-EM	30	26
FAPERGS	PROBIC	10	10
	PROBITI	10	10
CAPES	Jovens Talentos para a Ciência	-	10
Fomento Interno*	PROBICT IFRS - modalidade BICET	49	61
	PROBICT IFRS - modalidade BICTES	34	74
	AIPCT - Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica	-	93

\*Período de vigência: março até dezembro de 2013

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

d) **Atuação na Bolsa-Formação do Pronatec**

No exercício de 2013 foram previstas ações destinadas à oferta de 73 cursos para a modalidade Bolsa-Formação Trabalhador - FIC (totalizando 3.127 vagas) e de 14 cursos para a modalidade Bolsa-Formação Estudante - TEC (totalizando 515 vagas).

**Quadro 3 – Resultados: Bolsa-Formação do Pronatec**

<b>Tipo</b>	<b>Câmpus / Unidades</b>	<b>Nº de Vagas Pactuadas</b>	<b>Nº de Ofertas Canceladas</b>	<b>Nº de Vagas Ofertadas</b>	<b>Nº de Beneficiários Matriculados</b>	<b>% Oferta*</b>	<b>% Ocupação de Vagas**</b>
<b>T E C</b>	Erechim	55	0	55	49	100%	89%
	Osório	90	0	90	90	100%	100%
	Sertão	135	0	135	123	100%	91%
	<b>IFRS - TEC</b>	<b>280</b>	<b>0</b>	<b>280</b>	<b>262</b>	<b>100%</b>	<b>94%</b>
<b>F I C</b>	Bento Gonçalves	345	0	345	313	100%	91%
	Canoas	645	0	645	529	100%	82%
	Caxias do Sul	162	0	162	154	100%	95%
	Erechim	328	0	328	292	100%	89%
	Farroupilha	195	0	195	191	100%	98%
	Feliz	190	0	190	179	100%	94%
	Ibirubá	352	0	352	334	100%	95%
	Osório	420	0	420	420	100%	100%
	Porto Alegre	1385	42	1343	1343	97%	100%
	Restinga	500	120	380	296	76%	78%
	Rio Grande	410	0	410	396	100%	97%
	Rolante	650	490	160	159	25%	99%
	Sertão	935	0	935	791	100%	85%
	<b>IFRS - FIC</b>	<b>6517</b>	<b>652</b>	<b>5865</b>	<b>5397</b>	<b>90%</b>	<b>92%</b>
<b>T E C &amp; F I C</b>	Bento Gonçalves	345	0	345	313	100%	91%
	Canoas	645	0	645	529	100%	82%
	Caxias do Sul	162	0	162	154	100%	95%
	Erechim	383	0	383	341	100%	89%
	Farroupilha	195	0	195	191	100%	98%
	Feliz	190	0	190	179	100%	94%
	Ibirubá	352	0	352	334	100%	95%
	Osório	510	0	510	510	100%	100%
	Porto Alegre	1385	42	1343	1343	97%	100%
	Restinga	500	120	380	296	76%	78%
	Rio Grande	410	0	410	396	100%	97%
	Rolante	650	490	160	159	25%	99%
	Sertão	1070	0	1070	914	100%	85%
	<b>(TEC + FIC)</b>	<b>6797</b>	<b>652</b>	<b>6145</b>	<b>5659</b>	<b>90%</b>	<b>92%</b>

Obs.: \* %Oferta = (Nº Vagas Ofertadas + Nº de Ofertas Previstas) / Nº de Vagas Pactuadas.

\*\* % Ocupação de Vagas = Nº de Beneficiários Matriculados / Nº de Vagas Ofertadas.

Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação do PRONATEC – Pró-Reitoria de Extensão.

### **1.2.2. Dificuldades encontradas e superações vivenciadas**

Durante o cumprimento dos objetivos e da execução de ações traçadas para o exercício de 2013, a gestão do IFRS se deparou com certas dificuldades, entre elas:

- a infraestrutura física institucional ainda é insuficiente, fato que prejudica o pleno funcionamento de algumas unidades, inviabilizando a abertura de todos os cursos desejados e limitando a oferta de vagas;

- a estrutura da instituição ainda apresenta escassez de servidores, sendo que para a ampliação da oferta foi iniciada a execução de um concurso público para provimento no quadro de professores. O concurso para técnicos administrativos em educação foi planejado no presente ano e deverá ter a sua execução no ano 2014;

- ainda em relação à estrutura organizacional, o dimensionamento da força de trabalho não pode ser realizado, dificultando-se o planejamento das ações relativas à concursos e provimentos para os cargos técnicos administrativos em educação. Foi designada uma Comissão de Dimensionamento, que deverá realizar um estudo relativo ao tema e finalizar os trabalhos no exercício de 2014;

- havia uma ação planejada em relação à revisão dos laudos de insalubridade, o principal motivo pela não realização deste objetivo foi a falta de servidor habilitado. Como não havia candidato aprovado em concurso para o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho para nomeação, e também não se obteve êxito nas tentativas de fazer aproveitamento de concurso de outro órgão, não foi possível montar equipe para realizar este trabalho. A previsão para início dos trabalhos é fevereiro de 2014, em virtude do período de recesso e férias dos servidores.

Perante os percalços e dificuldades que mais impactaram na execução das atividades ao longo do último exercício, o IFRS vivenciou as seguintes superações:

- a instituição iniciou a elaboração do seu novo PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, que estará vigente de 2014 a 2018. No ano 2013 foram realizados seminários de planejamento, com a apresentação da metodologia, das etapas e das comissões formadas para a elaboração do novo PDI. Ao mesmo tempo, foi realizado um levantamento da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, realizando-se uma análise e a definição de objetivos estratégicos institucionais para o período. O processo de elaboração do PDI deve se encerrar no primeiro semestre de 2014.

- a conscientização sobre a importância de uma participação coletiva dos servidores nos processos de planejamento institucional, assim como a percepção da necessidade de vinculação entre o plano de ação e o orçamento anual das unidades;

- a ênfase em atividades de levantamento das causas/motivos de evasões e desistências serviu para o planejamento de ações que favoreçam a permanência dos alunos nas unidades, bem como o acompanhamento destes alunos com reforço escolar;

- o início da discussão de uma Organização Didática para o IFRS;

- os finais das obras que estavam com atrasos na entrega, permitindo a instituição ampliar o seu número de salas de aula que poderão suportar a ampliação do número de alunos;

- o investimento em estrutura nos Câmpus, seja com a ampliação do número de salas de aula, conclusão de prédios ou espaços administrativos e substituição ou melhoria dos equipamentos necessários à convivência dos estudantes e servidores.

Assim, com base nas dificuldades encontradas e aprendizados adquiridos, espera-se que nos próximos exercícios os atuais percalços, inerentes ao processo de estruturação e expansão do IFRS,

continuem sendo superados, contribuindo de forma efetiva para a solidificação do instituto. A partir disso, acredita-se estar facilitando a ampliação e a diversificação da oferta educacional, bem como o trabalho da gestão, e consolidando o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como uma instituição de ensino público de qualidade.

### 1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O IFRS possui uma estrutura multicâmpus, em que a o organograma definido para a instituição possui uma forma e cada câmpus possui uma estrutura semelhante. A estrutura do IFRS prevê a existência de dois colegiados superiores, que possuem funcionamento regulamentado nos regimentos próprios aprovados pelo Conselho Superior. Esses dois órgãos colegiados são: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. As definições da estrutura funcional, competências e a disciplina das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias são definidas pelos documentos citados abaixo:

- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064 de 23 de junho de 2010. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento\\_geral\\_do\\_ifrs\\_05-08-2010.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento_geral_do_ifrs_05-08-2010.pdf)

- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento\\_interno\\_consul\\_04-08-2010.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_04-08-2010.pdf)

- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento\\_cd\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf)

- **Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS:** aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao\\_055\\_-\\_aprova\\_criacao\\_e\\_regimento\\_unai.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao_055_-_aprova_criacao_e_regimento_unai.pdf)

Com base nos documentos referenciados acima, pode-se descrever as principais atribuições das áreas da instituição conforme abaixo e graficamente representadas no organograma funcional representado na Figura 1 (abaixo).

#### **Reitor**

A administração do IFRS, apoiada pelos seus Órgãos Colegiados, é realizada pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, através de uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

A Reitoria, órgão executivo superior do IFRS, é exercida pelo Reitor nomeado na forma da lei. Além das atividades exercidas pelo Reitor, os processos finalísticos são executados pelas cinco Pró-Reitorias e por um Departamento de Gestão de Pessoas.

#### **Auditoria Interna**

A Unidade de Auditoria Interna – UNAI é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e

ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Dentre os objetivos principais estão o aperfeiçoamento dos controles internos, a regularidade da gestão da Instituição, a regulamentação da aplicação e utilização dos recursos disponíveis, o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a racionalização das ações dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

### **Procuradoria Federal**

A Procuradoria Federal tem por finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

### **Conselho Superior**

O Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno do próprio conselho.

### **Colégio de Dirigentes**

O Colégio de Dirigentes é um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do IFRS, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão, propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto e propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos e elaborar.

### **Pró-Reitoria de Administração – PROAD**

A PROAD é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A PROAD é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Administração:** tem como objetivo planejar, coordenar, fiscalizar, subsidiar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área administrativa, patrimonial dos campi e da reitoria;
- b. **Departamento de Orçamento e Finanças:** tem como objetivo assessorar, organizar, acompanhar e supervisionar a gestão orçamentária e financeira e o planejamento e execução das propostas orçamentárias dos campi e reitoria;
- c. **Departamento de Licitações e Contratos:** tem como objetivo, acompanhar a legislação, analisar, fiscalizar critérios de contratações e coordenar todos os processos licitatórios do IFRS;
- d. **Departamento de Projetos e Obras:** tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas aos projetos, obras e prestação de serviços de engenharia, urbanização e construção.

### **Pró-Reitoria de Ensino – PROEN**

A PROEN é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.

A PROEN é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Ensino Superior:** tem como função, dentre outras, a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS a partir das políticas de ensino superior, envolvendo a oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento da qualidade e a garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- b. **Departamento de Ensino Médio e Profissional:** tem como função a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS, a partir das políticas de ensino de Educação Profissional, em articulação ou não com a Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos ou outra modalidade educacional, além das atividades visando o aumento da oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento de sua qualidade e garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- c. **Departamento de Assuntos Estudantis e Projetos Especiais:** tem como objetivos principais a implantação, consolidação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no contexto do IFRS, viabilizando a execução dos programas de assistência estudantil;
- d. **Departamento de Educação a Distância:** tem como objetivos principais a o assessoramento à Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas a cursos ou projetos educativos na modalidade à distância, além de articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos projetos de Educação a Distância do IFRS;
- e. **Departamento de Articulação Pedagógica:** tem como funções principais a de assessorar a Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas ao processo educativo e pedagógico, interagir com os demais Departamentos da PROEN, com vista ao desenvolvimento das atividades de ensino e acompanhar os processos de elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção de cursos, no âmbito de sua competência.

### **Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPI**

A PROPI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas.

A PROPI é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Pesquisa:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à pesquisa, definindo políticas de pesquisa, planejando programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e fomentando a produção e publicação científica e tecnológica;

- b. **Departamento de Pós-Graduação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução as ações relacionadas à pós-graduação, definindo as políticas de pós-graduação e elaborando o plano institucional de demandas de qualificação em pós-graduação dos servidores do IFRS, juntamente com a área de Gestão de Pessoas;
- c. **Núcleo de Inovação Tecnológica:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à inovação tecnológica, propondo e gerenciando as políticas do IFRS quanto à propriedade intelectual e inovação tecnológica e difundindo a cultura da propriedade intelectual, bem como a geração e difusão de novas tecnologias.

### **Pró-Reitoria de Extensão – PROEX**

A PROEX é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Dentre as competências da PROEX, podem ser destacadas: apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; atuar no planejamento estratégico e operacional do IFRS, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos Campi; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, e; promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.

A PROEX é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Extensão:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das ações de extensão; promover as ações que assegurem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; apoiar e assessorar ações de extensão em todas as suas dimensões, dentre elas: tecnológica, social, cultural, artística e esportiva e prospectar instituições para o estabelecimento de parcerias;
- b. **Departamento de Comunicação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à política de comunicação do IFRS. As principais competências do Departamento são: propiciar a contínua prestação de contas à sociedade através dos meios disponíveis; disponibilizar aos cidadãos informações relativas às oportunidades propiciadas pela instituição; elaborar o Plano Anual de Comunicação do IFRS.
- c. **Observatório do Mundo do Trabalho:** tem como objetivos principais realizar estudos e pesquisas do mundo do trabalho, definir as diretrizes para o seu funcionamento; pesquisar indicadores relativos ao mundo do trabalho; propor e elaborar metodologias de prospecção para a oferta de modalidades/cursos e a adequação de currículos, em articulação com as demais Pró-Reitorias do IFRS, e; realizar pesquisas de egressos dos cursos oferecidos pelo IFRS.

### **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI**

A PRODI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi. Dentre as competências da PRODI, destacam-se: atuar na articulação da Reitoria com os câmpus; atuar no

planejamento estratégico do IFRS, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos câmpus; colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os câmpus, quanto aos planos de investimentos do IFRS; propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do IFRS, e; supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRS.

A PRODI é formada pelos seguintes departamentos:

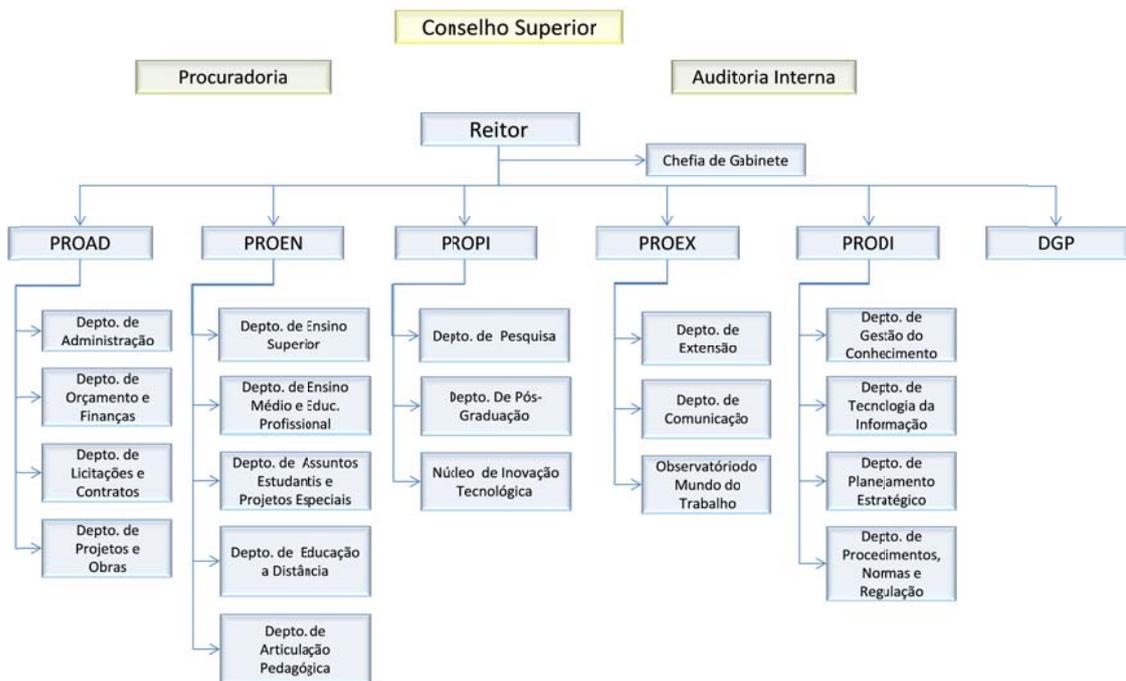
- a. Departamento de Gestão do Conhecimento:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área de gestão, planejamento estratégico, normas, políticas e gestão da informação e do conhecimento. Dentre as suas competências, destacam-se: dirigir, coordenar e orientar os processos de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico e planejar as atividades de obtenção e gerenciamento de dados e informações e na formação de políticas de desenvolvimento institucional;
- b. Departamento de Tecnologia da Informação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas ao campo de Tecnologia da Informação do IFRS nas áreas de redes, infraestrutura e sistemas, com atuação na Reitoria e nos câmpus. Além disso, atribui-se ao departamento as atividades de planejar e manter, em conjunto com as áreas correlatas, o Plano Departamento de Tecnologia da Informação – PDTI e desenvolver ações de Tecnologia da Informação (TI) em consonância com o PDTI, com as diretrizes, políticas e normas do IFRS.
- c. Departamento de Planejamento Estratégico:** tem como objetivos principais estabelecer e propor a metodologia de Planejamento Estratégico para o IFRS, coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e a elaboração dos Planos de Ação anuais, estabelecer metodologia de acompanhamento para o Planejamento Estratégico e forma de controle para os Planos de Ação, em articulação com o planejamento orçamentário e analisar as necessidades e prioridades de desenvolvimento dos câmpus, com vistas a subsidiar o processo de elaboração do planejamento.

### **Departamento de Gestão de Pessoas – DGP**

A DGP é o órgão executivo que possui como objetivos planejar, orientar, dirigir, coordenar e organizar processos de trabalho bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Dentre as competências da DGP, destacam-se: presidir os processos de provimentos de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; elaborar e supervisionar a política de gestão de pessoas.

O organograma funcional do IFRS é apresentado na Figura 01, abaixo.

**Figura 2 - Organograma Funcional.**



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria do IFRS.

## Estrutura Multicâmpus do IFRS

**Figura 3 - Estrutura Multicâmpus**



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

## 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O IFRS possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. A classificação das atividades de uma organização, segundo Porter (1992)<sup>1</sup>, pode ser relacionada ao seu conjunto das atividades, sendo representado em basicamente duas categorias: atividades primárias (finalísticas) e atividades secundárias (ou de apoio). Utiliza-se a classificação do autor para a definição dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de apoio.

Assim, os macroprocessos finalísticos do IFRS são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, envolvem as relações com egressos, estágios, organizações do mundo do trabalho e parcerias com outras organizações públicas ou privadas.

De outra forma, os macroprocessos de apoio do IFRS são considerados aqueles que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade”. Esses processos relacionam-se entre si e com os macroprocessos primários, permitindo que eles possam ser executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência e eficácia objetivados pela organização.

A seguir, destaca-se a representação dos processos finalísticos (primários) e de apoio, seguindo-se a mesma forma de Porter (1992) quanto às atividades primárias e secundárias. Também estão representados nas figuras abaixo os principais processos de cada macroprocesso.

**Figura 4 - Macroprocessos do IFRS**



Fonte: Elaborado conforme processos da organização, Regimento Geral e Regimento Interno da Reitoria do IFRS. Baseado no conceito de Cadeia de Valor (Porter, 1992).

A seguir, no quadro abaixo, apresenta-se os macroprocessos finalísticos, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso. Segundo Harrington (1993)<sup>2</sup>, um processo pode ser considerado “qualquer atividade que recebe uma entrada (*input*), agrega-lhe valor e gera uma saída (*output*) para um cliente externo ou interno. Os processos fazem uso dos recursos da organização para gerar resultados concretos.”

<sup>1</sup> PORTER, M. E. (1992). Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus.

<sup>2</sup> HARRINGTON, H. J. (1993). Aperfeiçoando processos empresariais. São Paulo: Makron Books.

**Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos**

<b>Macroprocesso</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Processos</b>
Ensino	Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	Articulação Pedagógica
	Assuntos Estudantis e Projetos Especiais	Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional
	Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	Educação a Distância
	Consolidar a educação de nível superior na instituição	Ensino Superior
	Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	Ensino Técnico e Educação Profissional
Pesquisa	Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais	Relações Internacionais
	Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	Inovação Tecnológica
	Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	Pesquisa
	Desenvolver um programa de pós-graduação para o IFRS	Pós-graduação
Extensão	Desenvolver ações e programas de extensão	Extensão
	Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	Comunicação
	Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	Observação do Mundo do Trabalho

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

O IFRS, através de suas Pró-Reitorias, com o apoio dos seus respectivos comitês (representados por todos os Câmpus do IFRS) e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, tem trabalhado no estabelecimento de fluxos referentes aos seus processos. Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos finalísticos estão apresentados a seguir:

**- Instrução Normativa 3/2012- Revoga a IN 01/2009 e dispõe novo fluxo de submissão de projetos de curso.** Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201284164756557in\\_03-2012.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201284164756557in_03-2012.pdf)

**- Orientações acerca da construção de Projetos Pedagógicos de cursos.** Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010822162735191orientacoes\\_para\\_elaboracao\\_do\\_ppc\\_-\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010822162735191orientacoes_para_elaboracao_do_ppc_-_final.pdf)

**- Instrução Normativa nº 02/2010- Exercícios.** Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201123116192265instrucao\\_normativa-exercicios\\_domiciliares.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201123116192265instrucao_normativa-exercicios_domiciliares.pdf)

**- Instrução Normativa nº 06/2010- Faltas Abonadas.** Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201272792113589instrucao\\_normativa\\_6\\_de\\_2010-faltas\\_abonadas.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201272792113589instrucao_normativa_6_de_2010-faltas_abonadas.pdf)

## 1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Assim como os macroprocessos finalísticos podem ser definidos e gerenciados, entende-se que os processos de apoio também podem. No quadro abaixo são apresentados macroprocessos de apoio, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso.

**Quadro 5 – Macroprocessos de Apoio**

Macroprocesso	Objetivos Estratégicos	Processos
Administração	Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	Licitações e Contratos
	Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	Orçamento e Finanças
	Otimizar a infraestrutura física dos Campi e da Reitoria	Projetos e Obras
Desenvolvimento Institucional	Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	Gestão do Conhecimento
	Desenvolver a instituição estrategicamente	Planejamento Estratégico
	Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	Procedimentos, Normas e Regulação
	Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	Tecnologia da Informação e Comunicação
Gestão de Pessoas	Otimizar o quadro de pessoal	Ingresso
	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	Capacitação

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos de apoio estão apresentados a seguir:

- **Instrução Normativa nº 01, de 07 de janeiro de 2013.** Estabelece fluxo de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20130217420752in\\_01\\_%281%29.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20130217420752in_01_%281%29.pdf)

- **Instrução Normativa nº 12, de 18 de outubro de 2012.** Estabelece fluxo de solicitação de obras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul ? IFRS.1 - IFRS. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291992332720instrucao\\_normativa\\_n012\\_fluxo\\_sollicita\\_obras.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291992332720instrucao_normativa_n012_fluxo_sollicita_obras.pdf)

- **Instrução Normativa nº 09, de 24 de agosto de 2012.** Normatiza procedimentos com relação à organização dos concursos públicos do IFRS. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012724151946276instrucao\\_normativa\\_n%C2%BA\\_09\\_procedimentos\\_sobre\\_manuais\\_dos\\_concursos\\_publicos.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012724151946276instrucao_normativa_n%C2%BA_09_procedimentos_sobre_manuais_dos_concursos_publicos.pdf)

- **Instrução Normativa nº 05, de 29 de março de 2012.** Estabelece o fluxo para Agendamento de Reuniões pelos setores da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Disponível em:

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012329024704instrucao\\_normativa\\_n%C2%BA\\_05\\_agendamento\\_de\\_reuinoes-1.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012329024704instrucao_normativa_n%C2%BA_05_agendamento_de_reuinoes-1.pdf)

## 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul está trabalhando na elaboração de um novo plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, trata-se de um planejamento para cinco anos. A metodologia já foi definida e a finalização deste processo de planejamento iniciou-se no exercício de 2013 e deverá se estender até metade do ano 2014.

O PDI em vigor, que contempla o período de 2009 a 2013, segue fornecendo os elementos norteadores para a elaboração do Plano de Ação Anual do instituto, em conjunto com as informações da matriz orçamentária. Assim, o Plano de Ação 2013 do IFRS foi sistematizado através de uma metodologia de planejamento que atende às realidades pontuais de cada unidade (câmpus e Reitoria), no seu contexto regional, e de cada setor, vinculada também às previsões orçamentárias.

O Plano de Ação 2013 do IFRS foi elaborado com base na estrutura de gestão que é comum à Reitoria e aos câmpus, conforme os macroprocessos apresentados anteriormente: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Os câmpus e as Pró-Reitorias planejaram as suas ações considerando as áreas de gestão, suas estruturas, os objetivos pré-definidos no PDI em vigor e a proposta orçamentária que foi previamente aprovada pelo MEC. Além disso, a Reitoria estabeleceu ações referindo-se às necessidades de ações que poderiam ser centralizadas no IFRS relacionadas à gestão das áreas e estabelecimento de políticas comuns a toda a sua estrutura.

Os principais objetivos estratégicos definidos no PDI – 2009-2013, foram definidos conforme o quadro abaixo:

**Quadro 6 – Principais Objetivos Estratégicos**

ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<i>Administração</i>	Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento
	Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios
	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores
	Otimizar o quadro de pessoal
	Otimizar a infraestrutura física dos Campi e da Reitoria
	Administrar o patrimônio e os recursos materiais da instituição
<i>Desenvolvimento Institucional</i>	Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas
	Desenvolver a instituição estrategicamente
	Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização
	Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação
	Otimizar a infraestrutura física dos Campi e da Reitoria
<i>Ensino</i>	Consolidar a educação de nível superior na instituição
	Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional
	Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades e projetos especiais de Educação Profissional
	Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância
	Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação

<b>Pesquisa</b>	Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico
	Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS
	Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos
<b>Extensão</b>	Desenvolver ações e programas de extensão
	Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade
	Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão
	Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais
	Desenvolver ações e programas de extensão

As principais ações planejadas para o exercício de 2013 são apresentadas no quadro abaixo:

#### Quadro 7 – Principais Ações Planejadas

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES PLANEJADAS
<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento</i>	<p>Disponibilizar materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades da Reitoria</p> <p>Viabilizar o deslocamento de servidores da PROAD , DGP e do Gabinete da Reitora, a serviço, através do custeio de despesas</p> <p>Viabilizar o pagamento de estagiários e demais servidores/palestrantes selecionados para ministrar cursos de aperfeiçoamento</p> <p>Garantir a manutenção dos serviços essenciais (água, luz, telefonia, etc)</p> <p>Garantir a segurança patrimonial, serviços de limpeza e conservação do prédio, serviços de apoio, através da contratação de empresas terceirizadas</p> <p>Viabilizar a realização de eventos de capacitação, como congressos, cursos, seminários no âmbito do IFRS</p> <p>Garantir as manutenções necessárias, o pagamento de seguros e a locação de máquinas copiadoras necessárias a realização dos trabalhos da Reitoria</p> <p>Garantir o pagamento de indenizações e restituições aos servidores e o pagamento de taxas</p> <p>Garantir a manutenção dos serviços de comunicação em geral e o pagamento de outras obrigações Intra SIAFI</p> <p>Propiciar aos Câmpus orientações contábeis e Administrativas para operacionalização de suas ações</p> <p>Assessoramento nos processos de tomada de decisões através do fornecimento de dados de natureza contábil e financeira</p> <p>Elaborar proposta orçamentária do IFRS, mediante a consolidação dos dados enviados pelos Câmpus e Reitoria</p> <p>Elaborar relatórios e demonstrações contábeis individuais e consolidadas do IFRS</p> <p>Assessorar o controle patrimonial e de almoxarifado</p> <p>Acompanhar a atualização da legislação aplicada à Contabilidade e comunicar ao Câmpus do IFRS</p>
<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios</i>	<p>Atualizar o portal DLC</p> <p>Atualizar e elaborar manuais de procedimentos internos</p> <p>Otimizar os fluxos de processo</p> <p>Atualizar o calendário de licitações</p> <p>Atualizar o banco de dados e edital modelo</p> <p>Atualizar o cadastro de fornecedores por tipo de produtos/serviços e criar link no portal DLC para cadastramento</p> <p>Participar de processos de compras compartilhadas do MEC e demais Órgãos Federais</p> <p>Efetivar a utilização do sistema de Intenção de Registro de Preços</p> <p>Ampliar o número de licitações com critérios sustentáveis</p> <p>Aprimorar o gerenciamento e controle dos serviços terceirizados</p> <p>Atualizar o manual de fiscalização contratual</p> <p>Promover a reciclagem de fiscais de contrato</p> <p>Acompanhar e divulgar a atualização da legislação e normas referentes a licitações e</p>

	contratos Realizar visitas e reuniões itinerantes nos Câmpus com as equipes de licitação e contratos
<i>Otimizar o quadro de pessoal</i>	Dimensionar a força de trabalho do IFRS Revisão do laudo de insalubridade Realizar concurso público
<i>Otimizar a infraestrutura física dos câmpus e da Reitoria</i>	Fiscalizar obras e projetos em andamento Construção do Centro de Eventos do IFRS
<i>Administrar o patrimônio e os recursos materiais da instituição</i>	Desenvolver e implantar medidas de controle interno com a finalidade de aprimorar o gerenciamento do IFRS Gerenciar o patrimônio do IFRS
<i>Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas</i>	Elaborar de materiais gráficos de divulgação institucional Colaborar com os dados de Indicadores Acadêmicos p/ subsidiar Relatório de Gestão Organizar e realizar capacitação aos colegas envolvidos na questão de regulação e avaliação da Educação Superior
<i>Desenvolver a instituição estrategicamente</i>	Coordenar a elaboração do Novo PDI - IFRS Coordenar a implantação de novas unidades Capacitar os servidores da PRODI nos assuntos relativos aos processos da Pró-Reitoria Participar das Reuniões e demais compromissos junto ao MEC, Fórum e outras instâncias.
<i>Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização</i>	Acompanhar do processo de Auto-avaliação Institucional Divulgar as atribuições e atividades representadas pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional Desenvolver atividades de articulação entre as Pró-reitorias Desenvolver e acompanhar projetos elaborados de acordo com os resultados obtidos nas avaliações internas Propor normatização e estabelecimento de fluxos relativos aos processos de trabalho do IFRS
<i>Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação</i>	Fortalecer a implantação do Sistema de Biblioteca no IFRS Promover a utilização da videoconferência e da web-conferência Revisar o PDTI 2012-2013 Promover uma maior integração das TIs dos câmpus e da Reitoria Aquisição de computadores apontados no PDTI 2012-2013 Aquisição de softwares apontados no PDTI 2012-2013 Contratação da capacitações apontadas no PDTI 2012-2013 Implantação da Comissão de Segurança da Informação Implantação de um sistema para acompanhamento do Planejamento
<i>Consolidar a educação de nível superior na instituição</i>	Avaliar e acompanhar projetos pedagógicos de cursos superiores dos Campus do IFRS
<i>Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional</i>	Programar evento visando a Formação Continuada dos docentes do IFRS juntamente com o NUDEPE Dar encaminhamento às demandas surgidas no GT Bibliotecas do IFRS. Acompanhar junto da PROAD a execução do orçamento previsto para Assistência Estudantil Acompanhar os colegiados que atuam junto à PROEN: Assistência Estudantil, Registros Escolares, Bibliotecas, COEN, EAD
<i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades e projetos especiais de Educação Profissional</i>	Fazer calendário de reuniões, programar e convocar as reuniões conforme Regimento do Comitê Finalização da Organização Didática do IFRS Avaliar e acompanhar projetos pedagógicos de cursos técnicos dos Campus do IFRS Criar, acompanhar grupos de trabalho conforme as demandas Institucionais do Ensino do IFRS e encaminhar sua produção conforme normativas Dar apoio logístico às ações do NUDEPE Criar, propor e aplicar mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação da qualidade do ensino no âmbito do IFRS
<i>Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação</i>	Incentivar, mediante a formação de Grupos de Trabalho específicos, a unidade curricular de cursos afins no âmbito do IFRS Operacionalizar os objetivos estratégicos que demandam deslocamentos de servidores
<i>Promover a pesquisa e o</i>	Realização da 2ª Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRS. (recurso

<i>desenvolvimento científico</i>	<p>específico da pesquisa)  Fomento à Participação de Eventos e Publicações (recurso específico da pesquisa)  Fomento à criação de eventos de pesquisa, pós-graduação e inovação nos Campi. (recurso específico da pesquisa)  Realização de oficinas de projetos de pesquisa e inovação. (recurso específico da pesquisa)  Realização de encontros/reuniões nos campi para difusão das ações da PROPI, bem como conhecimento das demandas das unidades. (Com orçamento do IFRS)  Promoção de suporte à realização de reuniões das Comissões relativas aos programas de bolsas de fomento externo do IFRS. (Com orçamento do IFRS)  Manutenção - realização de reuniões - do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética para o Uso de Animais (CEUA). (Com orçamento do IFRS)  Promover a manutenção das atividades administrativas da PROPI (Com orçamento do IFRS)  Viabilizar o desenvolvimento de ações específicas da PROPI (recurso específico da pesquisa)</p>
<i>Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS</i>	<p>Desenvolvimento de cursos de capacitação referentes à pós-graduação. (recurso específico da pesquisa)  Fomento ao Desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) nos Campi. (Com orçamento do IFRS)</p>
<i>Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos</i>	<p>Criação de edital específico para a estruturação de laboratórios de pesquisa. (recurso específico da pesquisa)  Capacitação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (recurso específico da pesquisa)  Promover o 2º Premio Inovação Tecnológica. (recurso específico da pesquisa)  Criação de Programa para o Desenvolvimento de Produtos e Tecnologias Assistivas (Com orçamento do IFRS)</p>
<i>Desenvolver ações e programas de extensão</i>	<p>Ampliar parcerias com instituições nacionais (públicas e privadas) para realização de ações de Extensão  Revisar normativas existentes e elaborar novos documentos para normatização das ações de Extensão  Divulgar nos câmpus os editais de chamadas públicas de instituições de fomento na área de Extensão  Participar de ações curriculares articuladas com o Ensino e a Pesquisa  Apoiar a organização de eventos de Extensão nos Câmpus  Fomentar a participação do IFRS em eventos externos de Extensão e na execução de ações  Manter atualizado o material instrucional do SiEX/SIGProj  Acompanhar e orientar o registro das propostas de Extensão no SIGProj  Capacitar os servidores que atuam na área de comunicação  Coordenar a realização do Seminário Anual dos Servidores do IFRS  Promover encontros dos membros dos NAPNEs e NEABIs do IFRS  Promover a capacitação de servidores em LIBRAS  Sugerir a quebra de barreiras arquitetônicas em todas as unidades do IFRS  Capacitar os membros de NAPNEs e dos NEABIs na área de Educação Inclusiva  Propor ao comitê de extensão a destinação de bolsas para ações afirmativas  Adquirir materiais para equipar os núcleos (NAPNEs e NEABIs)  Incentivar a aquisição de patentes de produtos de tecnologia assistiva  Promover a participação de membros da AAI, dos NAPNEs e NEABIs em eventos na área da Educação Inclusiva  Implementar programa institucional de incentivo à mobilidade estudantil  Incentivar a criação de Centros de Línguas nos Câmpus  Realizar reuniões trimestrais com o Comitê de Extensão  Realizar visitas para conhecer as ações de extensão dos câmpus  Fomentar a participação dos câmpus na Bolsa-Formação do PRONATEC  Coordenar a execução do Bolsa-Formação do PRONATEC no IFRS  Participar de eventos internos e externos na área da Extensão  Apoiar a realização de atividades artísticas, culturais, recreativas e esportivas de integração de servidores, alunos e comunidade externa  Acompanhar a implementação de Programas Federais na área de extensão e inclusão</p>

	social Promover um Evento de Extensão do IFRS Promover a manutenção das atividades administrativas da PROEX (Com orçamento do IFRS)
<i>Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade</i>	Elaborar relatórios e divulgar resultados das ações de Extensão do IFRS Atualizar periodicamente as informações da Extensão no sítio do IFRS Ampliar parcerias com veículos de comunicação para divulgação institucional Participar e promover Encontros de Comunicadores do IFRS Elaborar e produzir materiais de divulgação institucional Elaborar e enviar releases aos veículos de comunicação Atualizar permanentemente o sítio eletrônico do IFRS Realizar clippagens de matérias referentes ao IFRS e divulgar no sítio eletrônico Realizar clippagem de matérias referentes à área de Educação e divulgar aos servidores (Notícias da Educação) Elaborar e publicar Boletins de Serviço mensais da Reitoria Implementar a Rádio Web IFRS
<i>Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão</i>	Manter atualizado o painel de indicadores da extensão do IFRS Concluir a implantação do Observatório do Mundo do Trabalho
<i>Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais</i>	Fomentar novos convênios de cooperação internacional Participar de eventos de cooperação internacional Organizar missão internacional do IFRS Apoiar a organização e execução das parcerias de cooperação internacional Auxiliar na operacionalização do Programa Ciência sem Fronteiras no IFRS

Fonte: Planos de Ação - 2013- IFRS - Reitoria.

Obs.: Os dados aqui apresentados referem-se ao Plano de Ação – 2013 da Reitoria do IFRS. Os Câmpus também possuem planos de ações específicos, cujos principais resultados são apresentados no item 2.3.

## 2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 2.2.1. Ações

#### 2.2.1.1. Ações OFSS

**Quadro 8 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
Código	20RG					Tipo: Atividade	
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					Código: 0582	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
Ação Prioritária	( ) Sim		( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	32.188.976,00	32.573.950,00	32.573.626,80	7.477.018,88	5.561.865,48	-	25.096.607,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0043 - RS	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e	Vaga disponibilizada	15.002	3.454	3.454		

	equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0043 - RS	18.411.305,82	12.548.498,38	462.084,57	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.	vaga disponibilizada	3.454	
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>20RJ</b>				<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Descrição</b>	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica						
<b>Iniciativa</b>	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente						
<b>Objetivo</b>	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				<b>Código: 0597</b>		
<b>Programa</b>	Educação Básica		<b>Código: 2030</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

0043 - RS	554.440,00	729.142,00	9.609,14	9.609,14	8.434,84	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0043 - RS	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.			Pessoa beneficiada	160	80	80
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0043 - RS	15.057,10	14.517,10	540,00	estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação	Pessoa beneficiada	90	

				em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.		
--	--	--	--	---	--	--

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>20RL</b>				<b>Tipo: Atividade</b>	

<b>Descrição</b>	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
<b>Iniciativa</b>	Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.					

<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				<b>Código: 0582</b>	
-----------------	--	--	--	--	---------------------	--

<b>Programa</b>	Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b>			<b>Tipo: Temático</b>	
-----------------	-------------------------------------	---------------------	--	--	-----------------------	--

<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
-----------------------------	--	--	--	--	--	--

<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
-------------------------	---------	-----------	------------------------	--	------------------------	--

Lei Orçamentária Anual - 2013						
-------------------------------	--	--	--	--	--	--

Execução Orçamentária e Financeira						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	36.001.464,00	41.210.292,00	33.457.081,21	27.755.379,37	23.104.355,37	-	7.701.701,84

Execução Física da Ação - Metas						
---------------------------------	--	--	--	--	--	--

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0043 - RS	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição	aluno matriculado	15.002	13.679	13.679

e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades				
---	--	--	--	--

**Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores**

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0043 - RS	9.603.005,05	8.572.404,88	702.068,73	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	aluno matriculado	13.679

**Identificação da Ação**

<b>Código</b>	<b>6358</b>	<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Descrição</b>	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante	
<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	<b>Código: 0588</b>
<b>Programa</b>	Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	

<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados Não Processados
0043 - RS	787.425,00	745.065,00	412.394,38	350.630,38	350.630,38	- 61.764,00
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0043 - RS	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	Pessoa capacitada	341	166	166	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0043 - RS	60.848,00	60.384,00	464,00	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.	Pessoa capacitada	16
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	<b>6380</b>			<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Descrição</b>	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
<b>Iniciativa</b>	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão					
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e			<b>Código: 0582</b>		

		tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência					
<b>Programa</b>		Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	799.940,00	799.940,00	607.413,50	443.122,17	407.110,64	-	164.291,33
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0043 - RS	Suporte para implementação da expansão/reestruturação por meio da modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a manutenção/melhoria da qualidade da oferta de educação profissional, científica e tecnológica; Apoio a programas e projetos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, inclusive de educação do campo e de elevação de escolaridade de Jovens e adultos, por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Proposta de extensão apoiada	2	2	2		
		Instituição Apoiada	2	8	8		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Localizador	01/01/2013					
	-	-	-	-	-	-

**Identificação da Ação**

<b>Código</b>	<b>2994</b>	<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Descrição</b>	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica	
<b>Iniciativa</b>	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.	
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	<b>Código: 0582</b>
<b>Programa</b>	Educação Profissional e Tecnológica	<b>Código: 2031</b> <b>Tipo: Temático</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não
	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	6.378.009,00	6.378.009,00	5.802.312,73	5.609.726,05	5.549.275,97	-	192.586,68

**Execução Física da Ação - Metas**

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0043 - RS	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.	Aluno assistido	4.010	4.010	18848*

**Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores**

Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Localizador	01/01/2013					
0043 - RS	95.851,47	88.581,70	7.269,77	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.	Aluno assistido	2.924

#### Identificação da Ação

<b>Código</b>	4572			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código: 2109</b>	<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	

#### Lei Orçamentária Anual - 2013

#### Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	1.016.026,00	1.325.577,00	794.501,26	764.274,26	698.997,66		30.227,00

#### Execução Física da Ação - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0043 - RS	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Servidor Capacitado	309	844	844

#### Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0043 - RS	17.804,85	14.428,98	3.375,87	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de	Servidor Capacitado	11

				passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.			
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>2004</b>				<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código: 2109</b>		<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	1.940.211,00	2.302.509,00	2.273.411,68	2.273.411,68	2.273.411,68	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0043 - RS	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.		Pessoa beneficiada	1.547	2.001	2.001	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação								
<b>Código</b>	<b>2010</b>						<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código: 2109</b>		<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim		( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0043 - RS	162.000,00	209.500,00	202.321,80	202.321,80	202.321,80	-	-	
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0043 - RS	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Criança atendida	167	226	226			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
	-	-	-	-				
Identificação da Ação								
<b>Código</b>	<b>2011</b>						<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código: 2109</b>		<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim		( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		

subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	1.237.164,00	1.237.164,00	1.209.520,67	1.209.520,67	1.209.520,67	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0043 - RS	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.			Pessoa beneficiada	573	435	435
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	-	-	-	0		-	-
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>2012</b>				<b>Tipo: Atividade</b>		
<b>Descrição</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código: 2109</b>	<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	4.464.000,00	6.436.500,00	6.426.268,64	6.426.268,64	6.426.268,64	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0043 - RS	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.	Pessoa beneficiada	1.224	1.372	1.372		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	-	-	-		-	-	
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	20TP			<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Descrição</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código: 2109</b>	<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	75.675.876,00	106.607.611,00	106.584.540,22	106.574.076,86	106.518.615,00		10.463,36
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0043 - RS							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Localizador	01/01/2013						
0	-	-	-	-	-	-	-

**Identificação da Ação**

<b>Código</b>	<b>00M0</b>				<b>Tipo: Operações Especiais</b>		
<b>Descrição</b>	Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		

**Lei Orçamentária Anual - 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	65.525,00	65.525,00	65.525,00	65.525,00	65.525,00	-	-

**Execução Física da Ação - Metas**

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado

**Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores**

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	-	-	-			-

**Identificação da Ação**

<b>Código</b>	<b>09HB</b>				<b>Tipo: Operações Especiais</b>		
<b>Descrição</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código: 2109</b>			<b>Tipo: Gestão da Unidade</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		

**Lei Orçamentária Anual - 2013**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 -		19.378.768,00	19.175.829,76	19.175.829,76	19.175.829,76	-	-

Nacional	14.666.630,00						
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
						Previsto	Reprogramado (*)
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	-	-	-			-	-
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>0005</b>					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)						
<b>Programa</b>	Cumprimento de sentenças judiciais			<b>Código: 0901</b>		<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	517.399,00	478.638,00	478.637,48	478.637,47	478.637,47	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
						Previsto	Reprogramado (*)
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	-	-	-			-	-
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>00G5</b>					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do						

		pagamento de precatórios e requisição de pequeno valor					
<b>Programa</b>		Cumprimento de sentenças judiciais			<b>Código: 0901</b>	<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - Nacional	52.395,00	52.395,00	24.220,24	24.220,24	24.220,24	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	-	-	-			-	-
<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>0181</b>					<b>Tipo: Operações Especiais</b>	
<b>Descrição</b>	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis						
<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas			<b>Código: 0089</b>	<b>Tipo: Operações Especiais</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0043 - RS	11.728.280,00	14.257.975,00	14.045.034,42	14.045.034,42	14.045.034,42	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	

<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD – Pró-Reitoria de Administração.

## 2.2.1.2. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

**Quadro 9 – Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	1H10			<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-			<b>Código:</b> -	<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		<b>Código:</b> 1062	<b>Tipo:</b> Finalístico		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
16.689,50	9.735,00	6.954,50	Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	Unidade de ensino implantada	1	
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2992			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Funcionamento da Educação Profissional					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-			<b>Código:</b>	<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		<b>Código:</b> 1062	<b>Tipo:</b> Finalístico		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
186.539,27	92.584,30	20.654,97	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.	Aluno matriculado	4.684	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	6301				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		<b>Código:</b> 1062		<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
5.685,10	5.396,94	288,16	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.	Volume disponibilizado	17	
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8650				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>				<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		<b>Código:</b> 1062		<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
6.689.449,13	1.174.905,14	5.369.135,65	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.095/2007, que estabelece o processo de integração para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET	Unidade Reestruturada	5	

Fonte: PROAD – Pró-Reitoria de Administração.

### 2.2.1.3 Análise Situacional

No ano de 2013, o Instituto foi responsável por subtítulos de ações governamentais vinculadas ao Programa Temático, que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental e Operação Especial, cujas despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo federal, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

As ações, de um modo geral, atingiram suas metas e os recursos aplicados garantiram a ampliação do número de vagas disponibilizadas, a melhoria e manutenção dos espaços físicos, a permanência dos alunos na escola e a capacitação dos profissionais que atuam na área da educação, apesar do contingenciamento do orçamento do custeio em 7,4% do previsto inicialmente, aplicado em todas as ações, com exceção da ação 2994.

Referente a execução da meta física na ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, detectamos que o montante previsto de 15002 referia-se a projeção de matrículas e não de esforço de oferta de novas vagas para o ano, sendo necessária a reprogramação para 2013, considerando esse novo critério. Tal fato justifica a grande diferença na execução da meta física em relação ao previsto.

Como fatores intervenientes que prejudicaram o desenvolvimento dessa ação podemos citar: limitação do IFRS na área de elaboração de projetos de engenharia, não sendo possível atender a todas as demandas existentes; atraso no ritmo de execução das obras em andamento, devido às dificuldades apresentadas pelas empresas contratadas (falta de capital de giro, dificuldades com a contratação de mão de obra e outros) que impedem a aquisição de parte do mobiliário destinado a estes novos espaços (salas de aula, biblioteca e área administrativa); atraso na aprovação e publicação do orçamento, fazendo com que os valores destinados a investimento fossem repassados aos Câmpus somente em abril; equipes administrativas sendo estruturada e sem experiência; paralisação de obras em andamento, as quais foram contratadas em anos anteriores o que dificultou a execução dos restos a pagar inscritos.

Apesar das dificuldades encontradas, os recursos dessa ação foram integralmente utilizados e de suma importância para o desenvolvimento do Instituto. Com eles, foi possível a aquisição de diversos equipamentos que contribuíram para a melhoria do ensino ofertado e a contratação de empresas para realizar importantes obras, especialmente as de conclusão dos blocos A4, D e F para implantação do Câmpus Caxias e conclusão dos blocos do Câmpus Restinga, cujas instalações ainda eram provisórias devido ao abandono do canteiro de obras pela primeira contratada. Podemos citar ainda as obras do almoxarifado e da biblioteca do Câmpus Farroupilha; convivência do Câmpus Osório; empenho parcial da obra do prédio acadêmico do Câmpus Canoas; prédio de salas de aula do Câmpus Feliz; ampliação de passarelas e passeios e ampliação do pavilhão 11 do Câmpus Rio Grande; obra de alimentos, cujo canteiro de obras foi abandonado pela empresa vencedora do processo licitatório e interligação elétrica, lógica e de telefonia no Câmpus Erechim; 02 (dois) blocos de salas de aula e do pavilhão para gestação do setor de suinocultura no Câmpus Sertão.

Tendo em vista que as obras tiveram seus processos licitatórios concluídos próximos ao final do exercício e que a aquisição dos equipamentos também foi realizada nesse período, um montante expressivo de recursos empenhados e não pagos até o dia 31 de dezembro, foram inscritos em restos a pagar, tendo em vista que o prazo de execução ainda estava vigente.

Os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual para a Ação 20RJ destinavam-se a apoiar as despesas decorrentes dos projetos de formação continuada para implementação da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

Dos Programas que seriam contemplados, apenas o Programa Educação Inclusiva e Recursos da Tecnologia Assistiva – semipresencial foi executado, mediante a realização de webconferências e em virtude da aprovação do plano de curso, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, dentro do cronograma previsto e pela disponibilização de local, pela Secretaria Municipal de Educação, para realização dos encontros presenciais.

Prejudicaram o desenvolvimento desse curso o atraso no pagamento das bolsas, por falta de liberação tempestiva de recursos financeiros e a desistência de alunos por falta de tempo para acompanhamento das atividades, mesmo em EAD.

Os demais Programas Ensino Médio Inovador e PROEJA para os quais estavam destinados R\$ 546.600,00 da dotação inicial, não foram executados por falta de proposta para a realização dos mesmos, o que justifica o baixo percentual de execução dessa ação.

De superávit financeiro, esta ação recebeu dotação de R\$ 174.702,00 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e dois reais) cujos limites de empenho não foram concedidos.

Na ação 20RL, realizamos 91,18% da meta física prevista inicialmente com ações voltadas ao funcionamento dos cursos oferecidos.

Os recursos orçamentários alocados nessa ação garantiram as condições para o desenvolvimento das atividades previstas, buscando a melhoria da qualidade de ensino, através da gestão administrativa, manutenção dos serviços terceirizados, manutenção da infraestrutura física, realização de pequenas reformas, adequações e ampliações de espaços físicos, aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos, dentre outros.

A dotação orçamentária inicial teve um acréscimo de 14,47% devido ao recebimento de crédito suplementar proveniente de superávit financeiro e excesso de arrecadação que totalizaram de R\$ 5.006.613,00 (cinco milhões, seis mil, seiscentos e treze reais). Desses, apenas R\$ 138.000,00 tiveram limite de empenho liberado. Também houve contingenciamento de 7,4%, totalizando R\$ 2.268.275,31 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos). Tais fatos justificam a diferença expressiva entre a dotação final e o total empenhado.

A execução da ação foi prejudicada pela liberação de recursos financeiros fora dos prazos previstos e em valores parciais durante vários meses do ano, gerando grandes transtornos para a administração e fazendo com que os valores inscritos em restos a pagar tomassem volume. Citamos também alguns fatores que prejudicaram o desenvolvimento da ação o grande número de itens a serem licitados para atendimento das demandas da Instituição, os quais são planejados em conjunto com os Câmpus e Reitoria, resultando um grande número de processos licitatórios que precisam de tempo para o cumprimento de todas as etapas legais; atraso na aprovação e publicação do orçamento, - paralisação de obra de conclusão de Câmpus do IFRS que impediu compra de equipamentos e mobiliários; quantidade de processos e com equipes administrativas ainda em estruturação; número reduzido de servidores; remoções; contingenciamento; necessidade de adesão a registros de preços de outros órgãos; início de 03 (três) Câmpus do IFRS com UG própria; ingresso de novos servidores sem experiência na administração Pública.

Os recursos orçamentários da ação 6380 foram detalhados em dois planos orçamentários, quais sejam: PO 0001 – Mulheres Mil – Brasil Sem Miséria e PO 0007 PROEXT.

Com os recursos destinados ao PO 001 – Mulheres Mil, foram adquiridos equipamentos e material permanente e de consumo para dar suporte às atividades de ensino, além do pagamento de auxílio financeiro às estudantes (bolsa permanência) matriculadas e com frequência no curso; o pagamento de passagens e despesas com locomoção das mulheres em visitas técnicas e aulas práticas; a contratação de serviço de terceiros – pessoa jurídica como alocação de salas e manutenção de máquinas necessárias às aulas práticas.

Assim, foi possível a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada para inclusão e gênero, possibilitando que 698 mulheres entre 16 a 70 anos, com baixos índices de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social da região de abrangência do IFRS, tivessem acesso à educação profissional e a uma possibilidade de emprego e renda. Os Cursos foram inicialmente previstos para 02 (duas) unidades, Câmpus Erechim e Câmpus Ibirubá, mas tiveram sua oferta ampliada para mais 6 (seis) Câmpus do IFRS: Restinga, Alvorada, Viamão, Porto Alegre, Farroupilha e Caxias do Sul, totalizando 8 (oito) unidades. Foram ofertados os seguintes cursos FIC: Camareiro Hospitalar; Auxiliar de Alimentação; Higienizador em Serviços de Saúde; Cuidador de Idosos; Maquiagem Cênica; Processamento de alimentos; Técnicas de Artesanato; Costura Industrial; Confecção de Bolsas; Soldador no Processo MIG/MAG; Soldagem Básica; Padaria e Confeitaria (ênfase em salgados); Auxiliar em Confeitaria; Técnicas em Vendas; Técnicas de Produção e Comercialização de Artesanato e Produtos Regionais; e Reciclagem Básica.

A ação foi possibilitada devido ao foco no mercado de trabalho local, a vontade de aperfeiçoamento do público atendido e a diversas parcerias estabelecidas.

Os recursos destinados ao plano orçamentário 007 – PROEXT, possibilitaram a execução de dois projetos de extensão: o Projeto “Comunicação nas Organizações: práticas de linguagem” no Câmpus Canoas e o Projeto Clicampo - Capacitação em Tecnologias da Informação para Moradores do Campo na região do Alto Jacuí.

O projeto Clicampo promoveu a Inserção Digital e Social de Moradores do Campo, através de palestras, da sensibilização quanto à importância da apropriação das tecnologias no meio rural, da apresentação de recursos tecnológicos que possam melhorar as práticas de uma propriedade rural, de oficinas nos laboratórios de informática e instalações do IFRS- Câmpus Ibirubá, ministradas por docentes e bolsistas selecionados para o projeto, durante o ano de 2013.

Destaca-se que o projeto “Comunicação nas Organizações: práticas de linguagem” ofereceu um curso de extensão a servidores da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Canoas, a fim de desenvolver e aprimorar as habilidades de comunicação oral e escrita dos profissionais da gestão pública a partir de práticas de leitura e produção de diferentes gêneros textuais. O curso foi oferecido em quatro módulos de 32 horas cada, totalizando 128 horas, e contemplou quatro aspectos e áreas da expressão escrita e oral: redação de documentos oficiais, leitura e produção de diferentes gêneros textuais, oratória e redação de textos técnicos e científicos.

Além do curso, foi promovida uma palestra e seminários públicos. Também foi desenvolvida uma pesquisa sobre o uso do e-mail institucional no IFRS - Câmpus Canoas. As atividades realizadas pelo projeto foram apresentadas em salões de extensão e congresso científico. Não foi possível elaborar o manual didático para o curso. Entretanto, foram elaborados materiais didáticos para as aulas. Parte do material está publicada no blog [praticadelinguagem.blogspot.com](http://praticadelinguagem.blogspot.com)

Fatores que contribuíram para a execução do projeto “Comunicação nas Organizações- práticas de linguagem”: a parceria com a Prefeitura Municipal de Canoas, por meio de convênio com o Instituto Canoas XXI, permitiu ao Câmpus Canoas intervir diretamente na comunidade, oferecendo formação qualificada aos servidores do município. A participação dos servidores e alunos do Câmpus Canoas como alunos do curso de extensão ou como ouvintes das palestras e seminários oferecidos pelo projeto propiciou a troca de experiências e a reflexão.

O IFRS recebeu também recursos na ação 2994, sem contingenciamento de 7,4%, e os mesmos contribuíram para suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.

Os objetivos da ação foram alcançados, sendo os beneficiários atendidos com auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte e outros benefícios típicos da assistência.

A meta física realizada foi lançada equivocadamente como benefícios concedidos e não como aluno assistido.

Na ação 4572 - capacitação de servidores a meta física foi superada de forma significativa. Podemos evidenciar como causa, o empenho da administração em capacitar os seus servidores com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, visando desenvolver as potencialidades individuais e melhorar o desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais. Os cursos foram direcionados a todos os setores, com foco principal em compras e contratações, com o intuito de garantir maior eficiência e economicidade nas compras realizadas.

Cabe destacar o aporte de recursos nesta ação, decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, que totalizou o montante de R\$ 319.551,00 (trezentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e um reais) e também o contingenciamento de R\$ 75.185,92 (setenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Salienta-se que não foi liberado limite para empenho do valor correspondente ao superávit.

O IFRS também capacitou seus servidores com recursos alocados na ação 6358. Foram custeadas as despesas do Curso de Doutorado para 16 servidores e a realização do Curso de Capacitação para Pesquisadores do IFRS: A pesquisa nos Institutos Federais - Tecnologia e Inovação em Foco, o qual garantiu a qualificação dos servidores, a consolidação das atividades de pesquisa e captação de recursos externos para pesquisa (participação em editais das Agências de Fomento Externo).

Nessa ação foram contingenciados R\$ 58.269,45 (cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) e cancelados R\$ 42.360,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta reais) visando atender despesas de funcionamento da instituição.

O desenvolvimento das ações de capacitação foi prejudicado pela carência de servidores para organização desses eventos; pelas solicitações realizadas com pouco prazo para atender aos trâmites necessários.

O IFRS executou também subtítulos de ações destinadas ao pagamento de benefícios aos servidores, quais sejam: assistência médica e odontológica, auxílio pré-escolar, auxílio alimentação e auxílio transporte. Com exceção do auxílio transporte, todos os demais necessitaram de crédito suplementar para atender as necessidades até o final do exercício, conforme pode ser verificado na diferença existente entre a dotação inicial e a final.

A ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica estava subdivida em 02 planos orçamentários. O PO 001 – Assistência Médica e Odontológica Cívica – complemento da União foi executada conforme previsto. Já o PO 002 – Exames Periódicos – Cívica, deixou de ser executado por dificuldades operacionais na contratação tendo em vista a demora da empresa em apresentar garantia contratual e a impossibilidade de publicação do contrato porque a ata de registro de preços já estava vencida na ocasião. Além disso, a demora no repasse das informações pelo setor responsável e a complexidade do objeto dificultaram a montagem do edital e a obtenção e definição de preços de mercado, impossibilitando o lançamento de nova licitação no ano de 2013.

A superação das metas físicas previstas nas ações 2004, 2010 e 2012 justificam-se pelo ingresso de novos servidores durante o exercício e a redução da meta física da ação 2011 é consequência de reajuste do vencimento básico contribuiu significativamente na redução do número

de servidores que solicitam o auxílio transporte, tendo em vista que a parcela de contribuição do mesmo (6% do vencimento básico do cargo) é muitas vezes superior ao gasto efetivo auferido com o transporte.

Trabalhamos também com ações voltadas ao pagamento de pessoal ativo e inativo e encargos sociais, sendo que tais ações também necessitaram de crédito complementar.

Dentre as ações executadas pelo IFRS, não há ações relativas ao PAC e ao Plano Brasil sem Misérias, definidas como prioritárias em 2013 pela Lei 12.708/12.

Os restos a pagar, principalmente os não processados, contribuíram para a expansão e reestruturação do Instituto, eis que os valores de maior vulto inscritos referem-se a obras em andamento e aquisição de equipamentos e mobiliários para os Câmpus e Reitoria.

Durante o exercício de 2013 foram liquidados valores referentes a ações que não estavam previstas na LOA 2013.

A ação 1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foram unificadas e resultaram na ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional deixou de existir e foi substituída pela ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

## 2.3. RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2013

### 2.3.1. Realizações e resultados alcançados

As principais realizações de cada unidade e os resultados alcançados são apresentados abaixo, nos quadros abaixo.

#### 2.3.1.1. Reitoria

**Quadro 10 – Resultados Qualitativos e Quantitativos - PROAD**

<b>PROAD – PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>Setor</b>	<b>RESULTADOS QUALITATIVOS</b>	<b>RESULTADOS QUANTITATIVOS</b>
<b>Diretoria de Licitações e Contratos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Expansão e democratização do processo de gerenciamento dos contratos, possibilitando que cada unidade tenha maior autonomia sobre suas contratações;</li> <li>– Melhoria da capacidade de gerenciamento e fiscalização dos contratos através de cada unidade;</li> <li>– Padronização dos procedimentos de Gestão e Fiscalização de Contratos no âmbito da Reitoria e Câmpus;</li> <li>– Aperfeiçoamento do fluxo de trabalho no Setor de Contratos com a implementação de fluxos de procedimentos;</li> <li>– Aperfeiçoamento das solicitações de aditamento dos contratos pelos Câmpus devido ao melhor controle dos servidores do Setor de Contratos, ao exigir providências com base na Lei 8.666/93 e Acórdãos do TCU;</li> <li>– Melhoria da comunicação entre a DLC e a Diretoria de Projetos e Obras (DPO) em decorrência de reuniões periódicas e melhor planejamento das ações conjuntas de fiscalização e construção de editais;</li> <li>– Melhoria de interface entre a DLC e o Setor de Planejamento e Execução Orçamentária no início dos contratos, bem como no andamento dos mesmos através da fiscalização;</li> <li>– Transparência no gerenciamento das aquisições (compras e contratos) no âmbito do IFRS, através do Portal DLC;</li> <li>– Melhoria do gerenciamento dos processos licitatórios através de cada unidade;</li> <li>– Aperfeiçoamento do fluxo de trabalho no Setor de Licitação em decorrência da implementação dos modelos de editais e de documentos;</li> <li>– Melhoria na elaboração dos Projetos Básicos e Termos de Referências pela formação de comissões técnicas,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Elaboração e utilização de 11 fluxos de procedimentos na área de Gestão de Contratos;</li> <li>– Realização de 24 visitas técnicas aos gestores de contratos dos Câmpus;</li> <li>– Realização de 4 cursos de capacitação na área de Gestão e Fiscalização de Contratos na Reitoria, para os gestores e fiscais de contratos de todo o IFRS;</li> <li>– Realização de 12 cursos de capacitação nas áreas de Licitações e Contratos, para os servidores da DLC;</li> <li>– Participação de 9 servidores da DLC na Semana Orçamentária;</li> <li>– Aumento da equipe da DLC com a posse de 7 servidores técnico-administrativos;</li> <li>– Nomeação de 1 gestor de contratos em cada Câmpus;</li> <li>– Criação de um Portal da Diretoria de Licitações e Contratos;</li> <li>– Processos Licitatórios realizados pelo Setor de Licitações (Reitoria e Câmpus): 18 Concorrências, 1 RDC, 9 Tomadas de Preços, 1 Leilão, 247 Dispensas, 154 Pregões Eletrônicos, 118 Inexigibilidades, e 113 caronas solicitadas;</li> <li>– Realizados pelo Setor de Licitação da Reitoria: 5 treinamentos aos servidores das Unidades de Ibirubá, Farroupilha, Feliz e Reitoria sobre o Sistema de Cadastramento de Fornecedores, requisições, orçamentos e elaboração dos processos licitatórios; 2 treinamentos aos servidores de Farroupilha quanto à operacionalização de Pregão Eletrônico e diversas atividades de orientação aos novos servidores quanto aos procedimentos de compras e licitação do Setor e demais Unidades.</li> </ul>

	multidisciplinares e/ou multicâmpus.	
<b>Diretoria de Gestão de Pessoas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da equipe de trabalho;</li> <li>- Padronização dos procedimentos e fluxos de processos da DGP;</li> <li>- Melhoria da comunicação entre a DGP, os Câmpus e a sociedade, proporcionando publicidade e transparência aos atos de pessoal;</li> <li>- Maior interação entre a DGP e os Câmpus;</li> <li>- Melhoria de interface entre a DGP e as Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus;</li> <li>- Melhoria nos controles internos;</li> <li>- Elaboração de normas e procedimentos internos;</li> <li>- Melhoria no desenvolvimento das atividades do setor;</li> <li>- Capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do setor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da equipe da DGP, com ingresso de 10 servidores técnico-administrativos, sendo 4 servidores do cargo de Auxiliar em Administração e 6 servidores do cargo de Assistente em Administração;</li> <li>- Nomeação de Grupo de Trabalho para realizar a padronização dos fluxos de processo da DGP;</li> <li>- Criação de um Boletim de Pessoal, para dar publicidade aos Atos de Pessoal, disponível na página da DGP;</li> <li>- Foram realizadas 3 vistas aos Câmpus Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Sertão, com o objetivo ouvir a Direção Geral, gestores e representatividades locais (CIS, CPPD e Sindicatos);</li> <li>- Foi realizada uma reunião entre a DGP e os Coordenadores de Gestão de Pessoas dos Câmpus, com o objetivo de promover a integração entre os servidores e esclarecimento de dúvidas;</li> <li>- Participação de 1 servidor da Coordenadoria de Ingresso, no curso de SISAC, realizado no TCU, em Brasília/DF;</li> <li>- Participação de 1 servidor, da Coordenadoria de Ingresso, no curso Treinamento Prático em Concursos Públicos e Elaboração de Editais, realizado em Curitiba- PR;</li> <li>- Participação de 1 servidor no curso Promoção e Vigilância à Saúde do Servidor Público Federal – Oficina de Formação do Profissional do SIASS, realizado em Florianópolis/SC;</li> <li>- Participação de 1 servidor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no curso Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão, realizado na ENAP em Brasília/DF;</li> <li>- Participação de 1 servidor do setor de Cadastro e Folha de Pagamento no curso SIAPE Folha, realizado no Rio de Janeiro/RJ;</li> <li>- Realização de 1 Curso sobre Processo Administrativo Disciplinar, realizado na Reitoria, através da ESAF, totalizando 29 servidores capacitados;</li> <li>- Realização de 1 ação de capacitação para os membros titulares da CPPD - I Encontro da CPPD do IFRS, realizado no Auditório do Câmpus Farroupilha, totalizando 62 servidores capacitados;</li> <li>- Realização de 1 ação de capacitação Aperfeiçoamento para Servidores de Gabinete, realizado na Reitoria, totalizando 17 servidores capacitados;</li> <li>- Participação de 03 servidores em uma visita técnica ao setor de Capacitação da UFRGS, o que possibilitou iniciar o projeto de concessão de bolsas de estudo;</li> <li>- Participação de 2 servidores no curso Sistema Integrado de Controle e Acompanhamento Administrativo e Judicial (SICAJ), realizado em Porto Alegre/RS;</li> <li>- Participação de todos os servidores da DGP e das Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus, entre outros servidores, no curso sobre Legislação de Pessoal (RJU) e Aposentadoria, totalizando 34 servidores capacitados. O curso foi realizado na Reitoria, através da ABOP;</li> <li>- Promoção de 04 eventos de capacitação em diversas áreas, em parceria com outros setores: Marc 21 para Bibliotecárias, Capacitação em Educação e Direitos Humanos; II Encontro de Avaliação Institucional e de Cursos do IFRS; Capacitação de Elaboradores/Revisores de Questões para o Processo</li> </ul>

		<p>Seletivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de 1 Ordem de Serviço (Ordem de Serviço nº 04, de 1º de abril de 2013), que estabelece procedimentos relativos ao cadastro, pagamento e lançamento de dados no sistema SIAPE, e de outras providências;</li> <li>- Elaboração de Instrução Normativa nº 05, de 19/06/2013, que estabelece procedimentos relativos à renovação dos estágios não obrigatórios do IFRS enquanto Unidade Concedente;</li> <li>- Envio de instruções aos Câmpus, através de 5 Ofícios Circulares, que tratam sobre os seguintes assuntos: Dedicção Exclusiva; Instruções sobre Progressão por Mérito dos Servidores Técnico-Administrativos; Relatório de bolsas enviado para FDRH e recesso de estagiários; Ausência justificada por atestado médico de estagiários; e Declarações de bens e valores e autorização para acesso à declaração de IR;</li> <li>- Envio de instruções aos Câmpus, através de 3 Memorandos Circulares, que tratam sobre os seguintes assuntos: Solicitação de Relatórios Semestrais de Atividades – Servidores afastados para Pós-Graduação; Solicitação de Pastas Funcionais e Instruções sobre Estágios Probatórios.</li> </ul>
<p><b>Demais Diretorias da PROAD</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Execução orçamentária e financeira realizada de acordo com a legislação;</li> <li>- Planejamento e Acompanhamento Orçamentário viabilizando a execução das atividades do IFRS;</li> <li>- Padronização de procedimentos, através da emissão de instruções normativas que unificaram os procedimentos a nível institucional;</li> <li>- Realizada a gestão do sistema de concessão de diárias e passagens, sendo viabilizado todo o trâmite do processo, desde o pedido de diárias, compra de passagens e prestação de contas em um único sistema;</li> <li>- Gestão imobiliária do IFRS, atendendo as recomendações dos Órgãos de Controle, bem como viabilizando aos gestores os dados atualizados do patrimônio;</li> <li>- Gestão da movimentação e protocolo de volumes, gerando maior controle nos documentos enviados/recebidos;</li> <li>- Gestão e controle de senhas de acesso aos sistemas SCDP, SIASG e SIAFI, zelando pela segurança de acesso aos sistemas, eis que a inclusão de usuários só é feita mediante autorização formal do dirigente máximo da Unidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram emitidos 2.484 empenhos e 7.433 ordens bancárias; recolhidos 1.199 Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e 999 Guias da Previdência Social (GP); emitidas 858 Notas de Crédito (NC) em favor dos Câmpus e/ou Órgãos que efetuaram destaques aos IFRS para repasse de orçamento e de 2.836 Programações Financeiras (PF), destinada ao envio/estorno de financeiro;</li> <li>- Realizadas 4 reestimativas de arrecadação de receita própria e 2 pedidos de alterações orçamentárias, visando solicitar crédito adicional pelo excesso de arrecadação de receita própria e ajustes nos valores constantes nas ações orçamentárias detalhadas na Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>- Emissão de 2 instruções normativas: IN 04/2013, que regulamenta a gestão de materiais no âmbito do IFRS, e a IN 09/2013, que dispõe sobre a gestão, classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais no âmbito do IFRS.</li> <li>- Controle do teto orçamentário no SCDP de 12 Câmpus e da Reitoria; concessão de 283 pedidos de diárias/passagens aos servidores da PROAD;</li> <li>- Controle da emissão, renovação e desbloqueio da certificação digital para atender 30 servidores do IFRS;</li> <li>- Foram cadastrados 5 novos imóveis e realizada a atualização de 22 imóveis já registrados;</li> <li>- Movimentação e protocolo de volumes: total de 9.849 volumes, sendo 3.588 volumes via correio convencional e 6.261 volumes via malote. Obs.: o número de documentos tramitados é expressivamente maior, pois há setores que tramitam por pastas contendo dezenas de documentos e que são contabilizados como um único volume.</li> <li>- Foram contabilizados 608 procedimentos relativos a senhas dos sistemas SCDP, SIASG e SIAFI, englobando liberação de acesso, troca, inclusão, exclusão e alteração de senhas de servidores de todo o IFRS.</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - Câmpus / Reitoria - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Quadro 11 – Resultados Qualitativos e Quantitativos - PROEX**

<b>PROEX – PRO-REITORIA DE EXTENSÃO</b>	
<b>RESULTADOS QUALITATIVOS</b>	<b>RESULTADOS QUANTITATIVOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ampliação de instituições parceiras para o desenvolvimento de ações de extensão, de maneira conjunta entre servidores e discentes do IFRS e instituição conveniada, e para a realização de estágios.</li> <li>– A revisão e atualização das Instruções Normativas proporcionou maior clareza nas diretrizes emitidas pela Pró-reitoria de Extensão</li> <li>– Maior acesso aos editais externos de fomento à extensão, por servidores e estudantes, a partir da divulgação dos respectivos documentos para as Diretorias/Coordenadorias de Extensão dos câmpus.</li> <li>– A articulação entre as Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa &amp; Inovação e Extensão resultou na elaboração de novos documentos normativos, principalmente no que se refere à mobilidade estudantil (documentos finalizados) e realização de estágios e visitas técnicas (em elaboração).</li> <li>– O apoio à organização de ventos de extensão nos câmpus, através da descentralização de recursos, proporcionou maior visibilidade dos câmpus, junto às comunidades de abrangência, e socialização das ações de extensão desenvolvidas pelos servidores e discentes.</li> <li>– O fomento à participação do IFRS em eventos externos proporcionou, aos servidores e estudantes, a integração com demais instituições e o conhecimento de outras ações desenvolvidas no âmbito da extensão.</li> <li>– A descentralização de recursos financeiros da Pró-reitoria de Extensão ampliou as possibilidades de execução das ações de extensão, contribuindo para a consolidação da extensão no IFRS.</li> <li>– A atualização do material instrucional do módulo Extensão (SiEX) do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) garantiu o acesso às distintas funcionalidades apresentadas pelo respectivo sistema.</li> <li>– O acompanhamento e orientação para o registro de propostas de extensão no SIGProj possibilitou o levantamento de ações desenvolvidas no âmbito do IFRS.</li> <li>– Capacitação específica para cada servidor relacionado ao Setor de Comunicação, conforme sua área de atuação.</li> <li>– Os servidores da Comunicação do IFRS participaram ativamente da organização do II SAS, resultando no êxito do evento.</li> <li>– As reuniões promovidas pela Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS resultaram na organização dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNEs e dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABIs para: a divisão e execução dos recursos oriundos do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Realização de 01 (um) convênio, para o desenvolvimento de ações de extensão, entre o IFRS e a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.</li> <li>– Realização de 06 (seis) convênios para a realização de estágios, entre o IFRS e: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri; Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA; Petrobras; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha; Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. – UniRitter.</li> <li>– Revisão de 03 (três) Instruções Normativas.</li> <li>– Divulgação de 10 (dez) editais externos de fomento à extensão.</li> <li>– Publicação da Instrução Normativa PROEX/PROPI/PROEN nº 001/2013, que regulamenta os procedimentos para a mobilidade estudantil, nacional e internacional, de estudantes no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS.</li> <li>– Participação na elaboração da Instrução Normativa PROEN/IFRS nº 007/2013, que normatiza o aproveitamento de estudos realizados nos programas de mobilidade estudantil;</li> <li>– Participação na elaboração da Instrução Normativa PROEN/IFRS nº 006/2013, que regulamenta a condição de matrícula dos estudantes participantes de programas de mobilidade estudantil;</li> <li>– Participação na elaboração da Instrução Normativa PROEN/IFRS nº 004/2013, que regulamenta o ingresso de estudantes visitantes que realizam atividades acadêmicas no IFRS.</li> <li>– Elaboração de minuta de regulamento de estágios para os estudantes regularmente matriculados no IFRS e visitas técnicas (em elaboração).</li> <li>– A Pró-reitoria de Extensão promoveu a participação 29 (vinte e nove) de servidores e 57 (cinquenta e sete) estudantes no 31º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (Seurs), realizada em Florianópolis, SC.</li> <li>– Publicação de Instrução Normativa revisada e contendo fluxograma simplificado de cadastro, submissão, análise e acompanhamento de ações de extensão.</li> <li>– A Assessoria de Ações Inclusivas realizou 03 (três) reuniões com os coordenadores dos NAPNEs e NEABIs do IFRS.</li> <li>– O Grupo de Trabalho “Acessibilidade” desenvolveu 01 (um) checklist sobre questões de acessibilidade física, de tecnologia assistiva e comunicacional para aplicação nos câmpus e reitoria.</li> <li>– A Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS apresentou 01 (uma) proposta aos Diretores/Coordenadores de Extensão dos câmpus sobre a destinação de bolsas para as ações afirmativas desenvolvidas nos câmpus.</li> <li>– Elaboração da Política de Ações Afirmativas do IFRS.</li> </ul>

<p>Ministério da Educação e da Pró-reitoria de Extensão, visando à consolidação de ações relacionadas aos referidos núcleos; elaboração dos Regulamentos dos NAPNEs e NEABIs.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Institucionalização do Projeto de Acessibilidade Virtual no IFRS, como área da atuação da Pró-reitoria de Extensão.</li> <li>- Gerenciamento do Projeto de Acessibilidade Virtual (Projetos com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Ministério da Educação - MEC).</li> <li>- A realização de reuniões com o Comitê de Extensão foi fundamental para a ampliação das áreas de atuação da extensão, bem como para a revisão de documentos normativos e elaboração de novas diretrizes.</li> <li>- As visitas realizadas nos câmpus do IFRS proporcionou maior conhecimento das ações de extensão realizadas e serviu como ferramenta de gestão para o planejamento da Pró-reitoria de Extensão para os próximos anos.</li> <li>- Ampliação da oferta educacional a partir do Bolsa-Formação do PRONATEC.</li> <li>- A participação em eventos internos na área da extensão permitiu verificar as distintas ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFRS e suas comunidades de abrangências, auxiliando no planejamento das ações da Pró-reitoria de Extensão.</li> <li>- A participação em eventos externos na área da Extensão possibilitou a divulgação das ações institucionais e do IFRS, visando à consolidação das ações extensionistas e o papel da extensão junto à sociedade.</li> <li>- A implantação de Programas Federais na área da extensão e inclusão social ampliou a oferta educacional, principalmente a partir do Programa Mulheres Mil.</li> <li>- O painel de indicadores de extensão foi constantemente atualizado e ampliado, em nível de detalhamento de informações, ao longo do ano de 2013, para posterior elaboração e divulgação de relatórios técnicos sobre as ações desenvolvidas no IFRS.</li> <li>- As ações de extensão realizadas no ano de 2013 foram divulgadas no sítio eletrônico da Pró-reitoria de Extensão, porém sem a elaboração de relatórios. O relatório final das atividades, contendo informações gráficas será publicado até o final do primeiro trimestre do ano corrente.</li> <li>- A Pró-reitoria de Extensão manteve atualizado o sítio eletrônico, para fins de divulgação das diretrizes institucionais e demais documentos relativos à extensão.</li> <li>- A parceria entre o IFRS e rádios da Serra Gaúcha e Região Metropolitana ampliou a divulgação de material educativo produzido pelo IFRS.</li> <li>- Os encontros realizados entre os comunicadores do IFRS trataram sobre as diretrizes que estruturam a comunicação institucional, no intuito de padronizar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização e publicação do livro “Soluções Acessíveis”.</li> <li>- Auxílio no Processo Seletivo do IFRS, adaptado para pessoa com necessidades específicas.</li> <li>- Apresentação das Soluções Acessíveis do IFRS para representantes de Angola, Moçambique, San Tomé e Príncipe e Cabo Verde.</li> <li>- Apresentação das Ações de Inclusão e do Projeto de Acessibilidade Virtual no Seminário Nacional dos NAPNEs/NEABIs e em Seminários ocorridos em outros IFs (IFAM, IFBaiano, IFBrasília), URI (Santo Ângelo), Caxias do Sul.</li> <li>- Participação do Projeto “Escola para Todos – Ponte Brasil – África”, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC).</li> <li>- Representação do IFRS nos seminários nacionais e seminários promovidos por outras instituições, para apresentação de ações de inclusão.</li> <li>- A Assessoria de Assuntos Internacionais elaborou, juntamente com as Pró-reitorias de Pesquisa &amp; Inovação e Ensino, minuta que trata do Programa de Mobilidade Estudantil.</li> <li>- Foram firmados 05 (cinco) novos acordos de cooperação com instituições de Portugal e 01 (um) convênio para estágio de estudantes do Curso Superior de Viticultura e Enologia em Cantinas no Chile.</li> <li>- A Assessoria de Assuntos Internacionais apoiou a organização da 1ª Missão para Portugal do Professor, coordenador do projeto de dupla diplomação, contemplado com recursos financeiros do Edital CAPES 17/2013 – Programa de Licenciaturas Internacionais.</li> <li>- Realização de 05 (cinco) reuniões para elaboração de documento que trata da criação de Centro de Línguas nos câmpus do IFRS.</li> <li>- Apoio na organização para recebimento de professores e estudantes de instituições de ensino estrangeiras: três professores do Cegep Sherbrooke - Canadá, dois deles acompanhados por estudantes; que percorreram os câmpus do IFRS realizando ações de extensão; 03 (três) representantes do Camosun College, que visitaram o Câmpus POA e interagiram com professores e estudantes no 1º SEMEX e 01 (um) representante da Nuffic- Holanda; recebimento de uma Missão da ACCC que permaneceu no IFRS de 18 a 21 de junho, realizando palestras sobre a educação no Canadá e sobre o Programa Ciência sem Fronteiras.</li> <li>- Apoio à execução do projeto de “dupla-diplomação”- parceria entre o IFRS e a Universidade de Aveiro/Portugal.</li> <li>- Através do fomento da Capes (Edital 17/2013 – PLI) 05 (cinco) estudantes iniciaram seus estudos de mobilidade na Universidade de Aveiro em Portugal, onde ficarão estudando pelo período de 02 anos.</li> <li>- Foram encaminhados 02 (dois) estudantes para realização de estágio no exterior (um para Portugal e um para Itália).</li> <li>- O IFRS recebeu um estudante visitante, oriundo do Instituto Politécnico de Bragança para realizar disciplina de estágio no Câmpus Sertão.</li> </ul>
---	--

<p>determinadas ações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os materiais de divulgação produzidos pelo Departamento de Comunicação ampliaram a visibilidade do IFRS, bem como auxiliaram na divulgação do processo seletivo e demais eventos institucionais.</li> <li>- A produção de releases auxiliou na divulgação de assuntos relativos ao IFRS.</li> <li>- A atualização do sítio eletrônico do IFRS garantiu o acesso às informações atualizadas sobre o funcionamento da unidade educacional.</li> <li>- O sítio eletrônico do IFRS recebeu adição de ferramentas na área da comunicação (Comunique-se!), a qual é utilizada pelos usuários para o encaminhamento de notícias e posterior análise e publicação pelo Setor de Comunicação. A ferramenta “Diário da Reitora” também foi adicionada ao sítio eletrônico do IFRS no ano de 2013. Tais ações foram muito importantes para a divulgação das ações realizadas e acesso às informações e compromissos da Reitora.</li> <li>- As clippagens realizadas pelo Setor de Comunicação ampliaram a divulgação de assuntos relativos ao IFRS.</li> <li>- As clippagens de materiais referentes à área da Educação proporcionou atualização constante dos leitores, principalmente sobre o cenário da educação no país.</li> <li>- A Rádio Web IFRS foi implementada em sítio eletrônico específico, porém no formato de arquivos para download, permitindo acesso à notícia a qualquer tempo.</li> <li>- A realização do 1º Seminário de Extensão (Semex), de maneira conjunta com o 2º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (Sict), proporcionou um espaço para a socialização dos trabalhos de extensão realizados no âmbito do IFRS e suas comunidades de abrangência, bem como a interação entre pesquisadores e extensionistas.</li> <li>- A criação da Revista de Extensão VIVER IFRS proporcionou um espaço de divulgação das ações de extensão realizadas no âmbito da instituição e suas comunidades de abrangência. Com uma tiragem de 1500 (mil e quinhentos) volumes na primeira edição, a revista foi encaminhada para os distintos câmpus do IFRS e também divulgada, na versão online, para todos os Institutos Federais do país.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento e avaliação da candidatura de 226 (duzentos e vinte e seis) estudantes do IFRS inscritos em um total de 39 (trinta e nove) chamadas, contemplando 20 (vinte) diferentes países. Dos inscritos, 11 novos (onze) estudantes receberam orientações e acompanhamento individualizado para a viagem de estudos no exterior.</li> <li>- Foram realizadas 03 (três) sessões de aplicação do teste de proficiência em Língua Inglesa TOEFL – ITP com o auxílio do programa “Inglês sem Fronteiras” e de seu coordenador no IFRS, juntamente com a Assessoria De Assuntos Internacionais, abrangendo 143 candidatos.</li> <li>- Foram realizadas 04 (quatro) reuniões ordinárias do Comitê de Extensão e 01 (uma) reunião para tratar da avaliação de trabalhos do 1º Seminário de Extensão (Semex) do IFRS.</li> <li>- Foram realizadas no mínimo 12 (doze) visitas nos câmpus do IFRS.</li> <li>- Os 16 (dezesesseis) câmpus do IFRS e mais 38 (trinta e oito) unidades remotas ofertaram em 2013 um total de 6797 (seis mil e setecentos e noventa e sete) vagas, em 248 (duzentos e quarenta e oito) cursos, nos seguintes eixos: 72 (setenta e dois) em Desenvolvimento Educacional e Social; 39 (trinta e nove) em Recursos Naturais; 35 (trinta e cinco) em Gestão e Negócios; 25 (vinte e cinco) em Informação e Comunicação; 22 (vinte e dois) em Controle e Processos Industriais; 20 (vinte) em Turismo, Hospitalidade e Lazer; 15 (quinze) em Produção Alimentícia; 12 (doze) em Infraestrutura; 4 (quatro) em Produção Cultural e Design; 3 (três) em Ambiente e Saúde, e; 1 (um) em Produção Industrial. As vagas, em porcentagem, foram pactuadas com os seguintes demandantes: Ministério do Turismo (7,2%), Ministério do Trabalho e Emprego (7,8%), Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (13,7%), Ministério do Desenvolvimento Agrário (17,5%), Ministério do Desenvolvimento Social (53,8%).</li> <li>- A Pró-reitoria de Extensão esteve presente na maioria dos eventos internos nas áreas do ensino, pesquisa e extensão promovidos pelos câmpus do IFRS, bem como participou ativamente da organização do 1º Seminário de Extensão (Semex) do IFRS.</li> <li>- A Pró-reitoria de Extensão, servidores e estudantes dos Câmpus Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão participaram do 31º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (Seurs), realizado em Florianópolis, SC.</li> <li>- O Programa Mulheres Mil ofertou 700 (setecentas) vagas que resultaram em 687 (seiscentos e oitenta e sete) matrículas em 16 (dezesesseis) distintos cursos e em 08 (oito) câmpus do IFRS, sendo: 28 (vinte e oito) matrículas no curso de Auxiliar Administrativo e 21 (vinte e uma) no curso de Camareira Hospitalar, no Câmpus Restinga; 71 (setenta e um) matrículas no curso de Higienizador de Serviços de Saúde e 29 (vinte e nove) no curso de Cuidador de Idoso no Câmpus Porto Alegre; 30 (trinta) matrículas no curso de Maquiagem Cênica no Câmpus Alvorada; 50 (cinquenta) matrículas no curso de Processamento de</li> </ul>
---	---

	<p>Alimentos e 50 (cinquenta) no curso de Técnicas em Artesanato no Câmpus Erechim; 35 (trinta e cinco) matrículas no curso de Costura Industrial e 30 (trinta) no curso de Confecção de Bolsas no Câmpus Farroupilha; 34 (trinta e quatro) matrículas no curso de Soldadora MIG/MAG – Artesanato e 54 (cinquenta e quatro) no curso de Padaria e Confeitaria no Câmpus Ibirubá; 106 (cento e seis) matrículas no curso de Soldagem Básica e 34 (trinta e quatro) no curso de Reciclagem Básica no Câmpus Caxias do Sul, e; 115 (cento e quinze) matrículas no curso de Auxiliar em Confeitaria no Câmpus Viamão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O IFRS realizou convênios de cooperação com 07 (sete) rádios da Serra Gaúcha e Região Metropolitana. A parceria com o maior grupo rádios da Serra Gaúcha, que possibilitou a divulgação gratuita do IFRS, envolve a audiência em pelo menos 62 municípios.</li> <li>– Divulgação gratuita de 07 (sete) spots de rádio por dia, em pelo menos 06 (seis) rádios líderes de audiência na Serra Gaúcha.</li> <li>– Realização de 05 (cinco) encontros para tratar das diretrizes que estruturam a comunicação institucional do IFRS.</li> <li>– Produção de 05 (cinco) tipos diferentes de folderes e pelo menos 12 (doze) outros modelos para os câmpus do IFRS. Também foram produzidos cartazes e materiais impressos para a divulgação do processo seletivo, sacolas, calendários, agendas e outros materiais.</li> <li>– Foram elaborados, pelas assessorias de comunicação da Reitoria e dos câmpus do IFRS, um total de 1248 (mil duzentos e quarenta e oito) releases e encaminhadas para a imprensa.</li> <li>– Desenvolvimento de, pelo menos, 02 (duas) ferramentas de comunicação (Comunique-se e Diário da Reitoria) e 01 (um) hotsite em alusão aos 05 (cinco) anos do IFRS.</li> <li>– Elaboração e divulgação de aproximadamente 200 (duzentos) informativos eletrônicos “Notícias da Educação”.</li> <li>– Gravação de pelo menos 50 (cinquenta) programas de rádio, para disponibilização no sítio eletrônico da Rádio Web IFRS.</li> <li>– Foi realizado o 1º Seminário de Extensão (Semex) do IFRS, com participação a participação de 154 (cento e cinquenta e quatro) pessoas entre coordenadores de ações de extensão e bolsistas dos distintos câmpus do IFRS, os quais apresentaram 73 (setenta e três) trabalhos de extensão.</li> <li>– Desenvolvimento do selo comemorativo sobre os 05 (cinco) anos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.</li> <li>– Desenvolvimento de um Plano de Comunicação para o IFRS, com objetivo de normatizar as diretrizes instituições na área da comunicação.</li> <li>– Desenvolvimento de um estudo para a estruturação de um novo complexo virtual para o IFRS.</li> <li>– Estabelecimento de um Grupo de Trabalho para definição de normas para as formaturas dos estudantes do IFRS.</li> </ul>
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de estudo para a confecção de uma identidade visual para impressão de materiais institucionais do IFRS.</li> <li>- Criação de 01 (uma) revista de extensão, intitulada Revista de Extensão VIVER IFRS, para divulgação das ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFRS e suas comunidades de abrangência.</li> </ul>
--	---

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - Câmpus / Reitoria - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### Quadro 12 – Resultados Qualitativos e Quantitativos - PROPI

<b>PROPI – PRO-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO</b>	
<b>RESULTADOS QUALITATIVOS</b>	<b>RESULTADOS QUANTITATIVOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- revisão das normas e regulamentos internos referentes à pesquisa e inovação,</li> <li>- promoção de eventos de capacitação para pesquisadores,</li> <li>- elaboração de um planejamento institucional para qualificação de docentes,</li> <li>- promoção de eventos de divulgação da produção científica e tecnológica do IFRS,</li> <li>- submissão de projetos de pesquisa e inovação a editais de fomento externo,</li> <li>- Implantação dos primeiros Mestrados Profissionais do IFRS,</li> <li>- captação de bolsas de fomento para os projetos em desenvolvimento no IFRS,</li> <li>- coordenação e operacionalização dos Editais de fomento interno, tanto para bolsas de iniciação científica e tecnológica, quanto para auxílio ao desenvolvimento dos projetos (AIPCTs )</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- revisão de todas as normativas e regulamentações internas, corrigindo problemas existentes e melhorando os fluxos e procedimentos.</li> <li>- realização do I Curso de Formação para Pesquisadores, envolvendo cerca de 150 servidores do IFRS (membros do COPI, líderes de grupos de pesquisa, membros das CAGPPIs dos Câmpus).</li> <li>- elaboração do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR) e submissão do mesmo à CAPES.</li> <li>- apoio à realização das 12 mostras de pesquisa e inovação nos Câmpus do IFRS</li> <li>- organização do II Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRS (II SICT – IFRS).</li> <li>- submissão de 27 projetos ao Edital 094/2013 do CNPq, destinado exclusivamente aos servidores da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica.</li> <li>- submissão de projeto institucional ao Edital CT-Infra do CNPq-FINEP.</li> <li>- submissão de projeto ao edital do CNPq de apoio à organização de eventos científicos e tecnológicos.</li> <li>- criação de 4 comissões para elaboração de propostas pedagógicas de Mestrados Profissionais, as quais deverão submeter as referidas propostas à CAPES no ano de 2014.</li> <li>- implementação de 89 bolsas de fomento externo, sendo: 5 bolsas do PIBIC-CNPQ, 26 bolsas do PIBITI-CNPq, 26 bolsas do PIBIC-EM-CNPq, 10 bolsas PROBIC-FAPERGS, 12 bolsas do PROBITI-FAPERGS e 10 bolsas do Jovens Talento para a Ciência da CAPES.</li> <li>- implantação de 110 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PROBICT) e 95 Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica (AIPCTs).</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - Câmpus / Reitoria - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### Quadro 13 – Resultados Qualitativos e Quantitativos - PROEN

<b>PROEN – PRO-REITORIA DE ENSINO</b>	
<b>RESULTADOS QUALITATIVOS</b>	<b>RESULTADOS QUANTITATIVOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação de minuta da Organização Didática do IFRS e deflagração do processo de consulta pública da comunidade acadêmica do IFRS;</li> <li>- Conclusão das ações dos Grupos de Trabalho criados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No decorrer do ano foram avaliados 45 projetos pedagógicos de cursos técnicos (19 projetos estão em processo de alteração ou criação, 22 foram alterados em 2013 e 6 cursos foram criados), enquanto no ano de 2012 foram avaliados 18 projetos de cursos técnicos (10 projetos</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação no Conselho Superior das seguintes políticas institucionais de: a) Assistência Estudantil; b) Ações Afirmativas do IFRS.</li> <li>- Acompanhamento e consolidação do trabalho coletivo nos grupos de trabalho com foco nas Reestruturações Curriculares dos Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio; Política de Ingresso Discente; Normatização das Formaturas da instituição, PROEJA no IFRS; Monitoramento e Diagnóstico da Evasão e Retenção.</li> <li>- Consolidação do Processo Seletivo Discente Unificado no IFRS.</li> <li>- Consolidação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (CGI) do IFRS.</li> <li>- Presença institucional no Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente.</li> <li>- Consolidação do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial (CLAA PET).</li> <li>- Parceria na articulação dos Câmpus e aprovação de projetos institucionais de ensino junto à CAPES como PIBID, PRODOCÊNCIA e LIFES;</li> <li>- Constituição de uma cultura institucional alinhada à Avaliação de Cursos Superiores;</li> <li>- Trabalho em articulação crescente com as demais pró-reitorias;</li> <li>- Articulação entre as coordenações PROEJA do IFRS;</li> <li>- Articulação e capacitação dos servidores ligados às bibliotecas dos Câmpus do IFRS;</li> <li>- Capacitação inicial de servidores em Educação em Direitos Humanos.</li> </ul>	<p>em alteração ou criação, 8 alterados), ocorrendo um acréscimo de 150% em relação ao ano de 2012 nas avaliações, isso sem quantificar os cursos da Bolsa Formação – PRONATEC.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição de livros e equipamentos para as bibliotecas do IFRS</li> <li>- A Proen publicou em 2013, oito Instruções Normativas.</li> <li>- 29 PPCs de cursos superiores avaliados.</li> <li>- Foram liquidados R\$ 5.609.726,05 em recursos para a Assistência Estudantil em um total 10.486 de benefícios</li> <li>- Ressalta-se aqui a política de acompanhamento pré e pós avaliação in loco dos cursos superiores dos câmpus do IFRS, onde a equipe da PROEN, juntamente com a Procuradora Educacional Institucional. No ano em análise receberam avaliação externa 7 cursos. O IGC atribuído ao IFRS é de 4, indicando o ótimo desempenho e qualidade dos cursos ofertados pela instituição.</li> </ul>
---	---

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - Câmpus / Reitoria - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

#### Quadro 14 – Resultados Qualitativos e Quantitativos - PRODI

<b>PRODI – PRO-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>RESULTADOS QUALITATIVOS</b>	<b>RESULTADOS QUANTITATIVOS</b>
Implantação do Sistema de Biblioteca no IFRS Revisar o PDTI 2012-2013 Aquisição de computadores e software do PDTI Aquisição de computadores, softwares e contratação das capacitações apontadas no PDTI 2012-2013 Implantação da Comissão de Segurança da Informação	Foi adquirido um sistema, o PERGAMUM Todas as unidades participaram da revisão do PDTI  O processo de avaliação institucional teve a participação de aproximadamente 6.000 pessoas, dentre discentes, docentes e técnicos administrativos em educação.  No ano 2013 foram formadas 12 comissões para a elaboração do novo PDI – 2014-2018, sendo que se realizou 3 reuniões com as comissões, e 13 seminários referentes ao tema planejamento nos 12 Câmpus e na Reitoria do IFRS.
Coordenação da elaboração do Novo PDI – IFRS	Foram realizadas reuniões com as prefeituras, levantamento dos terrenos e planejamento das licitações para construção dos 4 novos câmpus do IFRS – Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão

<p>Coordenação da implantação de novas unidades</p> <p>Participar e apoiar a consolidação de convênios e acordos com outros órgãos e instituições</p>	<p>Foi constituída uma comissão, com participação de todos os câmpus e da Reitoria, para a elaboração de normativa relativas a convênios, sendo que foram levantados todos os convênios do IFRS com prefeituras e empresas.</p> <p>Foram realizadas capacitações nas área de Pesquisa Institucional, com a participação ou representação de todos os câmpus e da Reitoria do IFRS. Servidores do IFRS capacitados na área de atendimento da Procuradoria Institucional em 2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontro anual de Auxiliares Institucionais: Onze campus atingidos – 16 participantes;</li> <li>- Enade 2013: 06 participantes - coordenadores dos cursos participantes do Enade 2013;</li> <li>- Seminário de Avaliação Institucional: 78 participantes – 12 câmpus atingidos;</li> <li>- Reunião de trabalho visando à capacitação/conscientização quanto à recepção aos avaliadores do MEC/INEP quando da visita para fins de Reconhecimento dos cursos superiores: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Farroupilha: 30 servidores</li> <li>• Feliz: 40 servidores</li> <li>• Osório: 20 servidores</li> </ul> </li> </ul> <p>Total: 190 servidores capacitados na área.</p>
---	---

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - Câmpus / Reitoria - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### 2.3.1.2. Câmpus Bento Gonçalves

**Quadro 15 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Bento Gonçalves**

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
<b>Administração</b>	
Otimizar o quadro de pessoal	- Houve aumento no número de pessoal do setor e uma melhor qualificação e agilidade na elaboração dos processos licitatórios;
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Pagamentos de cursos de capacitações diversos a 65% dos servidores da ADM; - Pagamentos de inscrições, diárias e passagens aéreas para participação em cursos, seminários e palestras a servidores de todas as diretorias;
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	- Gestão Contratual: Câmpus tem 1 servidor exclusivamente para gerir contratos e fazer o acompanhamento deles, recebe qualificação adequada para o trabalho, participa de diversas atividades/cursos de aperfeiçoamento dentro e fora do IFRS; - Licitações: houve aumento no número de pessoal do setor e uma melhor qualificação e agilidade na elaboração dos processos licitatórios;
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	- temos profissionais para agilizar a gestão de recursos em elaboração de orçamentos, além de contar com o auxílio dos demais servidores dos setores.
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	- Finalização do projeto elétrico; - Término da construção do prédio da biblioteca; - Projeto nova rede de água e esgoto em fase final elaboração para licitação e execução em 2014; - Algumas ações canceladas, principalmente da estação experimental: necessita de um melhor estudo, principalmente técnico, para visualizar a viabilidade destas ações, para isso, precisamos de projetos de engenharia.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	-A sistematização de dados e disponibilização de informações é feita de forma pontual em algumas ações e setores realizadas no Câmpus.
Desenvolver a instituição estrategicamente	- Fizemos uma grande discussão com a comunidade acadêmica para alteração no Termo de Metas do Câmpus.

	- Temos uma comissão onde estudaremos junto com a comunidade acadêmica o termo de metas e ações estratégicas para melhorar nossos quantitativos de alunos para melhorar a relação professor/aluno.
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	- Os trabalhos de fluxos de trabalho e normatizações estão sendo realizados pelo Comitê de Desenvolvimento Institucional já que pensamos que o Instituto deve ter padronização nos fluxos.
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	- A estrutura tecnológica vem sendo otimizada com o passar dos anos e hoje temos toda uma estrutura que vem sendo atualizada anualmente. Neste ano foram disponibilizados notebooks aos professores para auxiliar nas atividades didáticas.
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	O processo de identificação das causas da evasão bem como a proposição de estratégias está em fase de organização pelo Departamento de Assistência ao Educando. A Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus realizou a Avaliação Institucional, a qual contemplou os Cursos Técnicos de nível médio. Dessa forma, a Direção de Ensino buscará inteirar-se dos resultados e, a partir destes, estabelecer ações e estratégias. Foram adquiridos vários livros que estão em fase de catalogação e reorganização visando o novo espaço físico da biblioteca. Ações sem descrição neste item e sinalizadas como concluídas (Auxílio financeiro, diárias e passagens).
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	Foram realizados investimentos em capacitação de professores, laboratórios, equipamentos etc, e na avaliação in loco do Inep tivemos bom retorno com aprovação de nossos cursos superiores.
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	Está sendo criada uma comissão com o fim de analisar a possibilidade de manutenção e implementação de novos cursos.
Consolidar a educação de nível superior na instituição	Foram elaborados vários projetos de divulgação, contudo não foram inseridos na mídia. Foram realizadas atividades esportivas envolvendo estudantes e servidores, entretanto, as atividades laborais ainda estão sendo planejadas.
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	A CPPD está em fase de organização do documento que implementará os critérios para a qualificação dos docentes. Está sendo criada uma comissão com o fim de analisar a possibilidade de manutenção e implementação de novos cursos.
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	- Realização da IV Mostra Técnica durante a II Semana de Educação, Ciência e Cultura; - Acompanhamento de egressos e contato com instituições para colocar em contato os estudantes com as oportunidades de mercado; - Elaboração de portal para o contato com os egressos e divulgação de oportunidades de estágio/emprego; - Fomento a participação de servidores e estudantes em eventos de Extensão.
Desenvolver ações e programas de extensão	- Fomento através do Edital de Fluxo Contínuo de ações de extensão; - Fomento através do Edital de Bolsas para estudantes em ações de extensão;
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	- Acompanhamento das atividades de estágios dos estudantes de ensino médio/técnico e superior, com montagem de dossiê com todas as avaliações e sugestões por parte do IFRS/BG, dos estudantes e instituições onde foram realizados os estágios; - Apoio, através dos núcleos NAPNE e NEABI, as atividades de ensino para estudantes e professores com estudantes que se encaixam nas atividades destes núcleos; - Prospecção de cursos de extensão para as áreas de conhecimento trabalhadas no Câmpus.
Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais	- Fomento a estas relações e convênios juntamente com a Assessoria Internacional do IFRS. - Recepção de comitiva canadense para visita ao IFRS/BG
<b>Pesquisa</b>	

Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram concedidas 14 bolsas de Fomento Interno, 3 de PIBIC – EM, 4 da FAPERGS, 5 da CNPq.</li> <li>- Foram concedidas 9 AIPCT.</li> <li>- Foram 33 trabalhos apresentados no SICIT 2013 e 34 no SICT 2013.</li> <li>- Foram aprovados 3 projetos na Chamada SETEC/CNPQ 94.</li> <li>- Concessão de 2 auxílios p/ apresentação de trabalho de pesquisa.</li> <li>- Alguns projetos no Câmpus estão sendo executados com trânsito nos três eixos temáticos: ensino, pesquisa e extensão. Podemos destacar o Programa das Unidades Pedagógicas Integradoras: a pesquisa e a extensão como meio para o ensino, sob a coordenação do Prof. Luís Henrique Gularte Ferreira.</li> <li>- O Câmpus BG vem apoiando a participação dos pesquisadores em eventos nacionais e internacionais, quando o projeto está institucionalizado conforme Instruções Normativas da Pesquisa.</li> </ul>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram utilizadas para o suporte das atividades de pesquisa, como coleta de dados a campo e busca de materiais para execução dos projetos. É importante lembrar que grande parte das diárias para Congressos, Seminários e similares, foram disponibilizadas pela Diretoria de Ensino (diárias e passagens) e pelo recurso do AIPCT.</li> <li>- As viagens e as participações em congressos foram disponibilizadas pela Diretoria de Ensino por meio de Diárias e Passagens (SCDP).</li> <li>- Apoio administrativo, logístico e estrutural.</li> </ul> <p>Foi mantido o cadastro das ações de pesquisa desenvolvidas por cada servidor</p>
Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi ofertada nova turma de pós-graduação em Viticultura.</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.3. Câmpus Canoas

**Quadro 16 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Canoas**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Serviços de seleção e treinamentos aos servidores
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	- Realizar semestralmente reunião de prestação de contas à comunidade do Câmpus Canoas
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	- Aquisição de equipamentos para o exercício de funções administrativas e docentes (notebooks para os docentes e PCs para técnico-administrativos)
Administrar o patrimônio e os recursos materiais da instituição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a manutenção e custeio do campus Canoas através de serviços e aquisição de bens de consumo</li> <li>- Obrigações tributárias e contribuições</li> <li>- Indenizações e restituições</li> <li>- Serviços terceiros P. J. - INTRA-SIAFI</li> </ul>
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
<i>Desenvolver a instituição estrategicamente</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantar os dados necessários para o PDI do IFRS</li> <li>- Promover articulação entre as diretorias e coordenadorias no câmpus Canoas e na Reitoria</li> <li>- Acompanhar a implementação e o cumprimento das ações planejadas</li> </ul>
<i>Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização</i>	- Realizar um levantamento dos fluxos de trabalho do Câmpus
<i>Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação</i>	- Implantar sistema de chamados técnicos.

<b>Ensino</b>	
<i>Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar momentos de capacitação de servidores, conforme demanda - diárias</li> <li>- Propiciar momentos de capacitação de servidores, conforme demanda – passagens</li> </ul>
<i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceder benefícios estudantis</li> <li>- Fornecer Alimentação para os alunos do Ensino Médio</li> </ul>
<i>Consolidar a educação de nível superior na instituição</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de Laboratórios de Automação em parceria com a REFAP</li> </ul>
<i>Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação Física (Lógica e Elétrica) dos Laboratórios</li> <li>- Promover a aquisição de livros de todas as áreas do conhecimento (priorizando as vinculadas à bibliografia básica de todos os cursos)</li> <li>- Garantir ingresso de novas turmas (Integrados, PROEJA, Superior Automação, Superior Logística, Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas)</li> <li>- Manter as turmas existentes (Integrados, PROEJA, Superior Automação, Superior Logística, Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Subsequente Eletrônica e Subsequente Informática)</li> <li>- Coordenar programa de acolhimento aos alunos nas primeiras semanas, apresentando os cursos e a instituição</li> <li>- Adotar estratégias de preenchimento de vagas ociosas</li> <li>- Processo Seletivo: organização e divulgação</li> <li>- Realização de Semanas Acadêmicas dos Cursos</li> <li>- Aquisição do sistema de Biblioteca</li> <li>- Promover Saídas Técnicas e Culturais</li> <li>- Oferecer pelo menos 10 bolsas de monitorias, vinculadas ao Ensino por, pelo menos, 9 meses</li> <li>- Aquisição de Software para os laboratórios: OFFICE, SWs específicos para os cursos</li> <li>- Incentivar as ações do NAPNE e do NEABI</li> </ul>
<b>Extensão</b>	
<i>Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização da Mostra de Extensão: (pôsteres, banners, palestrante)</li> <li>- Fomento da participação de servidores com projetos de Extensão em eventos. Diárias e Passagens</li> <li>- Fomento da participação de alunos bolsistas em eventos. Auxílio estudantil</li> <li>- Organizar oficinas culturais permanentes</li> <li>- Realizar visitas nas escolas públicas para divulgar os cursos do campus Canoas e buscar demandas de extensão</li> <li>- Promover a divulgação dos projetos de extensão do Câmpus Canoas em Eventos nacionais e internacionais</li> <li>- Promoção de palestras que integram temáticas ensino, pesquisa e extensão</li> </ul>
<i>Desenvolver ações e programas de extensão</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prospectar a demanda para novos cursos do PRONATEC</li> <li>- Elaboração de Edital de Bolsas Extensão 2013: 1,5% do orçamento</li> <li>- Compra de equipamentos permanentes para promoção das ações de extensão</li> <li>- Realização da Semana do Meio Ambiente</li> <li>- Organizar a Feira das Cidades</li> </ul>
<i>Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigar e mapear os arranjos produtivos locais</li> <li>- Aplicar e aperfeiçoar política de estágios</li> </ul>
<i>Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver projeto de internacionalização da instituição em parceria com a Pró-reitoria de extensão, com o estabelecimento de convênio com ao menos uma instituição de ensino do exterior</li> <li>- Estimular o estabelecimento de convênios de cooperação com Empresas, Universidades e Institutos</li> <li>- Buscar convênios com as diversas secretarias do município de Canoas</li> <li>- Ampliar os Convênios com empresas e entidades para a realização de estágios</li> </ul>

<b>Pesquisa</b>	
<i>Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofertar Auxílios</li> <li>- Disponibilizar diárias e passagens para pesquisadores</li> <li>- Adquirir livros para os projetos de pesquisa</li> <li>- Listar demanda de material de consumo para projetos de pesquisa em andamento (dados de carona e/ou três orçamentos por item)</li> <li>- Auxiliar a organização da revista científica do IFRS (pagamento de estagiário)</li> <li>- Estimular a participação dos servidores em eventos técnicos/científicos</li> </ul>
<i>Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e lançar edital 2013 para projetos de iniciação científica/tecnológica do IFRS</li> <li>- Ofertar bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica</li> <li>- Organizar e realizar o III Salão de Iniciação Científica e Tecnológica</li> <li>- Comprar equipamentos permanentes</li> <li>- Organizar o grupo de pesquisa e as linhas de pesquisa</li> <li>- Avaliar produtividade dos pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.4. Câmpus Caxias do Sul

**Quadro 17 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Câmpus Caxias do Sul**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Otimizar o quadro de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Dimensionamento docente de acordo com o Termo de Acordos e Metas.</li> <li>-Dimensionamento do quadro de servidores técnicos-administrativos relacionado com a disponibilidade dos códigos de vagas do IFRS.</li> </ul>
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Promoção de cursos de capacitação para servidores (3%).</li> </ul>
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Manter os serviços de vigilância armada e portaria, impressão e cópias, telefonia fixa, internet e locação de imóvel.</li> <li>-Segurar contra acidentes a frota de viaturas do câmpus e contra acidentes pessoais os alunos e estagiários.</li> </ul>
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Realizar os recolhimentos de INSS Patronal (quando aplicável)</li> <li>-Realizar o pagamento de pedágios</li> </ul>
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aprimorar o controle de acesso ao câmpus (portaria)</li> <li>-Manutenção e conservação de bens imóveis</li> <li>-aquisição de materiais de prevenção à incêndio</li> </ul>
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
<i>Desenvolver a instituição estrategicamente</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Realização do planejamento das ações e do orçamento para o ano de 2014.</li> <li>- Planejamento dos projetos arquitetônicos dos próximos blocos do novo campus e elaboração do Plano Diretor.</li> <li>-Dimensionamento dos Laboratórios.</li> <li>-Promoção da divulgação do Câmpus Caxias do Sul</li> </ul>
<i>Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Convocações da Reitoria para reuniões de trabalho</li> </ul>
<i>Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Melhoramento da aderência aos frameworks ITIL e Cobit.</li> <li>-Fomento da utilização de ferramentas de software livre.</li> </ul>
<b>Ensino</b>	
<i>Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acompanhamento e aperfeiçoamento do currículo e do processo de ensino e aprendizagem.</li> <li>-Convocações (Reuniões de Comitê de Ensino e outros setores ligados à</li> </ul>

	Direção de ensino).
<i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional</i>	-Provimento dos serviços de transporte para servidores e alunos para atividades extra-câmpus. -Promoção de processos seletivo para os cursos técnicos integrados ao ensino médio já implantados.
<i>Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância</i>	-Criação do NEAD – Núcleo de Educação a Distância Câmpus Caxias do Sul. -Promoção de curso para servidores sobre o uso educacional da Plataforma Moodle.
<i>Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional</i>	-Viabilização da participação de alunos nas olimpíadas das áreas de conhecimento -Fazer o levantamento de acervo bibliográfico necessário para aquisição
<b>Extensão</b>	
<i>Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade</i>	-Orientar e auxiliar alunos e servidores na criação, produção, edição e diagramação do Projeto Jornal do Câmpus (IF em Pauta). -Gerenciamento e manutenção de perfis nas redes sociais -Atualização e impressão de materiais para divulgação (banners, cartazes, flyers) do IFRS Campus Caxias do Sul em Escolas, empresas, organizações públicas e privadas de Caxias do Sul e região.
<i>Desenvolver ações e programas de extensão</i>	-Contato com Escolas e Instituições de Ensino para verificação de demandas quanto à formação de professores e consolidação de 1 curso de extensão. -Realização da II Mostra IFTEC
<i>Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais</i>	- Iniciado contatos com instituição internacional a partir do congresso internacional de educação. Aguardando retorno dos contatos. -
<b>Pesquisa</b>	
<i>Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos</i>	-Criação de convênios de cooperação em pesquisa com Empresas, Universidades e Institutos.
<i>Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico</i>	-Submissão de 3 projetos para o edital CNPQ. -Realização de visita técnica ao câmpus Erechim com o foco no desenvolvimento de pesquisa em laboratórios.
<i>Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS</i>	-Foi criado um GT com integrantes dos câmpus Feliz, Farroupilha e Caxias do Sul para trabalhar na proposta de um mestrado profissional na área de Tecnologia e Engenharia de Materiais.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.5. Câmpus Erechim

**Quadro 18 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Erechim**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Aquisição de Software	Aquisição não realizada, por não ter licitação vigente e também não conseguir recursos extraorçamentários para atingir a ação.
Aquisição de Hardware para atender as demandas do campus	Foram adquiridos os seguintes hardwares: - 117 computadores desktops, 25 notebooks, dois novos racks, 04 novos switches de rede, um sistema de videomonitoramento, Sistema backup de energia para servidores principais, sistema de ar condicionado para todos os auditórios, 25 projetores multimídia, Sistemas multimídia para as salas de aula, Telas retráteis. As aquisições foram na maior parte realizadas através do Pregão 50/2012 da Reitoria e também das caronas feitas no final do ano. Cabe salientar que os recursos utilizados foram extraorçamentários.
Treinamento Informática	Foi oferecido um curso de capacitação em Informática Básica e

	Intermediária para os servidores. O curso foi ministrado pelos servidores da área de TI do Câmpus.
Aquisição de Mobiliário para laboratórios de Informática	Foram adquiridas bancadas novas para todos laboratórios de informática e adquiridas cadeiras estofadas adequadas para os laboratórios 01 e 03. Aquisição realizada através do pregão 91/2013.
Contratação de serviços de Terceiros para manutenção e instalação de equipamentos de informática	Foi realizado processo de contratação de empresa de manutenção através do Pregão 41/2013 e 96/2013. Foi realizado Upgrade do Link de internet de 4MB para 20MB para o Câmpus.
Aquisição de mobiliário para adequação do Campus (infraestrutura)	Aquisição de mobiliário efetuada através do pregão 91/2013 e também nos processos de carona realizados no final de 2013 com a utilização de recurso extraorçamentário.
Orientar e coordenar o levantamento das demandas anuais de todas as áreas do campus com valor estimado para todos itens estocáveis	Atividade realizada antes da confecção do plano de ação para 2014, com dados utilizados na planilha orçamentária do ano de 2014.
Elaborar a proposta orçamentária do campus	Durante o exercício 2013 houve a elaboração da proposta orçamentária para o exercício 2014 sendo a mesma prevista na matriz CONIF aprovada pela SETEC no valor de R\$ 2.979.778,00 (Dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais) que aguarda aprovação da Lei Orçamentária 2014.
Orientar e coordenar o dimensionamento das necessidades de pessoal no campus	Atividade desenvolvida de acordo com as demandas de todas áreas, com participação da CIS e da CPPD do câmpus.
Fazer o levantamento das demandas de capacitação junto às áreas do campus	Foi realizada a Pesquisa de Demanda e Interesse em Capacitação pela DGP, conforme Art. 17 e Art. 18 do Programa de Capacitação do IFRS no início do ano de 2013 para a construção do Plano Anual de Capacitação.
Planejar as compras e licitações anuais com base nas demandas do campus e demais levantamentos	Planejamento realizado após término do plano de ação a nível de campus, e posteriormente nos dias 10 e 11 de Dezembro a nível de Reitoria.
Executar as licitações SRP das demandas do campus para o próximo ano	Durante o exercício 2013 o Câmpus Erechim do IFRS operou 8 pregões; 01 tomada de preço e 14 processos de dispensas de licitações, 1 processo de dispensa para contratação de obra remanescente. Também aderiu a 13 atas SRP de outras Unidades Gestoras dentro dos limites e condições legais e períodos em que esta opção esteve liberada pelos órgãos de controle. O Câmpus também participou de aproximadamente 25 pregões compartilhados pela Reitoria e demais Câmpus, buscando atender as demandas locais. Pregões comandados pelo IFRS Câmpus Erechim: 1. Pregão 19/2013 – aquisição de materiais de consumo às áreas têxtil, moda, vestuário e artesanato; 2. Pregão 35/2013 – para aquisição de materiais de consumo para os cursos na área de mecânica; 3. Pregões 41 e 96/2013 -contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos, com fornecimento de peças, para manutenção de bem móveis do IFRS - Câmpus Erechim 4. Pregão 58/2013 – para aquisição de ferramentas e ferragens; 5. Pregão 74/2013 – para aquisição de materiais de expediente e materiais escolares 6. Pregão 91/2013 – para aquisição de material permanente e de consumo 7. Pregão 106/2013 – para fornecimento e instalação de elevadores
Controlar, registrar e retornar a situação das demandas encaminhadas conforme andamento do processo de licitação, empenho e recebimento dos objetos	Todas as demandas do IFRS Câmpus Erechim são registradas em planilha de controle específica, com data da requisição, nome do requisitante, setor demandante, descrição do item, processo licitatório a que foi submetido, número de empenho, data de previsão do recebimento dos produtos bem como data do recebimento. Esse procedimento de registro das demandas

	permite acompanhar a situação da solicitação desde o recebimento da mesma no setor de Compras e Licitações do Câmpus até a chegada do bem. Semanalmente essas informações são publicadas no sítio eletrônico da instituição.
Fazer o levantamento das necessidades de infraestrutura física do campus e executar a manutenção predial	Atividade contínua devido ao grande volume espaço físico que o campus possui, e posterior manutenção por meio de dispensa e de acordo com o pregão 78/2013 da Reitoria, homologado no final do ano de 2013. Ressalta-se que devido a dificuldade de contratação muitas demandas demoraram para ser atendidas e outras foram executadas pelos próprios servidores.
Elaborar propostas de otimização do espaço físico existente	Propostas de otimização do espaço físico foram discutidas com a Direção Geral.
Fazer o levantamento patrimonial do campus - RMB	Atividade realizada mensalmente pelo Campus, de acordo com a legislação vigente. Todos os bens imóveis adquiridos e/ou recebidos em doação pelo IFRS Câmpus Erechim encontram-se devidamente registrados e identificados no sistema Patrimonial e passam por conciliação Patrimônio X Sistema SIAFI, ao mesmo tempo que sofrem depreciação mensal dentro do mesmo sistema.
Fazer o levantamento do Almoxarifado do campus - RMA	Atividade realizada mensalmente pelo Campus, de acordo com a legislação vigente. Todos os materiais de consumo adquiridos passam pelo registro e controle no setor de Almoxarifado do Câmpus que procede o fechamento do relatório mensal do Almoxarifado quando ocorre a conciliação dos valores do sistema de controle de Almoxarifado X sistema SIAFI.
Manter atualizado o Patrimônio e o Almoxarifado do campus no SIAFI, com base no RMA e RMB	Rotina realizada mensalmente pelo Departamento de Administração e Planejamento, a partir dos relatórios RMA e RMB recebidos das áreas de Patrimônio e Almoxarifado.
Executar a contratação de projetos e estudos para ampliação, reestruturação e reforma da área física do campus, de acordo com as seguintes prioridades: 1) almoxarifado e garagem; 2) 4 lab. mecânica; 3) 2 lab. vestuário; 4) estacionamento, arruamento e cercamento do campus.	Não foi possível a contratação, visto que a homologação do pregão 123/2013 da Reitoria somente homologou em Dezembro quando esta instituição já não possuía mais recursos disponíveis.
Fiscalizar as obras do campus	Fiscalizações efetuadas de acordo com a programação de viagens daquele departamento, e sempre que solicitado por essa instituição, atendendo dentro das limitações do departamento de projetos e obras.
Contratar as capacitações conforme as demandas do campus	Contratações realizadas pela Reitoria desta instituição.
Construir o prédio do almoxarifado e garagem	Solicitação de recurso extraorçamentário realizado, porém a ação foi cancelada pois não houve recurso disponível para a realização da obra.
Pintura externa do bloco 1 – Prédio Existente	Processo licitatório em andamento, devendo ser finalizado no primeiro semestre de 2014.
Demolição do pavilhão onde serão construídos novos laboratórios de mecânica	A referida ação será realizada em 2014 pela mesma empresa que vencer o certame licitatório, visto que todos os quantitativos foram considerados na planilha orçamentária, bem como a descrição dos serviços a serem realizados.
Manutenção de veículos	Todas as manutenções foram realizadas de acordo com as suas necessidades, visto que este campus teve muitas viagens durante o ano de 2013, conseqüentemente, obtivemos um desgaste maior, necessitando mais recursos orçamentários que o previsto.
Construir o prédio dos laboratórios de mecânica	Não foi possível a contratação devido ao atraso na entrega dos projetos, sendo que até o final do exercício não tivemos a entrega física dos mesmos.
Construir o prédio dos laboratórios de vestuário	Não foi possível a execução desta ação pois não havia projetos.
Construção do estacionamento, arruamento e cercamento	Não foi possível a execução desta ação pois não havia projetos.
Estagiários	Foram contratados de acordo com a disponibilidade de vagas, porém em

	virtude de troca do agente de integração algumas demandas do campus não foram plenamente atendidas.
Manutenção da unidade	A manutenção da unidade foi realizada para atender os diversos processos realizados pelo campus, principalmente no que diz respeito a materiais de consumo e contratação de serviços necessários para a manutenção do Câmpus.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
<i>Levantar os dados necessários para o PDI do IFRS</i>	Foi realizada discussão contínua com toda a comunidade acadêmica – docentes, discentes e técnicos-administrativos - do Câmpus e levantados dados preliminares relacionadas ao Câmpus para a elaboração do novo PDI do IFRS para o período de 2014 a 2018.
<i>Realizar um levantamento dos fluxos de trabalho do Câmpus</i>	Foi realizado um levantamento de dados para otimizar os fluxos de trabalho do Câmpus.
<b>Ensino</b>	
<i>Elaborar PPC dos novos Cursos</i>	A Direção de Ensino juntamente com as pedagogas do Câmpus acompanharam o andamento das atividades de ensino dos Cursos existentes no Câmpus e também auxiliaram os docentes na elaboração de PPCs de novos cursos. O setor também participou semanalmente das reuniões de coordenação de curso e dos conselhos parciais de curso, além de trabalhar em conjunto com o Setor de Assistência ao Educando, o qual conduz avaliações dos docentes pelos discentes periodicamente.
<i>Adequação e manutenção do Acervo Bibliográfico</i>	O acervo bibliográfico do Câmpus foi ampliado no ano de 2013 visando atender aos PPCs dos cursos vigentes no Câmpus. Foram adquiridos mais de 600 livros. Boa parte do acervo atende simultaneamente aos cursos superiores e aos cursos técnicos.
<i>Horas de Manutenção laboratório Mecânica</i>	Foi realizado processo de contratação de empresa de manutenção para o Laboratório de Mecânica através dos Pregões 41/2013 e 96/2013.
<i>Horas de Manutenção laboratórios Vestuário e Alimentos</i>	Foi realizado processo de contratação de empresa de manutenção para os Laboratórios de Vestuário e Alimentos através dos Pregões 41/2013 e 96/2013.
<i>Contratação de Transporte para Viagens Técnicas dos cursos de Alimentos, Vestuário, Gestão e Mecânica</i>	No ano de 2013 houve contratação de Transporte para as quatro áreas que promoveram visitas técnicas dos discentes a empresas da região e de outros estados. Foram realizadas as seguintes visitas Técnicas: <b>Área de Gestão e Negócios:</b> - Empresa Olfar Alimentos e Energia – Erechim/RS - Porto de Itajaí e Empresa Dudalina – Itajaí e Blumenau/SC - Empresa Plasbil Revestimento e Pietrobon – Tapejara/RS - 1º Fórum de Inovação: Inovação e a Interdependência da Economia – Novo Hamburgo/RS - I Semana Municipal do Empreendedorismo – Erechim/RS <b>Área de Alimentos:</b> - Queijaria Mariga – Linha 3 – Erechim/RS - Agroindústria Familiar Slaviero – Barão de Cotegipe/RS - Agroindústria Familiar João Das Massas – Barão de Cotegipe/RS - Indústrias de Processamento de Bebidas – Capela Santana/RS e Bento Gonçalves/RS - Instituto Federal Catarinense – Câmpus Concórdia – Concórdia/SC - Empresas de Fraiburgo, Videira e Treze Tílias – Fraiburgo, Videira e Treze Tílias/SC - Serviço de Análise de Rebanhos Leiteiros – SARLE – Passo Fundo/RS - Agricultura Familiar Mariga – Erechim/RS - Frigorífico de Suínos – Erechim/RS - Usina de Beneficiamento de Leite e Derivados Du Cheese – Gaurama/RS - Cooperativa Tríticola de Getúlio Vargas – Estação/RS <b>Área de Vestuário:</b> - V Simpósio Nacional de Moda e Tecnologia – Caxias do Sul/RS - Empresa Mirasul e Empresa Peregrino – Sarandi/RS - Empresa JR Meneguzzo – Erechim/RS

	<b>Área de Mecânica:</b> - Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó – Águas de Chapecó/SC - Empresa Mercopar – Caxias do Sul/RS - Acompanhamento de Competição Baja Sul 2013 – Gravataí/RS - Empresa HISA/WEG – Joaçaba/SC
<i>Aquisição de equipamentos e mobiliário para os laboratórios de Alimentos (Bloco 3)</i>	Foi realizada a aquisição através do Pregão 02/2012 UG158325.
<i>Instalação de Equipamento Antifurto para a Biblioteca</i>	O equipamento já foi adquirido porém ainda não foi instalado em função de não ter sido terminada ainda a construção do prédio da nova biblioteca.
<i>Aquisição de Mobiliário para a Biblioteca e novas salas de Aula (Prédio Biblioteca)</i>	Foi realizada a aquisição através do Pregão 34/2012 UG158141, compartilhado com todos os Câmpus para aquisição de mobiliário para bibliotecas do IFRS.
<i>Disponibilização de diárias para funcionamento dos Setores de Ensino</i>	Esta ação foi concluída, pois foram concedidas diárias aos servidores ligados ao funcionamento dos Setores de Ensino.
<i>Disponibilização de Bolsas aos estudantes, por intermédio de Editais do Setor de Auxílio ao Educando</i>	O Setor de Ensino juntamente com o Setor de Assistência ao Educando realizou 2 editais para concessão de bolsas de auxílio aos estudantes, um realizado no primeiro semestre e o outro no segundo semestre de 2013. A concessão de bolsas em 2013 pelo Câmpus Erechim totalizou um valor de R\$ 261.596,00.
<i>Aquisição de Materiais de consumo para funcionamento dos departamentos de Vestuário, Alimentos, Mecânica e Gestão</i>	Foi realizada a aquisição de materiais de consumo através dos Pregões 19/2013, 35/2013 e 91/2013.
<i>Passagens Aéreas para traslado a cursos</i>	Essa ação foi realizada pois foram concedidas passagens aéreas para um docente da área de Mecânica participar de Workshop de Microscopia Aplicada a Materiais no período de 06 de maio a 09 de maio de 2013.
<b>Extensão</b>	
<i>Aumentar a realização de projetos e programas de extensão através do fomento interno de bolsas para alunos</i>	Concessão de bolsas de fomento interno para alunos vinculados a projetos de extensão submetidos ao Edital de Fomento Interno.
<i>Aumentar a realização de projetos e programas de extensão através do fomento interno de auxílio aos extensionistas</i>	Não foram realizadas ações, pois não há rubrica específica para pagar esse tipo de auxílio aos extensionistas, somente aos pesquisadores.
<i>Aumentar a realização de projetos e programas de extensão através do fomento interno para custeio das ações</i>	Foram realizadas ações, contudo não houve recurso para o custeio das mesmas.
<i>Aumentar a realização de cursos na modalidade FIC</i>	Realização de cursos na área de Alimentos, Vestuário, Mecânica, Gestão e Informática, vinculados ao Edital Fluxo Contínuo 2013, ao Programa Mulheres Mil e ao PRONATEC.
<i>Melhorar as condições de divulgação do Campus na comunidade externa</i>	Foram realizadas exposições nas dependências do Câmpus. Foram também realizados o I Encontro de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS – Erechim e o Erechim Moda Show, eventos esses acessíveis à comunidade externa.
<i>Propiciar a manutenção do setor</i>	Realização de viagens a serviço para reuniões na Pró-Reitoria de Extensão, utilização de material de consumo e serviços necessário para as atividades de rotina do setor.
<b>Pesquisa</b>	
<i>Aumentar a realização de projetos de pesquisa através do fomento interno de bolsas para alunos</i>	Concessão de bolsas de fomento interno para alunos vinculados a projetos de pesquisa submetidos ao Edital de Fomento Interno.
<i>Aumentar a realização de projetos de pesquisa através do fomento interno de auxílio para pesquisadores</i>	Concessão de auxílios a pesquisador (AIPCT) para projetos através do Edital de Fomento Interno.
<i>Aumentar a realização de projetos de pesquisa através do fomento interno para</i>	Realização de projetos de pesquisa no Edital de Fluxo Contínuo 2013, Edital de Fomento Interno.

<i>custeio das ações</i>	
<i>Melhorar o desempenho dos servidores na área de pesquisa e inovação através de cursos de capacitação</i>	Foi oportunizado aos pesquisadores do Câmpus, membros da CAGPPI a participação em evento de capacitação de pesquisadores promovida pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRS realizada no período de 18 a 19 de junho de 2013 com carga horária de 12 horas.
<i>Fomentar a divulgação dos resultados das pesquisas no Campus</i>	Realização do I Encontro de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS – Erechim que contemplou a IV Semana Técnica, III Semana Acadêmica, II Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEx) e a I Mostra Técnica. Participação de bolsistas e pesquisadores no 2º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRS(SICT).
<i>Iniciar a implementação do Escritório Descentralizado do NIT no Campus</i>	A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação criou o NIT apenas em sua sede. No Câmpus foi criado o setor de Pesquisa que atende atualmente as demandas do Núcleo Descentralizado do NIT o qual ainda não foi institucionalizado.
<i>Propiciar a manutenção do Setor</i>	Realização de viagens a serviço para reuniões na Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, utilização de material de consumo e serviços necessário para as atividades de rotina do setor.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.6. Câmpus Farroupilha

**Quadro 19 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Farroupilha**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
	<b>Administração</b>
Otimizar o quadro de pessoal	Nomeação de novos servidores para o quadro efetivo: 13 técnicos administrativos ; 16 Docentes ; Contratação de 4 professores temporários e/ou substitutos; Contratação de 11 novos estagiários; Todos foram realocados nos setores onde o quadro de pessoal estava mais deficitário, permitindo a realização do fluxograma dos setores e coordenações em conjunto com a coordenação de Desenvolvimento Institucional; Quanto aos professores, supriram as demandas dos cursos.
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	CAPACITAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2013: Curso de IRP (2 servidores); Curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência (2 servidores); Curso de Elaboração de Planilhas (2 Servidores); Curso sobre Retenção de Tributos na contratação de bens e serviços (2 servidores); Dois Congressos Latino-americanos de Ciências Políticas (1 servidor); Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (1 servidor); Arquivo Nacional (1 servidor); Contratos de Obras e Serviços de Engenharia - Gestão e Fiscalização (3 servidores); Direitos Humanos (5 servidores); Processos Administrativos PAD (3 servidores); 12th Brazilian Power Eletronics Conference (1 servidor); 3ª Mostra de Produção Científica e Tecnológica (1 servidor); 9º Colóquio de Moda (1 servidor); Marc 21 – Pergamo (1 servidor);

	<p>XII Encontro SBPMAT (1 servidor);  Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE) (1 servidor);  Formação de Pregoeiros ESAF/RS (3 servidores);  Educação Financeira no ensino médio para uma aprendizagem significativa (1 servidor);  Legislação de Pessoal (4 servidores);  Apresentação de trabalho oral e participação em mesa redonda (1 servidor);  III Encontro Nacional das CPPD's das Instituições Federais de Ensino (1 servidor);  Encontro de CPPDs do IFRS (5 servidores)  Afastamento para participação em programas de qualificação stricto sensu (Doutorado) para 3 docentes;  Constituição da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA);  Levantamento das demandas de capacitações para 2014 com a participação da COA.</p>
<p>Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios</p>	<p>Planejamento de compras e licitações anuais com base nas demandas do câmpus por áreas e demais levantamentos;  Estruturação do setor de compras e licitações composto por 03 servidores;  Nomeação de 01 servidor para o setor de Gestão de Contratos;  Execução de 03 Pregões pelo próprio câmpus: Pregão 86/2013 -Serviços de Transporte Municipal;  Pregão 102/2013 -Aquisição de Equipamentos para Laboratórios;  Pregão 137/2013 -Aquisição de Equipamentos para a Tecnologia Assistiva.  Implantação do Sistema de Banco de Preços;  Manutenção dos contratos de serviços terceirizados vigentes, adequando a nova realidade do câmpus;  Viabilização de pregões para a contratação de outros serviços terceirizados necessários para atender as demandas do câmpus;  - Não foi implantado os serviços de reprografia no câmpus. Será analisada a viabilidade para atender esta demanda.</p>
<p>Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento</p>	<p>Para a elaboração da proposta orçamentária do câmpus foram feitas reuniões com os representantes de cada área dos cursos oferecidos pelo câmpus, mediante a demanda de materiais, serviços e equipamentos, com valores de orçamento pré-definidos, divididos por áreas.  A proposta orçamentária foi divulgada a todos servidores e apresentada em reunião geral e aprovada pelo Conselho Superior do câmpus.  Anualmente é feita a prestação de contas da execução do orçamento em reunião geral.</p>
<p>Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria</p>	<p>Acompanhamento e fiscalização das obras da Biblioteca e Almoxarifado:  Biblioteca: 50% da obra executada; valor pago até 31.12.13 - R\$ 663.632,99.  Almoxarifado e entorno: 90% da obra executada; valor pago até 31.12.13 - R\$ 133.589,95.  Aquisição de mobiliários e equipamentos de uso administrativo para os servidores do câmpus. R\$ 43.568,00.  Aquisição de um veículo utilitário Roggar. R\$ 38.721,00  - Aquisição de equipamentos de laboratório de Automação e Redes Industriais, de Eletrônica, de Polímeros, de Eletrotécnica, de Metalurgia, de Mecânica, e de Informática, através do Pregão 102/2013. R\$ 530.224,86 e  Carona 14/2013 R\$ 272.000,00  - Aquisição de Materiais de consumo demandados pela áreas. R\$ 73.740,00.  - Contratação de Serviços de Terceiros P.J. demandados pelas áreas. A demanda ficou para 2014.</p>

	<p>- Pagamentos de seguros de alunos e estagiários, pedágios. R\$ 29.772,94</p> <p>Licenciamentos, seguro dos veículos. Foi realizado pregão 01/2012 pela reitoria.</p> <p>- Pagamentos dos contratos de terceirização do câmpus. R\$ 539.128,26</p> <p>- Pagamento de taxas de administração e estagiários do câmpus. R\$ 62.561,55</p> <p>- Pagamento do fornecimento de energia elétrica, água, correios, telefone. R\$ 103.251,59</p> <p>Obs: O pregão da telefonia móvel e 3 G não foi concretizado em 2013. Será realizado novamente em 2014.</p> <p>- Manutenção e funcionamento geral do câmpus. Processos executados.</p> <p>- Publicações oficiais na Imprensa Nacional. R\$ 16.000,00</p> <p>- Locação de impressoras. R\$ 22.305,67</p> <p>- Locação de serviços de transportes municipal, intermunicipal e interestadual. R\$ 24.246,14</p> <p>- Pagamento de diárias e passagens aéreas a servidores. R\$: 36.628,39</p> <p>- Pregão 137/2013 -Aquisição de Equipamentos para a Tecnologia Assistiva através de recursos extra orçamentários.. R\$ 99.432,10</p>
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	<p>Criação de mural da DI e disponibilização no corredor do prédio 1</p> <p>Realocação dos murais da extensão e pesquisa para o prédio 1</p> <p>Promoção do envio de um email por cada coordenação após alguma reunião de seu respectivo comitê</p> <p>Criação de uma planilha compartilhada com todos os servidores do Campus, contendo as ações realizadas, previstas e iniciadas da DI</p> <p>Implementação de relatório bissemanal entregue para a DI sobre o que foi realizado pelo setor da TI</p> <p>Condução da discussão sobre o novo PDI</p>
Desenvolver a instituição estrategicamente	<p>Criação de um grupo de combate a incêndios</p> <p>Alimentação dos Sistemas educacionais e censos escolares: SISTEC, CENSUP e EDUCACENSO</p> <p>Criação do Organograma do Campus</p> <p>Consolidação do Plano de Ação 2014</p> <p>Criação do Formulário de Diagnóstico Docente</p> <p>Acompanhar os indicadores institucionais</p> <p>Divulgar os indicadores institucionais</p> <p>Redução de custos (Esplanada Sustentável)</p> <p>Em conjunto com a spa coordenar o projeto de avaliação institucional</p> <p>Aplicação on line do formulário discente</p> <p>Implementação do Diagnóstico Discente para os Ingressantes</p>
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	<p>Consolidação do uso do 'SIA'</p> <p>Estudar e implementar estratégias de melhoria da comunicação intersetorial</p> <p>Fluxogramas dos Setores</p>
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	<p>Padronização para agendamento de reuniões através do uso da Agenda do Google</p> <p>Criação de uma Política de TAGs para envio de e-mails institucionais</p> <p>Criação de um Poster com Dados Históricos</p> <p>Escrita do documento com justificativa em relação as diferenças entre os dados do SISTEC e EDUCACENSO</p> <p>Aumento do uso do SUAP no Campus</p> <p>Identificação de Software livre chamado FET para Alocação de Carga Horária entre as disciplinas e os professores possíveis</p>
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	<p>Aquisição do acesso para as Normas ABNT on-line, disponível para consulta na rede interna do Câmpus</p> <p>Utilização de todo o orçamento de R\$ 230 mil em auxílio financeiro aos estudantes regulares em condições de vulnerabilidade socioeconômica que comprometam a sua condição de permanência e êxito nas atividades acadêmicas do IFRS Câmpus Farroupilha.</p> <p>Elaboração em conjunto entre docentes, coordenações/ representantes de</p>

	<p> cursos, direção de ensino e bibliotecária de duas listas para aquisições de bibliografias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi aproveitado o pregão nº 062013, da UASG 158155 (IFRN) e empenhado o valor de R\$ 10.507,34.</li> <li>• Foi adiado para 2014 o pregão interno a ser organizado pelo DAP do IFRS Câmpus Erechim.</li> </ul> <p>Solicitação e acompanhamento junto ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos livros didáticos do Ensino Médio para o ano de 2014.</p>
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	<p>Participação dos docentes em eventos de Capacitação promovidos pela Reitoria, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2º SAS – Seminário Anual de Servidores</li> <li>• Capacitação em Educação e Direitos Humanos</li> <li>• II Encontro de Avaliação Institucional e de Cursos do IFRS.</li> <li>• Organização, utilização e acompanhamento dos recursos da Assistência Estudantil:</li> <li>• EDITAL Nº 05/2013 FARROUPILHA, em 07 de março de 2013 - PROGRAMA DE BENEFÍCIOS 2013/1</li> <li>• EDITAL Nº 19/2013 FARROUPILHA, em 05 de julho de 2013 - PROGRAMA DE BENEFÍCIOS 2013/2</li> </ul> <p>Reuniões estratégicas com as coordenações/ representantes de cursos. Realização de pré-conselhos, dos conselhos de classe e encontros com os pais dos alunos do curso técnico integrado ao Ensino Médio. Investimento na capacitação da bibliotecária para a utilização do sistema informatizado Pérغامum. Aquisição de uniformes escolares para os alunos do curso técnico Integrado ao Ensino Médio</p>
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	Acompanhamento através do COEN sobre as ações da nova Coordenação de Ensino a Distância/PROEN.
Consolidar a educação de nível superior na instituição	<p>Passamos com êxito obtendo o Conceito 4 no processo de renovação de reconhecimento do curso superior de tecnologia em Processos Gerenciais. Atualizações de PPCs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.</li> <li>• Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.</li> <li>• Curso de Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional.</li> </ul>
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	<p>Informatização do setor de registros escolares. Criação de regulamentações que auxiliem na condução das atividades de Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução/Farroupilha nº 29, de 21 de Junho de 2013: Fluxo para entrega de Atestados por parte dos Alunos.</li> <li>• Resolução/Farroupilha nº 31, de 19 de Agosto de 2013: Documentos Acadêmicos, dentre eles o fluxo para os Planos de Ensino.</li> <li>• Resolução/Farroupilha nº XX, de 19 de Dezembro de 2013: Certificações de Conhecimento e Extraordinário Aproveitamento de Estudos.</li> </ul> <p>Aumento da equipe do setor de Ensino do Câmpus Farroupilha com a chegada de uma psicóloga e de um TAE - técnico em assuntos educacionais. Também estão previstos para 2014 mais um pedagogo, assistente social, mais um assistente de alunos e um auxiliar em assuntos educacionais.</p>
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	<p>Divulgação nos seguintes setores:</p> <p>Empresas: Grupo Marcopolo, Grendene, Grupo Tramontina, Plásticos Panisson, Tecnovidro, Tonin, Multicolor, Sulpet, Bigfer, Autotravi Borrachas, Plástico Itália, Darthel, Tecnovidro, Trombini, Móveis Florense, Tecnicolor, Fibra Brasil, Palmeta água, Lojas Colombo, Plásticos Orlandi, Soprano , Grupo Randon e Sazi;</p>

	<p>Prefeituras: Veranópolis (Sr. Carlos Alberto Spanhol); Farroupilha (Sr. Claiton Gonçalves e Antônio Prado (Sr. Nilson Camatti);</p> <p>Secretária de Educação: Carlos Barbosa (Sr. Paulo César Bellaver); Garibaldi (Sr. Arrigo Fontana); Flores da Cunha (Sra. Ana Paula Zamboni Weber) e São Marcos (Sra. Evelise Catafesta Marcante);</p> <p>Entidades: CICS (Farroupilha e Caxias do Sul), SIMECS, SIMPLÁS e CDL;</p> <p>Diretoras de Escolas: São Marcos, Garibaldi, Flores da Cunha e Caxias do Sul;</p> <p>Escolas de Farroupilha: Colégio Est Farroupilha; Colégio São Tiago; Escola Estadual Olga Ramos Brentano; E.E. de Ens. Fdm. Júlio Mangoni; E.E de Ens. Fdm. Ilza Molina Martins; E.E de Ens. Fdm. N. Sra. De Caravaggio; E.E de Ens. Fdm. Oscar Bertholdo; E.E. de Ens. Fdm. Teotonio Vilela; E.E de Ens. Fdm. Zelinda Rodolfo Pessin e E.E de Ens. Fdm. Nova Sardenha;</p> <p>Escolas de Carlos Barbosa: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pedro Piccoli; Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito José Chies e Escola Santa Luzia;</p> <p>Escolas de Flores da Cunha: Escola Municipal Primeiro de Maio; Escola Municipal Rio Branco; Escola Estadual Frei Caneca; Escola Estadual São Rafael; Escola Municipal Pedro Ceconello; Escola Municipal Professor Targa; Escola Municipal São José.</p> <p>Divulgação em rádio e jornal com Material gráfico/divulgação: 30.000 flyers/folders, 1.300 adesivos, 10 faixas, 20 banners, 600 squeeze, 2000 blocos, 2000 canetas, 5.000 bottons, 2000 bolsas eventos, 120 agendas que atenderam o processo seletivo, institucional e cursos. Sendo gasto o valor total de R\$ 22.863,88.</p> <p>Visitas Técnicas: no período de 2013 foram feitos 18 visitas técnicas gasto R\$ 13.503,00.</p> <p>Feira Tecnológica: a feira ocorreu no período de 29/10 e 01/11, a apresentou uma programação diversificado para diferentes públicos com: palestras(semana acadêmica), teatro, shows, mesa redonda e apresentação de trabalhos culturais e acadêmicos. Gastos R\$ 11.116,80</p> <p>Meios de Comunicação: os murais foram reformados e realocados no Instituto, adotamos o facebook como outra forma de comunicação, foi implantado o fluxo de trabalho. A segunda edição do jornal interno (informa-se) foi utilizado com forma de divulgação: impressos, mídias digitais (site, e-mail, facebook e releases). O câmpus apresenta uma deficiência com relação a falta de jornalista, para auxiliar na implantação da política impressa/comunicação</p> <p>Realização de Convênios: em decorrência da aproximação do Instituto com as empresas e entidades, possibilitou a assinatura dos convênios a seguir: (a) Empresa: Grendene; (b) Prefeituras: Canela, Farroupilha; (c) Entidades: CICS e SIMECS, CDL. A assinatura com a empresa Grendene representa um marco, por ser o primeiro convênio com uma empresa assinado pelo Câmpus Farroupilha</p>
<p>Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão</p>	<p>Eventos culturais:</p> <p>Curso de extensão Música e Cultura no Câmpus Farroupilha;</p> <p>Bate-papo com o cantor e compositor Leo Aprato;</p> <p>Câmpus Farroupilha no 3º Lugar em Danças Tradicionalistas;</p> <p>Programa da Série Concertos Legais da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre;</p> <p>Show de Talentos;</p> <p>Pocket Show Rodrigo Nassif;</p> <p>Show Oly Jr.;</p> <p>Intercambistas Palestraram para Alunos do Ensino Médio.</p> <p>Pesquisa dos Egressos: nesta pesquisa foi analisado: avaliação institucional, perfil socioeconômicos dos egressos, curso técnico cursado pelo egresso, emprego, nível de satisfação do egresso, continuidade dos estudos, dificuldades enfrentadas pelos egressos nos cursos.</p>

	Participação em eventos: Câmpus Farroupilha Marca Presença na Reunião-Almoço da Cics de Farroupilha, Câmpus Farroupilha Participa da Plastech Brasil, Palestra almoço com Everaldo Carniel
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	<p>Submissão de proposta em parceria com a UFSM para a chamada MEC/SETEC/CNPq N° 94/2013 – Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica;</p> <p>Submissão de proposta conjunta com o IFRS para a chamada MCTI/SETEC/CNPq N° 92/2013 – Apoio à Implementação e Capacitação de Núcleos de Inovação Tecnológica;</p> <p>Aquisição de aproximadamente R\$97.000,00 em equipamentos para criação de laboratório de desenvolvimento e produção de tecnologias assistivas;</p> <p>Realização de Convênios: em decorrência da aproximação do Instituto com as empresas e entidades, possibilitou a assinatura dos convênios a seguir: (a) Empresa: Grendene; (b) Prefeituras: Canela, Farroupilha; (c) Entidades: CICS e SIMECS, CDL. A assinatura com a empresa Grendene representa um marco, por ser o primeiro convênio com uma empresa assinado pelo Câmpus Farroupilha.</p>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	<p>09 bolsas de iniciação científica e tecnológica de fomento interno no valor de R\$400,00/mês;</p> <p>04 auxílios institucionais para pesquisa científica e tecnológica no valor de R\$4800,00 cada;</p> <p>18 bolsas de iniciação científica e/ou tecnológica de fomento externo (CNPq, MCTI, CAPES e FAPERGS);</p> <p>07 projetos de pesquisa em pós graduação cadastrados com outras instituições de ensino;</p> <p>08 alunos aprovados no programa Ciência sem Fronteiras;</p> <p>Feira Tecnológica: a feira ocorreu no período de 29/10 e 01/11, a apresentou uma programação diversificado para diferentes públicos com: palestras(semana acadêmica), teatro, shows, mesa redonda e apresentação de trabalhos culturais e acadêmicos. Gastos R\$ 11.116,80;</p> <p>Suporte ao envio de discente para apresentação de trabalho científico em 02 eventos nacionais;</p> <p>Suporte ao envio de docentes e técnicos administrativos para apresentação de trabalho científico em 01 evento nacional e 02 internacionais;</p> <p>Publicação de mais de 20 artigos em congressos nacionais e internacionais;</p>
Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS	Início da elaboração de curso de Mestrado Profissional Intercampi, em conjunto com os campi Feliz e Caxias do Sul, na área de Materiais.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.7. Câmpus Feliz

**Quadro 20 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Feliz**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Assinatura de Periódicos	- Ação realizada conforme planejado.
Despesas com telefones celulares para direção	-
Implementação e impressão de material de divulgação das atividades/cursos do câmpus	- Ação realizada com sucesso.
Pagamento de taxas administrativas junto aos órgãos municipais, estaduais e federais	- Ação realizada com sucesso.
Ressarcimento de transporte terrestre e pedágios	- Ação realizada com sucesso.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Realizar um levantamento dos fluxos de trabalho	- Atividade realizada sistematicamente durante as rotinas do

do Câmpus	Câmpus, buscando a disponibilização de informações estratégicas.
Elaborar Material de Divulgação (folder, panfletos, banner, pastas, pin, etc) de cada curso do Campus e dos Processos Seletivos anualmente.	- Esta ação é uma constante e faz parte da rotina do Câmpus.
Acompanhar processo de divulgação do Campus na mídia local no que se refere a comunicação institucional e processo seletivo.	- Foi acompanhado todo o processo de divulgação do Câmpus.
Normatizar os processos institucionais internos e externos.	- Foi feita a normatização de uso dos laboratórios.
Regulamentar atividades escolares.	- Foi construído o regime disciplinar discente.
Regulamentar setores do Campus através de normatizações e fluxo de processo.	- Ação iniciada e realizada parcialmente.
Promover dois eventos institucionais para divulgação do Campus Feliz junto a comunidade local.	- Foram organizados a Mostra Técnica e a Semana Acadêmica dos cursos.
Acompanhar o processo de avaliação da instituição junto a SPA.	- Processo realizado com sucesso.
Acompanhar a implantação do regimento do Campus.	- O regimento está sendo implementado conforme o surgimento das demandas internas e externas.
Elaborar cronograma de avaliação e acompanhamento do Plano de Ação 2013.	- Acompanhamento e avaliação do Plano de Ação realizada com sucesso.
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	- Foram elaborados os PPCs de 03 cursos superiores e de uma especialização, buscando a verticalização do ensino.
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	- Atividades de rotina desempenhadas diariamente no Câmpus.
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	- Ação iniciada através da indicação do coordenador de EAD no Câmpus.
Consolidar a educação de nível superior na instituição	- Foram elaborados os PPCs de 03 cursos superiores e de uma especialização
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	- Foi planejado um calendário de atividades de formação pedagógica (palestras, oficinas, minicursos, etc) - Foi estendido o horário de funcionamento de biblioteca aos três turnos com a expansão do quadro de pessoal
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	- Foram prospectados novos cursos do PRONATEC - Foram realizadas visitas técnicas a empresas com vistas a firmar convênios. - Foi organizada a II Mostra Técnica do Câmpus. - Foram feitas ações de divulgação do Campus Feliz em Eventos Científicos.
Desenvolver ações e programas de extensão	- Foram desenvolvidas diversas ações de Extensão do Câmpus Feliz junto à comunidade interna e externa.
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	- Foram desenvolvidas ações articulando diferentes níveis de formação promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	Foi atualizada a parte de P&I no sítio da internet do Campus Feliz: inserção de material de apoio, divulgação de editais de fomento e informações acerca de P&I Foi realizado levantamento das demandas da P&I no Campus Feliz Lançado Edital para Bolsas de Iniciação Científica Lançado Edital para Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica Foram realizadas visitas técnicas a empresas com vistas a firmar convênios de P&I Foram feitas reuniões de pesquisadores para aprimorar as linhas de pesquisa e grupos de pesquisa do Câmpus

	<p>Foi realizado o levantamento das demandas administrativas da P&amp;I no Campus Feliz</p> <p>Foi organizada a II Mostra Técnica do Câmpus</p> <p>Participo-use efetivamente das convocações da PROPI e Comitê de Ética</p> <p>Foi feito um seminário de pesquisa e inovação</p> <p>Organizado Curso de Estatística e Desenvolvimento de Projetos</p>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	Foi implantado parcialmente um escritório do NIT
Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS	Foi feito um levantamento do potencial técnico-científico do Campus Feliz para a implantação de Pós-Graduação

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.8. Câmpus Ibirubá

**Quadro 21 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Ibirubá**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Capacitação de Servidores: origem pública, origem privada. Publicações Legais
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	- Adquirir conjunto de equipamentos de laboratório Eletro-eletrônica (Parcial)
	- Adquirir equipamentos de laboratório de Mecânica (Parcial)
	- Adquirir conjunto de Equipamentos para Laboratório de Ensino de Matemática (parcial)
	- Implantar Laboratório de Ensino de Química (parcial)
	- Implantar Laboratório de Hardware (parcial)
	- Implantar Laboratórios de Redes de computadores. (parcial)
	- Construir prédio para Biblioteca Central
	- Adquirir conjunto de mobiliário para biblioteca (parcial)
	- Adquirir acervo bibliográfico (parcial)
	- Reformar Módulo Esportivo
- Reformar instalação de bovinos de leite	
- Aquisição de equipamentos para a área de TI do campus (parcial)	
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Desenvolver a instituição estrategicamente	- Realizar ações e estudos com o intuito de implantar modelo de funcionamento da TI no campus (parcial)
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	- Promover o re-planejamento da infraestrutura de comunicação do campus (telefonia e rede lógica) (parcial)
	- Articular ações junto a administração para realizar investimentos na área de TI do campus (parcial)
<b>Ensino</b>	
Consolidar a educação de nível superior na instituição	- Realizar processo seletivo para a Licenciatura em Matemática
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	- Realizar processo seletivo para o curso de Técnico em Informática, Técnico em Mecânica e Técnico em Agropecuária, na modalidade Integrado
	- Realizar processo seletivo para os cursos de Técnico em Mecânica e Técnico em Eletrotécnica, na modalidade subsequente
	- Mapear os educandos em situação de possível evasão
	- Promover metodologias de assistência ao educando (através de serviço de orientação educacional)
	- Criar e revisar projetos de cursos e submeter para aprovação do Conselho de Câmpus e posterior aprovação pelo Consup
	- Realizar a supervisão pedagógica dos cursos

	- Promover Assistência financeira ao Educando
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	- Participação em Eventos (workshops, feiras regionais, eventos acadêmicos)
	- Realização de Termos de cooperação / parcerias / comodatos
	- Acompanhamento e Realização de cursos na modalidade FIC
Desenvolver ações e programas de extensão	- Promoção de atividades culturais
	- Realização de visitas técnicas
	- Realização de Programas, Projetos e outras ações de extensão
	- Realização de ações de extensão voltadas aos portadores de necessidades especiais
	- Realização de ações para estruturação da Coord. Extensão
	-
<b>Pesquisa</b>	
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	- Consolidar o grupo de pesquisa nas áreas de atuação do Campus
	- Promover a participação de servidores e alunos em eventos científicos, inclusive com a apresentação de trabalhos
	- Realizar pesquisa aplicada juntamente com os setores produtivos
	-

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.9. Câmpus Osório

**Quadro 22 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Câmpus Osório**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Otimizar o quadro de Pessoal	- Estruturar o setor de licitações do Câmpus Osório.
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Promover a formação continuada dos servidores, mantendo e ampliando as ofertas de cursos disponível no próprio câmpus. - Promover a qualificação dos servidores viabilizando a participação em programas de capacitação gerais ou específicos de área, tais como, cursos, palestras, encontros e reuniões.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	- Viabilizar licitações para aquisições de materiais de consumo necessários para o funcionamento dos departamentos e setores administrativos e pedagógico do câmpus Osório. - Manutenção de contratos de serviços terceirizados vigentes, adequando a nova realidade do câmpus. - Viabilizar licitações para a contratação de outros serviços terceirizados necessários para atender as demandas do câmpus Osório. - Construção da área de convivência para alunos e servidores no câmpus Osório.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	- Realizar reuniões/encontros com a comunidade do IFRS, visando planejar e divulgar o orçamento anual do câmpus Osório.
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus Osório	- Adequar a estruturação dos setores administrativos e pedagógicos do câmpus para o recebimento de novos servidores. - Execução da infraestrutura definitiva da nova sede do Câmpus (redes de energia elétrica, telefonia e rede lógica de dados). - Estruturar os laboratórios de biologia, química, física, matemática e edificações no câmpus Osório na sede própria. -Estruturar os laboratórios de informática no câmpus Osório na sede própria.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	- Previsto

Desenvolver a instituição estrategicamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar a elaboração do Plano de Ação.</li> <li>- Desenvolver metodologia para prospecção e justificativa de novos curso.</li> </ul>
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver ferramentas de apoio aos departamentos administrativos e de ensino do Campus (Processos, compras, reservas, formulários).</li> </ul>
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar processo de elaboração do PDTI/DTI.</li> <li>- Acompanhar projeto de ingresso do Campus na RNP(DTI 2012/2013).</li> <li>- Estruturar sala para videoconferência do Campus.</li> <li>- Viabilizar o acesso à internet para a comunidade acadêmica em áreas do Campus.</li> </ul>
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar estudos e ações visando evitar e/ou minimizar a evasão escolar.</li> <li>- Traçar estratégias para o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem.</li> <li>- Realizar processos seletivos.</li> <li>- Promover estratégias para transversalidade entre ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>- Promover estratégias para integração entre os estudantes</li> <li>- Integrar o Programa de Formação Pedagógica de Professores do IFRS.</li> </ul>
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar estudos orientados e nivelamento para todos os níveis de ensino no semestre.</li> <li>- Elaborar o calendário e as atividades educacionais a serem desenvolvidas.</li> <li>- Promover programa de assistência ao educando.</li> <li>- Realizar estudos para novos cursos não contemplados no plano de metas.</li> <li>- Estudar a viabilidade de Integrar REDE-certific</li> <li>- Formação de um Comitê do Campus para propor alternativas de acesso em ações afirmativas.</li> <li>- Viabilizar Grêmio Estudantil.</li> <li>- Apoiar as atividades do NAPNE no campus.</li> <li>- Apoiar as atividades do NEABI no campus.</li> <li>- Estudar a viabilidade de oferta de Curso no eixo Infraestrutura.</li> </ul>
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação núcleo de EaD no campus.</li> <li>- Implantação núcleo de EaD no campus (Extra orçamentário).</li> <li>- Integrar Programa E-TEC.</li> </ul>
Consolidar a educação de nível superior na instituição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivar nova turma do CST Processos Gerenciais.</li> <li>- Efetivar CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.</li> </ul>
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar fórmula para preenchimento de vagas ociosas.</li> <li>- Promover Semana Acadêmica por curso</li> <li>- Realizar estudos e possibilidade de implantação de Laboratórios para as disciplinas de Química, Física, Biologia, Matemática, Gestão, Alimentos e Informática.</li> <li>- Atualização do acervo bibliográfico.</li> <li>- Realizar reuniões revendo as ações do plano de metas do ensino.</li> <li>- Efetivar curso no eixo de produção alimentícia.</li> <li>- Efetivar novas turmas do ensino médio integrado.</li> <li>- Efetivar novas turmas do ensino técnico subsequente.</li> <li>- Promover a articulação pedagógica com os pais no Ensino Médio Integrado.</li> <li>- Promover cursos de aperfeiçoamento docente, e apoiar a participação em eventos promovidos por outras instituições.</li> <li>- Estruturar setor de Registros Acadêmicos.</li> <li>- Estruturar setor da Biblioteca.</li> </ul>
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de pelo menos um evento cultural envolvendo a comunidade interna e externa.</li> <li>- Incentivar a divulgação das ações de extensão desenvolvidas no Campus.</li> <li>- Elaborar e Promover uma Mostra de Extensão (Pesquisa, ensino, extensão).</li> <li>- Promover ações de sensibilização de empresas com possibilidade de oferecer vagas de estágio.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover um Seminário de Formação de Professores</li> <li>- Estudar a viabilidade de um núcleo de línguas</li> </ul>
Desenvolver ações e programas de extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a extensão no âmbito do campus através de edital interno para bolsas.</li> <li>- Fomentar a extensão no âmbito do campus através de edital interno para custeio de ações de extensão.</li> <li>- Elaboração de pelo menos dois projetos de extensão no Campus.</li> <li>- Elaboração de pelo menos um programa de extensão no Campus.</li> <li>- Promover pelo menos uma ação de integração entre os alunos.</li> <li>- Dar continuidade na promoção de cursos de idiomas.</li> <li>- Promover pelo menos uma ação multidisciplinar.</li> <li>- Desenvolver um projeto voltado a 3ª idade</li> <li>- Promover cursos para alunos com dificuldades de aprendizagem e alto rendimento.</li> <li>- Elaborar ações com parcerias externas ao Campus.</li> </ul>
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar um projeto de ação social.</li> <li>- Promover atividades de incentivo ao empreendedorismo</li> <li>- Promover convênios de estágio.</li> <li>- Promover ações para acompanhamento de egressos.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações Canceladas.</li> </ul>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a pesquisa no âmbito do campus através de edital interno de taxa de bancada (AIPCT) para pesquisa.</li> <li>- Participação em edital de fomento externo.</li> <li>- Projetos de pesquisa no Campus (No mínimo um projeto por grupo).</li> <li>- Promover evento no campus (Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão)</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.10. Câmpus Porto Alegre

**Quadro 23 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Câmpus Porto Alegre**

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
<b>Administração</b>	
Otimizar o quadro de pessoal	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contratação de servidores técnico-administrativos e docentes através de concurso público (ação em andamento).</li> <li>2. Efetivação dos Programas de Transferência Interna (Inter-Câmpus) conforme Edital nº 2 de 06 de dezembro de 2013, sendo o processo finalizado em 20.12.2013, com 02 (dois) técnicos com processos de transferência interna deferidos (ação concluída).</li> <li>3. Mapeamento de processos de trabalho que justifique a implantação da flexibilização de carga horária dos servidores técnicos administrativos. O mapeamento foi realizado em parceria com CIS, Gestão de Pessoas e Direção Geral, conforme Portaria nº 231 de 13.05.2013 (ação concluída)</li> <li>4. Levantamento de informação para realização de mapeamento que permita identificar e controlar a atual distribuição de códigos de vagas do Câmpus Porto Alegre. Esse levantamento será realizado pela CIS e CPPD com apoio da DGP-Câmpus POA conforme determina a Resolução nº 015 de 30 de outubro de 2013 (ação em andamento).</li> </ol>
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	<ol style="list-style-type: none"> <li>5. Realização de cursos de capacitação aos servidores, através da contratação de serviços da ESAF;</li> <li>6. Implementação da Instrução Normativa nº 002, de 23 de janeiro de 2013 que regulamenta, os critérios para análise dos processos de solicitação de afastamento de docentes para participação em eventos de capacitação-qualificação stricto sensu e os procedimentos que deverão ser adotados pela DGP, PROPI, CPPD e Conselhos de Câmpus. Com a implementação da</li> </ol>

	<p>normativa, 9 (nove) docentes puderam afastar-se para cursos de qualificação. Destaca-se também que 2 (dois) técnicos administrativos puderam afastar-se para cursos de qualificação.</p> <p>7. A Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS - Câmpus Porto Alegre, articulada com as demais diretorias sistêmicas do Câmpus, em conformidade com a política nacional de desenvolvimento dos servidores, coloca à disposição da sua comunidade interna o Plano de Capacitação para o ano de 2013 (ação em andamento).</p> <p>Esse plano irá nortear as ações de desenvolvimento integral dos servidores, integrando ações de capacitação que, através da promoção da aprendizagem, propiciem um crescimento pessoal e laboral dos servidores, o que gerará um melhor desempenho da instituição.</p> <p>Neste documento estão expressas as ações de Capacitação propostas para este ano. Entende-se como capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.</p> <p>Para a elaboração deste plano, contou-se com a colaboração de outras diretorias sistêmicas do Câmpus, a fim de levantar necessidades e informações a fim de oferecer ações que sejam pertinentes tanto ao servidor, quanto à Instituição.</p> <p>As ações de capacitação ocorrerão ao longo do ano e estão pautadas pela otimização de recursos da instituição. O plano de capacitação 2013 contempla duas linhas de ação: capacitações institucionais e solicitação direta de cursos. O plano de capacitação teve como sua primeira ação o CURSO DE FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO DO CÂMPUS, Edital nº 057 de 7 de junho de 2013. Conforme Relatório de Capacitação, 14 (quatorze) servidores concluíram o curso.</p> <p>8. Criação do COA (Comissão de Organização e Acompanhamento) do IFRS – Câmpus Porto Alegre, constituída em 29/11/2013, conforme portaria nº 606 de 26 de dezembro de 2013. Essa comissão é composta por um membro da DGP (Câmpus POA), CIS e CPPD conforme prevê o parágrafo único do art. 13 do Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS. Essa comissão têm como objetivo articular com a DGP-REITORIA, todas as ações necessárias para o cumprimento integral do Programa de Capacitação dos servidores do IFRS. Como primeira ação, foi enviada para todos técnicos administrativos e coordenadores de área um formulário com algumas questões, no intuito de que fossem definidas as equipes de trabalho e apontadas as metas coletivas pactuadas e as necessidades de capacitação para cada membro da equipe de trabalho. Salienta-se que essa ação está em andamento.</p>
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios.	<p>9. Divulgação dos atos licitatórios no site do câmpus;</p> <p>10. Publicação mensal dos Boletins de Serviço;</p> <p>11. Desenvolvimento de Licitações compartilhadas entre os câmpus.</p> <p>12. Compras associadas ao Programa Esplanada Sustentável.</p>
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	<p>13. Aprovação dos planos orçamentários pelo Conselho do Câmpus;</p> <p>14. Deliberação, junto às áreas acadêmicas, das necessidades de aplicação de recursos em investimentos;</p>
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	<p>15. Estudo dos espaços internos do câmpus e elaboração de projeto estrutural e arquitetônico que contemple a reunião efetiva de todos os cursos e setores do câmpus em um só prédio;</p> <p>16. Reforma da Sede Centro, átrio, laboratórios dos Cursos de Panificação, Auditório do 9º andar, salas de aula, refeitório.</p>
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	<p>1. Consolidação do Campus Digital, disponibilizando, via Internet, aos alunos e professores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Matrícula;</li> <li>- Acompanhamento de conceitos e frequência;</li> <li>- Horário das aulas;</li> <li>- Diário de classe.</li> </ul> <p>2. Implantação dos Sistemas de RH, Patrimônio, Acadêmico e de Seleção, desenvolvidos pelo Campus Porto Alegre.</p> <p>3. Adequação da home page do Campus para fornecer acessibilidade universal.</p>

Desenvolver a instituição estrategicamente	4. Convênio com a Rede Nacional de Pesquisa para ingresso na RedeComep (Metropoa); 5. Consolidação do Convênio com a Editora Grupo A, originando a publicação de cinco obras inéditas, por professores do Câmpus, em diversos eixos tecnológicos.
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	6. Discussão, junto ao Conselho do Câmpus e suas comissões internas, das principais rotinas e fluxos, bem como suas normatizações;
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	7. Implantação da Rede Wireless no Campus; 8. Ampliação da infraestrutura de rede física e lógica de computadores; 9. Ampliação da infraestrutura de rede de telefonia; 10. Substituição e modernização da Central Telefônica. 11. Readequação dos laboratórios de informática e redistribuição dos softwares instalados para melhor atender a comunidade acadêmica.
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	1. Execução do Programa de Monitoria Acadêmica 2. Implementação do LAD (Laboratório de Apoio Didático) 3. Consolidação do Ciclo de Relatos de Experiências do Câmpus Porto Alegre 4. Realização do Mostratec em parceria com a Pesquisa e com a Extensão 5. Realização dos encontros de avaliação de curso com os representantes de ensino técnico e superior 6. Implementação do Programa de Acompanhamento ao Aluno Ingressante - PAAI 7. Realização do II Seminário de Formação Pedagógica com a participação do Prof. Dr. Cipriano Luckesi e do Prof. Dr. Júlio Walz. 8. Construção de normativas em relação: a atividades práticas externas, a certificação de conhecimentos, a regulamentação de estágios das licenciaturas, aos procedimentos de justificativas de faltas, aos exercícios domiciliares.
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	9. Implementação do Fórum Permanente de Formação Docente (FORDOC) 10. Realização do PLAINAVA (Planejamento-intervenção-avaliação) como forma de gestão compartilhada com coordenadores de ensino técnico e superior 11. Implementação das áreas acadêmicas e de seus respectivos colegiados 12. Realização de parceria tutorial entre a Direção e Coordenação de Ensino e os cursos oferecidos no Campus 13. Realização dos Fóruns Semestrais de Avaliação de Curso 14. Acompanhamento das reuniões dos Colegiados dos Cursos técnicos e de graduação.
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	15. Elaboração e aprovação dos Cursos Técnicos na modalidade à distância de Redes de Computadores e de Biblioteconomia para serem implementados em 2013/2. 16. Reorganização do NEAD (Núcleo de Educação à Distância) para que novos projetos possam ser empreendidos.
Consolidar a educação de nível superior na instituição	17. Realização de formação específica para professores sobre avaliação institucional; 18. Aquisição de material bibliográfico específico para os cursos superiores; 19. Realização mensal da reunião de coordenadores de ensino superior; 20. Implementação dos colegiados de curso superior; 21. Implementação dos NDEs (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos superiores.
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	22. Realização de fóruns mensais de coordenadores de cursos técnicos; 23. Implementação do NDE para cursos técnicos; 24. Realização de semanas acadêmicas dos cursos técnicos e superiores; 25. Acompanhamento qualitativo do desempenho discente; 26. Acompanhamento das taxas e processos de evasão realizado pelo GT Evasão 27. Acompanhamento da relação entre formação profissional e ingresso/permanência no mundo do trabalho por meio do GT Egressos.
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	1. O setor de Comunicação desenvolveu estratégias no sentido de divulgar as ações de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade, por meio do site institucional, das redes sociais que contam com aproximadamente 6.600 seguidores (Twitter, Facebook e Youtube), cartazes em murais e pela assessoria

de imprensa (contato com a mídia externa para divulgação em jornais, tvs, rádios, portais de internet). O setor de Comunicação do Câmpus colabora divulgando as ações de Extensão para a comunidade, por meio do site institucional, das redes sociais (twitter, facebook, youtube), cartazes em murais e pela assessoria de imprensa (contato com a mídia externa para divulgação em jornais, tvs, rádios, portais de internet).

2. Site institucional: Durante o ano de 2013, no site institucional do Câmpus, no endereço [www.poa.ifrs.edu.br](http://www.poa.ifrs.edu.br), foram publicadas cerca de 145 notícias divulgando ações de Extensão ou envolvendo o trabalho da Diretoria de Extensão, entre notícias sobre eventos, projetos, programas, cursos, abertura de editais e seus resultados, incluindo Pronatec e Mulheres Mil.

3. Redes sociais: Já nas redes sociais, foram utilizadas as contas do Facebook: [facebook.com/ifrspoa](https://www.facebook.com/ifrspoa) e do Twitter: [twitter.com/ifrs\\_poa](https://twitter.com/ifrs_poa), onde são replicadas todas as notícias veiculadas no site institucional, portanto foram mais de 100 notícias publicadas nas redes sociais mencionadas. Ainda no Facebook foram criados aproximadamente 20 álbuns de fotos envolvendo ações de extensão realizadas dentro e fora do câmpus, e no final do ano também foi criada uma conta especialmente para o Pronatec: [facebook.com/pronatecifrspoa](https://www.facebook.com/pronatecifrspoa), que até o momento está com 53 seguidores.

4. Canal de vídeos: O setor gerencia um canal de vídeos no Youtube, no endereço: <http://www.youtube.com/user/ifrspoa>, onde estão publicados alguns vídeos de ações como as apresentações do Projeto Prelúdio, os melhores momentos da Taça IFRS - Câmpus Porto Alegre de Futsal, e do curso de Fotografia para adolescentes das escolas de educação especial;

5. Mídia externa: Quanto à mídia externa (imprensa, rádio, tv e sites), enviamos as sugestões de divulgações para os veículos, mas como não temos assinatura de jornal e nem pessoal no setor para realizar a clipagem de tudo que sai envolvendo o câmpus na mídia, no momento não é possível quantificar quantas vezes foram publicadas; eventualmente ficamos sabendo por pessoas que nos procuram e contam que leram algo que saiu no jornal;

6. Inserções em sites: Inserções sobre ações de extensão em sites como o da Secretaria Estaduais e Municipais, e notas em jornais (impressos e online) como Correio do Povo (seção Ensino) divulgando a Semana Acadêmica da Licenciatura em Ciências da Natureza, e Zero Hora (Economia) e Diário Gaúcho (seção Espaço do Trabalhador), divulgando as inscrições para o Pronatec ([wp.clicrbs.com.br/trabalhador/2013/06/25/cursos-gratuitos-na-capital-2/?topo=52,1,1,,186,e186](http://wp.clicrbs.com.br/trabalhador/2013/06/25/cursos-gratuitos-na-capital-2/?topo=52,1,1,,186,e186); [zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/empregos-e-carreiras/noticia/2013/07/ainda-ha-vagas-para-cursos-gratuitos-no-campus-do-ifrs-em-porto-alegre-41...](http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/empregos-e-carreiras/noticia/2013/07/ainda-ha-vagas-para-cursos-gratuitos-no-campus-do-ifrs-em-porto-alegre-41...)).

7. O Núcleo de estágios criou a página no Facebook, [facebook.com/estagiosifrspoa](https://www.facebook.com/estagiosifrspoa) há pouco mais de um ano. Através dela divulgam-se primariamente vagas de estágio, de emprego e informações sobre concursos abertos, além de informações sobre o setor. A página é atualizada diariamente, com divulgação de vagas de estágio. É enviada divulgação sobre a página através do moodle para ter-se um número maior de alunos do câmpus como "seguidores", o que teve efeito positivo, pois até hoje se ultrapassou a marca de 1.180 seguidores, nos quais se incluem estudantes de outras instituições, além de empresários e instituições que tratam de vagas de estágio e de emprego;

8. Página do Núcleo de Estágio no site do IFRS – Câmpus Porto Alegre: O site do IFRS é utilizado para disponibilizar modelos de documentos que os alunos precisam para registrarem seus estágios, além de serem mantidas informações que visam orientar os alunos quanto aos seus estágios. Vagas de estágio e de emprego também são divulgadas no site, porém com menos frequência que na página do Facebook.

9. Página da Diretoria de Extensão no site do IFRS – Câmpus Porto Alegre: manutenção do site atualizado com editais (bolsas de extensão e fluxo contínuo) e orientações para submissão de propostas e relatórios, além de Instruções Normativas importantes. A atualização é feita em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação;

10. Mural: manutenção do mural da Diretoria de Extensão atualizado com a publicação de editais abertos e a divulgação de ações de extensão;

	<p>11. E-mail: envio de e-mails de divulgação e informativos aos servidores do Câmpus.</p>
<p>Desenvolver ações e programas de extensão</p>	<p>12. Formaturas: 2 formaturas de Cursos Técnicos contemplando um total de 80 formandos e mais de 600 convidados; 1 formatura de Cursos Superiores com 13 formandos e público de cerca de 300 pessoas; 5 formaturas do PRONATEC (5 na instituição e 1 na FASE), contemplando cerca de 400 formandos);</p> <p>13. Eventos: Semana Farroupilha com atividades integradoras com um público de cerca de 50 pessoas; 2 Eventos de Recepção a Comitivas Canadense e Uruguaia com público de 90 pessoas.</p> <p>14. Instalação do NEABI: obtenção da sala no 4º andar, obtenção de 2 computadores, notebook, projetor de multimídia;</p> <p>15. Eventos: Evento em homenagem ao 21 de março: Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; Diálogos Negros, Indígenas e cotas raciais: percepções: 1ª edição em maio de 2013. Este é um evento de caráter permanente que tem como objetivo refletir sobre as cotas raciais e seus impactos na vida de seus beneficiários e da sociedade; COPENE SUL - Congresso de Pesquisadores (as) negros(as) da Região Sul: Participação no período de 24 a 26 de julho de 2013 na cidade de Pelotas/RS; Encontro de NEABIs dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul: organização e realização da primeira edição que se realizou nos dias 29 e 30 de outubro;</p> <p>16. Regulamento dos NEABIs do IFRS: Participação na elaboração regulamento.</p> <p>17. Espaço para prática esportiva: de março a julho disponibilizou para a comunidade o Ginásio de Esportes do Colégio Pão dos Pobres para a prática esportiva com duas quadras, todos os sábados das 10h00 às 12h00;</p> <p>18. Evento esportivo: 3ª Taça IFRS Câmpus Porto Alegre de Futsal Masculino e feminino, ocorrida nos meses de junho e julho, com a participação de 08 equipes masculinas e 02 equipes femininas;</p> <p>19. Sala de ginástica e musculação: disponibilização da sala de ginástica, com orientação de um estagiário de Ed. Física, sempre sob a vigilância de sua coordenação; a partir de setembro de 2013, foi instalada nas dependências da sala de ginástica uma mesa de pingue pongue, oficial e em dezembro, foram instaladas uma mesa de sinuca (bilhar), uma mesa de futebol de botão e uma mesa de pebolim. Início das obras em dezembro de reforma nos banheiros do décimo andar a fim de transformá-los em vestiários (um masculino e um feminino), com chuveiro e armários, para que os usuários da atividade de musculação, após seu treino, possam usufruir deste benefício.</p> <p>20. Evento: o NAPNE do Câmpus desenvolveu o evento Deficiência: Educar na Diversidade, que se realizou no dia 27 de novembro de 2013, das 18h30min. às 22h30min. O evento buscou apresentar temas ligados à educação inclusiva, por meio de uma abordagem prática e cotidiana. Foram ministradas as seguintes palestras 'Legislação protetiva aos deficientes' ministrada pela Profª Inajara Piedade da Silva e ' A educação do aluno surdo' ministrada pela profª Carolina Comerlato Sperb.</p> <p>21. Cineclube do IFRS – Câmpus Porto Alegre: foi dada continuidade ao programa Cineclube criado em 2011 pela Coordenadoria de Projetos Culturais.</p> <p>22. Curadoria de exposição fotográfica em evento: a exposição fotográfica “KATAKATA” faz parte do acervo do Museu de Arte Contemporânea do RS (MACRS) e foi uma das atrações do <a href="#">Encontro de NEABIs</a> que aconteceu no Câmpus Porto Alegre do IFRS.</p> <p>23. Cursos de Extensão: desenvolvimento do curso de Extensão em Fotografia para Adolescentes Especiais promovido em parceria com as Escolas Municipais de Educação Especial Fundamental (EMEEF) de Porto Alegre Elyseu Paglioli e Lygia Averbuck e a participação com aulas de fotografia no Curso de Higienizadores de Serviços em Saúde do Programa Mulheres Mil.</p> <p>24. Fomento a ações de extensão: ao longo de 2013 foram disponibilizados os editais de extensão:</p> <p>25. Edital PROEX/IFRS nº 112/2012 - Fluxo contínuo 2013; contando com 107 propostas cadastradas, entre programas, projetos, cursos, eventos.</p> <p>26. Edital PROEX/IFRS nº 12/2013 - Bolsas de Extensão 2013, concedendo 20 bolsas de extensão, sendo 10 para alunos do ensino técnico e 10 para alunos do ensino superior, cumprindo a meta de utilizar 1,5% do recurso do câmpus em</p>

	<p>bolsas de extensão, destinadas a discentes.</p> <p>27. Editais de seleção de bolsistas de extensão do IFRS Câmpus Porto Alegre: 25/2013, 36/2013, 61/25013, 77/2013 e 88/2013.</p> <p>28. Edital PROEX/IFRS nº 26/2013 - Fomento Externo 2013, contando com o Programa PET-Conexões Gestão Ambiental selecionado.</p> <p>29. Participação, divulgação e acompanhamento de eventos de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1º SEMEX: a Diretoria de Extensão acompanhou os coordenadores e bolsistas de extensão no SEMEX 2013, com a apresentação de 3 trabalhos, sendo um deles premiado, bem como atuou como avaliador no evento;</li> <li>- 14º Salão de Extensão da UFRGS: a Diretoria de Extensão participou da divulgação do evento no Câmpus, bem como intermediou as inscrições dos trabalhos do Câmpus no evento em que foram apresentados 3 trabalhos na modalidade tertúlia;</li> <li>- 31º SEURS: participação de trabalhos do Câmpus, sendo um deles premiado;</li> <li>- 14ª Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão: participação da Diretoria de Extensão na equipe organizadora, atuando principalmente na emissão de certificados para os trabalhos orais e pôsteres, bem como dos trabalhos premiados;</li> <li>- Pronatec em Diálogo: participação no evento com equipe do Pronatec do Câmpus no evento promovido pela Pró-Reitoria de Extensão.</li> </ul> <p>30. Atividades administrativas: desenvolvimento das atividades administrativas pertinentes à Diretoria de Extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle, arquivamento e organização da documentação relativa às atividades de extensão realizadas no IFRS Câmpus Porto Alegre;</li> <li>- Gerenciamento das ações de extensão no sistema SIGProj/SIEx;</li> <li>- Protocolo de ações e relatórios de extensão no SUAP;</li> <li>- Gerenciamento dos editais de bolsas de extensão e acompanhamento e regularização dos bolsistas de extensão;</li> <li>- Emissão da certificação das ações de extensão protocoladas junto à Diretoria de Extensão;</li> <li>- Cadastramento de cursos de extensão e matrículas no SISTEC;</li> <li>- Reuniões CGAE: Convocação, realização e redação das atas de reuniões da Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE) para acompanhamento de ações extensionistas.</li> </ul> <p>31. Atividades de participação em comissões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COEX: Participação de reuniões na Pró-Reitoria de Extensão, em Bento Gonçalves, na qualidade de membro do Comitê de Extensão do IFRS, assim como na reunião de encerramento realizada no Câmpus Osório;</li> <li>- CGAE: participação como membro da comissão, bem como atuação ao presidir as seções.</li> </ul> <p>32. Implementação e desenvolvimento de Políticas Públicas: Destaca-se que as metas estabelecidas para o ano de 2013 para a Diretoria de Extensão foram executadas, considerando-se a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, como se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que contou com 1.443 alunos matriculados em 27 cursos (52 turmas), em 6 eixos tecnológicos, atendendo a 4 demandantes (Pronatec Brasil Sem Miséria, Pronatec Jovem FIC, Pronatec Seguro-Desemprego, Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado).</li> <li>- Programa Mulheres Mil: Implementação do Programa Mulheres Mil, instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011, que objetiva a formação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, além de proporcionar a reflexão acerca de relações de gênero, direitos da mulher, cidadania, geração de trabalho e renda e sustentabilidade. A formação profissional das mulheres se deu mediante a oferta de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) com temáticas provenientes das demandas locais. Foi ofertado no Câmpus Porto Alegre o Curso de Higienizadores de Serviços em Saúde em parceria com a Escola GHC, sendo desenvolvido em 6 eixos: 1. Gênero, identidade e cidadania; 2. Saúde, corpo e movimento; 3. Linguagem, Arte e Cultura; 4. Inclusão Digital; 5. Sustentabilidade e Geração de Trabalho e Renda; e 6. 2 turmas Higienização em Serviços de Saúde. Foram matriculadas 68</li> </ul>
--	--

	mulheres, divididas em duas turmas. O Câmpus Porto Alegre deu suporte também aos cursos de Cuidador de Idosos e de Maquiagem, desenvolvidos pelo Câmpus Alvorada do IFRS.
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	<p>33. Núcleo de estágios - Proposta de formulário de avaliação: Apresentação no fim do ano de 2013 nas reuniões de coordenadores de cursos técnicos e superiores de uma proposta de formulário, através do qual os alunos egressos e concluintes avaliariam as disciplinas de seus cursos, conforme a utilidade delas para a vida profissional deles até então (estágios e empregos). Conforme a formos desenvolvendo, pretendemos aplicá-la em 2014 a fim de fornecermos estes dados aos colegiados dos cursos no sentido de embasar modificações de disciplinas, de PPCs, etc;</p> <p>34. Participação na 14ª Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão: articulação da participação do CIEE na Mostra de 2013, com um estande para divulgação de vagas de estágio aos alunos, além de cadastramento destes para que recebessem indicações de estágios, conforme surjam oportunidades para seus perfis.</p> <p>35. Convênios: Formalização de 66 convênios de estágios nacionais com diversos setores (empresas, instituições, órgãos públicos, etc.), intermédio de 394 termos de compromisso, de 127 aditivos e de 62 rescisões de termos de compromisso. Os convênios foram firmados a partir da identificação da demanda de mercado e necessidades dos cursos ofertados pelo Câmpus Porto Alegre, permitindo uma troca de conhecimentos e experiências e a permanente análise dos currículos dos cursos ofertados.</p> <p>36. Representação em reuniões: representação eventual do IFRS e do Câmpus Porto Alegre em reuniões nas Secretarias Estaduais de Política Públicas para Mulheres, do Trabalho (DETRAB), na FASE, na Secretaria do Trabalho e Emprego do município de Porto Alegre, na FASC e demais setores vinculados à oferta de cursos FIC para a comunidade;</p> <p>37. Reuniões para firmar parceria com a prefeitura de Eldorado do Sul: realização de reuniões para ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada do Pronatec no município de Eldorado do Sul;</p> <p>38. Reunião para prospecção de demanda para o Pronatec em 2014: reunião com a Secretaria do Trabalho e Emprego do município de Porto Alegre para o estudo das demandas municipais através de documentos relacionados ao mundo do trabalho para embasar a pactuação de cursos para 2014 de acordo com os arranjos produtivos locais e suas demandas, com a previsão de oferta de 800 vagas em cursos de qualificação profissional no âmbito do Pronatec.</p>
Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais	39. Diretoria de Extensão - Estabelecimento de relações: Incentivo à realização do Projeto de Extensão Cinema, Cultura e o Mundo do Trabalho - Intercâmbio Brasil/Canadá, cujo objetivo foi o de realizar um estudo de necessidades e propor atividades que estreitassem as relações interculturais estabelecidas entre o IFRS e a Camosun College (Victoria/Canadá), para fins de um intercâmbio entre docentes e discentes dessas duas instituições. O referido projeto teve um bolsista de extensão selecionado e desenvolveu ainda o evento Experiências Estudantis no Contexto Canadense que trouxe o palestrante Bruce McCormack da Camosun College ao Brasil a fim de estreitarem-se as relações.
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	1. Apoio ao NIT/Incubadora.
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	2. Organização dos Editais de fomento interno e externo, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> <li>- fomento interno: Edital PROPI Nº 015/2012, por meio dos quais foram concedidas 13 bolsas BICTES/BICET a alunos do IFRS câmpus Porto Alegre;</li> <li>- fomento externo: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) 2012/2013, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS);</li> <li>- fomento externo: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PROBITI) 2012/2013, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS);</li> <li>- fomento externo: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) 2012/2013, do CNPq;</li> <li>- fomento externo: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica</li> </ul>

	<p>(PIBIC) 2012/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);</p> <p>- fomento externo: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM) 2012/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).</p> <p>3. Pagamento das 09 cotas de Auxílio Institucional à Pesquisa Científica e Tecnológica (AIPCT), no valor de R\$ 3.600,00 cada, concedida a 09 pesquisadores do IFRS câmpus Porto Alegre, contemplados mediante edital.</p> <p>4. Controle das prestações de contas relativas ao AIPCT.</p> <p>5. Concessão de auxílios financeiros a pesquisadores do IFRS câmpus Porto Alegre para participação de eventos técnicos/científicos no Brasil e/ou exterior, conforme Portaria 128, de 17 de junho de 2011.</p> <p>6. Controle, arquivamento e organização de toda a documentação relativa às pesquisas realizadas no IFRS câmpus Porto Alegre.</p> <p>- Gerenciamento de projetos de pesquisa no SIGProj.</p> <p>- Protocolo de projetos e relatórios de pesquisa no SUAP.</p> <p>7. Organização e convocação das reuniões da Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI), a fim de se discutirem assuntos e deliberarem ações relativas ao fomento da pesquisa e inovação no IFRS câmpus Porto Alegre.</p> <p>8. Participação em reuniões mensais e extraordinárias realizadas na Reitoria, em Bento Gonçalves (RS), e convocadas pela Comissão de Pesquisa e Inovação (COPI); em tais reuniões, além de se discutirem políticas de fomento à pesquisa e inovação nos campi do IFRS, constituem-se comissões de avaliação, bem como grupos para a avaliação dos relatórios das pesquisas em andamento, submetidos pelos pesquisadores do IFRS contemplados com bolsas de fomento interno e/ou externo.</p> <p>9. Organização da Comissão da 14ª Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS câmpus Porto Alegre, realizada entre os dias 26 e 28 de novembro de 2013, e condução de reuniões mensais de março a julho e quinzenais de agosto a outubro para o desenvolvimento das ações do evento.</p> <p>10. Apoio à PROPI com a participação em comissões de elaboração de editais, de normatização de pós-graduação, de revisão de instruções normativas e resoluções.</p>
Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS	<p>11. Reuniões de sistematização dos Projetos do Mestrado Profissional.</p> <p>12. Orientações aos professores da área de Ciências Sociais Aplicadas, quando da elaboração do PPC do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Empresarial.</p>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.11. Câmpus Restinga

**Quadro 24 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Restinga**

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
	<b>Administração</b>
Otimizar o quadro de pessoal	- Programa de Integração de novos servidores; - Ações para a Gestão de Pessoas.
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Capacitação de servidores técnicos administrativos; - Capacitação de servidores docentes; - Promover evento de integração de servidores.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	- Publicação de editais, portarias e documentos referentes a licitações; - Criação de equipe para gerenciar contratos e licitações realizadas pelo câmpus; - Elaboração do Plano Anual de Aquisições para 2014;

	- Definição de fluxos de trabalho para aquisições de equipamentos e serviços.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	- Reservar recursos para ressarcimentos (transporte terrestre); - Elaboração do Orçamento 2014 a partir do Plano de Ação 2014; - Publicação online da execução do orçamento 2013; - Planejamento de projetos especiais para captação de recursos extra-orçamentários.
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria	- Manter e ampliar o Serviço de Limpeza do Câmpus; - Manter serviço de fornecimento de água e esgoto; - Ampliar número de impressoras locadas para atender as demandas administrativas, ensino, pesquisa e extensão; - Manter o Serviço de Vigilância do Câmpus; - Manter o serviço de abastecimento dos veículos oficiais; - Contratar serviço de manutenção predial; - Manter serviço de publicações oficiais e correios; - Dar suporte e manutenção das atividades administrativas, ensino, pesquisa e extensão (aquisição de material de expediente, consumo e pagamento de bolsas e estagiários); - Implantar serviço de copa e cozinha; - Manter serviço de recepção do câmpus; - Manter gestão dos contratos no câmpus; - Elaborar processos licitatórios do câmpus; - Executar ações de sustentabilidade para o câmpus; - Aumentar a largura de banda da internet; - Aquisição de equipamentos para implantação do data Center do câmpus; - Construir o prédio de almoxarifado do câmpus; - Concluir os blocos de laboratório e edificações do câmpus.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	- Organizar e disponibilizar as informações do Campus referentes às metas estipuladas pelo MEC, bem como ao alcance dos objetivos estratégicos; - Apoiar a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional através da participação no Comitê.
Desenvolver a instituição estrategicamente	- Acompanhamento do Plano de Ação 2013, considerando a consolidação orçamentária anual (Previsto x Realizado), a ser repassada trimestralmente; - Construir coletivamente o Plano de Ação e o Orçamento 2014; - Desenvolver ações para melhorias nos serviços do poder público municipal.
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	- Mapear e documentar os principais fluxos de trabalho (processos de negócio) do câmpus.
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	-- Auxílio/suporte à comunidade (discentes, docentes e administrativos); - Auxílio na aquisição de maquinário (computadores) para laboratórios; - Manutenção do maquinário (computadores) existente; - Participação do CSIC (Comissão de Segurança da Informação e Comunicação do IFRS), onde foi discutido e criado a POSIC (Política de Segurança da Informação e Comunicação) do IFRS; - Participação da COMTI (Comissão de Tecnologia da Informação), onde foram discutidos projetos e metas da TI.
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	- Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer; - Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial; - Reformulação dos cursos do eixo de Informação e Comunicação.
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional	- Estruturação do NEABI; - Manutenção e ampliação da política de Auxílio Permanência (recurso extra-orçamentário IFRS); - Realização de processos seletivos; - Integração e capacitação dos programas de orientação pedagógica e psicológica, assistência social e assistência ao educando; - Organização da III Mostra Científica do Campus Restinga; - Manutenção do quadro de estagiários da Biblioteca; - Realização da semana acadêmica dos cursos; - Construção de documentos que visam regulamentar a política de ensino do

	Câmpus (Jubilamento, avaliação, NDE, Colegiado, estudo de evasão); - - Inserção da instituição no Programa Vou à Escola.
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	- Apoio a Pró-Reitoria de ensino no desenvolvimento da Educação a Distância no IFRS.
Consolidar a educação de nível superior na instituição	- Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer; - Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial; - Manutenção do curso tecnólogo Análise e Desenvolvimento de Sistemas; - Aquisição de assinatura anual de periódicos especializados, na área do curso de graduação e áreas gerais.
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	- Aquisição de equipamentos para laboratórios cursos de informática; - Aquisição de equipamentos para laboratórios dos Cursos Téc. Eletrônica e Sup. Eletrônica Industrial; - Aquisição de acervo bibliográfico; - Participação dos servidores em fóruns de discussão de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica; - Aquisição de equipamentos para laboratório de línguas; - Organização das atividades de qualificação dos servidores; - Realização de curso de formação pedagógica para servidores; - Manutenção do curso técnico integrado Informática para Internet; - Manutenção do curso técnico integrado Eletrônica; - Manutenção do curso técnico subsequente Guia de Turismo; - Manutenção do curso técnico subsequente Administração; - Manutenção do curso técnico subsequente em Manutenção e Suporte de Computadores; - Manutenção do curso técnico subsequente Informática para Internet; - Aquisição de merenda escolar para os alunos do curso técnico integrado; - Aquisição de material para laboratório de desenho técnico; - Realização de visitas técnicas extracurriculares; - Realização de atividades de nivelamento dos novos alunos; - Manutenção do Curso Técnico em Recursos Humanos – PROEJA; - Publicação de edital para preenchimento de vagas ociosas (cursos subsequentes ou superiores); - Elaboração de programa de atividades de reforço extraclasse; - Aquisição de assinatura anual de 2 jornais do estado; - Aquisição de assinatura anual de periódicos especializados, na área dos cursos técnicos; - Aquisição de equipamentos para a biblioteca, conforme descrito do Plano da DTI; - Aquisição de material de consumo específico para Biblioteca como caixas para Cd's, fichários, protelivros, pastas suspensas, entre outros; - Realização de aulas inaugurais e palestras para os cursos de informática; - Implantação do curso técnico de redes; - Revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos técnico subsequente e integrados.
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	- Fomento a projetos de extensão (via recursos extras - orçamentários). Inclusive PRONATEC; - Divulgação institucional, de cursos, eventos; - Implantação da sala do setor de Comunicação; - Manutenção de Avaliação e pesquisa permanente sobre a eficácia e efeitos dos meios de comunicação utilizados; - Auxiliar organização de eventos institucionais e comemorativos do Câmpus.
Desenvolver ações e programas de extensão	- Continuidade de programas de melhoria da qualidade e formação inicial para o Ensino Básico. Elaborar eventos de formação continuada, para educadores das redes públicas e privada; - Elaborar eventos de formação continuada, para educadores das redes públicas e privada; - Manter projetos de inclusão digital; - Ampliar a oferta de instituições concedentes de estágios;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar as parcerias para as ações de extensão;</li> <li>- Realizar ação na Linha "Esporte e lazer";</li> <li>- Manter o programa de bolsas de extensão- PIBEX;</li> <li>- Manter cursos na linha "Línguas estrangeiras";</li> <li>- Manter projeto na linha "Pessoas com deficiências e pessoas com necessidades especiais";</li> <li>- Equipar os setores de extensão e de estágio;</li> <li>- Participação em eventos da área de pelo menos um servidor do setor por semestre;</li> <li>- Equipar setor para promoção de eventos de portas abertas do Câmpus (telões, mesas, cadeiras, balcão, tenda, toalhas, capas de cadeiras etc.);</li> <li>- Manutenção de assinaturas de periódicos e realização de novas assinaturas (Obs.: deverá ser lançado no Ensino);</li> <li>- Auxiliar na organização das formaturas do Câmpus;</li> <li>- Manutenção da equipe de estagiários do Setor de Extensão/Estágios;</li> <li>- Desenvolver o Programa Mulheres Mil no câmpus Restinga;</li> <li>- Desenvolver o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) no câmpus.</li> </ul>
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	- Ampliar as ações de extensão na Área Temática "Cultura".
Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais	- Visita a empresas para formalização de convênios de estágio e acompanhamento de estágios curriculares e não curriculares.
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e lançar o edital 2013 de Apoio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT);</li> <li>- Auxiliar a realização de eventos de capacitação de recursos humanos e dos núcleos de inovação tecnológica dos Câmpus do IFRS;</li> <li>- Apoiar a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação na implementação e manutenção do NIT.</li> </ul>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e lançar edital 2013 para Bolsas de Iniciação Científica/tecnológica do IFRS – Restinga;</li> <li>- Estimular servidores à participação em eventos científicos;</li> <li>- Criação/manutenção de convênios de cooperação científica/tecnológica com instituições (Empresas, Universidades, Institutos, etc.);</li> <li>- Auxiliar a realização de eventos Científicos Institucionais;</li> <li>- Submeter projetos a editais externos de fomento à pesquisa.</li> </ul>
Desenvolver um programa de pós-graduação para o IFRS	- Participar das discussões e apoiar a Pró-reitoria de Pesquisa no desenvolvimento do programa.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

### 2.3.1.12. Câmpus Rio Grande

**Quadro 25 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Rio Grande**

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
<b>Administração</b>	
<i>Otimizar o quadro de pessoal</i>	-
<i>Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de cursos de capacitação para os servidores;</li> <li>- Realização de eventos de Integração;</li> </ul>
<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimoramento dos procedimentos de controle de compras e execução orçamentária e financeira;</li> <li>-</li> </ul>

<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento</i>	- -
<i>Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus e da Reitoria</i>	- Reforma Pav 11 - Curso Fabricação Mecânica; - Reforma Pav 7 - Salas de Permanência;
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
<i>Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas</i>	- Aprimoramento o sistema de dados e indicadores institucionais; -
<i>Desenvolver a instituição estrategicamente</i>	- Consolidação e ampliação de acordos de cooperação com outras instituições; - Participação em reuniões de comitês, comissões e conselhos do IFRS;
<i>Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a respectiva normatização.</i>	- Estruturação da equipe de Desenvolvimento Institucional; -
<i>Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação</i>	- Suporte HelpDesk e Manutenção de Equipamentos de Informática e Ativos de Rede; - Desenvolvimento de Sistemas de Internet e Intranet para o Câmpus Rio Grande;
<b>Ensino</b>	
<i>Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação</i>	- Promoção de acessibilidade e permanência aos alunos nos diferentes ambientes escolares, inclusive a participação efetiva em aula; - Participação da Enfermagem na Semana dos cursos do IFRS;
<i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional.</i>	- Oferta de benefícios estudantis aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica; - Oficinas de preparação para o mercado de trabalho para os bolsistas de permanência;
<i>Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância</i>	- -
<i>Consolidar a educação de Nível Superior na instituição</i>	- Participação dos docentes do curso de Tecnologia em Refrigeração e Climatização em visitas técnicas, eventos, feiras e congressos; - Participação dos docentes do curso de Tecnologia em Construção de Edifícios em visitas técnicas, eventos, feiras e congressos;
<i>Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional</i>	- Possibilidade de maior apreensão do conhecimento através de visitação a Museus, Centros Históricos, Tecnológicos e Naturais; - Equipamentos de Informática para atenderem o Laboratório de Informática de Projetos de Refrigeração;
<b>Extensão</b>	
<i>Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade</i>	- Realização de Projetos visando à área temática "Esporte e Lazer" com a comunidade local; - Apoio as atividades desenvolvidas pelo projeto da Rádio WEB;
<i>Desenvolver ações e programas de extensão</i>	- -
<i>Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão.</i>	- Realização de cursos de formação para professores de ensino básico da comunidade local; - Realização de mostras de ações de extensão para projetos cadastrados na instituição;
<i>Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais</i>	- -
<b>Pesquisa</b>	
<i>Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos</i>	- Estímulo ao estabelecimento de parcerias com empresas e outras instituições de ensino; - Captação de recursos através de programas de fomento externo;
<i>Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico</i>	- Organização de eventos para apresentação de trabalhos de pesquisa e inovação; - Incentivo a participação de pesquisadores em congressos e eventos;
<i>Desenvolver um programa de pós-graduação para o IFRS</i>	- -

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

2.3.1.13. Câmpus Sertão

**Quadro 26 – Resultados do Plano de Ação 2013 – Campus Sertão**

<b>OBJETIVOS TRAÇADOS</b>	<b>PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Administração</b>	
Otimizar o quadro de pessoal.	- Valorização da experiência e formação do servidor como critérios para sua lotação respeitando a área/cargo do concurso.
Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	- Proporcionar aperfeiçoamento através de cursos realizados pela reitoria, que atendam as necessidades do Câmpus.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios.	- Treinamento de servidores requisitantes sobre as fases processuais e a gestão dos recursos financeiros na aquisição de produtos e serviços;- Ampliação do número de servidores na equipe de compras e licitações, preferencialmente com dedicação exclusiva.
Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento.	- Levantamento das demandas de produtos e serviços em exercício anterior. - Observar o plano de ação, desenvolvido pela comunidade Institucional.
Otimizar a infraestrutura física dos Câmpus	- Aquisição de equipamentos e mobiliários para a biblioteca e setores administrativos; - Ampliação e reforma da área de estacionamento nas proximidades do Bloco A1; - Construção de instalações físicas para gestação de matrizes do setor de suinocultura; - Construção e aquisição de equipamentos da unidade urbana; - Readequação dos ambientes para docentes (salas de professores e reuniões) de acordo com a organização dos NIEPE's.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	
Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas.	- Criação e implantação da pagina do Desenvolvimento Institucional
Desenvolver a instituição estrategicamente.	- Elaboração de um vídeo institucional; - Consolidação da imagem da instituição por meio da difusão de projetos e ações do campus através de visitas a instituições públicas e privadas; - Pesquisa de demanda de cursos. - Viabilização de um plano diretor.
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização.	- Instituição do Conselho de Campus. - Desenvolvimento de fluxogramas, para compreensão e agilidade nos processos.
Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação.	- Substituição dos computadores do laboratório de informática; - Substituição dos computadores dos setores de produção agropecuária e demais setores externos; - Aumento do link usado pelos alunos; - Instalação de cabeamento com fibra em diversos setores.
<b>Ensino</b>	
Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	- Articulação do ensino com as pesquisas que estão sendo realizadas nas aulas da educação profissional e tecnológica; - Implantação da normativa das diretrizes para a gestão das atividades docentes do IFRS; - Acompanhamento dos alunos no processo de aprendizagem; - Construção de hábitos de estudos com os alunos; - Acompanhamento dos alunos observando aspectos afetivos e sociais, implícitos no ato de aprender; - Aprimoramento dos contatos sistemáticos com as famílias; - Realização sistemática de discussão sobre o processo pedagógico em

	<p>conjunto com a DE;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais;</li> <li>- Realização de um trabalho integrado com ênfase na qualidade de ensino junto à comunidade escolar.</li> <li>- Construção do projeto para o ensino integrado.</li> </ul>
Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Readequação de espaços físicos disponíveis para a ampliação de vagas de residência estudantil para ensino técnico integrado, com atenção a questão de gênero;</li> <li>- Estabelecimento de política de atendimento aos alunos especiais e portadores de necessidades especiais, adequando os espaços e disponibilizando as condições necessárias;</li> <li>- Mobilização visando ampliar a oferta do transporte rodoviário regular para o Campus junto aos órgãos responsáveis;</li> <li>- Implantação de políticas de ações afirmativas, conforme normativa a ser definida pelo IFRS;</li> <li>- Motivação dos alunos para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como à participação em eventos externos (congressos, seminários, palestras, viagens, etc) através da divulgação, preparação e apoio;</li> <li>- Articulação para implantação de espaços físicos apropriados para atividades discentes (centros acadêmicos, de convivência, de estudos, grêmio estudantil, etc);</li> <li>- Aprimoramento dos critérios de acesso e permanência na Residência Estudantil;</li> <li>- Acompanhamento da condição e da educação nutricional dos alunos;</li> <li>- Apoio de iniciativas de novas atividades extracurriculares;</li> <li>- Ampliação dos programas de assistência estudantil;</li> <li>- Atendimento e educação em saúde aos alunos;</li> <li>- Incremento na qualidade dos serviços e melhoria da infraestrutura do refeitório;</li> <li>- Sistematização da política de assistência estudantil em consonância com as políticas adotadas pela reitoria;</li> <li>- Adequação e organização da infraestrutura da residência estudantil.</li> </ul>
Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de estudos para ofertar cursos na modalidade EaD.</li> </ul>
Consolidar a educação de nível superior na instituição.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação dos cursos nos meios de comunicação e produção de material gráfico;</li> <li>- Incremento na divulgação dos cursos através de eventos anuais;</li> <li>- Implantação e desenvolvimento de cursos de licenciatura pelo PARFOR;</li> <li>- Atualização e adequação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores em função de novas demandas;</li> <li>- Adequação das instalações do Laboratório de Anatomia e Parasitologia Animal;</li> <li>- Adequação de espaço físico e implantação do Laboratório de Solos;</li> <li>- Implantação de nova política de ingresso para os cursos superiores, em consonância com a política do IFRS (50% ENEM/SISU e 50% processo seletivo próprio);</li> <li>- Implantação do Laboratório de Operações Unitárias;</li> <li>- Fomento ao desempenho satisfatório (conceito 4) em todos os cursos na avaliação do SINAES;</li> <li>- Encaminhamento para o reconhecimento dos Cursos de Agronomia, Zootecnia e Tecnologia em Alimentos.</li> </ul>
Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agropecuária - concomitância externa;</li> <li>- Aquisição de equipamentos e materiais de consumo para laboratórios;</li> <li>- Definição de espaço físico e implantação do Laboratório de Educação Matemática;</li> <li>- Desenvolvimento de projetos de reforço e nivelamento para alunos do</li> </ul>

	<p>ensino técnico;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilização de tecnologias da comunicação nas salas de aula e de recursos materiais necessários;</li> <li>- Disponibilização de serviço de apoio pedagógico aos docentes e técnicos;</li> <li>- Implantação de normas para participação de servidores em eventos e realização de visitas técnicas;</li> <li>- Implantação de sistema informatizado de registros acadêmicos e biblioteca;</li> <li>- Criação de colegiado dos laboratórios e elaboração de regulamento para uso dos mesmos;</li> <li>- Ampliação do acervo da biblioteca para atender as demandas dos cursos;</li> <li>- Definição de espaço físico do Laboratório de Ensino voltado aos cursos de Licenciaturas;</li> <li>- Implantação de calendário anual para a realização de eventos (recepção aos calouros, semanas acadêmicas, seminários, simpósios, encontros, semana da juventude, defesas de estágios, formaturas, etc);</li> <li>- Adequação e reforma da estrutura física do laboratório de fitossanidade (telhado, pintura, bancadas, portas, janelas);</li> <li>- Adequação do espaço físico do laboratório de mecanização agrícola (reforma do piso e construção de banheiro).</li> </ul>
<b>Extensão</b>	
Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de seminário de extensão;</li> <li>- Criação de mecanismos de interação com a comunidade interna e externa através de redes sociais.</li> </ul>
Desenvolver ações e programas de extensão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação, gerenciamento e expedição de certificados via online.</li> </ul>
Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de visitas permanentes a empresas e instituições da região em busca da ampliação de parcerias.</li> </ul>
Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estreitamento e aprimorar as relações do campus com instituições nacionais e internacionais.</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	
Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão para implantação e estruturação de laboratórios didático-científicos;</li> <li>- Aquisição de equipamentos de pesquisa.</li> </ul>
Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de parcerias com instituições públicas ou privadas;</li> <li>- Divulgação de eventos visando a participação dos servidores em editais ou programas governamentais ou privados de pesquisa e inovação;</li> <li>- Implementação e execução das políticas de pesquisa do IFRS e do Campus Sertão;</li> <li>- Treinamento e capacitação de servidores e discentes em plataformas de pesquisa e inovação;</li> <li>- Propor a construção de estrutura física destinada à guarda de equipamentos e materiais de pesquisa e projetos de campo;</li> </ul>
Desenvolver um programa de pós-graduação para o IFRS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de fórum de discussão sobre áreas para Programas de Pós-Graduação;</li> <li>- Criação de parcerias entre campi e instituições público-privadas com linhas de pesquisas afins;</li> <li>- Elaboração e implantação de projetos de Pós-Graduação Lato Sensu.</li> </ul>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013.

## 2.2.2. Motivos e justificativas para a não execução de ações planejadas

Ao longo do exercício anterior, algumas ações e atividades previstas foram canceladas, ou adiadas, sendo a maioria por conta das seguintes situações:

- escassez de pessoal do quadro e dificuldades de reposição;
- atraso na conclusão e entrega de obras;
- infraestrutura limitada e falta de espaço físico em sedes em crescimento e provisórias;
- escassez de recursos financeiros para atender à demanda de expansão;
- dificuldades na centralização e obtenção de informações de forma tempestiva e coesa;
- ausência de sistema de informação que possa integrar as áreas e funções institucionais.

## 2.2.3. Desempenho quantitativo frente às ações planejadas

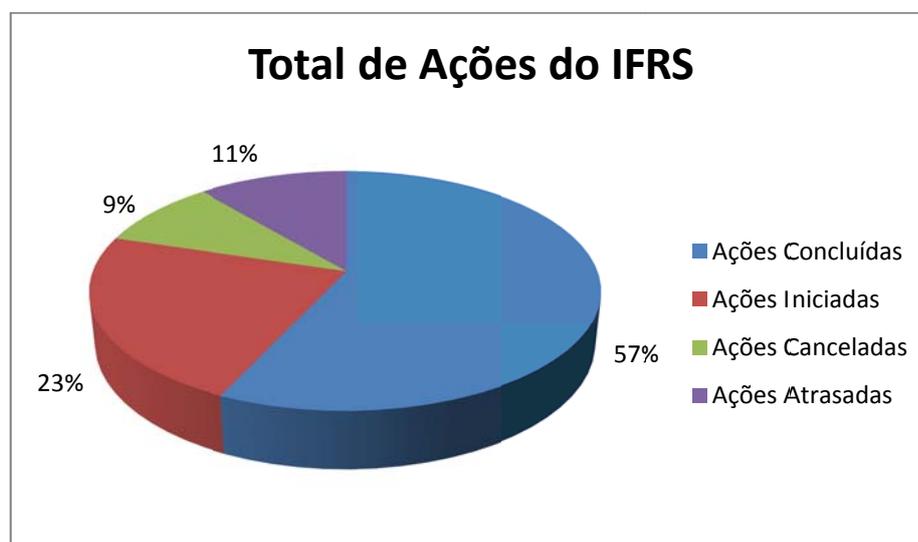
Quadro 27 - Plano de Ação 2012: Situação Final

Áreas	Total de Ações	Concluídas	Iniciadas	Atrasadas	Canceladas
Administração	329	192	85	33	35
Desenvolvimento Institucional	192	95	42	27	39
Ensino	463	277	117	52	44
Extensão	324	234	78	15	36
Pesquisa	198	118	47	21	24
<b>Total de Ações do IFRS</b>	<b>1506</b>	<b>916</b>	<b>369</b>	<b>148</b>	<b>178</b>

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Os gráficos a seguir demonstram - por área - a relação percentual entre as ações planejadas para o ano de 2013 e as suas respectivas situações finais.

Figura 5 – Ações planejadas e executadas – Total do IFRS.



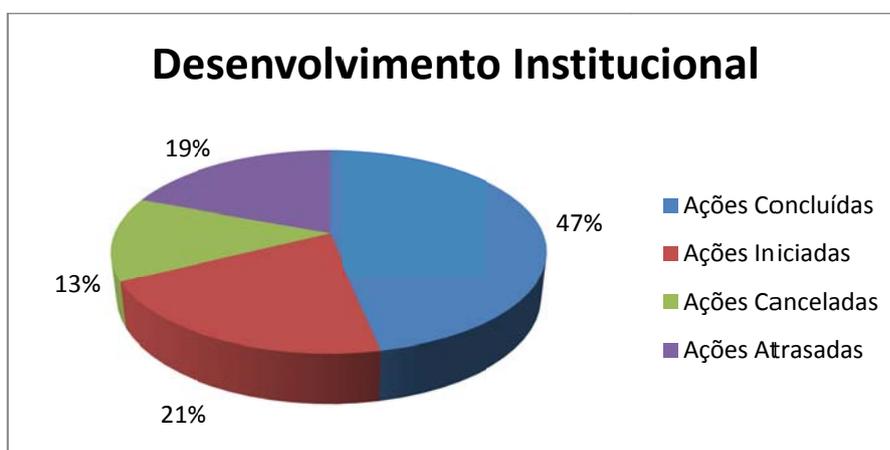
Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 6 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Administração.**



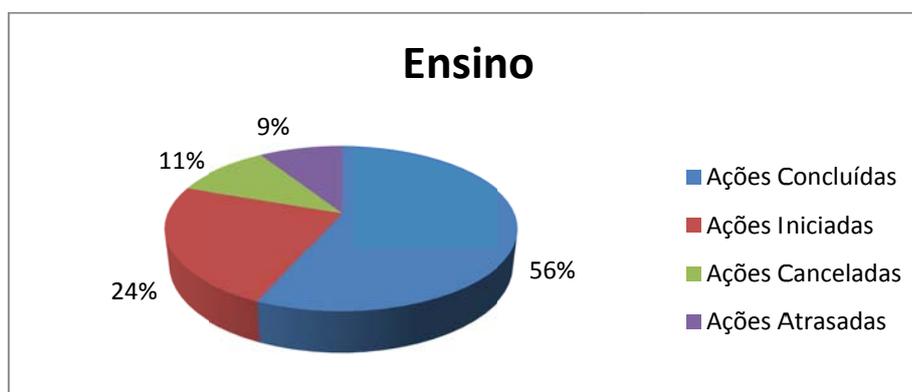
Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 7 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Desenvolvimento Institucional.**



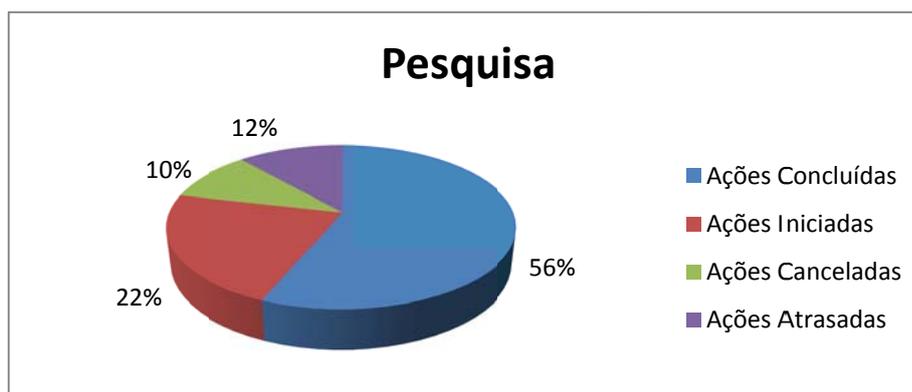
Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 8 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Ensino.**



Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 9 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Pesquisa.**



Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 10 – Ações planejadas e executadas – Áreas de Extensão.**



Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2013 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

#### 3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O IFRS possui uma estrutura multicâmpus, conforme apresentado anteriormente. Em sua estrutura de governança, a instituição conta com órgãos de colegiados superiores, órgãos de controle, comitês e comissões. Os órgãos colegiados superiores da instituição são: Conselho Superior (CONSUP) e Colégio de Dirigentes (CD). Em cada câmpus da instituição se constitui um órgão colegiado, chamado Conselho de Câmpus (CONCAMP). Além dos órgãos apresentados anteriormente, a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) é uma unidade posicionada abaixo do Conselho Superior (CONSUP) e a ele vinculada.

Os documentos que determinam a estrutura de governança do IFRS estão publicados, conforme abaixo:

- **Estatuto do IFRS:** publicado no Diário Oficial União de 24 de agosto de 2009. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20091110105029906dou24ago2009\\_-\\_estatuto\\_do\\_ifrs.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20091110105029906dou24ago2009_-_estatuto_do_ifrs.pdf)
- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064, de 23 de junho de 2010. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento\\_geral\\_do\\_ifrs\\_05-08-2010.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento_geral_do_ifrs_05-08-2010.pdf)
- **Regimento Interno da Reitoria do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 020, de 17 de abril de 2012. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20124158422338regimento\\_reitoria.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20124158422338regimento_reitoria.pdf)
- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento\\_interno\\_consul\\_04-08-2010.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_04-08-2010.pdf)
- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento\\_cd\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf)
- **Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS:** aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013. Disponível em:  
[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao\\_055\\_-\\_aprova\\_criacao\\_e\\_regimento\\_unai.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao_055_-_aprova_criacao_e_regimento_unai.pdf)

A seguir, descreve-se de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação da estrutura de governança do IFRS:

#### a) Órgãos Colegiados:

O IFRS conta com dois órgãos colegiados institucionais. São eles:

1) **Conselho Superior (CONSUP)**, que trata-se do órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo do IFRS, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno. Conforme o artigo 10 de seu Regimento Interno, as atribuições do CONSUP são:

I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;

- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal.

2) **Colégio de Dirigentes (CD)**, que trata-se de órgão de caráter consultivo do IFRS, formado pelos Pró-Reitores, pelo Reitor e pelos Diretores Gerais dos Câmpus do IFRS. Conforme o artigo 4º de seu Regimento Interno, as competências do CD são:

- I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto;
- III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto;
- IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

Além dos dois órgãos institucionais, cada Câmpus do IFRS possui constituído o seu Conselho de Câmpus. Esses órgãos colegiados dos câmpus são os órgãos máximos deliberativos em cada Câmpus e possuem regimentos internos construídos na comunidade acadêmica do Câmpus e aprovados pelo CONSUP.

#### **b) Comitês:**

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comitês ligados às cinco áreas de gestão, sendo eles órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. Os comitês são formados por servidores da Reitoria e dos Câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm a atribuição de propor normativas, acompanhar e propor políticas e emitir pareceres sobre os temas de sua especialidade para subsidiar a gestão da instituição. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta os seguintes comitês:

- I - Comitê de Administração (COAD): formado pelo Pró-Reitor de Administração, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- II - Comitê de Ensino (COEN): formado pelo Pró-Reitor de Ensino, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- III - Comitê de Extensão (COEX) formado pelo Pró-Reitor de Extensão, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- IV - Comitê de Pesquisa e Inovação (COPI): formado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;

I. Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI): formado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;

**c) Comissões:**

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comissões ligadas a áreas específicas, sendo elas órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. As comissões são formadas por servidores da Reitoria e dos Câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm atribuições definidas em seus regulamentos específicos. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta as seguintes comissões:

**I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD):** é um órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do CONSUP do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, estando a sua constituição documentada na Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012, disponível em no endereço abaixo.

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao\\_115.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao_115.pdf)

**II. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS):** é um órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do CONSUP, tendo como atribuições principais auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em educação; fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira (PCCTAE) no âmbito do IFRS e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE. O seu regimento interno aprovado pela Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 e disponível no link abaixo.

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291973118746anexo\\_da\\_resolucao\\_059\\_-\\_regimento\\_cis-2.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291973118746anexo_da_resolucao_059_-_regimento_cis-2.pdf)

Além das comissões apresentadas nos itens I e II, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no link abaixo.

[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011612173349515regimento\\_cpa.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011612173349515regimento_cpa.pdf)

Além das comissões apresentadas nos itens I e II, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no link abaixo.

Por fim, outras comissões podem ser constituídas no IFRS O IFRS, através do conselho superior e conforme suas necessidades específicas, com natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas, de caráter permanente ou provisório, em nível institucional

e nos câmpus, através do conselho de câmpus, conforme redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 do Regimento Geral.

**d) Unidade de Auditoria interna:**

O IFRS aprovou, em 2013, o regimento que apresenta as atribuições da Unidade de Auditoria Interna (UNAI). O Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 063, de 22 de outubro de 2013 e apresenta a seguinte redação em seu artigo primeiro: “A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da união”.

**e) Procuradoria Jurídica:**

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Procuradoria Jurídica, que, conforme o artigo 27 do Regimento Geral, possui como finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como o zelo pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, em seu artigo 9º, as principais atribuições da Procuradoria Jurídica são: assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados, emitir parecer sobre processos licitatórios, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica, representar judicial e extrajudicialmente o IFRS, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS, examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição.

### 3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

**Quadro 28 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise Crítica:</b>  O IFRS iniciou, em 2013, a elaboração de seu novo plano de longo prazo, PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, que abrangerá os anos de 2014 a 2018. Nele serão redefinidos os objetivos e metas para os próximos cinco anos. O IFRS realizou, em 2013 uma análise de SWOT, em que foram identificadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. No ano 2014 serão avaliados o risco de ocorrência e o impacto de cada um desses itens para o processo de gestão da instituição.  Quanto a normativos relacionados às atividades de guarda de estoques e inventário de bens, o IFRS, através do Comitê de Administração - COAD, trabalhou na elaboração de uma Instrução Normativa, aprovada em março de 2013, que regulamenta a gestão de materiais no âmbito do IFRS. A In N° 004, de 25 de março de 2013 foi publicada pela Reitora do IFRS.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b>  (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.  (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.  (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.  (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.  (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

Fonte: PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### 3.3. ESTRUTURA E ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO

O IFRS criou, em 2013, uma Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS). A CPPAD foi instituída através da Portaria IFRS nº 617, de 24 de abril de 2013, em decorrência da edição da Instrução Normativa (IN) Reitoria nº 01, de 7 de janeiro de 2013, que estabeleceu o fluxo de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do IFRS.

As atribuições da comissão estão previstas no artigo 3º da referida IN, e são:

I - elaborar modelos padronizados de atas, notificações, memorandos, formulários, relatórios e outros documentos pertinentes ao processo disciplinar;

II - criar e manter atualizado, com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas, um relatório com os nomes e dados de servidores aptos, por lei e por interesse da instituição, a participarem de comissões de Sindicância e PAD;

III - indicar os membros que poderão compor as comissões;

IV - elaborar roteiros e manuais no âmbito da apuração de irregularidades;

V - acompanhar o andamento dos trabalhos das comissões e, quando necessário, prestar suporte técnico, provendo os servidores com orientações técnicas, a fim de que todo o processo apuratório cumpra o que legalmente está estabelecido;

VI - auxiliar o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas na oferta de cursos de capacitação em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

VII - alimentar e operacionalizar o sistema CGU-PAD (Sistema de Gestão de Processos Disciplinares);

VIII - realizar reuniões preparatórias ou elucidativas, quando solicitadas pela autoridade instauradora ou pelas comissões designadas;

IX - conduzir os processos apuratórios de maior complexidade, quando designada pela autoridade instauradora.

A Instrução Normativa REITORIA nº 01, de 07 de janeiro de 2013 estabelece o fluxo para a condução de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias no âmbito do IFRS. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20130217420752in\\_01\\_%281%29.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20130217420752in_01_%281%29.pdf)

A Portaria nº 617, de 24 de abril de 2013 forma a comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD - no âmbito do IFRS. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201333073046565portaria\\_617\\_cpad.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201333073046565portaria_617_cpad.pdf)

### 3.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Em atendimento aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares vem sendo regularmente efetuado pela Instituição através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema. O quantitativo total de processos instaurados em 2013 foi 14, representados através da tabela e dados abaixo:

**Quadro 29 - Processos Instaurados em 2013**

<b>Nº processo principal</b>	<b>Data situação</b>	<b>Tipo processo</b>
23360000310201363	03/10/2013	Sindicância
23360000707201355	03/10/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23361000240201333	09/12/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23362000398201301	06/09/2013	Sindicância
23364000115201311	11/11/2013	Sindicância
23364000181201373	18/10/2013	Sindicância
23365000255201361	11/11/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23367000071201217	31/01/2013	Sindicância
23367000162201317	14/10/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23367000173201305	11/10/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23419000801201391	25/07/2013	Sindicância
23419001116201382	16/07/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23419001208201362	16/07/2013	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23419001927201383	16/10/2013	Sindicância

Fonte: Sistema CGU/PAD – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

Obs.: - Total de Processos Administrativos Disciplinares: 07  
- Total de Ritos Sumários: 0  
- Total de Sindicâncias: 07

#### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

##### 4.1. EXECUÇÃO DAS DESPEAS

##### 4.1.1. Programação

**Quadro 30 – Programação de Despesas**

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26419		UGO: 26419	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		102.599.501,00			46.944.914,00
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		38.173.568,00		9.214.350,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(35.694,00)			(460.278,00)
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)		140.737.375,00			55.698.986,00
Dotação final 2012(B)		109.368.382,00			39.305.349,00
Variação (A/B-1)*100		28,68			41,71
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		38.691.345,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		2.674.585,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	12.897.115,00		
Créditos Cancelados		(15.910.846,00)			
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)		38.352.199,00			
Dotação final 2012(B)		45.080.453,00			
Variação (A/B-1)*100		(14,92)	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

##### 4.1.1.1. Análise Crítica da Programação

Ao proceder na análise da programação orçamentária do Instituto, verificamos que não houve compatibilidade da dotação orçamentária inicial em relação a necessidade de crédito que a

UJ necessitava para cumprimento de sua programação de trabalho, eis que houve necessidade de concessão ao IFRS de créditos suplementares.

Para atender despesas de pessoal e encargos sociais, recebemos créditos suplementares nas ações 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União e 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

A suplementação de recursos para custeio foi necessária para atender as ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Como créditos suplementares também foram registrados os valores provenientes das alterações orçamentárias realizadas pelo IFRS e o orçamento proveniente do créditos suplementares apurado no balanço patrimonial.

Foram cancelados créditos orçamentários das ações 0005 – Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios) e da ação 2004 Assistência Médica e Odontológica – PO 0002 – Exames Periódicos.

Em 2013 foi necessário solicitar crédito suplementar por excesso de arrecadação de receita própria. O referido pedido somente foi atendido no 2º momento de créditos e o orçamento liberado apenas no início do mês de novembro, o que acabou prejudicando a execução desse recurso, tendo em vista que o prazo final para empenho estava estabelecido para o dia 03 de dezembro.

Verificamos que houve alterações relevantes no grupo de despesas correntes, assim como em pessoal e encargos sociais em relação às dotações anteriores, que se justifica pelo processo de expansão do IFRS.

Em 2012 houve a abertura de crédito extraordinário de investimento ao IFRS, conforme Medida Provisória 598/12, no montante de R\$ 12.897.115,00 (doze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e quinze reais). Os mesmos foram reabertos em 2013 e cancelados pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, logo após a aprovação da LOA. Também houve o cancelamento de créditos para atender os pedidos suplementação orçamentária de custeio.

A suplementação de recursos de investimento é oriunda de alterações orçamentárias realizadas e superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Importante salientar que os valores apresentados no quadro para outras despesas correntes refletem o orçamento total e não o limite de empenho efetivamente disponibilizado ao IFRS, tendo em vista o contingenciamento de 7,4% do orçamento (exceto despesas com benefícios), que não está demonstrado.

#### 4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

**Quadro 31 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupos de Despesas**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158141	90033	28846090100050043	440.625,57		
Concedidos	158141	90033	28846090100G50001	52.395,00		
Concedidos	158141	90033	28846090100050043			38.012,00
Concedidos	158141	170176	12128210945720043			13.244,96
Concedidos	158141	154042	12363203120RL0043			24.099,82
Concedidos	158141	158127	12363203120RL0043			23.982,71
Concedidos	158141	510002	12363203120RL0043			3.534,03
Recebidos	24101	158141	19572202120UP0001			25.145,63
Recebidos	26101	158141	12122210920TP0001			313.660,00
Recebidos	26266	158141	12364203220RK0043			1.669,81
Recebidos	26273	158141	12364203220RK0043			1.600,31
Recebidos	26273	158262	12364203220RK0043			129.128,24
Recebidos	26284	158141	12364203220RK0043			623,71
Recebidos	26285	158141	12364203220RK0031			1.125,00
Recebidos	26291	158261	12368203020RJ0001			40.970,14
Recebidos	26291	158264	12368203020RJ0001			39.657,15
Recebidos	26298	158141	12306203087440001			135.637,09
Recebidos	26298	158141	12363203120RW0001			11.317.424,68
Recebidos	26298	158141	12363203182520001			11.092,85
Recebidos	26405	158141	12363203120RL0023			11.980,80
Recebidos	26420	158141	12363203163580043			4.450,00
Recebidos	38101	158141	11334202920YT0001			8.421,30
Recebidos	47101	158141	04126203820U20001			241.533,04
Recebidos	64101	158261	142422063210N0001			852.288,62
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	24101	158141	19572202120UP0001	347.647,75		
Recebidos	26298	158141	12363203182520001	1.764,99		

Fonte: SIAFI Gerencial.

### 4.1.3. Realização da Despesa

#### 4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

**Quadro 32 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26419		UGO: 26419	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>25.309.319,93</b>	<b>20.298.623,50</b>	<b>21.272.517,58</b>	<b>18.457.398,01</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	524.359,57	1.094.744,65	452.216,55	739.525,41
c) Concorrência	3.576.045,50	755.958,04	2.735.997,70	745.395,58
d) Pregão	21.208.914,86	18.447.920,81	18.084.303,33	16.972.477,02
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.923.338,26</b>	<b>3.398.008,22</b>	<b>6.374.152,61</b>	<b>3.236.130,70</b>
h) Dispensa	5.674.958,06	2.388.518,68	5.190.343,67	2.284.049,08
i) Inexigibilidade	1.248.380,20	1.009.489,54	1.183.808,94	952.081,62
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>19.925,34</b>	<b>26.442,51</b>	<b>19.925,34</b>	<b>26.442,51</b>
j) Suprimento de Fundos	19.925,34	26.442,51	19.925,34	26.442,51
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>152.008.585,49</b>	<b>114.696.028,39</b>	<b>151.919.545,39</b>	<b>114.694.905,71</b>
k) Pagamento em Folha	150.945.836,54	113.824.581,59	150.867.638,29	113.824.581,59
l) Diárias	1.062.748,95	871.446,80	1.051.907,10	870.324,12
<b>5. Outros</b>	<b>6.623.437,77</b>	<b>4.770.968,99</b>	<b>6.513.914,10</b>	<b>4.434.590,28</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>190.884.606,79</b>	<b>143.190.071,61</b>	<b>186.100.055,02</b>	<b>140.849.467,21</b>

Fonte: SIAFI Gerencial.

#### 4.1.3.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 33 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26419				UGO: 26419			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>140.270.250,21</b>	<b>105.742.097,64</b>	<b>140.259.786,85</b>	<b>105.742.097,64</b>	<b>10.463,36</b>	<b>0,00</b>	<b>140.204.324,99</b>	<b>105.742.097,64</b>	
11. Vencimentos e vantagens pessoal civil	98.954.367,13	72.679.582,02	98.954.367,13	72.679.582,02			98.898.905,27	72.679.582,02	
13. Obrigações Patronais	20.287.918,24	15.681.664,99	20.287.918,24	15.681.664,99			20.287.918,24	15.681.664,99	
01. Aposentados, Resv, Ref. Mil	11.883.691,57	10.129.617,93	11.883.691,57	10.129.617,93			11.883.691,57	10.129.617,93	
Demais elementos do grupo	9.144.273,27	7.251.232,70	9.133.809,91	7.251.232,70	10.463,36		9.133.809,91	7.251.232,70	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>-</b>	<b>46.464.982,80</b>	<b>34.031.364,03</b>	<b>40.196.752,13</b>	<b>30.842.635,28</b>	<b>6.415.940,29</b>	<b>3.188.728,75</b>	<b>38.279.391,26</b>	<b>29.629.123,04</b>	
39. Outros Serv. Terc. PJ	20.094.009,16	14.981.039,13	16.474.178,04	13.233.070,61	3.758.621,91	1.747.968,52	15.231.859,10	12.569.617,76	
46. Auxílio-Alimentação	6.032.601,17	4.350.000,00	6.032.601,17	4.350.000,00			6.032.601,17	4.350.000,00	
30. Material de Consumo(2013) / 18. Aux. Financ a Estudantes(2012)	5.702.836,78	3.901.285,65	3.590.227,62	3.827.873,15	2.121.527,99	73.412,50	3.190.650,89	3.619.109,86	
Demais elementos do grupo	14.635.535,69	10.799.039,25	14.099.745,30	9.431.691,52	535.790,39	1.367.347,73	13.824.280,10	9.090.395,42	
<b>Totais</b>	<b>186.735.233,01</b>	<b>139.773.461,67</b>	<b>180.456.538,98</b>	<b>136.584.732,92</b>	<b>6.426.403,65</b>	<b>3.188.728,75</b>	<b>178.483.716,25</b>	<b>135.371.220,68</b>	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>4. Investimentos</b>	<b>37.407.015,91</b>	<b>31.620.482,23</b>	<b>10.428.067,81</b>	<b>6.605.338,69</b>	<b>32.330.960,66</b>	<b>25.015.143,54</b>	<b>7.616.338,77</b>	<b>5.478.246,53</b>	
51. Obras e Instalações(2013) / 52. Equip. Mat. Permanente (2012)	25.051.883,23	18.472.772,18	4.485.759,61	4.865.405,99	25.559.375,76	13.607.366,19	3.333.169,39	4.107.882,87	
52. Equip. Mat. Permanente(2013) / 51. Obras e Instalações (2012)	12.169.644,43	12.930.811,32	5.858.299,94	1.669.472,21	6.670.104,91	11.261.339,11	4.224.972,45	1.303.690,51	
39. Outros Serv. Terc. PJ	141.550,35	216.898,73	40.070,36	70.460,49	101.479,99	146.438,24	14.259,03	66.673,15	
Demais elementos do grupo	43.937,90		43.937,90				43.937,90		
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
<b>Totais</b>	<b>37.407.015,91</b>	<b>31.620.482,23</b>	<b>10.428.067,81</b>	<b>6.605.338,69</b>	<b>32.330.960,66</b>	<b>25.015.143,54</b>	<b>7.616.338,77</b>	<b>5.478.246,53</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial.

### 4.1.3.3. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 34 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.990.982,19</b>	<b>2.017.806,42</b>	<b>1.832.996,18</b>	<b>1.691.966,08</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços		466.025,94		466.025,94
c) Concorrência		168.192,59		
d) Pregão	1.990.982,19	1.383.587,89	1.832.996,18	1.225.940,14
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>682.609,34</b>	<b>3.850.511,28</b>	<b>675.908,39</b>	<b>3.796.442,89</b>
h) Dispensa	410.904,13	3.844.035,44	407.537,47	3.789.967,05
i) Inexigibilidade	271.705,21	6.475,84	268.370,92	6.475,84
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos		-		-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>354.697,01</b>	<b>46.818,68</b>	<b>237.564,04</b>	<b>45.975,14</b>
k) Pagamento em Folha	313.659,46	17.602,88	196.526,49	17.602,88
l) Diárias	41.037,55	29.215,80	41.037,55	28.372,26
<b>5. Outros</b>	<b>4.898.019,48</b>	<b>2.409.206,56</b>	<b>4.330.221,22</b>	<b>1.980.220,35</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>7.926.308,02</b>	<b>8.324.342,94</b>	<b>7.076.689,83</b>	<b>7.514.604,46</b>

Fonte: SIAFI Gerencial.

Obs.: Valores em R\$ 1,00.

4.1.3.4. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 35 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<b>DESpesas CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>313.659,46</b>	-	<b>313.659,46</b>	-	-	-	<b>313.659,46</b>	-
11. Vencimentos e vantagens pessoal civil	195.283,05		195.283,05				195.283,05	-
13. Obrigações Patronais	117.132,97		117.132,97				117.132,97	
07. Contrib. a Ent. Fech. Previd	1.243,44		1.243,44				1.243,44	
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>12.822.748,37</b>	<b>4.698.091,43</b>	<b>7.610.883,57</b>	<b>3.507.886,90</b>	<b>5.211.864,80</b>	<b>1.190.204,53</b>	<b>6.878.398,35</b>	<b>2.918.468,01</b>
36. Outros Serv. Terc. PF(2013) / 48. Outros Aux. Financ. A PF(2012)	3.403.754,12	1.562.456,00	924.331,49	1.067.522,00	2.479.422,63	494.934,00	912.031,49	804.388,50
48. Outros Aux. Financ. a PF(2013) / 18. Aux. Financ. A Estudantes(2012)	2.957.577,95	870.823,23	2.507.429,43	770.991,69	450.148,52	99.831,54	2.170.012,37	734.830,78
18. Aux. Financ. A estudantes(2013) / Outros Serv. Terc. PJ(2012)	1.952.070,27	797.955,38	1.508.465,84	613.832,58	443.604,43	184.122,80	1.290.384,64	494.212,51
Demais elementos do grupo	4.509.346,03	1.466.856,82	2.670.656,81	1.055.540,63	1.838.689,22	411.316,19	2.505.969,85	885.036,22
<b>Totais</b>	<b>13.136.407,83</b>	<b>4.698.091,43</b>	<b>7.924.543,03</b>	<b>3.507.886,90</b>	<b>5.211.864,80</b>	<b>1.190.204,53</b>	<b>7.192.057,81</b>	<b>2.918.468,01</b>
<b>DESpesas DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4 – Investimentos</b>	<b>349.412,74</b>	<b>3.387.654,96</b>	<b>1.764,99</b>	<b>1.116.456,04</b>	<b>347.647,75</b>	<b>2.271.198,92</b>	<b>1.764,99</b>	<b>896.136,45</b>
52. Equipamentos e Mat. Perm.	349.412,74	1.742.484,75	1.764,99	412.406,64	347.647,75	1.330.078,11	1.764,99	360.279,64
51. Obras e Instalações		1.645.170,21		704.049,40		941.120,81		535.856,81
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	<b>3.700.000,00</b>	-	<b>3.700.000,00</b>	-	-	-	<b>3.700.000,00</b>
Aquisição de Imóveis		3.700.000,00		3.700.000,00		-		3.700.000,00
2º elemento de despesa		-		-		-		-
3º elemento de despesa		-		-		-		-

Demais elementos do grupo		-		-		-		-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-		-		-		-
2º elemento de despesa		-		-		-		-
3º elemento de despesa		-		-		-		-
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
<b>Totais</b>	<b>349.412,74</b>	<b>7.087.654,96</b>	<b>1.764,99</b>	<b>4.816.456,04</b>	<b>347.647,75</b>	<b>2.271.198,92</b>	<b>1.764,99</b>	<b>4.596.136,45</b>

Fonte: SIAFI Gerencial.

#### 4.1.3.5. Análise Crítica da Realização das Despesas

Em relação as modalidades de licitação verificamos que o uso do Pregão Eletrônico vem se destacando a cada ano como modalidade mais utilizada pelo IFRS.

A modalidade de concorrência também sofreu uma alteração significativa no montante liquidado, eis que as obras empenhadas no final do exercício de 2012 foram executadas em 2013, justificando esse acréscimo.

Neste ano, começamos a utilizar a modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas, porém a obra foi empenhada no final do exercício e seus valores serão liquidados em 2014.

Apesar do IFRS seguir o seu planejamento anual de compras, visando diminuir o volume de contratações por meio de dispensas, mediante o atendimento das demandas de forma consolidada através de processo licitatório, podemos verificar que o valor liquidado desta modalidade teve um acréscimo de 137,59% em relação ao ano anterior, que justica-se pelas contratações de remanescente de obras e de serviços terceirizados, quando as empresas classificadas em segundo lugar no processo licitatório são chamadas para concluir as obras/serviços inacabados pela primeira contratada.

Nota-se também uma redução na utilização dos suprimentos de fundos, tendo em vista que apenas 2 (dois) Câmpus utilizaram essa modalidade em 2013, sendo que no exercício anterior eram 04 (quatro).

Reflexo da expansão, novas contratações de pessoal foram realizadas para suprir as necessidades do IFRS, crescendo em R\$ 26.274.785,11 (vinte e seis milhões, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e onze centavos) as despesas de pessoal, destacando como mais relevantes as despesas com vencimentos e vantagens fixas pessoal civil, obrigações patronais e aposentadorias.

Alterações significativas ocorreram também no grupo 3 – Outras Despesas Correntes, crescendo o valor empenhado em 36,54% em relação ao ano de 2012, apesar do contingenciamento do orçamento em 7,4% o que demonstra que o mesmo não teve maiores efeitos no IFRS.

A contratação de outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica – 339039 - destaca-se como elemento de despesa com maior valor empenhado, tendo em vista o alto custo de terceirização de pessoal para atender serviços de apoio à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, conforme Decreto nº 2.271/97, tais como vigilância, limpeza, cozinha, serviços de apoio a agricultura, etc. Em seguida, temos o elemento auxílio alimentação – 339046. Juntos esses dois elementos de despesa, representam 56,22 % do total empenhado nesse grupo, pois essas são despesas que garantem a manutenção efetiva da instituição e o pagamento de benefícios aos servidores.

Em relação ao grupo 4 – Investimentos, nota-se um acréscimo de 15,47% no total empenhado, sendo que o maior volume de empenho foi realizado no elemento de despesa 449051 – Obras e Instalações, tendo em vista o empenho para conclusão dos blocos A4, D e F e implantação do Câmpus Caxias, almoxarifado e da biblioteca do Câmpus Farroupilha; Convivência do Câmpus Osório; prédio acadêmico do Câmpus Canoas; prédio de salas de aula do Câmpus Feliz; conclusão dos blocos do Câmpus Restinga; ampliação de passarelas e passeios, ampliação do pavilhão 11 e climatização da biblioteca e pavilhão 6 do Câmpus Rio Grande; conclusão do prédio de alimentos, obra de interligação elétrica, lógica e de telefonia do Câmpus Erechim; construção de 02 blocos de salas de aula e do pavilhão para gestão do setor de suinocultura do Câmpus Sertão.

Das dotações orçamentárias recebidas por movimentação destacamos os recursos destinados ao atendimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR; para criação de

Tecnologia Assistiva no IFRS; desenvolvimento e entrega dos produtos de acessibilidade virtual, em atendimento ao modelo de acessibilidade em governo eletrônico (e-mag) e destinado à complementação do valor da folha de pessoal do mês de dezembro, eis que o orçamento disponível no IFRS não foi suficiente.

A maior parte desses recursos foi utilizada no elemento de despesa 339036 – outros serviços de terceiros pessoa física, 339048 – outros auxílios financeiros a pessoa física e 339018 – auxílio financeiro a estudante. Do total de recursos recebidos, apenas R\$ 349.412,74 (trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e doze reais e setenta e quatro centavos) foram destinados a investimento, dos quais 99,50%, refere-se a recursos destinados a criação de tecnologia assistiva no IFRS.

## 4.2. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Quadro 36 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	3.151.582,66	3.126.156,92	(6.469,57)	18.956,17
2011	296.802,08	253.561,27	(38.420,98)	4.819,83
2010	19.429,40	19.420,00		9,40
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	31.665.275,74	24.375.985,03	(1.280.288,34)	6.009.002,37
2011	9.378.094,46	1.370.055,74	(7.789.330,38)	218.708,34
2010	25.578,00		(25.578,00)	

Fonte: SIAFI Gerencial.

Obs. Valores em R\$ 1,00.

### 4.2.1. Análise Crítica

O IFRS, durante o exercício de 2013, continuou a empenhar-se para regularizar os restos a pagar, agora com equipes melhores estruturadas.

As pendências do ano de 2010 de restos a pagar processados foram praticamente sanadas, tendo em vista que foram solucionados os problemas de infraestrutura física que impediam a instalação e, conseqüentemente, o treinamento dos técnicos que iriam utilizá-lo. Restou ainda um saldo de R\$ 9,40 que não foi regularizado por dificuldades encontradas pelo Câmpus.

Os valores que permaneciam inscritos em restos a pagar não processados foram cancelados tendo em vista a decisão referente ao processo n.º 5000255-87.2012.404.7117, a qual determina o cancelamento da penalidade de impedimento de licitar e a aceitação do material pelo IFRS foi julgada improcedente.

Em relação aos restos a pagar processados inscritos em 2011, restam pendentes apenas 03 (três) empenhos de equipamentos e 02 (dois) de serviços terceirizados, que juntos totalizam R\$ 4.819,83 (quatro mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e três centavos). Os mesmos ainda não foram quitados por problemas na documentação exigida no edital, que impede o pagamento e também porque ainda não foram concluídas as melhorias na infraestrutura necessárias para sua instalação. Alguns pagamentos foram realizados em 2013, pois houve liberação de recursos financeiros no final do exercício, além de problemas relacionados a entrega dos bens que não atendiam de forma completa às especificações do edital e foram objeto de troca com o fornecedor. Também foram cancelados R\$ 38.420,98 (trinta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e

oito centavos) referente a obra do Câmpus Caxias do Sul que não foi concluídas pela empresa contratada.

O expressivo montante de restos a pagar não processados inscritos em 2011, foi resultado, principalmente, de empenhos realizados para atender obras que estavam sendo realizadas no IFRS e aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico.

Em 2013, foram cancelados empenhos de três grandes obras (Câmpus Restinga, Câmpus Caxias do Sul e do prédio de alimentos do Câmpus Erechim) cujos serviços não foram executados pelas empresas contratadas. Juntos, esses somaram R\$ 7.762.664,01 (sete milhões, setecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e um centavo). Podemos dizer que esses cancelamentos impactaram a execução orçamentária do IFRS em 2013, tendo em vista a necessidade de alocação de recursos destinados a investimento em 2013, para o custeio da contratação de remanescente de obra e/ou nova contratação.

Os empenhos de 2012 possuem saldo expressivo em janeiro de 2013, que justifica-se pela grande quantidade de empenhos realizados próximos ao encerramento do exercício, para obras e equipamentos, cujo prazo de entrega ainda não havia expirado.

Os cancelamentos realizados foram consequência da revisão dos restos a pagar quando procedeu-se o cancelamento dos saldos de empenhos feitos por estimativa; daqueles cujo fornecedor estava inadimplente pelo não cumprimento dos prazos de entrega, conforme orientação recebido pelos Órgão de Controle e pela inexecução da obra na Câmpus Erechim.

A permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro justifica-se pelas obras não finalizadas e ainda a dificuldade encontrada na entrega dos produtos empenhados, sendo que este fato prejudica a gestão dos restos a pagar, por ser um evento que depende de agentes externos a Instituição.

O Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011, estabeleceu que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados, terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e que permanecem válidos após essa data aqueles que sejam relativos às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, que é o caso dos empenhos do IFRS. Dessa forma, o IFRS não possui registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

#### 4.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS

##### 4.3.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**Quadro 37 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	0	-	32	19.890,31	19.890,31
2012	-	-	4	1.159,94	32	24.692,21	25.852,15
2011	-	-	2	750	34	21.084,52	21.834,52

Fonte: Diretorias de Administração e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS.

Obs. Valores em R\$ 1,00.

##### 4.3.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**Quadro 38 – Fonte: Diretorias de Administração e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS**

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
<b>Código da UG 1</b>	<b>158261</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>	<b>R\$ 24.000,00</b>		
Rafael Dutra Soares	006.082.000-42	4.000,00	-	3.806,63	3.806,63
Diego Hepp	002.402.180-60	4.000,00	-	3.998,49	3.998,49
Fernanda Missio Mario Neves	004.772.290-85	8.000,00	-	7.997,18	7.997,18
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	<b>15.802,30</b>	<b>15.802,30</b>
<b>Código da UG 2</b>	<b>158265</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>		
Jair Bruschi Junior	012.842.470-23	4500	-	4.116,29	4.116,29
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	<b>4.116,29</b>	<b>4.116,29</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	<b>19.918,59</b>	<b>19.918,59</b>

Fonte: Diretorias de Administração e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS.

Obs. Valores em R\$ 1,00.

##### 4.3.3. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

**Quadro 39 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)S**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas			-	-	-	-			-	-	-	-
PC Aguardando Análise			-	-	-	-			-	-	-	-
PC em Análise			-	-	-	-			-	-	-	-

PC não Aprovadas			-	-	-	-			-	-	-	-
PC Aprovadas			-	-	-	-	10	19.918,59	15	25.852,15	19	21.834,52

Fonte: Diretorias de Administração e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS.  
Obs. Valores em R\$ 1,00.

#### 4.3.4. Análise Crítica

As concessões de suprimento de fundos no IFRS ocorrem por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal e têm por finalidade atender às necessidades emergenciais e de pequeno vulto que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, possibilitando maior agilidade nas aquisições, com total acompanhamento das despesas e maior segurança às operações.

Durante o exercício de 2013, apenas dois Câmpus utilizaram essa ferramenta, quais sejam, Câmpus Porto Alegre e Câmpus Canoas. Eles seguem, na montagem de seus processos, as orientações contidas no manual da STN e a Cartilha de Perguntas e Respostas da CGU - <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos>.

Os processos contêm todas as etapas da concessão juntadas ao processo, devidamente autorizadas pelas chefias imediatas e superiores, inclusive o ordenador de despesa. São estabelecidos prazos para aplicação e para prestação de contas, realizados empenhos específicos para material de consumo ou serviços dentro dos limites permitidos e as compras/contratações efetuadas são lançadas no COMPRASNET-SCP, portanto, em conformidade com a legislação vigente.

Quanto aos procedimentos de utilização do Cartão, os Câmpus estabeleceram um Formulário de Requisição, que é enviado ao almoxarifado, que verifica a existência ou não no estoque ou se há licitação em vigor. Caso não haja estoque e processo licitatório em andamento, após análise das justificativas pertinentes ao objeto solicitado, o Suprido é autorizado a realizar a compra do material ou a contratação do serviço.

Para a efetivação da despesa e antes de realizar a compra, o suprido realiza consultas de preços em estabelecimentos e verifica se eles possuem máquina de cartão, a fim de evitar saques em dinheiro.

Os processos contêm as requisições assinadas pelos responsáveis e as notas fiscais devidamente atestadas. Os dados da compra são lançados no COMPRASNET- SCP, visando tornar o processo transparente e possibilitando o acompanhamento pela sociedade. O encerramento do processo é feito após a prestação de contas, anulação de saldos de empenho, reclassificação contábil das despesas, análise da prestação de contas e aprovação da mesma pelo ordenador de despesas.

Podemos destacar como principal razão para a utilização dessa ferramenta a impossibilidade de prever alguns itens e mantê-los estocados no almoxarifado, pois serem materiais com prazos de validade curtos (cimentos, colas, tintas específicas ou cores fora do convencional, pilhas e baterias específicas de equipamentos e outros) ou por se tratar de material de pouca utilização, que poderia permanecer estocado no almoxarifado por vários anos sem nunca ter sua utilização necessária (encanamento de água e esgoto, anéis de vedação e reparos, pequenas peças de reparo de automóveis, material elétrico para adaptar instalações de equipamentos em laboratórios, peças feitas sob medida para adaptação em equipamentos, vidros para substituir quebrados, etc.). Com isso, há redução de investimento de recursos com produtos estocados que poderiam ser comprados e nunca utilizados, por falta de necessidade ou por término do prazo de validade.

## 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

Quadro 40– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1980	1368	293	67
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1980	1368	293	67
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1361	292	67
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		160	121	99
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1980</b>	<b>1528</b>	<b>414</b>	<b>166</b>

Fonte: SUAP – DGP/IFRS

Obs.: Banco Equivalente, decretos 7311 e 7312/2010.

##### 5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 41– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>7</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	6
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>63</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	5
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	58
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0

3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>72</b>

Fonte: SIAPE – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

## 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. *Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)*

**Quadro 42 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	416	356	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	416	354		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	416	356	0	0

Fonte: SIAPE – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

5.1.2.2. *Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade*

**Quadro 43 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	383	657	329	128	24
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	<b>340</b>	579	<b>298</b>	<b>122</b>	<b>22</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	43	78	31	6	2
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>383</b>	<b>657</b>	<b>329</b>	<b>128</b>	<b>24</b>

Fonte: SIAPE – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

5.1.2.3. *Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade*

**Quadro 44 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	4	9	162	258	328	531	229
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	<b>0</b>	0	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>162</b>	<b>225</b>	<b>293</b>	<b>453</b>	<b>215</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	33	35	78	14
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>162</b>	<b>258</b>	<b>328</b>	<b>531</b>	<b>229</b>
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

### 5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 45 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	52.949.467,07	4.888.677,67	8.121.529,09	31.546.121,85	7.047.143,33	2.135.486,59	389.509,83	130.911,51	588.292,08	<b>107.797.139,02</b>
	2012	71.924.912,63	4.196.162,06	9.261.780,42	1.876.110,84	6.212.918,64	1.915.622,16	962.007,56	12.916,09	1.079.023,40	<b>96.349.514,31</b>
	2011	62.284.157,51	4.030.159,78	9.018.954,13	2.825.827,28	5.011.727,59	1.640.419,45	845.406,66	0	0	<b>85.656.652,40</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	4.942.813,96	0	493.007,14	155.210,49	713.906,14	0	235.987,94	0	0	<b>6.540.925,67</b>
	2012	3.754.309,51	0	447.833,78	52.362,14	571.942,17	0	0	0	0	<b>4.826.447,60</b>
	2011	1.396.087,87	0	150.037,35	21.252,71	201.015,35	0	0	0	0	<b>1.768.393,28</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	274.169,23	0	28.575,24	80.222,11	31.101,00	15.617,05	0	0	0	<b>429.684,63</b>
	2012	353.633,47	0	49.622,38	12.392,01	26.060,80	13.316,00	0	0	0	<b>455,024,66</b>
	2011	203.947,03	0	31.353,72	6.539,67	19.747,83	8.831,00	0	0	0	<b>270.419,25</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

	<b>2012</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>2011</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas - Cargo de direção - CD</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	0	43.535,95	6.943,40	1.890,82	918,00	2.751,18	0	0	0	56.039,35
	<b>2012</b>	0	2.948.192,77	0	0	0	0	0	0	0	2.948.192,77
	<b>2011</b>	0	2.894.289,86	0	0	0	0	0	0	0	2.894.289,86

Fonte: SIAPE – DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

Observações e análise crítica do Quadro:

- Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão:** quanto à divergência de nos valores de vencimentos e vantagens de 2012 para 2013 ocorre qu foram somados os adicionais de qualificação na guia adicionais, conforme portaria 175 TCU;
- Servidores com Contratos Temporários:** na guia Demais Despesas Variáveis foram incluídos os valores das rubricas 772 - Férias vencidas/Indeniz/Propor/CDT, 82400 - Férias- Antecipação CDT, 82773 - Indenização §2º art. 12 L.8475/93, conforme portaria 175 TCU.
- Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial:** não se aplica a UJ, conforme portaria 175 TCU: • Cargos de Natureza Especial: Para efeito deste demonstrativo, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios;
- Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas:** no ano de 2013 foram incluídos somente os servidores que ocupam cargo de provimento em comissão.

#### 5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. *Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria*

**Quadro 46 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas – Situação em 31/12**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	122	10
1.1 Voluntária	120	10
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	59	2
2.1 Voluntária	55	
2.2 Compulsória		1
2.3 Invalidez Permanente	4	1
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	181	12

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

5.1.4.2. *Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada*

**Quadro 47 – Instituidores de Pensão – Situação em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	43	2
1.1. Integral	43	
1.2. Proporcional		2
<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>	43	2

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

## 5.1.5. Cadastramento no SISAC

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

**Quadro 48 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	351	170	425	157
Concessão de aposentadoria	8	8	8	21
Concessão de pensão civil	2	3	1	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>361</b>	<b>181</b>	<b>434</b>	<b>184</b>

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

**Quadro 49 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	38	76	103	51
<b>Cancelamento de concessão</b>				
<b>Cancelamento de desligamento</b>				
<b>Totais</b>	<b>38</b>	<b>76</b>	<b>103</b>	<b>51</b>

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

### 5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

**Quadro 50 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				

Admissão	67	161	36	
Concessão de aposentadoria	0	3	8	0
Concessão de pensão civil	1	2	0	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>166</b>	<b>44</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	30	7	1	
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

#### 5.1.5.4. *Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico*

**Quadro 51 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias		0		0
Outros atos fora do SISAC (especificar)		0		0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Diretoria de Gestão de Pessoas tem como procedimento padrão exigir de todos os novos ingressantes o preenchimento da Declaração de acumulação de cargos, funções e empregos, onde o declarante presta informações acerca da eventual acumulação de cargos públicos; constatada a acumulação indevida, desde já o ingressante é orientado a regularizar sua situação, até a data limite da posse.

Ainda, se por ventura a acumulação ilícita for detectada após a posse do servidor, o procedimento a ser seguido é aquele especificado no art. 133 da Lei 8.112/90, ou seja, a autoridade que teve ciência da acumulação ilegal notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, a apresentar opção por um dos cargos, no prazo de 10 (dez) dias, formalizando-se processo administrativo para apuração e regularização da situação no caso de omissão do servidor.

Além da prevenção dos casos de acumulação ilícita, é efetuado ainda o controle e a regularização nos casos onde reste constatada a realização, por parte do servidor, de carga horária superior ao limite de 60 (sessenta) horas semanais estabelecido pela Advocacia-Geral da União, levando-se em conta na soma dessa carga horária também a prática de atividades da iniciativa

privada, conforme os termos dos Acórdãos nº 533/2003, 2.047/2004, 2.860/2004, 155/2005, 933/2005, 2.133/2005, 544/2006, todos da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

A Diretoria de Gestão de Pessoas tem como procedimento padrão exigir de todos os novos ingressantes o preenchimento da Declaração de acumulação de cargos, funções e empregos, onde o declarante presta informações acerca da eventual acumulação de cargos públicos; constatada a acumulação indevida, desde já o ingressante é orientado a regularizar sua situação, até a data limite da posse.

Ainda, se por ventura a acumulação ilícita for detectada após a posse do servidor, o procedimento a ser seguido é aquele especificado no art. 133 da Lei 8.112/90, ou seja, a autoridade que teve ciência da acumulação ilegal notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, a apresentar opção por um dos cargos, no prazo de 10 (dez) dias, formalizando-se processo administrativo para apuração e regularização da situação no caso de omissão do servidor.

Além da prevenção dos casos de acumulação ilícita, é efetuado ainda o controle e a regularização nos casos onde reste constatada a realização, por parte do servidor, de carga horária superior ao limite de 60 (sessenta) horas semanais estabelecido pela Advocacia-Geral da União, levando-se em conta na soma dessa carga horária também a prática de atividades da iniciativa privada, conforme os termos dos Acórdãos nº 533/2003, 2.047/2004, 2.860/2004, 155/2005, 933/2005, 2.133/2005, 544/2006, todos da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

Salienta-se que a Diretoria de Gestão de Pessoas não tem mecanismos sistêmicos para essa identificação, e no exercício de 2013, após a citação através de ofício da Controladoria Geral da União, que detectou através de cruzamentos entre as bases de dados dos sistemas SIAPE, RAIS 2012 E CNJP, identificou docentes do IFRS submetidos ao regime de Dedicção Exclusiva, vinculados a sociedades ou empresas na condição de sócio administrador. Na referida solicitação da CGU é que foram adotadas de imediato as providências cabíveis apurando de fato se foi configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, e efetivando, através de processo administrativo, a reposição ao erário.

### 5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em 2013, a Diretoria de Gestão de Pessoas buscou fortalecer a equipe de trabalho com ingresso de novos servidores, bem como aprimorar seus procedimentos a fim de padronizá-los e obter maior controle e transparência.

Com o objetivo de padronizar os processos e fluxos de trabalho da DGP, em 2013 foi nomeado um Grupo de Trabalho, composto por servidores da DGP e das Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus para realizar este trabalho.

Buscando o aprimoramento dos servidores do setor, em 2013 foram realizadas capacitações com o objetivo de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais.

No ano de 2013 foram iniciadas discussões sobre saúde e segurança no trabalho, a fim de se ter um melhor planejamento e monitoramento dessas questões. Além de ser pensado no processo de melhor estruturação das questões de saúde do IFRS, a fim de se ter informações consolidadas.

#### 1) *Absenteísmo*

O IFRS não possui indicador definido para cálculo de absenteísmo. As licenças para tratamento de saúde do próprio servidor e as licenças médicas para acompanhar pessoas da família são publicadas mensalmente no Boletim de Pessoal.

Os dados apresentados a seguir foram informados pela Unidade SIASS/UFRGS, da qual o IFRS é partícipe:

**Quadro 52 – Registro de Atestado por Unidade SIASS**

Unidade SIASS	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família		Total
	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamentos	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamentos	
SIASS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	289	1.920127	24	0.140575	313
<b>Total</b>	289		24		313

Fonte: Dados fornecidos pela Unidade SIASS/UFRS, conforme cadastro no Siapenet – Módulo Saúde.

#### 2) *Acidentes de Trabalho e Doenças*

Conforme item anterior, não há um índice padrão para acompanhamento de acidentes de trabalho e doenças dos servidores, contudo, o IFRS aderiu ao sistema SIASS, vinculando-se ao polo da UFRGS.

No ano de 2013 foi iniciada discussão com o Departamento de Atenção a Saúde da UFRGS, para tratar sobre as questões de saúde, tais como: perícias médicas, questões de acidentes de trabalho, especificamente sobre as notificações, devido à importância de se conhecer as informações

produzidas pela perícia, dados epidemiológicos para a consolidação da Política de Atenção à Saúde do Servidor público Federal, bem como para o monitoramento dos ambientes e processo de trabalho a fim de que seja desenvolvida, conjuntamente com o DAS, ações e ou programa de promoção de saúde.

Abaixo são apresentados alguns dados fornecidos:

**Quadro 53 – Perícias Concluídas por Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Singular</b>	<b>Junta</b>	<b>Total Geral</b>
< 14	0	0	0
14 a 18	0	0	0
19 a 21	0	0	0
22 a 25	7	1	8
26 a 30	32	2	34
31 a 35	41	2	43
36 a 40	30	2	32
41 a 50	37	6	43
51 a 60	18	7	25
>60	4	2	6
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>22</b>	<b>191</b>

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

**Obs.: Filtros** - UF da Unidade SIASS: RS, Unidade do SIASS: SIASS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Órgão do Servidor: 26419; Área Pericial: Médica, Local de Atendimento: Unidade SIASS; Tipo de Periciado: Servidor; Período de Conclusão da Perícia: 01/01/2013 à 31/12/2013.

**Quadro 54 – Perícias Concluídas**

<b>Tipo de perícia</b>	<b>Percentual</b>
Singular	88,48%
Junta	11,52%

Fonte: Dados fornecidos pela Unidade SIASS/UFRGS, conforme cadastro no Siapenet – Módulo Saúde.

**Quadro 55 – Servidores Afastados por Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade de Servidores Afastados</b>
< 14	10
14 a 18	2
19 a 21	0
22 a 25	7
26 a 30	33
31 a 35	41
36 a 40	28
41 a 50	41
51 a 60	27
>60	11
<b>Total</b>	<b>200</b>

Fonte: Dados fornecidos pela Unidade SIASS/UFRS, conforme cadastro no Siapenet – Módulo Saúde.

### 3) Exames Periódicos

No ano de 2013 foi encaminhado ao setor de Compras e Licitações o levantamento da quantificação dos servidores do IFRS que necessitam realizar os exames periódicos, para início do processo de licitação para contratação de empresa com a finalidade de realização dos exames e emissão do Atestado de Saúde Ocupacional. Os exames periódicos não foram realizados no ano de 2013 em virtude da dificuldade do setor de licitações na contratação de empresa para realização dos mesmos. Esta ação está reprogramada para ser realizada no ano de 2014.

### 4) Segurança no Trabalho

Tendo em vista a consolidação da Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, em conjunto com os exames periódicos foi discutido a questão da realização do PPRA, bem como a necessidade de uma equipe que trate da questão de segurança do trabalho. Em dezembro foi realizada uma reunião no campus Sertão para tratar sobre a insalubridade.

### 5) Rotatividade e Reposição do Quadro de Servidores por Aposentadoria –

Quadro 56 – Servidores aposentados em 2013

Servidores	Quantidade
Docentes	5
Técnico-Administrativos	6
Total	11

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

A reposição do quadro de servidores por aposentadoria é realizada através de nomeação de novo servidor, caso haja concurso válido com candidatos aprovados, ou redistribuição. Não sendo possível a realização dessas possibilidades, a vaga é provida através de novo concurso público.

### 6) Capacitação

O IFRS tem buscado promover a realização de ações de capacitação para os servidores, de acordo as linhas de desenvolvimento definidas no Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, sempre buscando a otimização dos recursos públicos e na medida do possível, priorizando a realização dos cursos *in company*, buscando contemplar o maior número de servidores com o menor custo.

Quadro 57 – Participação dos servidores em ações de capacitação:

Servidores	Total Servidores de	Quantidade de servidores capacitados	% de servidores Capacitados em relação ao total de capacitações	% de servidores capacitados por carreira
Docentes	705	471	55%	67%
Técnico-Administrativos	660	383	45%	58%
Total	1365	854	100%	

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

Obs.: 62% do quadro de servidores efetivos do IFRS receberam capacitação em 2013:

**Quadro 58 – Servidores docentes afastados para capacitação Stricto Sensu:**

<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade</b>
Mestrado	5
Doutorado	67
Pós-Doutorado	1
Total	73

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

**Quadro 59 – Servidores técnico-administrativos afastados para capacitação Stricto Sensu:**

<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade</b>
Mestrado	4
Doutorado	2
Pós-Doutorado	-
Total	6

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

**Quadro 60 – Servidores afastados para Licença Capacitação:**

<b>Servidores</b>	<b>Quantidade</b>
Docentes	8
Técnico-Administrativos	8
Total	16

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

**Quadro 61 – Servidores afastados para participação em eventos no exterior:**

<b>Servidores</b>	<b>Quantidade de servidores que participaram de eventos no exterior</b>	<b>Quantidade de autorizações para participação em eventos no exterior</b>
Docentes	53	57
Técnico-Administrativos	8	8
Total	61	65

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

Obs.: Foram autorizadas 65 participações em eventos no exterior para 61 servidores. Sendo que 01 servidor participou de 02 eventos e outro servidor participou de 4 eventos.

**7) Programa de Melhoria da Qualidade de Vida dos Servidores**

A Diretoria de Gestão de Pessoas tem como meta em 2014 estruturar equipe para elaborar o programa de melhoria de qualidade de vida dos servidores do IFRS, com colocação de vagas em concurso para nomeação de servidores técnico-administrativos.

#### 5.1.8.1. *Análise Crítica*

Em virtude da expansão do IFRS, em 2013 houve um grande número de ingresso de servidores para atender as demandas institucionais.

O ano de 2013 para a DGP foi marcado pelo aumento do número de servidores que ingressaram no setor, o que está proporcionando a melhoria dos fluxos dos procedimentos e processos, e também melhoria dos controles internos. Diante disso, o desafio para o ano de 2014 é promover a capacitação dos servidores do setor, principalmente na linha de desenvolvimento específica, para desempenho das atividades que os servidores realizam vinculadas ao setor e também capacitação linha de desenvolvimento de gestão visando à preparação dos servidores que atuam como gestores.

Para o exercício de 2014, além da continuidade do andamento da revisão dos laudos de insalubridade do dimensionamento da força de trabalho dos servidores técnico-administrativos, a DGP tem como desafio implantar outros projetos iniciados em 2013, como por exemplo a publicação do edital para concessão de bolsas de estudo para os servidores e a realização do 1º curso de iniciação ao serviço público, que tem como público alvo todos os servidores que ingressaram em 2012 e 2013, com previsão de contemplar pelo menos 240 servidores.

Dentre as metas da DGP estabelecidas para o ano de 2014 estão: criar normativas quanto à Mobilidade, Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho; estruturar a equipe com ingresso de servidores técnico-administrativos, dos cargos de Engenheiro em Segurança do trabalho, Enfermeiro, técnico em Segurança do Trabalho e Auxiliar em Administração para trabalhar na elaboração e execução de Projeto relacionado à Saúde, Segurança e Qualidade de Vida dos Servidores do IFRS; estruturar a Coordenadoria de Capacitação, com ingresso de novos servidores dos cargos de Psicólogo e Pedagogo, para possibilitar a elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação para os próximos anos.

Como objetivos para 2014, a DGP pretende viabilizar a elaboração de políticas de gestão de pessoas para aprovação junto às instâncias superiores, e também realizar ações de capacitação para os servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade, em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e legislação vigente, bem como os interesses institucionais.

## 5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 5.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

**Quadro 62 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (a)**

Unidade Contratante													
Nome: <b>CAMPUS BENTO GONÇALVES</b>													
UG/Gestão:158264/26419						CNPJ:10.637.926/0002-27							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	94/2013	11.525.620/0001-60	26/09/13	25/05/15	10	10					A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DAP E Gestão de Contratos - CAMPUS BENTO GONÇALVES, DLC (Departamento de Licitações e Contratos)..

**Quadro 63 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (b)**

Unidade Contratante													
Nome: <b>CAMPUS PORTO ALEGRE</b>													
UG/Gestão:158261/26419						CNPJ: 10.637.926/0003-08							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	99/2013	10.533.299/0001-01	26/09/13	25/05/2015	6	8					P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:DAP e Gestão de Contratos 2013/2014 - CAMPUS PORTO ALEGRE, DLC.

**Quadro 64 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (c)**

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS SERTÃO													
UG/Gestão: 158263/26419						CNPJ: 10.637.926/0004-99							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	22/2011	03.994.920/0001-60	1/9/2011	31/08/2014	6	6					P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: DLC e Câmpus Sertão.													

**Quadro 65 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (d)**

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS RIO GRANDE													
UG/Gestão:158326/26419						CNPJ:10.637.926/0005-70							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	35/2011	10.581.285/0001-18	20/10/2011	19/10/2014	15	15					P
2013	V	O	91/2013	11.222.248/0001-13	26/09/2013	25/05/2015	14	14					A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: DLC e Câmpus Rio Grande.													

**Quadro 66 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (e)**

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS CANOAS													
UG/Gestão: 158265/26419						CNPJ:10.637.926/0006-50							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.



**Quadro 69 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (h)**

Unidade Contratante														
Nome: CAMPUS ERECHIM														
UG/Gestão:158325/26419						CNPJ:10.637.926/0009-01								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	37/2011	87.343.257/0001-24	20/10/11	18/10/14	4	7						P
2013	V	O	79/2013	03.994.920/0001-60	26/09/13	25/05/15	10	8						A

**Observações:**  
**LEGENDA**  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC e Câmpus Erechim.

**Quadro 70 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (i)**

Unidade Contratante														
Nome: CAMPUS CAXIAS DO SUL														
UG/Gestão:158328/26419						CNPJ:10.637.926/0010-37								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	V	O	85/2013	11.525.620/0001-60	26/09/2013	25/05/2015	4	1						A

**Observações:**  
**LEGENDA**  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC e Câmpus Caxias do Sul.

**Quadro 71 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (j)**

Unidade Contratante													
Nome: CAMPUS FARROUPILHA													
UG/Gestão:158674/26419						CNPJ:10.637.926/0011-18							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos						Sit.

							Trabalhadores Contratados								
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2010	V	O	vigilância	04.281.402/0001-62	18/06/2010	15/03/2013	8	8							E
2013	V	E	vigilância	03.144.992/0001-19	20/03/2013	20/06/2013	8	8							E
2013	V	E	vigilância	03.144.992/0001-19	26/07/13	25/09/13	8	8							E
2013	V	O	vigilância	13.624.934/0001-46	26/09/13	25/05/15	8	8							A
2011	L	O	limpeza e conservação	87.343.257/0001-24	20/10/11	19/10/14	6	6							P

**Observações:**

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC e Câmpus Farroupilha.

**Quadro 72 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (k)**

Nome: CAMPUS IBIRUBÁ														
UG/Gestão:158675/26419							CNPJ:10.637.926/0012-07							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	V	O	92/2013	03.994.920/0001-60	26/09/2013	25/05/2015	8	8						A

**Observações:**

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC e Câmpus Ibirubá.

**Quadro 73 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (l)**

Unidade Contratante	
Nome: CAMPUS FELIZ	
UG/Gestão: 158676/26419	CNPJ:10.637.926/0013-80
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2013	V	Ordinária	Vigilância	10.637.926/0001-46	17/09/2013	16/09/2014	2	2							A
2013	L, H	Ordinária	Limpeza e Higiene	87.343.257/0001-24	20/10/2013	19/10/2014	1	1							A

**Observações:**

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC e Câmpus Feliz.

**Quadro 74 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (I)**

Unidade Contratante															
Nome: REITORIA															
UG/Gestão: 158141 / 26419						CNPJ:10.637.926/0001-46									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2011	L	O	36/2011	87.343.257/0001-24 - Servan	20/10/2011	19/10/2014	31	31							P
2011	L	O	37/2011	87.343.257/0001-24 - Servan	20/10/2011	19/10/2014	22	24							P
2011	L	O	38/2011	06.205.427/0001-02 - Sulclean	20/10/2011	19/10/2014	31	33							P
2013	V	E	04/2013	03.144.992/0001-19 - Vigitec	20/03/2013	20/07/2013	10	10	8	8					E
2013	V	E	55/2013	03.144.992/0001-19 - Vigitec	26/07/2013	25/09/2013	10	10	8	8					E
2013	V	O	84/2013	13.624.934/0001-46 - MZ Segurança	26/09/2013	25/05/2015	2	2							A

**Observações:**

**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DLC.

#### 5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (a)

Unidade Contratante														
Nome: CAMPUS BENTO GONÇALVES														
UG/Gestão: 158264/26419							CNPJ: 10.637.926/0002-27							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12 ( OUTRAS)	O	06/2009	901692850001-81	0203/09	30/10/13	1	1						E
2008	12 ( OUTRAS)	O	39/2008	901692850001-81	22/12/08	10/2/2013	1	1						E
2012	04 (COPEIRAGEM)	O	66/2012	148540650001-09	1/2/2013	31/04/14	1	1						A
2010	12 ( OUTRAS)	O	07/2010	074543610001-57	20/04/10	19/04/14	4	4						P
2012	12 ( OUTRAS)	O	06/2012	007314340001-61	8/9/2012	7/9/2014	11	11						P
2013	12 ( OUTRAS)	O	111/2013	110571180001-72	4/11/2013	3/7/2015	1	1						A
<b>Observações:</b>														

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Bento Gonçalves.

Quadro 76 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (b)

Nome: CAMPUS PORTO ALEGRE														
UG/Gestão: 158261/26419							CNPJ: 10.637.926/0003-08							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	1	(O)	99/2013	10.533.299/0001-01	26/09/13	25/05/2015	6	8						P
2012	2	(O)	58/2012	00.482.840/0001-38	10/12/2012	16/12/2014			1	1				P
2013	9	(O)	113/2013	08.489.244/0001-91	24/10/2013	14/12/2015	9	9						P

2012	12	(O)	01/2012	12.023.691/0001-28	23/07/2012	7/10/2014	10	10							P
<b>Observações:</b>															

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Porto Alegre.

**Quadro 77 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (c)**

Nome: CAMPUS SERTÃO															
UG/Gestão: 158263/26419								CNPJ: 10.637.926/0004-99							
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	12	O	23/2011	72.173.164/0001-21	4/9/2011	3/9/2014	10	10							P
2011	1	O	29/2011	72.173.164/0001-21	4/9/2011	3/9/2014	6	6							P
2013	12	O	88/2013	03.362.450/0001-12	1/10/2013	31/05/2015	1	1							A
2013	12	O	89/2013	03.362.450/0001-12	1/10/2013	31/05/2015	1	1							A
2011	12	O	34/2011	06.205.427/0001-02	4/10/2011	3/10/2014	7	7							P
2012	2	O	15/2012	00.482.840/0001-38	1/6/2012	31/05/2014			1	1					P
2013	12	O	30/2013	03.362.450/0001-12	20/05/2013	19/1/2015	2	2							A
2013	12	O	31/2013	03.362.450/0001-12	20/05/2013	19/1/2015	1	1							A
2013	12	O	32/2013	03.362.450/0001-12	20/05/2013	19/1/2015	7	5							A
<b>Observações:</b>															

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Sertão.

**Quadro 78 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (d)**

Nome: CAMPUS RIO GRANDE													
UG/Gestão: 158262/26419						CNPJ: 10.637.926/0005-70							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	O	91/2013	11.222.248/0001-13	26/09/2013	25/05/2015	14	14					A
2012	5	O	61/2012	04.741.977/0001-10	17/12/2012	16/12/2014	15	15					P
2013	2	O	116/2013	07.188.842/0001-68	18/11/2013	17/11/2014	4	4					A
<b>Observações:</b>													

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Rio Grande.

**Quadro 79 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (e)**

Nome: CAMPUS CANOAS													
UG/Gestão: 158265/26419						CNPJ: 10.637.926/0006-50							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	O	78/2013	10.533.299/0001-01	26/09/2013	25/05/2015	11	11					A
2012	5	O	64/2012	13.334.498/0001-70	15/01/2013	14/09/2014	1	1					A
2012	12	O	53/2012	08.330.354/0001-06	21/01/2013	21/09/2014	2	2					A
2012	12	O	57/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013	1	1					E
2012	4	O	68/2012	10.439.655/0001-14	1/3/2013	28/02/2014	1	1					A
<b>Observações:</b>													

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Canoas.

**Quadro 80 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (f)**

Nome: CAMPUS OSÓRIO														
UG/Gestão:158327/26419							CNPJ:10.637.926/0007-31							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	67/2012	10.439.655/0001-14	1/3/2013	28/02/2014	1	1						A
2012	9	O	37/2012	10.439.655/0001-14	1/10/2012	31/05/2014	1	1						A
<b>Observações:</b>														

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Osório.

**Quadro 81 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (g)**

Nome: CAMPUS RESTINGA														
UG/Gestão:158326/26419							CNPJ:10.637.926/0008-12							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	1	O	93/2013	10.533.299-0001-01	26/09/2013	25/05/2015	8	8						A
2013	4	O	40/2012	10.439.655/0001-14	1/11/2012	31/10/14	1	1						A
2013	5	O	42/2011	10.439.655/0001-14	16/11/2011	15/11/14			2	2				A
2013	9	O	37/2012	10.439.655/0001-14	2/10/2012	2/6/2014	1	1						A
2013	12 (Limpeza)	O	38/2011	06.205.427/001-02	20/10/2011	19/10/14	8	8						A
<b>Observações:</b>														

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Restinga.

**Quadro 82 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (h)**

Nome: CAMPUS ERECHIM													
UG/Gestão:158325/26419						CNPJ:10.637.926/0009-01							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	O	79/2013	03.994.920/0001-60	26/09/13	25/05/15	10	8					A
<b>Observações:</b>													

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Erechim.

**Quadro 83 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (i)**

Nome:CAMPUS CAXIAS DO SUL													
UG/Gestão:158328/26419						CNPJ:10.637.926/0010-37							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	59/2012	00.482.840/0001-38	10/12/2012	16/12/2014				1			A
<b>Observações:</b>													

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Caxias do Sul.

Quadro 84 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (j)

Nome: CAMPUS FARROUPILHA														
UG/Gestão: 158674/26419							CNPJ: 10.637.926/0011-18							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	1	O	14/2010	04.281.402/0001-62	18/06/2010	15/03/2013	8	8						E
2013	1	E	04/2013	03.144.992/0001-19	20/03/2013	20/06/2013	8	8						E
2013	1	E	55/2013	03.144.992/0001-19	26/07/13	25/09/13	8	8						E
2013	1	O	96/2013	13.624.934/0001-46	26/09/13	25/05/15	8	8						A
2012	4	O	65/2012	10.439.655/0001-14	1/3/2013	28/02/2014	1	1						A
2011	5	O	41/2011	72.173.164/0001-21	7/11/2011	6/11/2014			1	1				P
2012	9	O	38/2012	03.998.405/0001-59	8/10/2012	7/6/2014	1	0						A
2011	12	O	36/2011	87.343.257/0001-24	20/10/11	19/10/14	6	6						P
<b>Observações:</b>														

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Farroupilha.

Quadro 85 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (k)

Nome: CAMPUS IBIRUBÁ														
UG/Gestão: 158675/26419							CNPJ: 10.637.926/0012-07							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	9	O	120/2013	11.057.118/0001-72	2/12/2013	1/8/2015	2	2						A
<b>Observações:</b>														

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Ibirubá.

**Quadro 86 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (l)**

Nome: CAMPUS FELIZ													
UG/Gestão:158676/26419							CNPJ:10.637.926/0013-80						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	9	O	Jardineiro	10.439.655/0001-14	9/4/2013	8/4/2014	1	1	-	-	-	-	A
2013	8 e 9	O	Manutenção predial	03.998.405/0001-59	8/10/2012	7/6/2014	1	1	-	-	-	-	A
2013	7	O	Telefonista	08.330.554/0001-06	21/01/2013	21/09/2014	-	-	2	2	-	-	A

**Observações:**

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria e Câmpus Feliz.

**Quadro 87 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (m)**

Nome: REITORIA													
UG/Gestão:158141 / 26419							CNPJ:10.637.926/0001-46						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	17/2011	08.202.514/0001-31	13/07/2011	12/7/2014			2	2			P
2011	5	O	42/2011	10.439.655/0001-14 - Pedro Reginaldo	16/11/2011	15/11/2014			7	8			P
2012	12	O	07/2012	10.439.655/0001-14 - Pedro Reginaldo	9/4/2012	8/4/2014	4	4					P
2012	12	O	20/2012	10.439.655/0001-14 - Pedro Reginaldo	20/08/2012	19/08/2014	4	4					P
2012	12	O	22/2012	94.851.250/0001-89 - ccs	27/06/2012	26/06/2014	8	8					P
2012	9	O	37/2012	10.439.655/0001-14	1/10/2012	31/05/2014	12	10					A
2012	9	O	38/2012	03.998.405/0001-59	8/10/2012	7/6/2014	3	2					A
2012	4	O	40/2012	10.439.655/0001-14 - Pedro Reginaldo	1/11/2012	31/10/2013	2	2					P

2012	12	O	48/2012	13.659.873/0001-52	5/11/2013	4/7/2014			10	10			A
2012	12	O	49/2012	10.762.976/0001-55 - GRUPO JAM	5/11/2012	4/7/2014			5	3			A
2012	12	O	55/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			3	1			P
2012	5	O	63/2012	13.334.498/0001-70 - Megasul	15/01/2013	14/09/2014			1	1			A

Observações:

**LEGENDA**

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DLC (Diretoria de Licitações e Contratos) – Reitoria.

### **5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4**

O IFRS considera o acompanhamento e fiscalização dos contratos de suma importância, haja vista a necessidade de gerenciamento e controle para que os recursos investidos nas contratações sejam bem aproveitados. A gestão das contratações requer planejamento e padronização em toda a instituição para que efetivamente possa trazer o retorno esperado.

Em fevereiro de 2013 a Magnífica Reitora do IFRS emitiu portaria para que o gerenciamento dos contratos ficasse a cargo de cada Câmpus, ao invés de manter a centralização na Reitoria. Esta decisão permitiu que cada Câmpus pudesse exercer sua autonomia gerencial de recursos e decisões administrativas, porém sempre respeitando as diretrizes e procedimentos padrões da Reitoria.

Para que o projeto de descentralização de gerenciamento de contratos tivesse êxito, a Reitoria, através da Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), elaborou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, bem como realizou treinamentos e capacitações a todos os gestores de contratos dos Câmpus. Criou o Portal DLC, onde mantém atualizados todos os arquivos de apoio e abriu oportunidades de comunicação entre o Setor de Contratos da Reitoria, dos Câmpus e fiscais do IFRS.

Com gestores e fiscais treinados e mais qualificados para o acompanhamento dos processos, é normal que sejam encontrados mais problemas nas execuções contratuais. Neste sentido, o Setor de Penalizações também foi produtivo neste exercício, atuando em conjunto com o Setor de Licitações e Contratos na aplicação de sanções e orientando os Câmpus a fazê-los sempre que evidenciadas ocorrências em desacordo com o contrato.

Os maiores problemas encontrados em 2013 foram em relação à falta ou atraso de pagamentos aos funcionários das empresas terceirizadas. Citam-se como exemplos, entre outros, as penalizações às empresas prestadoras de serviço de vigilância, motorista e manutenção predial, as quais culminaram com aplicações de penalidades, rescisão dos contratos e abertura de novos processos licitatório.

Temos verificado problemas em relação a empresas com sócios em comum ou de um mesmo grupo que, por motivos de sanções decorrentes de processo de penalização continuam participando de licitações com uma razão social diferente. Há ainda casos de o IFRS receber mandados judiciais ordenando a exclusão da penalidade de impedimento do SICAF, desprotegendo a administração, apesar de ter exercido seu dever de fiscalizar e controlar o uso do recurso público.

Outro problema recorrente é a falta de procedimento padrão para tratar de saldo de remanescente de empenho e Notas Fiscais a pagar diante de inadimplemento ou descumprimento do contrato pelo fornecedor ou no caso de rescisão referente ao descumprimento do pagamento das obrigações trabalhistas pela contratada.

O IFRS vem cumprindo a determinação de recolhimento das verbas trabalhistas de que trata a IN MPOG 02/2008, porém encontra dificuldades referentes à abertura e movimentação de contas vinculadas/conta caução.

O conjunto de ações realizadas em 2013 contribuiu para a melhoria significativa na gestão dos contratos, acompanhamento das prestações de serviços e processos administrativos de penalização. De acordo com o planejamento da Diretoria de Licitações e Contratos, em 2014 os treinamentos serão intensificados e o manual atualizado.

## 5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 88 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	71	83	96	79	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	22	21	33	26	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					-
<b>3. Total (1+2)</b>	93	104	129	105	721.966,91

Fonte: SIAPE

Obs. O Relatório do SIAPE não difere rubricas de Estagiários, portanto, não há relatório mensal do custo exato de superior e médio.

## 6. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto Nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e a Instrução Normativa Nº 3, de 15/05/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências. Adicionalmente, o IFRS emitiu a Instrução Normativa Nº 009, de 13/11/2013, que disciplina, em seu âmbito, a gestão, classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais.

A frota de veículos do IFRS cumpre um papel fundamental no transporte rotineiro de servidores e materiais, que não poderia ser suprido com a mesma presteza e eficiência por outros meios, como o transporte comercial de cargas e passageiros, por exemplo.

Atualmente a frota do IFRS é composta por 3 veículos de transporte institucional e 88 veículos de serviços comuns, totalizando 91 veículos. A distribuição da frota, por categoria de uso e por regionalização, está apresentada no Quadro a seguir:

**Quadro 89 - Composição da Frota de Veículos do IFRS**

<b>Unidade</b>	<b>Município</b>	<b>Veículos de Serviços Comuns</b>	<b>Veículos de Transporte Institucional</b>	<b>Total</b>
Reitoria	Bento Gonçalves	13	1	14
Câmpus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves	19	0	19
Câmpus Canoas	Canoas	2	0	2
Câmpus Caxias do Sul	Caxias do Sul	3	0	3
Câmpus Erechim	Erechim	5	0	5
Câmpus Farroupilha	Farroupilha	2	0	2
Câmpus Feliz	Feliz	3	0	3
Câmpus Ibirubá	Ibirubá	8	0	8
Câmpus Osório	Osório	2	0	2
Câmpus Porto Alegre	Porto Alegre	3	1	4
Câmpus Restinga	Porto Alegre	3	0	3
Câmpus Rio Grande	Rio Grande	3	0	3
Câmpus Sertão	Sertão	22	1	23
<b>TOTAL</b>		<b>88</b>	<b>3</b>	<b>91</b>

Fonte: PROAD – Pró-Reitoria de Administração.

A média anual de quilômetros rodados é de 32.038 km para os veículos de transporte institucional e de 17.465 km para os veículos de serviços comuns.

A idade média da frota é de 4,6 anos para os veículos de transporte institucional e de 7,8 anos para os veículos de serviços comuns.

Com relação aos custos anuais associados à gestão da frota, no ano de 2013 foram contabilizados os seguintes gastos:

- Combustíveis: R\$ 322.405,21
- Manutenção (preventiva e corretiva): R\$ 272.815,84.

- Seguros (DPVAT e cobertura compreensiva): R\$ 35.648,72.
- Gastos com pessoal responsável pela administração da frota: o IFRS, atualmente, é composto por 12 Câmpus e uma Reitoria. Em cada uma dessas unidades há um responsável pela frota, mas essa não é a sua única atividade. Além disso, em vários Câmpus a frota não ultrapassa as cinco unidades, demonstrando que o tempo despendido para o seu gerenciamento também é diminuto. Assim, torna-se difícil quantificar com bom nível de precisão o gasto real com pessoal na gestão da frota.

O plano de substituição da frota do IFRS prima pela verificação das reais condições do veículo e a avaliação se este ainda cumpre eficientemente as suas finalidades. Veículos com idade relativamente alta são avaliados quanto a seu estado geral de conservação e da projeção de futuros gastos com manutenção, de forma a serem confrontados com os valores necessários para a sua substituição, propiciando condições de análise de vantajosidade de sua substituição ou permanência na frota.

Boa parte da frota do IFRS é herdada das antigas estruturas de CEFETs que a originaram. A criação e o crescimento progressivo do IFRS trouxeram a necessidade de aquisição de mais veículos. Como a sistemática historicamente adotada foi de aquisição em detrimento da locação, com bons resultados, optou-se por manter essa política ao invés de migrar para o sistema de locação. Considerando o tamanho atual da frota, uma alteração para o sistema de locação traria a necessidade de desfazimento dessa quantidade relativamente grande de bens, que vêm cumprindo seu papel a contento, e cujo valor de retribuição em caso de leilão poderia ficar abaixo do almejado ou simplesmente não atrair interessados. Por outro lado, deve-se ainda avaliar adequadamente os ganhos advindos da locação, que, no caso do setor público, não englobam os de natureza tributária, tornando a locação não tão atrativa quanto o é para o setor privado. De qualquer forma, essa análise será refeita periodicamente ou sempre que houver um fato novo que possa modificar o atual entendimento.

A estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte engloba dois sistemas de gerenciamento de frota, um baseado nos controles de manutenção e outro nos controles de abastecimentos. Com o primeiro, é possível acompanhar adequadamente os gastos com manutenção preventiva e corretiva, montar cronogramas de revisões periódicas e avaliar orçamentos. Já o segundo faz um acompanhamento minucioso dos gastos com combustíveis, possibilitando avaliar a eficiência de veículos e condutores. Complementando esses controles, as solicitações de veículos para viagens seguem uma antecedência mínima de 10 dias, possibilitando ao setor responsável uma otimização de uso através do agrupamento no mesmo veículo de servidores com destinos próximos. Todas essas medidas e controles, bem como os normativos internos existentes, visam ampliar continuamente os níveis de eficiência e economicidade no uso da frota veicular.

## 6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**Quadro 90– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
<b>BRASIL</b>	<b>UF – Rio Grande do Sul</b>	<b>30</b>	<b>20</b>
	Bento Gonçalves	3	3
	Alvorada	1	1
	Canoas	1	1
	Caxias	1	1
	Erechim	4	2
	Farroupilha	1	-
	Feliz	1	1
	Ibirubá	4	3
	Osório	1	1
	Passo Fundo	1	1
	Porto Alegre	3	1
	Rio Grande	2	-
	Rolante	1	1
	Sertão	3	3
	Vacaria	1	1
	Viamão	2	-
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>30</b>	<b>20</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>30</b>	<b>20</b>

Fonte: PROAD – Pró-Reitoria de Administração.

## 6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 91 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ – exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158141	854100018500-3 Reitoria	21	1	8.230.000,00	26/12/2012	8.230.000,00	1.972,32	123.156,49
	851100001500-9 Alvorada	21	3	508.583,77	28/12/2012	508.583,77		
	882300003500-2 Rolante	21	3	713.628,74	28/12/2012	713.628,74		
	895300030500-8 Vacaria	21	3	843.000,00	28/12/2012	843.000,00		
	896300029500-0 Viamão	21	3	135.000,00	03/05/2013	135.000,00		
	896300031500-0 Viamão	21	3	135.000,00	03/05/2013	135.000,00		
158262	881500107500-7 Rio Grande	21	3	1.897.217,82	06/11/2013	1.897.217,82	50.643,08	56.583,42
	881500106500-1 Rio Grande	21	3	3.681.168,85	06/11/2013	3.681.168,85		
158263	878500045500-5 Sertão (Passo Fundo)	21	3	2.000.000,00	27/12/2013	2.000.000,00	145.389,64	304.979,59
	891100006500-1 Sertão	21	3	2.150.186,00	29/10/2012	2.150.186,00		
	891100007500-7 Sertão	21	3	22.834.333,54	29/11/2013	23.429.633,07		
	891100009500-8 Sertão	21	3	243.384,05	27/12/2012	243.384,05		
158264	854100015500-7 Bento (Granja)	21	3	1.208.008,71	18/12/2012	1.208.008,71	48.090,08	47.220,92
	854100017500-8 Bento	21	3	7.871.764,59	18/12/2012	9.120.637,19		
158265	858900335500-1 Canoas	21	1	7.218.579,19	12/12/2012	7.218.579,19	2.323,36	5.678,70
158325	863700015500-5 Erechim	21	3	1.787.775,24	14/12/2012	1.787.775,24	7.094,27	7.190,20
	863700017500-6 Erechim	21	3	85.000,00	14/12/2012	85.000,00		
	863700023500-9 Erechim	21	3	900.000,00	18/03/2013	900.000,00		
	863700025500-0 Erechim	21	3	1.800.000,00	18/03/2013	1.800.000,00		
158326	880100820500-3 Restinga	21	2	423.772,92	12/03/2013	771.302,91	0,00	20.080,93
158327	877300023500-1 Osório	21	2	488.700,00	13/12/2012	488.700,00	0,00	19.986,00
158328	859900048500-9 Caxias	21	3	800.000,00	28/12/2012	800.000,00	222,43	234,05
158674	865500007500-0 Farroupilha	21	2	1.706.029,98	14/03/2013	1.706.029,98	5.090,51	8.393,80
158675	870100006500-1 Ibirubá	21	3	212.000,00	28/12/2012	212.000,00	56.677,29	29.100,00
	870100008500-2 Ibirubá	21	3	617.000,00	28/12/2012	617.000,00		
	870100010500-3 Ibirubá	21	3	4.038.500,00	28/12/2012	4.038.500,00		
158676	865900001500-0 Feliz	21	2	974.798,53	20/08/2013	1.320.998,53	0,00	4.500,80
<b>Total</b>							<b>317.502,98</b>	<b>627.104,90</b>

Fonte: SPIUnet / PROAD - Pró-Reitoria de Administração.

### **6.2.3. Análise Crítica dos Itens 6.2.1 e 6.2.2**

A estrutura de controle e gestão do patrimônio no âmbito da unidade é composta por um servidor da Reitoria responsável pela gestão do patrimônio imobiliário de todo o IFRS, o que inclui o gerenciamento da situação física dos imóveis e da correspondente situação de registro cartorial, bem como o acompanhamento e atualização dos dados desses imóveis no sistema governamental SPIUnet. O responsável conta com o auxílio, ao longo do ano, dos gestores de patrimônio dos Câmpus e, especificamente no final de cada exercício, das comissões de inventário de patrimônio imobiliário.

Dos 30 imóveis atualmente sob responsabilidade do IFRS, vinte e sete estão devidamente cadastrados no sistema SPIUnet e tiveram seus dados de registro acompanhados e atualizados conforme a ocorrência de fatos modificadores patrimoniais, de modo a manter a fidedignidade das informações contidas no sistema. Há dois imóveis de uso do Câmpus Porto Alegre, que estavam sob sua guarda provisória na dependência da tramitação do processo de doação, e foram doados ao Câmpus no final de 2013. Como a formalização e registro cartorial da doação, conduzidos pela Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul (SPU/RS), ainda não estavam finalizados, não houve condições de proceder ao correspondente registro no SPIUnet no mesmo ano. Da mesma forma, no Câmpus Ibirubá há um imóvel pendente de formalização da doação, o que deve ocorrer em 2014.

Com relação a cessão para terceiros, há um caso no IFRS. O Câmpus Sertão cedeu, através de contrato de concessão nº 130/2013, precedido por processo licitatório, seu imóvel situado no município de Passo Fundo para o Sr. Fernandes Antônio Tronco, para fins de cultivo de grãos. Dos 16,4 hectares totais do imóvel, é permitida a exploração agrícola de 12,3 hectares. Em pagamento, o Câmpus recebe anualmente o equivalente a 186 (cento e oitenta e seis) sacas de 60 kg de soja, efetivado através do pagamento de GRU (código 78803-1 – Arrendamentos Intra-Orcam), contabilizada na conta contábil 473120000, fonte 0250159999. Os recursos oriundos dessa locação caem na conta 250 (receita própria), como todo e qualquer recurso da produção, compondo assim o orçamento geral do Câmpus e são utilizados, havendo disponibilidade orçamentária, no custeio normal da Unidade.

As despesas com imóveis sob responsabilidade do IFRS, incluindo reformas e manutenção, totalizaram R\$ 1.043.766,52 em 2013.

Com relação a imóveis locados de terceiros, o IFRS finalizou o ano de 2013 com 3 imóveis locados registrados no SPIUnet.

Cumpramos ressaltar que, no caso do imóvel de Porto Alegre, o contrato de locação já havia sido rescindido antes do final de 2013, mas a correspondente informação só foi encaminhada para atualização no SPIUnet em 2014. Assim, o IFRS finalizou o ano de 2013 com efetivamente dois imóveis locados de terceiros. O imóvel locado pelo Câmpus Porto Alegre abrigava o Projeto Prelúdio, programa de Extensão que tem como proposta desenvolver a musicalidade de crianças e jovens. Com a mudança do Projeto Prelúdio para o imóvel sede do Câmpus, a locação de imóvel tornou-se desnecessária, tendo por isso seu contrato rescindido. Já os imóveis locados pelo Câmpus Caxias do Sul foram destinados ao próprio funcionamento do Câmpus, na espera da conclusão das obras do novo Câmpus, prevista para o início de 2014.

Em 2013, foram gastos R\$ 391.057,87 em locação de imóveis. Para sua manutenção, foram despendidos R\$ 234,05.

### 6.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

**Quadro 92 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
<b>BRASIL</b>	<b>UF – Rio Grande do Sul</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
	Porto Alegre (Projeto Prelúdio)	<b>1</b>	<b>1</b>
	Caxias do Sul	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>3</b>	<b>2</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>3</b>	<b>2</b>

Fonte: SPIUnet / PROAD - Pró-Reitoria de Administração.

## 7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 7.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro 93 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). <span style="float: right;">Qual(is)?</span>
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65 http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação.

## 8. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

**Quadro 94 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Uso consciente de materiais e utilização de produtos ecologicamente corretos por parte das contratadas.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
	Papel A4, Papel Toalha, agendas, envelopes, calendários, canetas				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
	Sim.				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
	Recarga de cartuchos de tinta, de pincéis atômicos, sabonete líquido, água mineral,				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
	Projeto Esplanada Sustentável				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: DLC – Diretoria de Licitações e Contratos.

## 8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Até o final de 2012, o IFRS não possuía um plano formalizado de redução de consumo, apesar de propagar orientações aos servidores no sentido de estimular o uso racional dos recursos materiais, como papel, água e energia elétrica, sendo essas orientações periodicamente reforçadas aos servidores. Em 2013, com sua inserção em programas governamentais como Esplanada Sustentável e o início da elaboração de seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, o IFRS passou a encarar a questão da sustentabilidade de forma mais estruturada, estipulando metas como a elaboração de um plano de ações específicas, sua consequente execução e acompanhamento continuado. Além disso, são disseminadas para todo o Instituto as melhores iniciativas dos câmpus e da Reitoria, de comprovada efetividade desde aspectos como a simples redução do consumo até ganhos em sustentabilidade, de quantificação mais complexa.

O Câmpus Sertão incluiu a temática ambiental em suas ações de Extensão, além de propiciar capacitação sobre o tema a seus servidores e realizar o II Simpósio de Gestão Ambiental, em agosto de 2013, com a participação de 200 pessoas.

A política adotada para o uso racional do **papel** concentra-se na disseminação de práticas como impressão preferencial no modo frente e verso, incentivo à digitalização de documentos, impressão de material somente quando estritamente necessário e reaproveitamento de papel descartado. Grande parte do papel adquirido é do tipo reciclado não clorado, como forma de incentivar a sustentabilidade. Outra política disseminada em praticamente todos os câmpus é a contratação do serviço de locação de impressoras, com redução significativa de custos e maior controle do volume impresso. Mesmo com essas práticas, houve aumento no consumo, o que se explica pelo aumento de servidores e do volume de trabalho.

Com intuito de melhorar a qualidade do gasto, os câmpus lançaram mão das mais variadas ações. No Câmpus Ibirubá foi implantada uma ilha de impressão na entrada do prédio principal, que concentra grande parte do material impresso, propiciando maior controle das impressões. Além disso, não são permitidas cópias de publicações de propriedade intelectual ou sem conexão com o curso.

O Câmpus Canoas realiza um monitoramento de gastos excessivos de papel sem autorização prévia das chefias imediatas, através do fiscal do contrato de locação de impressoras, que verifica mensalmente a quantidade gasta por cada setor através da identificação do IP do computador que solicitou as cópias.

No Câmpus Bento Gonçalves o consumo de papel teve uma drástica queda em 2013, pois houve um melhor aproveitamento das impressões por parte dos servidores. Existe um controle mensal sobre os gastos das diretorias.

O Câmpus Caxias do Sul, por sua vez, conduziu ações de conscientização para o uso racional dos insumos, em consonância com o programa Esplanada Sustentável, objeto de reunião geral na Unidade. Há controle de impressões e cópias por servidor (no caso de professores considera-se também a quantidade de alunos e turmas), controle na aquisição de papel, incentivo à reutilização na forma de rascunhos e ao uso preferencial de documentos digitais. Para reduzir o consumo de papel nos banheiros, foram instalados secadores de mãos automatizados. Saliente-se, no entanto, que o fato de o câmpus estar em sede provisória dificultou a aplicação de algumas políticas de sustentabilidade ambiental, que necessitam de investimentos em benfeitorias permanentes.

Com relação à **energia elétrica**, a situação varia bastante no comparativo entre os câmpus, que têm um perfil de consumo muito diferente entre si, em grande parte devido à natureza dos

curiosos ofertados e às características e idade das edificações, o que impacta decisivamente no tipo e quantidade de equipamentos instalados, bem como em toda a estruturação da rede elétrica.

De um modo geral, os campi mantêm campanhas de conscientização dos usuários para a necessidade de racionalização de uso de energia. Concomitantemente estão sendo implementadas medidas estruturais, como readequação da rede elétrica e dos sistemas de iluminação, reanálise e substituição de equipamentos, alteração na forma de contratação junto às concessionárias de energia e priorização de aquisições alinhadas com os conceitos de sustentabilidade, sempre buscando meios de ampliar a eficiência energética e reduzir os gastos correspondentes.

No Câmpus Bento Gonçalves foi implantado um novo projeto elétrico, contemplando redes de alta, média e baixa tensão, com quadros de energia individuais e cabeamento e fiação novos, o que reduziu o gasto em 16%. Contribuiu para essa economia a redução na tarifa, concedida pelo governo federal às concessionárias e repassada ao cliente final.

Já no Câmpus Caxias do Sul, em sua sede provisória, foram adotadas medidas de racionalização de consumo, como instalação de lâmpadas econômicas, redução da disponibilidade de uso do elevador, implantação da ronda da vigilância e colocação de avisos do tipo “apague a luz quando sair” em todos os pontos de iluminação. Para sua sede definitiva, com início de atividades em 2014, foi contemplada a posição dos prédios de forma a favorecer a iluminação natural, além do uso de telhas “sanduíche”, que propiciam melhor conforto térmico e reduzem a necessidade de resfriamento no verão e aquecimento no inverno.

O Câmpus Porto Alegre mantém a rotina de verificação e apagamento das luzes das salas após o uso e de orientação aos servidores para desligar os equipamentos e manter portas e janelas fechadas quando os condicionadores de ar estiverem ligados. Nos corredores, as lâmpadas são ligadas e desligadas automaticamente por meio de sensores de presença.

No Câmpus Sertão foi contratado um projeto de redimensionamento de sua rede elétrica, cuja execução está em fase de licitação. Serão revistas as cargas da rede de acordo com a demanda dos equipamentos de cada prédio, eliminando fugas de energia, racionalizando o uso e reduzindo o risco de sobrecarga e danos a equipamentos.

Houve no Câmpus Rio Grande um expressivo aumento na despesa com energia elétrica, facilmente explicado, pois até novembro de 2012 esse gasto era coberto pela FURG. Não se trata, portanto, de aumento de consumo.

No início de 2013, o Câmpus Osório passou a ocupar sua sede definitiva, muito mais ampla do que a sede provisória, o que naturalmente elevou o consumo de energia elétrica. Orientações de redução de consumo são repassadas constantemente para os usuários.

Fortalecendo a ideia de redução de consumo, no Câmpus Ibirubá foi adquirido um novo conjunto de ordenhadeira e resfriador de leite com melhor eficiência energética. Também estão sendo substituídos gradativamente os condicionadores de ar por modelos mais econômicos e eficientes. As novas obras no câmpus, caso atual dos prédios da Mecânica e da Eletrotécnica, deverão observar a posição solar para melhor aproveitamento da luminosidade natural e conforto térmico.

O Câmpus Canoas conseguiu reduzir o valor final da fatura de energia elétrica simplesmente alterando o contrato de fornecimento de energia no item “demanda contratada”.

No Câmpus Farroupilha o consumo teve significativo aumento em relação ao ano anterior, explicado pela aquisição e instalação de novos equipamentos de laboratório, absolutamente necessários para o funcionamento de seus cursos.

Com relação ao consumo de **água**, os câmpus mantêm políticas semelhantes de redução de consumo, baseadas essencialmente em campanhas de conscientização, na manutenção e reformas no sistema hidráulico, no aproveitamento de água da chuva e na instalação de equipamentos e dispositivos economizadores de água. Os projetos de novos câmpus contemplam, dentro do possível, medidas de racionalização do consumo.

As novas instalações do Câmpus Osório contam com torneiras automáticas nos banheiros, fator de redução do consumo de água. O mesmo cuidado foi tomado no novo Câmpus Caxias do Sul, com início de atividades em 2014.

O Câmpus Bento Gonçalves conseguiu reduzir em 23% o consumo de água em relação ao ano anterior, fruto de campanhas de conscientização junto a servidores e alunos, da melhoria na infraestrutura da rede, da agilidade nas manutenções preventivas e corretivas e da instalação de reservatórios para captação de água da chuva para irrigar a horta do câmpus. O Câmpus Sertão também coleta água da chuva e a utiliza para a lavagem de veículos e limpeza em geral.

Por contar com um poço artesiano, o Câmpus Ibirubá não possui despesas com aquisição de água, somente com o seu tratamento e distribuição pelo complexo. Mesmo assim, há um cuidado para se evitar o desperdício. Foram substituídos na área agrícola mais de 700 metros de tubulações de ferro, que estavam corroídas, por uma nova rede de PVC, com dimensionamento adequado à demanda atual, o que eliminou as perdas anteriormente existentes.

**Quadro 95 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Esplanada Sustentável	2013			A meta de redução de 10% não foi cumprida, devido ao processo de expansão em que o IFRS está inserido.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel (resmas)</b>	10.125	9.483	7.217	101.780,61	R\$ 79.829,78	R\$ 59.440,81
<b>Água (m3)</b>	38.688	91.768	64.162	440.575,35	R\$ 352.948,98	R\$ 158.275,40
<b>Energia Elétrica (kilowatt)</b>	3.698.645	3.006.869	2.059.271	1.323.891,67	R\$ 1.359.426,30	R\$ 885.420,82
			<b>Total</b>	1.866.247,63	<b>1.792.205,06</b>	<b>1.103.137,03</b>

Fonte: PROAD – Pró-Reitoria de Administração, Diretorias de Administração e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS.

## 9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

#### 9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 96 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - DGP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-014.821/2013-9	3877/2013	1.7 e 1.8	DE	DOU - 25/06/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação					
1.7 determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no sistema SISAC, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-o via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal; e 1.8 orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos SISAC a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Síntese da Providência Adotada					
Com relação ao acórdão em epígrafe, informamos que o campo "esclarecimentos do Gestor de Pessoal" foi preenchido detalhando a situação ocorrida, ou seja, a servidora Noryan Bervian Bispo foi contratada com data posterior à validade do concurso, uma vez que a nomeação se deu por meio de decisão judicial (Processo nº 5001160-75.2010.404.7113/RS e Portaria IFRS nº 229/2012, publicada no DOU em 28/05/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A DGP procedeu à correção do campo constante no formulário de admissão do SISAC, cumprindo desta forma o disposto no item 1.7 do referido acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas.

Quadro 97 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – Campus Bento Gonçalves

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves					1207
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC - 021.197/2008-1	1167/2010	1.5.1	DE	DOU 26/03/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves					1207

<b>Descrição da Deliberação</b>	
1.5.1 - adote as providências necessárias para dar cumprimento às determinações constantes dos Acórdãos TCU nº 1901/2006 primeira câmara, subitens 9.3.1 e 9.3.2 alertando à entidade para a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443, de 1992, por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves	1207
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi criada a Norma Operacional nº 04/2012, que dispõe sobre a organização na comercialização de bens oriundos da produção própria do IFRS - Câmpus Bento Gonçalves e retificada em 20 de fevereiro de 2013, para melhor atender aos requisitos do Acórdão TCU nº 1901/2006.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Em 2013 ocorreu a comercialização de produtos de origem animal e vegetal, com algumas mudanças sugeridas pela Diretoria de Administração, na qual resultou da Norma Operacional nº 04/2012 em 20 de fevereiro de 2013.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Houve uma melhora do controle, tanto de produção, quanto da venda de produtos, pois todas as mercadorias transitam via estoque do Almoxarifado. O pagamento dos produtos é realizado através da Guia de Recolhimento da União, com posterior confirmação por meio do SIAFI pela Tesouraria. Também ocorre a emissão de Nota de Talão de Produtor (no caso de Animais) e Nota Eletrônica nos demais casos, conforme Norma Operacional nº 04/2012.	

Fonte: UNAI e Diretor-Geral Câmpus Bento Gonçalves

#### Quadro 98 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	TC-006.880/2013-4	1006/2013	9.3	DE	DOU - 03/04/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
<b>Descrição da Deliberação</b>					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, do Regimento Interno do TCU, em: 9.1 conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previsto no art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito considerá-la parcialmente procedente; 9.2 declarar insubsistente a medida cautelar adotada mediante despacho de 20 de março de 2013, tendo em vista a revogação do Pregão Eletrônico 09/2013 promovida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; 9.3 dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul de que a sanção prevista no art. 87, da Lei nº 8.666/1993 produz efeitos no âmbito da entidade ou do órgão sancionador, estando o item 4.2.1 do edital do Pregão Eletrônico 09/2013 em desacordo com a Instrução Normativa 02, de 11 de outubro de 2010, do Ministério do Planejamento, particularmente no tocante ao disposto do art. 40, III e § 1º; 9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e à empresa Active Engenharia Ltda.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Mediante publicação do Acórdão TCU 1006/2013, o Departamento de Licitações e Contratos do IFRS - Reitoria efetuou a alteração do edital Pregão Eletrônico 09/2013 e editais modelo, no que concerne as "Condições de					

participação”, passando a adotar o seguinte texto: “ 5. DAS ONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 5.1 Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10 e suas alterações. 5.2 Não poderão participar desta licitação: 5.2.1 Entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente; 5.2.2 Entidades empresariais declaradas suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com IFRS, nos termos do art. 87, III da Lei 8.666/93; 5.2.3 Empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02. 5.2.4 Entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente; 5.2.5 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993; 5.2.6 Entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação; entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.”

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Atendimento ao previsto no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, ao Art. 40, II e § 1º da Instrução Normativa 02 de 11 de outubro de 2010 do MPOG e Acórdão 1006/2013 – TCU.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A promulgação do Acórdão TCU 1006/2013 consolidou o entendimento da matéria, ora controversa e ambígua no âmbito do IFRS, proporcionando ao órgão a adequação de seus documentos e a segurança em seus atos administrativos.

Fonte: UNAI e Diretora de Licitações e Contratos

## 9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 99 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.036/2011-1	2315/2012	9.9	DE	Ofício 1151/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
<p>9.9 determinar aos ...IFRS, ...que: 9.9.1 apurem em relação aos seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva; 9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.9.2.1 fundamente devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada; 9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90; 9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem;...</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Após o recebimento do ofício 1151/2012-TCU/SECEX-RN, de 10/09/2012, esta Diretoria de Gestão de Pessoas tomou as seguintes providências: a) Elaborou o Ofício Circular nº005/2012, de 03 de outubro de 2012, encaminhando a todos os servidores da Instituição, o qual alerta sobre a impossibilidade de servidores submetidos à Dedicação Exclusiva desempenharem outras funções estranhas ao cargo, sejam estas de natureza pública ou privada, sob pena de devolução ao erário do valor relativo à parcela referente à DE e abertura de sindicância administrativa; b) Promoveu a divulgação da Nota Técnica SRH/MPOG nº 198/2009, a qual ressalta a necessidade do Docente submetido à Dedicação Exclusiva prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, concluindo, ainda, pelo ressarcimento ao erário da parcela referente à Dedicação Exclusiva nos casos de violação da referida norma legal; c) Sempre que constatados indícios de acumulação de cargos e/ou prática de atividades remuneradas em outras instituições por servidores submetidos à Dedicação Exclusiva, esta Diretoria providenciou a aplicação imediata dos procedimentos descritos no art. 133 e outros da Lei 8.112/90.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Quanto a análise crítica, informo não haver, ainda, nenhum sistema ou mecanismo efetivo que possa nos auxiliar a identificar possíveis acúmulos, havendo, inclusive, recomendação ao MPOG, no item 9.8 do Acórdão 2312/2012, no sentido de implementar ferramentas que permitam aos órgãos a identificação, mesmo antes da posse dos novos servidores, da possível ocupação de outros cargos ou a existência de outros vínculos na esfera privada; cabe salientar que o atendimento de tal recomendação por parte do MPOG, neste particular, facilitaria por demais as atividades desta DGP. Desta maneira, enquanto não implementadas as ferramentas de controle referidas no parágrafo anterior, resta prejudicado o cumprimento integral do disposto no item 9.9 do Acórdão 2312/2012.</p>					

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

## 9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

### 9.2.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

**Quadro 100 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108798	Constatação 23 Recomendação 2	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			<b>100918</b>
Descrição da Recomendação			
O IFRS deve proceder a realizar avaliação imobiliária de acordo com os comandos previstos no Normativo ON-GEADE-004.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Desde 2012 o IFRS está realizando o inventário físico dos bens imóveis no encerramento do exercício. São constituídas comissão em cada um dos Câmpus do IFRS, as quais realizaram a avaliação dos imóveis e o resultado está sendo lançado no SPIUNET, estando, portanto, com os dados atualizados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Bens imóveis com valores atualizados no SPIUNET, melhorando a gestão de bens imóveis que compõem a estrutura do IFRS.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O servidor nomeado inicialmente para realizar avaliação imobiliária não pode realizar o trabalho por excesso de demandas enviadas ao Departamento de Projetos e Obras. Tal fato acabou atrasando o atendimento a recomendação.			
Fonte: UNAI e Pró-Reitoria de Administração			

**Quadro 101 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108798	Constatação 23 Recomendação 3	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			<b>100918</b>
Descrição da Recomendação			
O IFRS deve proceder e registrar todos os bens imobiliários de acordo com as recomendações descritas no Manual do SIPUnet.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Várias ações foram realizadas para regularizar o registro dos bens imóveis no SPIUNET, iniciando pela análise dos imóveis cadastrados em cotejo com as matrículas dos mesmos. Procedeu-se então o lançamento de imóveis que estavam sem cadastro. Os Câmpus Farroupilha e Rio Grande foram transferidos ao IFRS e foram lançados no sistema. Está sendo realizado o acompanhamento das obras em andamento e baixa das mesmas quando concluídas, com processo simultâneo de cadastro da benfeitoria no SPIUNET.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Todos os imóveis pertencentes ao IFRS foram registrados no SPIUNET e estamos acompanhando as obras em andamento para, na sua conclusão, fazer o cadastro no sistema como benfeitoria. Com isso, foi melhorada a gestão dos imóveis que compõem a estrutura do IFRS.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Podemos citar como fator positivo a nomeação de um servidor como responsável pelo patrimônio imobiliário do IFRS, o qual providencia as atualizações sempre que necessário.	

Fonte: UNAI e Pró-Reitoria de Administração

#### Quadro 102 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	201203363	Constatação 2.1.4.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			<b>100918</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos que sejam revistos todos os empenhos reinscritos em 2011 relativamente aos Restos a Pagar de 2010, que estejam em situação de inadimplência do fornecedor por não cumprimento dos prazos de entrega de bens e serviços, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis em função dos mandamentos da Lei 8.666/93.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foram analisados todos os empenhos reinscritos em 2011 relativamente aos restos a pagar de 2010. Procedeu-se o cancelamento daqueles cujo fornecedor estava inadimplente por não cumprimento dos prazos de entrega de bens e serviços. Recebemos a decisão judicial referente ao processo n.º 5000255-87.2012.404.7117 cuja aceitação do material foi julgada improcedente, o que possibilitou o cancelamento dos empenhos 2010NE900374 e 2010NE900413 que ainda permaneciam inscritos, sendo a empresa foi oficiada para a retirada do material que estava no IFRS-Câmpus Erechim.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cancelamento dos empenhos cujo fornecedor estava inadimplente por não cumprimento dos prazos de entrega e adoção de rotinas de acompanhamento dos restos a pagar inscritos e reinscritos em cada exercício.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A tramitação de processo judicial movido pelo fornecedor contra o IFRS, retardou a atendimento da recomendação.			

Fonte: UNAI e Pró-Reitoria de Administração

**Quadro 103 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203363	Constatação 2.1.5.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ promova o levantamento físico dos bens imóveis sob sua responsabilidade ao final dos exercícios financeiros a fim de que seja disponibilizado ao interessado e ao controle interno e externo o inventário físico com todas as informações em relatório próprio de comissão de servidores especialmente designada para a verificação da situação dos referidos bens com a finalidade de apontar a evolução da situação dos bens imóveis e dar cumprimento ao art. 96, da Lei 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Foi adotada a prática de realização do inventário físico dos bens imóveis no encerramento de cada exercício. Os Câmpus foram orientados a nomearem comissões para realizar o inventário; a formalizarem processo contendo relatório padrão, onde constam os dados de cada imóvel (descrição, dimensões, localização, finalidade, custo de aquisição, valor atual, data da aquisição, benfeitorias edificadas sobre o imóvel, valor total do imóvel incluindo as benfeitorias, dados do título de propriedade, responsável pela administração e guarda do imóvel). Completam o inventário o demonstrativo da conta bens imóveis obtidos no siafi e a cópia da matrícula no registro de imóveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Inventário físico dos bens imóveis do IFRS a disposição dos interessados e do controle interno.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
No encerramento do exercício existem várias demandas a serem atendidas e, essa sobrecarga de tarefas acaba dificultando. Aliado a isso, temos um grande número de servidores que entraram no serviço público recentemente, e que ainda estão se habituando as rotinas.			

Fonte: UNAI e Pró-Reitoria de Administração

**Quadro 104 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203363	Constatação 2.1.2.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que inclua em seu planejamento de longo prazo a avaliação dos riscos internos e externos para a consecução dos objetivos do Instituto, bem como elabore e divulgue os normativos das atividades de guarda de estoques e inventário de bens e o Código de Ética e Conduta do Servidor do IFRS.			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi iniciado a elaboração do plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 a 2018), que deve ser concluído até junho de 2014, sendo que já foi realizado o levantamento dos itens relacionados aos riscos internos e externos e a Instituição está realizando um refinamento de tais itens. Foi adotado o Código de Ética e Conduta dos Servidor Público como instrumento legal que baliza as ações e decisões do IFRS. Foi elaborada a Instrução Normativa n.º 04, de 25 de março de 2013, que regulamenta a gestão de materiais no âmbito do IFRS.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Melhora nos controles internos da Unidade.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
No processo de elaboração do plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 a 2018) realizar-se-á uma análise de SWOT, com a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do IFRS. Entende-se que com essa análise os riscos internos (fraquezas) possam ser identificados e mitigados. A identificação desses itens permitirá um autoconhecimento da organização. Além disso, as forças deverão ser utilizadas para melhor retornar os serviços que são prestados à sociedade; Em relação aos riscos externos (ameaças), apesar de a organização não ter controle sobre a sua ocorrência, a identificação de riscos potenciais deverá proporcionar uma proteção. Da mesma forma, a identificação de oportunidades deve ser um item a ser trabalhado na instituição. Já foi realizado um levantamento de tais itens, sendo que serão elaborados, dentro do processo de planejamento, objetivos das diversas áreas institucionais que possam relacionar-se com a análise de SWOT, mitigando-se os riscos internos e externos. Na elaboração de IN que regulamenta a gestão de materiais, podemos citar a dificuldade de consolidar os normativos existentes sobre a gestão de materiais em um documento único sintonizado com as peculiaridades do Instituto.	

Fonte: UNAI e Pró-Reitoria de Administração

#### Quadro 105 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	201108798	Constatação 26 Recomendação 1	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			<b>100918</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O IFRS deve coadunar esforços para implantar seu Plano Estratégico ou Plano Diretor de TI - PETI ou PDTI, implantar um Comitê Gestor de Segurança da Informação e formular procedimentos administrativos que prevejam nos contratos de TI a determinação de níveis de serviço dos objetos a serem contratos e fornecidos, conforme prescrições, respectivamente, do art 3º IN SLTI nº 04/2008, do art. 5º da IN GSI/PR nº 1/2008 e do art. 14, da IN SLTI nº 04/2008.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p><b>1. Implantação do PETI do IFRS</b> O Planejamento Estratégico de TI – PETI foi aprovado pela reunião do Conselho Superior de 26/06/2012. O arquivo pode ser acessado em <a href="http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65">http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65</a>. <b>2. Implantação do PDTI do IFRS</b> O Plano Diretor de TI – PDTI foi aprovado em reunião do Conselho Superior de 28/08/2012. O arquivo pode ser acessado em <a href="http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75">http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75</a>. <b>3. Implantar a Comissão de Segurança da Informação:</b> A Comissão de Segurança de Informação e Comunicação – CSIC foi aprovada em reunião do Conselho Superior de 18/12/2012. Os seguintes documentos podem ser acessados em <a href="http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/64">http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/64</a>: A portaria criando a comissão; O regimento da comissão; A portaria de</p>			

nomeação dos membros da comissão; A ata de reunião apresentando a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC); e A minuta da POSIC a ser analisada pelo Conselho Superior em data a ser agendada pelo Gabinete do IFRS. **4. Formular os procedimentos dos contratos de TI em termos de níveis de serviço:** Em reunião da Comissão de TI de 10/04/2013 o assunto foi discutido entre os gestores de TI da Reitoria e dos câmpus. A recomendação, explícita nas linhas 141 a 152 da ata 10/2013, é que apliquem os Acordos de Níveis de Serviço (ANS ou SLA – Service Level Agreement) nos contratos conforme o exemplo apresentado. A referida ata e seus anexos podem ser acessados em <http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/63>.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

O Planejamento Estratégico de TI (PETI) é um documento que tem por base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foi amplamente discutido em 2013. Do PETI é originário o PDTI e é um instrumento de planejamento das ações de TI, que por sua vez serve de subsídio a elaboração do Plano de Ação (PA). A elaboração do PA nos objetivos estratégicos que envolvem a TI fica muito facilitada, pois o PDTI abrange um diagnóstico completo da TI das unidades (campus e Reitoria). Acordos de Níveis de Serviço (SLA) colocados junto aos contratos de TI foi um avanço significativo, pois demonstram uma maturidade dos gestores para o acompanhamento dos contratos.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Pode-se destacar alguns pontos positivos em relação ao PDTI. Um deles foi em decorrência do parecer 02/2012 da Comissão de Orçamento, Finanças e Gestão do Consup, com a recomendação de que a Diretoria de TI envie ao Consup relatórios semestrais de acompanhamento do PDTI. Como o PDTI tem uma abrangência não apenas na Reitoria mas como também nos campus, os gestores de TI e a comunidade dos campus tornaram o documento mais aprimorado e mais próximo da realidade orçamentária, além do alinhamento com ações de desenvolvimento institucional. Isto ocorreu não apenas em função deste parecer do Consup, mas pela maturidade constante de percepção da importância do planejamento de TI na unidade. O primeiro PDTI (biênio 2012-2013) pecou em vários detalhes, mas o do biênio 2014-2015 está bem melhor elaborado. Em relação à Comissão de Segurança da Informação (CSIC), foi elaborada a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) e encaminhada ao Consup para análise e parecer. A Comissão de Legislação, Normas, Regimento, Redação e Recursos emitiu o parecer 05/2013 com algumas recomendações na redação. A CSIC não teve tempo hábil para elaborar e encaminhar ao Consup os documentos contendo as Normas e Procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação, o que deve ocorrer em 2014.

Fonte: UNAI e Diretor de TI

### Quadro 106 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201136868 e reiterado 201203363	Constatação 2.1.3.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Reiteramos a recomendação para o IFRS implantar seu Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), implantar um Comitê Gestor de Segurança da Informação e Política de Segurança de Informação e ainda estabelecer processos formais de trabalho para a aquisição/contratação de bens e serviços de TI em consonância com o PETI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>1. Implantação do PETI do IFRS</b> O Planejamento Estratégico de TI – PETI foi aprovado pela reunião do Conselho Superior de 26/06/2012. O arquivo pode ser acessado em <a href="http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65">http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65</a>. <b>2. Implantação do PDTI do IFRS</b> O Plano Diretor de TI – PDTI foi aprovado em reunião do Conselho Superior de 28/08/2012. O arquivo pode ser acessado em <a href="http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75">http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75</a>. <b>3. Implantar a Comissão de Segurança da Informação:</b> A Comissão de Segurança de Informação e Comunicação – CSIC foi aprovada em</p>			

reunião do Conselho Superior de 18/12/2012. Os seguintes documentos podem ser acessados em <http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/64>: A portaria criando a comissão; O regimento da comissão; A portaria de nomeação dos membros da comissão; A ata de reunião apresentando a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC); e A minuta da POSIC a ser analisada pelo Conselho Superior em data a ser agendada pelo Gabinete do IFRS. **4. Formular os procedimentos dos contratos de TI em termos de níveis de serviço:** Em reunião da Comissão de TI de 10/04/2013 o assunto foi discutido entre os gestores de TI da Reitoria e dos câmpus. A recomendação, explícita nas linhas 141 a 152 da ata 10/2013, é que apliquem os Acordos de Níveis de Serviço (ANS ou SLA – Service Level Agreement) nos contratos conforme o exemplo apresentado. A referida ata e seus anexos podem ser acessados em <http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/63>

#### Síntese dos Resultados Obtidos

O Planejamento Estratégico de TI (PETI) é um documento que tem por base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foi amplamente discutido em 2013. Do PETI é originário o PDTI e é um instrumento de planejamento das ações de TI, que por sua vez serve de subsídio a elaboração do Plano de Ação (PA). A elaboração do PA nos objetivos estratégicos que envolvem a TI fica muito facilitada, pois o PDTI abrange um diagnóstico completo da TI das unidades (campus e Reitoria). O Acordos de Níveis de Serviço (SLA) colocados junto aos contratos de TI foi um avanço significativo, pois demonstram uma maturidade dos gestores para o acompanhamento dos contratos.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Pode-se destacar alguns pontos positivos em relação ao PDTI. Um deles foi em decorrência do parecer 02/2012 da Comissão de Orçamento, Finanças e Gestão do Consup, com a recomendação de que a Diretoria de TI envie ao Consup relatórios semestrais de acompanhamento do PDTI. Como o PDTI tem uma abrangência não apenas na Reitoria mas como também nos campus, os gestores de TI e a comunidade dos campus tornaram o documento mais aprimorado e mais próximo da realidade orçamentária, além do alinhamento com ações de desenvolvimento institucional. Isto ocorreu não apenas em função deste parecer do Consup, mas pela maturidade constante de percepção da importância do planejamento de TI na unidade. O primeiro PDTI (biênio 2012-2013) pecou em vários detalhes, mas o do biênio 2014-2015 está bem melhor elaborado. Em relação à Comissão de Segurança da Informação (CSIC), foi elaborada a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) e encaminhada ao Consup para análise e parecer. A Comissão de Legislação, Normas, Regimento, Redação e Recursos emitiu o parecer 05/2013 com algumas recomendações na redação. A CSIC não teve tempo hábil para elaborar e encaminhar ao Consup os documentos contendo as Normas e Procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação, o que deve ocorrer em 2014.

Fonte: UNAI e Diretor de TI

### Quadro 107 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203363	Constatação 2.1.6.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao IFRS que fortaleça a área de gestão de pessoas com incremento de servidores nas áreas carentes, implementando rotinas de revisão de pendências existentes nas atividades da área, provendo meios de evitar as falhas apontadas e dar pleno atendimento às determinações das normas que regem o setor de recursos humanos dos Órgãos e Entidades da Administração Federal, em especial às determinações do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
A DGP fortaleceu a equipe com o ingresso de servidores técnico-administrativos. Desde o início de 2013, todos os ingressos passaram a ser realizados na Coordenadoria de Ingresso, bem como o respectivo registro no SISAC, não			

sendo mais enviado aos Câmpus.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Melhoria nos controles dos registros SISAC.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 108 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203363	Constatação 2.1.6.3 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ implemente programas de capacitação traduzidos por treinamentos frequentes e envide esforços para minimizar a carência de servidores que pode comprometer a consistência legal dos atos praticados na área de pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Em agosto de 2012 foi realizado o curso Siape Cadastro e Siape Folha, em parceria com a SEGEP/MPOG; foram contemplados servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas, das Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus e Auditores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior confiabilidade nos lançamentos realizados no sistema SIAPE. Melhoria na execução dos fluxos e processos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: possibilidade de realizar capacitação em parceria com a SEGEP/MPOG. Fatores Negativos: carência de servidores na DGP para atender às demandas existentes no setor.			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 109 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201108798	Constatação 10 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	<b>100918</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>	
A Diretoria de Gestão de Pessoal do IFRS deve aumentar o rigor no controle sobre os procedimentos de administração de pessoal realizados descentralizadamente pelos diversos campi do Instituto, observando os prazos prescritos pela IN TCU nº 55/2007.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Os procedimentos de admissão de pessoal, como SISAC foram centralizados na Reitoria desde 01 de janeiro de 2013, tendo em vista o ingresso de novos servidores no quadro de pessoal do IFRS. Os procedimentos estão sob a responsabilidade do servidor ALISSON PAESE, matrícula SIAPE nº 1987175, nomeado em 14/12/2012 e entrada em efetivo exercício em 10/01/2013 e lotado na DGP - Coordenadoria de Ingresso, que foi capacitado para tal junto ao TCU-Brasília-DF.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Melhoria nos controles dos registros no sistema SISAC-TCU. Atendimento ao Art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Fatores Positivos: Nomeação e posse de servidor para executar os registros sistema SISAC-TCU; capacitação do servidor para execução do trabalho; centralização na Reitoria/DGP.	
Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas	

#### Quadro 110 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201203363	Constatação 2.1.6.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomenda-se que a Entidade exclua do sistema SIAPE os servidores indevidamente cadastrados uma vez que o referido sistema foi instituído especificamente para o cadastro de servidores da Administração Pública Federal que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional, conforme art. 2º do Decreto 99.328, de 19/06/1990.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi providenciada a exclusão dos servidores indevidamente cadastrados no SIAPE, em 01/09/2012.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Manutenção do cadastro no SIAPE somente dos servidores que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Fator negativo: carência de servidores para atender as demandas existentes no setor.			
Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas			

**Quadro 111 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203363	Constatação 2.1.6.2 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de conceder diárias aos servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves/RS enquanto não houver uma norma disciplinadora da concessão de diárias a colaboradores eventuais da Administração Pública Federal, posto que o Decreto nº 7.446 de 01/03/2011, encontra-se revogado, não tendo persistido no Decreto 7.689, de 05/03/2012, sucedâneo, norma sobre o assunto em comento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
O servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves/RS foram excluídos do SIAPE no dia 01 de setembro de 2012 e , a partir de agosto de 2012 deixaram de receber diárias.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Destinação correta dos recursos públicos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator negativo: carência de servidores para atender as demandas existentes no setor.			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 112 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que realize o recadastramento de servidores pensionistas, o acompanhamento sistemático dos servidores cedidos e requisitados, bem como daqueles servidores que atingirão a idade limite de aposentadoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
O recadastramento é realizado apenas para os servidores aposentados e pensionistas. A DGP orientou as Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus sobre a responsabilidade desta tarefa, porém o Ministério de Planejamento adotou uma rotina que está sendo executada e ao Departamento de Cadastro e Folha de Pagamento cabe apenas o acompanhamento via SIAPE NET. De acordo com os COMUNICAS números: 553770, 553826, 553830 e 553896, os servidores aposentados e pensionistas que não se recadastraram tiveram o pagamento suspenso pelo próprio			

sistema. Em relação ao controle dos servidores cedidos e requisitados, foi elaborada planilha, e esta atribuição está a cargo do setor de cadastro e pagamento. Foi realizado também o controle de servidores que atingirão idade para aposentadoria nos próximos 6 (seis) anos.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Melhoria nos controles internos.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Fatores Positivos: ingresso de novos servidores no setor; existência do programa SUAP, que permite a extração de dados do SIAPE e elaboração de gráficos e planilhas para monitoramento.

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 113 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 3	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que proceda a identificação das atividades críticas da área de pessoal e elabore os devidos procedimentos, principalmente ao que se refere à segurança dos lançamentos na folha de pagamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Visando atender à recomendação, foram enviadas aos câmpus diversas orientações, tais como: Ordem de Serviço nº 4, de 01 de abril de 2013, que estabelece procedimentos relativos ao cadastro, pagamento, lançamento de dados no sistema SIAPE; foi enviada também tabela com indicação dos documentos necessários lançamentos na folha de pagamento. Todos os processos que geram lançamentos na folha de pagamento ou no cadastro do servidor, somente são efetivados após análise documental feita pelos servidores da DGP. Além disso, mensalmente são elaboradas planilhas para melhor acompanhamento das alterações efetuadas na folha. Em relação aos processos de afastamento para capacitação Stricto Sensu; participação em evento no exterior ou licença capacitação; todos os processos são analisados pela DGP, e as Portarias são emitidas pela DGP, que mantém planilha de controle e solicita documentos complementares. Além desses, foram definidos outros procedimentos que norteiam a atuação dos servidores da área de gestão de pessoas, disponíveis na página da DGP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria nos controles internos, maior transparência dos atos e processos ligados à gestão de pessoas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo: ingresso de novos servidores para atender as demandas do setor.			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 114 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

15	244011	Constatação 1 Recomendação 3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos o encaminhamento dos títulos de Mestrado e Doutorado, ora reconhecidos pela EAF Sertão, para entidade que, nos termos do disposto no ÷ 3º do art. 48 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e no art. 4º da Resolução CNE/CES nº 1/2001, tenha competência para deliberar sobre o assunto.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os referidos Títulos de Mestrado e Doutorado foram invalidados pelo Conselho Superior do IFRS, através da Resolução nº 096, de 20/12/2011, ficando a cargo dos servidores que perderam a Retribuição por Titulação (RT), a busca de tal reconhecimento. A devolução ao erário que estava acontecendo, foi suspensa por força da Ação Ordinária 5002574-38.2010.404.7104.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendimento à Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Fator positivo: Suspensão do pagamento da RT. Fator negativo: impossibilidade de ressarcimento ao erário em função de mandado de segurança.			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 115 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	201203363	Constatação 2.1.7.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao gestor que fortaleça os controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas exigidas pela Lei nº 8.730/93 (ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações) de todos os servidores da Entidade e suas unidades vinculadas com a finalidade de manter atualizadas as informações cadastrais.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Este controle está sob a responsabilidade do servidor Cleidemar Goulart da Rosa, matrícula Siape nº 2009367. Foi solicitado a todos os Coordenadores de Gestão de Pessoas dos Câmpus (CGP's) o envio para a DGP da cópia da Declaração de Imposto de Renda e/ou autorização para consulta à Declaração na Receita Federal. Está sendo atualizada periodicamente a planilha de controle disponível no Google docs. Foi enviado Ofício Circular nº 18/2013 aos Diretores Gerais e CGP's, informando sobre a obrigatoriedade da entrega de cópia da Declaração do Imposto de Renda ou formulário de autorização de acesso. Em decorrência dessas ações, 98% dos servidores entregaram à DGP cópias das declarações de bens e rendas ou preencheram formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda, a DGP continua envidando esforços para atingir a meta de 100%.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Maior controle interno e atendimento à legislação vigente.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo</b>			

<b>Gestor</b>
Fatores positivos: ingresso de novos servidores para atender às demandas da DGP; centralização na Reitoria da posse dos novos servidores, pois no ingresso já é solicitado ao servidor a declaração de bens e valores e a autorização para acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda PF.
Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 116 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203363	Constatação 2.1.7.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que exija dos servidores a entrega anual de cópias das declarações de bens e rendas - DIRPF estabelecidas pela Lei nº 8.730/93 (ou autorizações para acesso eletrônico das declarações anuais entregues à Secretaria da Receita Federal).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Este controle está sob a responsabilidade do servidor Cleidemar Goulart da Rosa, matrícula Siape nº 2009367. Foi solicitado a todos os Coordenadores de Gestão de Pessoas dos Câmpus (CGP's) o envio para a DGP da cópia da Declaração de Imposto de Renda e/ou autorização para consulta à Declaração na Receita Federal. Está sendo atualizada periodicamente a planilha de controle disponível no Google docs. Foi enviado Ofício Circular nº 18/2013 aos Diretores Gerais e CGP's, informando sobre a obrigatoriedade da entrega de cópia da Declaração do Imposto de Renda ou formulário de autorização de acesso. Em decorrência dessas ações, 98% dos servidores entregaram à DGP cópias das declarações de bens e rendas ou preencheram formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda, a DGP continua envidando esforços para atingir a meta de 100%.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior controle interno e atendimento à legislação vigente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: ingresso de novos servidores para atender às demandas da DGP; centralização na Reitoria da posse dos novos servidores, pois no ingresso já é solicitado ao servidor a declaração de bens e valores e a autorização para acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda PF.			
Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas			

**Quadro 117 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

18	201203363	Constatação 2.1.8.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao gestor que realize o planejamento anual de compras de bens e serviços, atendendo às necessidades de todas as Unidades do IFRS, a fim de evitar as contratações de serviços por meio de processo de Dispensa de licitação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi elaborada a Instrução Normativa n.º 006/2013 que regulamenta o Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS. A normativa criada para estabelecer a realização do planejamento anual de compras do IFRS, foi submetida à análise do Comitê de Administração (COAD). Feitos os devidos ajustes, a mesma foi encaminhada ao Colégio de Dirigentes, para análise e aprovação. Feita a revisão a mesma foi assinada e publicada pela Reitora. Foi encaminhada também a relação de dispensas de licitação realizadas em 2013, contendo o número da dispensa, UG, valor e objeto.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
O Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS, consolidará as demandas de todas as unidades do Instituto evitando contratações desnecessárias por meio de dispensa de licitação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Foram necessárias diversas reuniões e a análise das diferentes áreas e instâncias envolvidas a fim de concluir o documento.			

Fonte: UNAI e Diretora de Licitações e Contratos

#### Quadro 118 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	201203363	Constatação 2.1.2.2 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao gestor que normatize e documente a realização do planejamento anual de compras que atenda às necessidades das Unidades do IFRS, bem como passe a instruir os processos licitatórios com a justificativa para aquisições e com a realização de amplas pesquisas de preços de mercado que incluam consultas a sites de empresas, Comprasnet e SISPP (Rede Serpro)			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Encaminhamos a Instrução Normativa n.º 006/2013, que regulamenta o Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS. A normativa foi criada para estabelecer a realização do planejamento anual de compras do IFRS, foi submetida à análise do Comitê de Administração (COAD). Feitos os devidos ajustes, a mesma foi encaminhada ao Colégio de Dirigentes, para análise e aprovação. Feita a revisão a mesma foi assinada e publicada pela Reitora. Foi encaminhada também relação de dispensas de licitação realizadas em 2013, contendo o número da dispensa, UG, valor e objeto.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

O Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS, consolidará as demandas de todas as unidades do Instituto evitando contratações desnecessárias por meio de dispensa de licitação.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Foram necessárias diversas reuniões e a análise das diferentes áreas e instâncias envolvidas a fim de concluir o documento
Fonte: UNAI e Diretora de Licitações e Contratos

**Quadro 119 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201211229	Constatação 2 Recomendação 1	Ofício 2468/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se formalizar a estrutura organizacional da Auditoria Interna do IFRS, com especial atenção à garantia da independência dos auditores, revendo os normativos pertinentes para possibilitar a vinculação da AUDIN ao "conselho de administração ou a órgão de atribuições semelhantes", de modo a cumprir o disposto no § 3º, artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Definida a estruturação da Unidade de Auditoria Interna e aprovado o seu Regimento Interno conforme Resolução CONSUP 55/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Esta aprovação possibilita maior independência dos auditores, a estruturação da Unidade de Auditoria Interna do IFRS e posiciona a Unidade de Auditoria dentro da Instituição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade da definição da forma como a qual da Unidade de Auditoria deveria se organizar, pois a instituição conta com uma estrutura multicampi.			

Fonte: UNAI

**Quadro 120 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	254832	Constatação 1 Recomendação 1	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-

		Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Câmpus Bento Gonçalves		1207
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Regulamente o uso dos bens móveis citados no Contrato de Comodato nº 006/2010, de forma a harmonizar sua utilização com o disposto no artigo 1º, inciso III do Decreto nº 99.509/1190.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Câmpus Bento Gonçalves		1207
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Formalização do Instrumento de Convênio entre o IFRS - Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves (COOPEBG) e implantação e execução de dois Projetos Pedagógicos. Os alunos associados da Cooperativa-Escola e professores orientadores elaboraram dois Termos Aditivos ao Convênio Nº 004/2011 de Cooperação Pedagógica, Técnica e/ou Científica, celebrado entre IFRS – Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda., contemplando dois projetos didáticos-pedagógicos: “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG” (Termo Aditivo Nº01/2013) e o Projeto “Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”(Termo Aditivo Nº 02/2013). Constam nos dois Termos Aditivos, a relação de equipamentos de propriedade do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves cedidos a COOPEBG (com seus respectivos números de tomo patrimonial), pelo prazo necessário à elaboração e execução dos dois projetos pedagógicos.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
Os resultados parciais obtidos com o projeto "O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG" demonstraram o envolvimento dos cooperados com atividades pedagógicas voltadas para a sua formação educacional, desenvolvendo os princípios cooperativistas no espaço escolar, através da aplicação prática dos conhecimentos teóricos resultantes do processo de ensino-aprendizagem. Esta prática está proporcionando aos cooperativados a vivência dos processos de comercialização, controle contábil, controle de estoques, negociação de mercadorias e autogestão de cooperativas, contribuindo para operacionalizar conhecimentos relacionados à gestão de cooperativas, à gestão participativa, à vivência de ideologias de cooperação e às estratégias competitivas. Os conhecimentos que estão sendo trabalhados na Cooperativa-Escola promovem o senso de organização, responsabilidade, habilidade nas negociações com fornecedores e clientes, apoiados numa perspectiva de aprendizagem mútua, gestão participativa, autogestão e cooperação em prol de manterem-se competitivos. Os resultados obtidos no projeto " Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola", contribuíram para promover a melhoria de processos e operações, com a identificação dos pontos de intervenção para a promoção e mudança de cultura e de percepção perante os processos gerenciais. O projeto provocou melhorias na Cooperativa-Escola obtendo como benefícios a melhoria de procedimentos nos serviços prestados, assim como a participação de alunos nas etapas de implementação do projeto. Além disso, incentivou e promoveu as boas práticas de Gestão, para o bom atendimento das necessidades e demandas emergentes da comunidade acadêmicas.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
Projeto O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG - Fatores Positivos: envolvimento dos cooperados com atividades pedagógicas voltadas para a sua formação educacional, desenvolvendo os princípios cooperativistas no espaço escolar; a vivência dos processos de comercialização, controle contábil, controle de estoques, negociação de mercadorias e autogestão de cooperativas, contribuindo para operacionalizar conhecimentos relacionados à gestão de cooperativas, à gestão participativa, à vivência de ideologias de cooperação e às estratégias competitivas. Fatores Negativos: no início do projeto, os alunos tiveram dificuldades relacionadas à falta de experiência com a execução de projetos integrados às atividades acadêmicas, superadas com o andamento e a participação efetiva de todos os integrantes em todas as atividades. Projeto Seis Sigma - Fatores Positivos: a promoção e melhoria dos processos e operações, com a identificação dos pontos de intervenção para o bom atendimento ao público. Fatores Negativos: inicialmente houve uma dificuldade de entendimento da teoria da Metodologia 6 Sigma nas dependências da Cooperativa-Escola, sendo essas dificuldades, superadas com a aplicabilidade da teoria na prática dos serviços prestados.		

Fonte: UNAI e Diretor-Geral Câmpus Bento Gonçalves

#### Quadro 121 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
22	254832	Constatação 1 Recomendação 2	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Câmpus Bento Gonçalves			<b>1207</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Regulamente o uso dos bens móveis e imóveis citados no Contrato de Comodato nº 006/2010, restringindo as destinações dos mesmos a atividades eminentemente educacionais, de laboratório operacional para a prática e fixação das técnicas do cooperativismo e de apoio a planejamento, coordenação, execução e manutenção de outros projetos pedagógicos do IFRS, conforme disposto no artigo 1º, § 1º da Portaria MEC nº 4.033/2005.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Câmpus Bento Gonçalves			<b>1207</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Formalização do Instrumento de Convênio entre o IFRS - Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves (COOPEBG) e implantação e execução de dois Projetos Pedagógicos. Os alunos associados da Cooperativa-Escola e professores orientadores elaboraram dois Termos Aditivos ao Convênio Nº 004/2011 de Cooperação Pedagógica, Técnica e/ou Científica, celebrado entre IFRS – Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda., contemplando dois projetos didáticos-pedagógicos: “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG” (Termo Aditivo Nº01/2013) e o Projeto “Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”(Termo Aditivo Nº 02/2013). Constam nos dois Termos Aditivos, a relação de equipamentos de propriedade do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves cedidos a COOPEBG (com seus respectivos números de tomo patrimonial), pelo prazo necessário à elaboração e execução dos dois projetos pedagógicos.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os resultados parciais obtidos com o projeto "O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG" demonstraram o envolvimento dos cooperados com atividades pedagógicas voltadas para a sua formação educacional, desenvolvendo os princípios cooperativistas no espaço escolar, através da aplicação prática dos conhecimentos teóricos resultantes do processo de ensino-aprendizagem. Esta prática está proporcionando aos cooperativados a vivência dos processos de comercialização, controle contábil, controle de estoques, negociação de mercadorias e autogestão de cooperativas, contribuindo para operacionalizar conhecimentos relacionados à gestão de cooperativas, à gestão participativa, à vivência de ideologias de cooperação e às estratégias competitivas. Os conhecimentos que estão sendo trabalhados na Cooperativa-Escola promovem o senso de organização, responsabilidade, habilidade nas negociações com fornecedores e clientes, apoiados numa perspectiva de aprendizagem mútua, gestão participativa, autogestão e cooperação em prol de manterem-se competitivos. Os resultados obtidos no projeto " Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola", contribuíram para promover a melhoria de processos e operações, com a identificação dos pontos de intervenção para a promoção e mudança de cultura e de percepção perante os processos gerenciais. O projeto provocou melhorias na Cooperativa-Escola obtendo como benefícios a melhoria de procedimentos nos serviços prestados, assim como a participação de alunos nas etapas de implementação do projeto. Além disso, incentivou e promoveu as boas práticas de Gestão, para o bom atendimento das necessidades e demandas emergentes da comunidade acadêmicas.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Projeto O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG - Fatores Positivos: envolvimento dos cooperados com atividades pedagógicas voltadas para a sua formação educacional, desenvolvendo os princípios cooperativistas no espaço escolar; a vivência dos processos de comercialização, controle contábil, controle de estoques, negociação de mercadorias e autogestão de cooperativas, contribuindo para operacionalizar conhecimentos relacionados à gestão de cooperativas, à gestão participativa, à vivência de ideologias de cooperação e às estratégias competitivas. Fatores Negativos: no início do projeto, os alunos tiveram dificuldades relacionadas à falta de experiência com a execução de projetos integrados às atividades acadêmicas, superadas com o andamento e a participação efetiva de todos os integrantes em todas as atividades. Projeto Seis Sigma - Fatores Positivos: a promoção e melhoria dos processos e operações, com a identificação dos pontos de intervenção para o bom atendimento ao público. Fatores Negativos: inicialmente houve uma dificuldade de entendimento da teoria da Metodologia 6 Sigma nas dependências da Cooperativa-Escola, sendo essas dificuldades, superadas com a aplicabilidade da teoria na prática dos serviços prestados.			

Fonte: UNAI e Diretor-Geral Câmpus Bento Gonçalves



## 9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 122 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201217007	Constatação 2 Recomendação 1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores relativos à despesa com preço acima da média de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em 02 de julho de 2013 foi designada através da Portaria Nº 211 do IFRS Câmpus Bento Gonçalves, Comissão de Sindicância encarregada de apurar os fatos correspondentes ao processo de nº 23360.000310.2013-63. O resultado desta apuração conduziu a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Desta forma, em 30 de setembro de 2013, foi designada através da Portaria Nº 315 do IFRS Câmpus Bento Gonçalves, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar as possíveis irregularidades. Esta Comissão encerrou seus trabalhos em 10 de dezembro de 2013, fazendo remessa do processo ao Diretor-Geral do Câmpus Bento Gonçalves - IFRS, que acatando o relatório final desta Comissão apuratória decidiu pelo arquivamento do processo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar foi muito bem conduzido e fundamentado, evidenciando e acarretando ao arquivamento por entender que não houve qualquer ato falho.			

Fonte: UNAI e Diretor-Geral Câmpus Bento Gonçalves

Quadro 123 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que proceda o armazenamento das pastas funcionais dos servidores do IFRS de forma a minimizar os riscos à segurança das mesmas.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Não recebimento dos arquivos já adquiridos pelo IFRS, e a não disponibilização de sala apropriada com segurança para o armazenamento das mesmas. Assim que recebermos os arquivos, procederemos a designação de servidor responsável na DGP para receber as pastas funcionais nos câmpus. Informamos ainda, que as pastas dos câmpus, Caxias, Osório, Canoas e Reitoria já estão sob responsabilidade da DGP.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
O que até o momento vem prejudicando a adoção de providências, é justamente o não recebimento dos referidos arquivos e da sala apropriada para o arquivamento das mesmas.	

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 124 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	201308798	Constatação 1 Recomendação 1	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Tendo em vista que tal infringência implica em pena de demissão, consoante artigo 132 da Lei 8.112/90, instaurar o devido processo legal visando apurar os casos relatados, observando que sejam assegurados os princípios de ampla defesa e do contraditório.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 125 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	201308798	Constatação 1 Recomendação 2	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 126 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	201308798	Constatação 1 Recomendação 3	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar, no período em que os servidores referidos figuram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 127 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	201308798	Constatação 1 Recomendação 3	Ofício 37058/2013

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		100918
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, no forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>		
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 128 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	201308798	Constatação 2 Recomendação 1	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando regularizar a vinculação dos docentes junto às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 129 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201308798	Constatação 2 Recomendação 2	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar, no período em que os servidores referidos figuram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

#### Quadro 130 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201308798	Constatação 2 Recomendação 3	Ofício 37058/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 131 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201308798	Constatação 3 Recomendação 1	Ofício 37058/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 132 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201308798	Constatação 4 Recomendação 1	Ofício 37058/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta Diretoria está providenciando todas as recomendações do Ofício nº 37058/2013, que estabeleceu como prazo das referidas recomendações em 14/02/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: UNAI e Diretoria de Gestão de Pessoas

**Quadro 133 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203363	Constatação 2.1.8.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que se exima de promover licitações, mesmo que para registro de preços, sem a verificação prévia das necessidades das Unidades do IFRS, tanto quantitativas quanto qualitativas, evitando a especificação excessiva dos bens, que possa limitar a competitividade do certame e sempre instruindo o processo licitatório com as devidas justificativas para as aquisições de bens ou serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Manual do Requisitante foi divulgado a todos os membros dos setores de licitações e Diretores de Administração no mês de novembro de 2013, para utilização em seus câmpus, de acordo com as necessidades dos requisitantes e das comissões técnicas. Em virtude da constante atualização da legislação, adequação aos diferentes perfis de requisitantes e fluxos das unidades do IFRS, será necessária uma revisão do manual previamente à ampla divulgação do mesmo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A constante mudança da legislação, os diferentes perfis de requisitantes e fluxos das unidades do IFRS foram fatores que determinaram a demora no atendimento da recomendação.			

Fonte: UNAI e Diretora de Licitações e Contratos

**Quadro 134 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	254818	Constatação 3 Recomendação 1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a Unidade, passe a acompanhar as atividades da Cooperativa de acordo com o que dispõe a Portaria MEC nº 4.033/2005, exigindo a apresentação do balanço mensal das atividades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Gestão do Câmpus Sertão entende que está acompanhando as atividades da cooperativa-escola; exige os balanços mensais e tem conseguido, através da orientação dos professores designados, implementar importantes avanços junto à cooperativa. Concordamos, entretanto, que como processo educativo, podemos e devemos aperfeiçoar ainda mais este acompanhamento, buscando o envolvimento de maior número de pessoas e de projetos.			

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A COOPERA - Cooperativa-escola dos alunos do IFRS Câmpus Sertão é uma entidade relativamente nova e ainda está buscando melhor organizar seus controles e implementar uma gestão mais eficiente; importante salientar que a mesma é constituída e dirigida por alunos e muitos deles não tem a clareza da importância e do funcionamento de uma cooperativa. Entretanto, com a orientação dos professores designados, vem melhorando gradativamente, o que pode ser verificado pelo aumento do número de associados presentes nas últimas assembleias e nos projetos desenvolvidos no segundo semestre de 2013. Como ponto negativo tem-se o fato de que poucos docentes que querem se envolver nas atividades da cooperativa dos alunos e contribuir com projetos e orientação das atividades.

Fonte: UNAI e Diretor-Geral Câmpus Sertão

### 9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

#### 9.3.1. Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria interna no organograma da UJ

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) está posicionada abaixo do Conselho Superior (CONSUP) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. O seu Regimento Interno, que foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 063, de 22 de outubro de 2013, apresenta a seguinte redação em seu artigo primeiro: “A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e **vinculada ao Conselho Superior**, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.” **(grifo nosso)**

O mesmo Regimento, em seu artigo terceiro, define a estrutura da Unidade de Auditoria Interna: “A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul será organizada de forma descentralizada. § 1º A UNAI será formada por 01 (um) Auditor Chefe, 01(um) Assessor, Auditores Internos lotados na Reitoria e um em cada Câmpus que compõe a Instituição.”

Atualmente, a UNAI com 7 (sete) auditores distribuídos conforme Quadro abaixo:

**Quadro 135 – Quadro de Auditores da UNAI**

Servidor	Cargo	Exercício	Lotação
Marcelo Juarez Vizzotto	Auditor Chefe	30/08/2010	Reitoria
Lauri Paulus	Assessor	08/02/2013	Reitoria
Alexandre Estive Malinowski	Auditor	18/11/2010	Câmpus Erechim
Eduardo Marques de Camargo	Auditor	14/06/2011	Câmpus Ibirubá
Leandro Pinheiro Vieira	Auditor	01/02/2012	Câmpus Rio Grande
Maríndia Zeni	Auditor	15/10/2010	Câmpus Sertão
William Daniel Silveira Pfarrius	Auditor	29/11/2013	Câmpus Porto Alegre

Fonte: UNAI

#### 9.3.2. Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Apresenta-se abaixo a relação dos principais Relatórios de Auditoria e as principais constatações realizadas no exercício de 2013:

**Quadro 136 – Relação dos principais relatórios e das principais constatações realizadas pelos auditores em exercício na Reitoria**

Relatório	Data de emissão	Assunto/Setor	Principais constatações
01/2013 e 13/2013	07/03/2013 e 30/09/2013	Patrimônio Câmpus Erechim	Constatamos que o Inventário do Patrimônio não apresenta as informações necessárias para a formação do documento. Conforme análise documental o Inventário do Patrimônio apresentou as ATAS dos encontros realizados pela comissão e na relação dos bens apresentou somente “um número” e do lado “ok” ou um aviso de “atenção”. Esses dados não são suficientemente claros para identificar a que bem estão se

			referindo.
		Almoxarifado Câmpus Erechim	Em diligência realizada, para conferência de itens/materiais/produtos que integram o Almoxarifado e para verificação das condições de armazenagem dos produtos, constatamos que o Almoxarifado está dividido em, pelo menos 5 salas, sendo que em 4 salas as condições de guarda/armazenamento não são as ideais e, além disso, algumas das salas possibilitam o acesso de pessoas que não são do Setor do Almoxarifado.
		Transportes Câmpus Erechim	<p>Constatamos que o Câmpus não mantém em seus controles internos o cadastro de veículos atualizado contendo as informações constantes da Ficha Cadastro de Veículos Oficiais. Conforme análise documental e solicitação de informações ao gestor o Câmpus não mantém a Ficha de Cadastro de Veículos Oficiais conforme Anexo III da IN nº 03/2008.</p> <p>Constatamos que o Câmpus não mantém em seus controles internos o Mapa de Controle de Desempenho e Manutenção de Veículo Oficial. Conforme análise documental e solicitação de informações ao gestor o Câmpus não mantém o Mapa de Controle de Desempenho e Manutenção de Veículo Oficial conforme Anexo II da IN nº 03/2008.</p>
		Licitações Câmpus Erechim	<p>Constatamos que no processo de Pregão Eletrônico 03/2012 para aquisição de materiais de consumo para o IFRS – Câmpus Erechim – o aviso de licitação foi publicado no DOU, no dia 09 de novembro de 2012, e em jornal de grande circulação, na edição dos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2012, datas anteriores ao parecer do Procurador Federal que foi emitido no dia 12 de novembro de 2012.</p> <p>Constatamos que, nos processos de adesão a ata de registro de preços “carona”, não foi comprovada vantajosidade para participação do certame.</p> <p>Constatamos que os processos administrativos não estão organizados de maneira adequada seguindo o disposto na Portaria Normativa SLTI nº 05/2002 alterada pela Portaria Normativa SLTI nº 12/2009 que dispõe sobre a organização dos processos administrativos.</p> <p>Constatamos que, nos processos licitatórios, existe a declaração de que o Câmpus possui orçamento para a realização da despesa, mas nesta declaração não consta a rubrica dos recursos orçamentários.</p>
03/2013	30/04/2013	Transportes Reitoria	Constatamos que não está sendo informado ao Órgão de Trânsito o nome do condutor do veículo quando do recebimento dos autos de infrações, ocasionando nova infração, conforme § 8º do Art. 257 da Lei 9.503: “Após o prazo previsto no parágrafo anterior, não havendo identificação do infrator e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.”
04/2013	08/05/2013	Patrimônio Reitoria	<p>Constatamos que não é realizada a conciliação contábil entre o patrimônio (equipamentos e materiais permanentes) e a contabilidade.</p> <p>Em relação a esta constatação consta a seguinte Recomendação que está pendente de atendimento: Recomendamos ao gestor que providencie mensalmente a rotina de emissão de demonstrativo físico-financeiro dos bens permanentes, evidenciando seu saldo inicial, seu saldo final e a movimentação de entrada e saída de todos os bens. Este demonstrativo deve ser encaminhado para conciliação contábil.</p> <p>Constatamos que não foi realizado Inventário Físico do</p>

			Patrimônio (equipamentos e materiais permanentes) referente ao exercício de 2012.
05/2013	09/05/2013	Almoxarifado Reitoria	Em diligência realizada, para conferência de materiais que integram o Almoxarifado e para verificação das condições de armazenagem dos mesmos, constatamos que o Almoxarifado está dividido em três peças, sendo que as condições de armazenamento não atendem inteiramente o disposto na IN/SEDAP 205/88 e IN/IFRS nº 004/2013.
07/2013	17/06/2013	Gestão de Pessoas Reitoria	Constatamos que os processos de concessão de horário especial de estudante não passam pela análise do Gestor da Reitoria e que falta publicidade ao ato. Não atendimento da Recomendação referente ao Relatório de Auditoria nº 12/2011 e reiterada no Relatório de Auditoria nº 09/2012: “Recomendamos ao gestor que regulamente e padronize em âmbito institucional a avaliação funcional por mérito profissional dos técnicos administrativos e a avaliação funcional por desempenho acadêmico dos docentes.”
08/2013	12/08/2013	Gestão Financeira e Orçamentária Reitoria	Não atendimento da recomendação constante do Relatório 010/2012/AUDIN: “Recomendamos ao gestor que adote procedimentos administrativos a fim de providenciar os atestes nas Notas Fiscais com identificação (carimbo pessoal) do servidor que efetue este procedimento.”
09/2013	15/08/2013	Licitações Reitoria	Contratação, por Dispensa de Licitação, da FUNDAPARQUE para cessão de uso do pavilhão E, áreas de estacionamento, mobiliário e demais serviços integrantes para a realização do II Seminário Anual do IFRS (II SAS) com fundamento no Art. 24, inciso XIII. Constatamos a não implementação da recomendação nos processos 23419.000059.2013-14 (Contratação de empresa especializada em serviços de locação de espaço físico, sonorização, hospedagem e alimentação, incluindo toda a infraestrutura para a realização do II SAS - Seminário Anual dos Servidores do IFRS) e 23419.000053.2013-47 (Contratação de Serviços de Transporte Rodoviário Estadual, Interestadual e Internacional para o IFRS Reitoria e Câmpus), ambos pregões eletrônicos, constituídos por dois volumes cada, sendo que os volumes possuem mais de 200 folhas e não possuem Termo de Encerramento e Termo de Abertura.
002/2011 e 09/2012	12/04/2011 e 13/11/2012	Gabinete Reitoria	O Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul contempla a Ouvidoria da seguinte forma: Art. 12 A Ouvidoria do IFRS é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa de natureza mediadora, sem caráter administrativo, executivo, judicativo, que exerce suas funções junto a todas as suas unidades, para atingir seus fins. Art. 13 Compete ao Ouvidor: I. receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los pela busca dialogada de consenso; II. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências tomadas; III. manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação junto aos órgãos do IFRS seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência; IV. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos à sua consideração.
11/2013	02/09/2013	Patrimônio Câmpus Caxias	Existe a rotina de emissão do termo de responsabilidade, por ocasião da destinação do bem responsável junto ao sistema

			SUAP, porém não existem assinaturas junto aos termos de responsabilidade;
			O inventário geral e analítico de bens móveis e imóveis é realizado periodicamente (ao menos uma vez ao ano), porém em 2010 não foi realizada a formalização do processo de inventário apenas a contagem dos bens.
			Não existe emplaquetamento definitivo dos bens, mas os bens foram identificados provisoriamente.
12/2013	16/09/2013	Almoxarifado Câmpus Canoas	As instalações não são apropriadas para a guarda e depósito de materiais.
14/2013	03/10/2013	Almoxarifado Câmpus Osório	Falta de identificação dos produtos nas prateleiras. (Produtos estocados no Almoxarifado).
		Diárias Câmpus Osório	Falta de tempestividade no pagamento das diárias.
		Contratos Câmpus Osório	A chave do Laboratório de Informática fica com o guarda o qual é responsável por abrir e fechar a sala. O contrato de prestação de serviços não prevê este tipo de atividade.
		Gestão de Pessoas Câmpus Osório	Não estão sendo realizadas portarias de localização dos servidores no Câmpus. Considerando o exame dos pontos de janeiro a abril de 2011: a) vários servidores Docentes fazem 3 turnos diários, somando mais de 10 horas de trabalho no mesmo dia. Conferindo a grade de aulas, nenhum professor tem esta carga horária diária em sala de aula.
16/2013	07/10/2013	Patrimônio Câmpus Feliz	Não existe comunicação periódica de movimentação patrimonial a contadoria, por parte do serviço patrimonial.
			Não é realizado periodicamente o inventário geral e analítico de bens móveis.
			Não existe rotina de emissão de termo de responsabilidade.
			Não existe a rotina de emissão de termo de transferência entre as unidades administrativas. Existem bens pertencentes ao Campus Bento Gonçalves que estão na unidade de Feliz, porém não foi emitido termo de transferência.
			Não existe rotina de emissão de termos e acompanhamento dos bens destinados a concerto.
			Os bens doados pela Fundação de Educação profissional do Vale do Rio Cai não estão regularizados.
			O Campus Avançado de Feliz não utiliza sistema patrimonial informatizado, portanto não possuindo controle quanto às incorporações, transferências e baixas patrimoniais. Segundo respostas a Solicitação de Auditoria 011/2011, o Campus aguarda a implantação do sistema SUAP. No momento está sendo utilizada planilha Excel como forma de controle.
		Não existe emplaquetamento de bens.	
Almoxarifado Câmpus Feliz	O controle de almoxarifado é realizado através de uma planilha Excel. Não está sendo adotado nenhum sistema para o controle de almoxarifado, sendo assim não é elaborado, mensalmente, demonstrativo físico-financeiro evidenciando os estoques inicial, final e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais ocorridos no mês.		
17/2013	10/10/2013	Patrimônio Câmpus Farroupilha	O Campus de Farroupilha não utiliza sistema patrimonial informatizado, portanto não possuindo controle quanto às incorporações, transferências e baixas patrimoniais.
			Não existe comunicação periódica de movimentação patrimonial a contadoria, por parte do serviço patrimonial.
			Não é realizado periodicamente o inventário geral e analítico de bens móveis.
			Não existe rotina de emissão de termo de responsabilidade.
			Não existem emplaquetamentos de bens.

			Existe comissão específica para acompanhar o recebimento definitivo dos bens permanentes que serão doados pelo PROEP (incorporação da Escola de Educação Profissional de Farroupilha - ETFAR).
		Almoxarifado Câmpus Farroupilha	As instalações não são apropriadas e seguras para a guarda e depósitos de materiais.
			Não está sendo adotado nenhum sistema para o controle de almoxarifado, sendo assim não é elaborado, mensalmente, demonstrativo físico-financeiro evidenciando os estoques inicial, final e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais ocorridos no mês.
			Não está sendo adotado nenhum sistema para o controle de almoxarifado, sendo assim não é elaborado, mensalmente, demonstrativo físico-financeiro evidenciando os estoques inicial, final e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais ocorridos no mês.
18/2013	07/11/2013	Almoxarifado Câmpus Restinga	Constatamos que as instalações do almoxarifado são precárias e os materiais não são acondicionados de maneira adequada. O Câmpus Restinga encontra-se em fase de obras e a sala destinada ao almoxarifado é aberta permitindo o fluxo de pessoas que não são do setor.
			Constatamos que não foi realizado Inventário do Almoxarifado referente ao exercício de 2011. O gestor justifica que: “o inventário não foi realizado devido ao quantitativo de servidores ser insuficientes para a realização desta atividade. Além disso, a disposição dos materiais não nos permitia ter acesso a todos e/ou movimentá-los já que grande parte estava alocada em um depósito na obra e o restante em uma sala na sede alugada do campus”. Esta Auditoria Interna ressalta que, conforme relação de servidores emitidos pela Coordenadora de Gestão de Pessoas, o Câmpus Restinga contava com 42 servidores no final do exercício de 2011.
			Constatamos que não é realizada a conciliação mensal da movimentação entre o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Em relação a esta questão o gestor justifica que: “o lançamento e a conciliação entre o sistema contábil e o de controle de almoxarifado não são realizados porque em primeiro lugar não há neste campus servidor designado para esta tarefa, sequer conhecimento de que deveria ser realizada e de que forma deveria ser. Apenas o lançamento no sistema de controle do almoxarifado (SUAP) é utilizado no campus”. Vale salientar que o saldo registrado no sistema de gestão e controle dos materiais do almoxarifado (SUAP) é de R\$ 155.124,06 enquanto o saldo registrado na contabilidade (SIAFI) é de R\$ 7.047,29.
			Constatamos que o Câmpus Restinga encontra-se em fase de obras e a sala destinada à guarda provisória de alguns bens permanentes é aberta permitindo o fluxo de pessoas que não são do setor. As instalações da sala são precárias e os bens não são acondicionados de maneira adequada.
			Constatamos que não é elaborado mensalmente o demonstrativo físico financeiro evidenciando os estoques iniciais e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais que transitam pelo almoxarifado.
			Constatamos fragilidades nos controles internos referente à guarda e movimentações de materiais no almoxarifado, sendo que vários produtos já não existem mais fisicamente no almoxarifado e foram distribuídos para uso, porém não foi dada baixa no sistema utilizado para gestão e controle dos materiais do almoxarifado (SUAP) e também não foi localizada Nota de

			Fornecimento destes produtos. Pode-se citar, entre outros, os seguintes exemplos: a) bola oficial de vôlei com 18 gomos em microfibras, e, b) gênero de alimentação achocolatado 200 ml.
			Constatamos fragilidades nos controles internos quanto à falta de assinaturas nas Notas de Fornecimento de material do Almoxarifado. Além disso, um grande número destas Notas de Fornecimento é de solicitações de produtos em que o requisitante é a própria Coordenadora do Setor do Almoxarifado.
		Patrimônio Câmpus Restinga	Constatamos que não foi realizado Inventário Físico do Patrimônio referente ao exercício de 2011. O gestor manifesta que: “o inventário não foi realizado devido ao quantitativo de servidores ser insuficiente para a realização desta atividade. Além disso, a disposição dos materiais não nos permitia ter acesso a todos e/ou movimentá-los já que grande parte estava alocada em um depósito na obra e o restante distribuídos, uma sala na sede alugada do câmpus”.
			Constatamos que não é realizada a conciliação mensal entre os saldos do sistema de controle de patrimônio (SUAP) e de administração financeira (SIAFI). Em relação à questão, o gestor justifica que: “não temos contabilidade no Câmpus”. Complementando as análises, o gestor também manifesta que: “não temos orientação de como fazer e proceder por não ter pessoa habilitada para isso, nem contabilidade”. Vale salientar que o saldo registrado na consulta em 25/06/2012 do sistema de controle de patrimônio (SUAP) é de R\$852.556,48, enquanto o saldo registrado no balancete contábil emitido pelo sistema integrado de administração financeira (SIAFI) é de R\$1.576.205,69.
			Constatamos que não existe a rotina de emissão de termos de responsabilidade para todos os bens permanentes, sendo informado que só são impressos e assinados os termos de responsabilidade dos notebooks e bens da chefia de gabinete.
			Constatamos que o servidor responsável pelo controle do Patrimônio precisa de capacitação específica para o desenvolvimento das atividades.
			Constatamos que ocorreram furtos de materiais permanentes no Câmpus e que não foi tomada providência para apurar os acontecimentos.
			Diárias Câmpus Restinga
		Descumprimento do art. 5º do Decreto nº 5.992/2006. Nas solicitações analisadas neste período, não houve a tempestividade no pagamento de algumas diárias.	
		Contratos Câmpus Restinga	Constatamos fragilidades nos controles internos quanto à fiscalização dos contratos de serviços continuados, sendo que a documentação exigida em contrato não está sendo acostada nos processos.
20/2013	18/11/2013	Diárias Câmpus Caxias	Falta de tempestividade da prestação de contas.
			Falta de comprovantes na prestação de contas.

Fonte: Auditores da Reitoria

**Quadro 137 – Relação dos principais relatórios e das principais constatações realizadas pelo auditor em exercício no Câmpus Ibirubá**

Relatório	Data de emissão	Assunto/Setor	Principais constatações
AUDIN Câmpus	25/02/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Almoxarifado	Fragilidades nos controles internos referentes ao setor de almoxarifado do Câmpus, referentes à comunicação de

Ibirubá – Relatório nº 001/2013			movimentação de saldos do almoxarifado com a contabilidade.
			Fragilidades nos controles internos referentes ao setor de almoxarifado do Câmpus, referentes à prática de realização do inventário do almoxarifado.
			Fragilidades nos controles internos referente ao armazenamento dos materiais de consumo sob responsabilidade do controle de almoxarifado do Câmpus.
			Fragilidades nos controles internos referente à divergência de quantitativos de materiais entre a quantidade física e os registros no sistema informatizado para controle e acompanhamento dos materiais armazenados no almoxarifado.
			Fragilidades nos controles internos referentes ao setor de almoxarifado do Câmpus. Divergência nos saldos apresentados através dos relatórios do sistema informatizado utilizado para controle interno do Almoxarifado.
AUDIN Câmpus Ibirubá – Relatório nº 007/2013	11/10/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Gestão de Pessoas	Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes aos atos de admissão dos servidores do Câmpus Ibirubá.
AUDIN Câmpus Ibirubá – Relatório nº 008/2013	04/12/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Gestão Financeira e Orçamentária	Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes aos estágios de liquidação e pagamento na execução das despesas.
			Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes à formalização dos processos de pagamento.
AUDIN Câmpus Ibirubá – Relatório nº 009/2013	06/12/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Contratos	Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes à rotina de fiscalização dos contratos.
Memorando AUDIN nº 009/2013	06/12/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Gestão Financeira	Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes à ausência de identificação dos servidores que efetuam o ateste/aceite nas notas fiscais.
AUDIN Câmpus Ibirubá – Relatório nº 010/2013	12/12/2013	Auditoria no Câmpus Ibirubá / Gestão de Pessoas – Diárias	Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes aos procedimentos de concessão de diárias no que tange a tempestividade de seus pagamentos.
			Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes aos procedimentos de concessão de diárias no que tange a comprovação da necessidade do deslocamento e comprovação de participação no evento.
			Constataram-se fragilidades nos controles internos referentes aos procedimentos de concessão de diárias no que tange ao atendimento do prazo legal para apresentação da prestação de contas da viagem.

Fonte: Auditor do Câmpus Ibirubá

**Quadro 138 – Relação dos principais relatórios e das principais constatações realizadas pelo auditor em exercício no Câmpus Porto Alegre**

Relatório	Data de emissão	Assunto/Setor	Principais constatações
AUDIN POA – Relatório nº 001/2013	15/11/2013	Gestão de Pessoas	Constatou-se atraso no cadastramento das informações relativas aos atos de admissão no SISAC no Prazo estipulado no Art. 7º da IN TCU nº 55/2007 alterada pela IN TCU nº 64/2010 (30 dias).

AUDIN POA – Relatório nº 002/2013	01/11/2013	Diárias	Constatou-se que houve inversão dos dados de deslocamento na SCDP nº 00111/13.
			Constatou-se que em algumas das solicitações analisadas não houve a tempestividade no pagamento da diária.
			Constatou-se que o adicional de embarque/desembarque não vem sendo pago da forma correta.
			Constatou-se que algumas solicitações de diárias não foram feitas dentro do prazo de 10 dias de antecedência. Em algumas destas amostras intempestivas não constava anexado nenhuma justificativa de atraso.
			Constatou-se que em algumas amostras não estão anexados na prestação de contas, os comprovantes ou certificados relativos à participação do servidor no evento
			Constatou-se que não esta sendo anexado no SCDP os canhotos das passagens de embarque nos deslocamentos via transporte terrestre, para comprovação deste deslocamento e para fazer jus do adicional de embarque e desembarque, e que algumas das amostras apresentaram prestação de contas com prazo superior a 5 dias.
			Constatou-se a participação de dois ou mais servidores no mesmo evento sem a justificativa pertinente
AUDIN POA – Relatório nº 003/2013	26/11/2013	Licitações	Constatou-se que em alguns processos de dispensa de licitação menos de 3 (três) orçamentos sem a devida justificativa.
			Constatou-se em alguns processos a falta de numeração e rubrica em suas páginas.
			Constatou-se na maioria dos processos analisados a falta da data e local junto à assinatura da autoridade competente, o que pode prejudicar a verificação quanto ao atendimento dos prazos legais.
			Constatou-se o não atendimento à totalidade dos pareceres jurídicos da procuradoria federal sem a devida justificativa do seu não acolhimento junto ao processo.
AUDIN POA – Relatório nº 004/2013	05/12/2013	Cartão de Pagamento	Constatou-se que os Supridos não seguem a rotina de consultar o setor de Almoxarifado e o setor de compras antes de fazer uso do cartão.
			Constatou-se que alguns dos supridos não estão anexando ao processo físico as justificativas de compra dos produtos, explicitando se as despesas realizadas estão vinculadas às atividades da unidade e se servem ao interesse público.
			Constatou-se que algumas notas estavam endereçadas ao Câmpus Canoas, porém foram compradas e utilizadas no Câmpus de Porto Alegre.

Fonte: Auditor do Câmpus Porto Alegre

**Quadro 139 – Relação dos principais relatórios e das principais constatações realizadas pelo auditor em exercício no Câmpus Rio Grande**

Relatório	Data de emissão	Assunto/Setor	Principais constatações
AUDIN Câmpus Rio Grande –	27/06/2013	Auditoria no Almoxarifado (Câmpus Rio	Constatou-se a inexistência de Comissão nomeada para realização de Inventário de bens de consumo (almoxarifado)

Relatório nº 001/2013		Grande)	Constatou-se, embora segundo entrevista com o Coordenador do Setor (Coordenação de Materiais e Equipamentos) sejam realizados inventários informais (contagens internas) (realizados pelo próprio setor) periódicos para verificação da correspondência dos saldos registrados no Sistema Informatizado de Gestão do Almoxarifado com os saldos físicos/reais existentes em estoque, a inexistência da rotina de realização de Inventário formalizado, feito por comissão, de bens de consumo (almoxarifado).
AUDIN Câmpus Rio Grande – Relatório nº 002/2013	10/09/2013	Auditoria no Patrimônio (Câmpus Rio Grande)	<p>Constatou-se a inexistência de Comissão nomeada para realização de Inventário de Bens Permanentes (Patrimônio).</p> <p>Constatou-se a inexistência da rotina de realização de Inventário de Bens Permanentes (Patrimônio), feito por comissão nomeada para tal finalidade.</p> <p>Constatou-se que, embora exista a rotina de emissão de Termos de Responsabilidade quando os bens permanentes são destinados à utilização, uma grande parte dos mesmos está sendo emitida em nome do Diretor de Administração e Planejamento (DAP), ficando, desse modo, a carga patrimonial correspondente (e a conseqüente responsabilidade pela guarda e utilização desses bens) concentrada no nome deste.</p>
AUDIN Câmpus Rio Grande – Relatório nº 003/2013	10/09/2013	Auditoria nos Veículos Oficiais (Câmpus Rio Grande)	<p>Constatou-se o não atendimento da Recomendação 001 - RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 002/2012 - TRANSPORTES (VEÍCULOS OFICIAIS)</p> <p>Constatou-se o não atendimento da Recomendação 002 - RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 002/2012 - TRANSPORTES (VEÍCULOS OFICIAIS)</p>
AUDIN Câmpus Rio Grande – Relatório nº 007/2013	19/11/2013	Auditoria nas Licitações (Câmpus Rio Grande)	Constatou-se a indicação de marcas de referência na especificação de itens/produtos em processo licitatório, sem a necessária justificativa.
AUDIN Câmpus Rio Grande – Relatório nº 010/2013	20/12/2013	Auditoria na Concessão de Diárias (Câmpus Rio Grande)	<p>Constatou-se o pagamento de diárias, em processos de concessão de diárias e passagens, feito de forma não antecipada.</p> <p>Constatou-se ausência, em prestações de contas de viagens, de documentos comprobatórios da participação do servidor nos eventos para os quais tenha se deslocado.</p>

Fonte: Auditor do Câmpus Rio Grande

**Quadro 140 – Relação dos principais relatórios e das principais constatações realizadas pelo auditor em exercício no Câmpus Sertão**

Relatório	Data de emissão	Assunto/Setor	Principais constatações
Extraordinário (denúncia) nº 01/2013	10/04/2013	Refeitório	Constatou-se que servidores “não autorizados” faziam refeições no refeitório do Câmpus (apenas os servidores lotados no Departamento de Assistência Estudantil - DAE e que executam suas atividades no refeitório no horário das

			refeições podem alimentar-se no refeitório do Câmpus).
			Constatou-se que os servidores efetivos que se alimentam no refeitório realizaram os respectivos pagamentos somente após a denúncia e que não há pagamentos efetuados por servidores terceirizados.
			Constatou-se a necessidade de revisão e atualização dos normativos internos referentes ao refeitório do Câmpus.
01/2013	04/04/2013	Almoxarifado	Constatou-se o não atendimento da recomendação efetuada em 2012, quanto a respeitar a distância de aproximadamente 50 cm das paredes.
			Constatou-se a existência de materiais obsoletos em estoque.
			Constatou-se que os procedimentos adotados pelo Setor de Almoxarifado do Câmpus no que se refere à renovação de estoque não estão em consonância com as disposições da IN SEDAP nº 205/1988.
			Constatou-se a confiabilidade parcial dos relatórios emitidos pelo Almoxarifado, uma vez que o quantitativo de alguns itens divergia quando realizada a comparação relatório x estoque físico.
			Constatou-se que materiais recebidos em doação não constam no inventário de materiais em estoques e tão pouco no balancete contábil.
			Constatou-se que alguns depósitos de materiais específicos, como o de insumos agrícolas e o de combustíveis, necessitam de adaptações, manutenção e reformas.
			Constatou-se que o Câmpus não conta com o licenciamento ambiental necessário para a armazenagem de materiais potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.
02/2013	06/05/2013	Patrimônio	Constatou-se o não atendimento da recomendação efetuada em 2012, quanto à formalização da transferência dos bens que se encontram no Câmpus Ibirubá e em Vacaria.
			Constatou-se o não atendimento da recomendação efetuada em 2012, quanto à aquisição de equipamento apropriado para a adequada numeração física dos bens.
			Constatou-se o não atendimento da recomendação efetuada em 2012, quanto ao lançamento de bens recebidos por meio de doação com valor compatível ao valor nominal ou ao de mercado.
			Constatou-se divergência entre os relatórios emitidos pelo sistema de patrimônio e a real localização dos bens, ou seja, o sistema de patrimônio não emite relatórios confiáveis.
			Constatou-se “duplicidade” de setores no sistema de patrimônio; bem como, bens cadastrados com o valor de R\$ 0,01.
			Constatou-se que a comissão inventariante/2012 não realizou o levantamento físico dos bens móveis de propriedade do Câmpus, uma vez que se limitou à impressão e organização dos documentos extraídos do sistema, não realizando a verificação <i>in loco</i> e não avaliando o estado de conservação dos bens. Ainda, o inventário não possui a assinatura de todos os inventariantes.

			<p>Constatou-se que a maioria das propriedades do Câmpus não estão averbadas junto ao Registro de Imóveis.</p> <p>Constatou-se que a matrícula nº 4.355 (doada pela Prefeitura Municipal de Sertão para a construção da unidade urbana do Câmpus) está cadastrada no Registro de Imóveis para o IFRS – CNPJ da Matriz/Reitoria – e no SPIUnet e no SIAFI para o Câmpus Sertão.</p> <p>Constatou-se que a última (re) avaliação - realizada por profissional habilitado - dos imóveis de propriedade do Câmpus ocorreu em 2004.</p> <p>Constatou-se que o Câmpus não conta com Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI e com Alvará do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Constatou-se que o Câmpus não possui rotinas de programação e acompanhamento da manutenção dos imóveis.</p> <p>Constatou-se que o Câmpus não possui regulamentação interna aplicável à residência de servidores em imóveis institucionais; bem como, não está observando alguns dispositivos legais e regulamentares no que refere ao assunto.</p>
03/2013	24/05/2013	Transportes	<p>Constatou-se a existência de multas de trânsito vencidas.</p> <p>Constatou-se que os veículos oficiais estão identificados; contudo os adesivos fixados nas portas dianteiras não atendem plenamente as disposições do Anexo VI da IN/SLTI/MP nº 03/2008.</p> <p>Constatou-se carência de controles internos quanto ao preenchimento dos “diários de bordo”.</p>
04/2013	28/06/2013	Gestão de Pessoas	<p>Constatou-se que os prazos de cadastramento das informações referente às admissões no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC e de disponibilização destas para o respectivo órgão de controle interno não estão sendo seguidos.</p> <p>Constatou-se que há servidor do Câmpus exercendo o Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa na Prefeitura Municipal de Sertão sem a devida formalização da cedência.</p>
05/2013	31/07/2013	Compras e Licitações	<p>Constatou-se a realização de dispensas de licitação para a execução de atividades que podem (devem) estar previstas nas contratações anuais.</p> <p>Constatou-se a realização de dispensas e inexigibilidades de licitação sem a devida autorização do ordenador de despesas para a abertura do processo ou sem a devida ratificação pela autoridade competente ou, ainda, sem o parecer jurídico.</p>
06/2013	09/08/2013	Gestão Orçamentária e Financeira	Constatou-se carência de controles internos no tocante aos atestes das Notas Fiscais.
07/2013	10/10/2013	Contratos	Constatou-se que não há efetiva fiscalização dos contratos, mesmo havendo fiscais designados para todos os contratos.
08/2013	12/11/2013	Diárias	<p>Constatou-se que nas diárias concedidas no decorrer do 1º semestre de 2013 a gestão não observou os normativos legais quanto ao pagamento do adicional de embarque/desembarque.</p> <p>Constatou-se que os servidores não estão encaminhando, junto à prestação de contas da viagem, cópia do certificado de participação nos cursos, seminários, congressos etc..</p>

Fonte: Auditora do Câmpus Sertão

### 9.3.3. Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Segue abaixo um Quadro que apresenta o total de recomendações implementadas (atendidas) e o total das recomendações que estão pendentes de atendimento.

**Quadro 141 – Total de Recomendações Implementadas (atendidas) e Pendentes**

<b>Câmpus</b>	<b>Recomendações Atendidas</b>	<b>Recomendações Não Atendidas</b>
Reitoria	13	3
Bento Gonçalves	0	0
Canoas	1	0
Caxias	3	2
Erechim	7	1
Farroupilha	2	8
Feliz	3	7
Ibirubá	3	19
Osório	3	2
Porto Alegre	1	20
Restinga	9	6
Rio Grande	5	5
Sertão	25	13
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>86</b>

Fonte: UNAI

Total de Recomendações = 161

Total de Recomendações Atendidas = 46,6 (%)

Total de Recomendações Não Atendidas = 53,4 (%)

### 9.3.4. Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

Conforme reunião realizada pelos Auditores Internos, nos dias 18 e 19 de setembro de 2012, registrado na ATA 06/2012 AUDIN, foi estabelecido um modelo padrão de Solicitação de Auditoria (SA) para acompanhamento das recomendações. Para o exercício de 2013 a ação nº 12 do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) previa que os auditores internos realizariam o acompanhamento das recomendações exaradas pela auditoria interna. Esse acompanhamento, conforme cronograma de atividades aconteceu nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

A SA é encaminhada para o Reitor ou Diretor-Geral que se manifesta em relação ao atendimento ou não atendimento da recomendação. Em caso de atendimento da recomendação é solicitado ao gestor que descreva: a) síntese das providências adotadas; b) síntese dos resultados obtidos; e c) análise crítica dos fatores positivo-negativo que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor. E em caso de não atendimento da solicitação é solicitado que o gestor descreva: a) justificativa para o seu não cumprimento; e b) análise crítica dos fatores positivo-negativo que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor. Conseqüentemente, com base nas respostas e com base nos documentos que comprovem aquelas recomendações

atendidas, os Auditores Internos realizam uma nova análise avaliando e monitorando as recomendações.

#### **9.3.4. Informações da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna**

Os Auditores Internos adotaram como sistemática para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna a solicitação de manifestação dos Gestores quanto ao atendimento ou não atendimento, conforme descrito na resposta do item anterior.

Os Auditores Internos não contam com sistema informatizado para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

#### **9.3.5. Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações**

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados em um dos Câmpus do IFRS o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Diretor Geral do Câmpus para que pontualmente tome as devidas providências para atender as recomendações e bimestralmente os Relatórios de Auditoria Interna são encaminhados a Reitora (Presidente do Conselho Superior).

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados na Reitoria o Relatório de Auditoria Interna é entregue a Reitora. Da mesma forma ele é encaminhado, junto com os relatórios dos Câmpus, ao Presidente do Conselho Superior.

Com o trabalho de acompanhamento das recomendações o gestor se posiciona em relação ao atendimento ou ao não atendimento das recomendações, sendo que se optar por não atender a recomendação deverá justificar o não atendimento.

#### **9.3.6. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna**

Conforme relatado no item anterior a Magnífica Reitora, que é a presidente do Conselho Superior, é comunicada bimestralmente de todos os trabalhos realizados pelos Auditores Internos. Nos trabalhos de acompanhamento das recomendações novamente são informadas as recomendações que não foram atendidas. No início de cada ano é emitido o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) do exercício anterior onde constam todas as recomendações que estão pendentes de atendimento. O RAINTE também é encaminhado para o presidente do Conselho Superior.

## 9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

### 9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro 60 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	264		
	Entregaram a DBR	264		
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas.

OBS: Adotamos Art.3º parágrafo 2º do Decreto 5483/2005. Autorização a consulta.

### 9.4.2. Análise da Situação do Cumprimento das Obrigações

Nesta análise, destacam-se alguns aspectos relacionados à entrega da DBR por servidores, conforme previsto na legislação. Quanto às providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR, os servidores são alertados a respeito das implicações a que poderão estar submetidos. No IFRS, a incumbência de gerenciar a recepção das declarações cabe a Coordenadoria de Ingresso, ligada a Diretoria de Gestão de Pessoas, e as Coordenadorias de Gestão de Pessoas de cada Câmpus que solicitam por ocasião do ingresso/posse. O gerenciamento e controle da entrega estão sendo organizado através de planilha eletrônica centralizada na DGP e compartilhado com os câmpus. Não é realizada análise pela UJ das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio, em face da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

## 9.5. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Adriana Pancotto, CPF nº 983.382.500-15, Diretora de Licitações e Contratos, cargo exercido na Reitoria do IFRS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que, de acordo com as informações dos gestores, todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bento Gonçalves, 21 de fevereiro de 2014.

  
Adriana Pancotto  
CPF: 983.382.500-15  
Diretora de Licitações e Contratos

## **10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013**

### **10.1. RELAÇÕES COM A SOCIEDADE**

Em relação aos canais de acesso do cidadão ao IFRS para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas, podem ser citados:

#### **1) Ouvidoria**

O Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul contempla a Ouvidoria da seguinte forma:

“Art. 12 A Ouvidoria do IFRS é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa de natureza mediadora, sem caráter administrativo, executivo, judicativo, que exerce suas funções junto a todas as suas unidades, para atingir seus fins.

Art. 13 Compete ao Ouvidor:

I. receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los pela busca dialogada de consenso;

II. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências tomadas;

III. manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação junto aos órgãos do IFRS seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência;

IV. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos à sua consideração.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.”

Em relação às estatísticas de solicitações à Ouvidoria do IFRS, foram recebidas 11 denúncias, 8 reclamações, 1 sugestão e 13 solicitações de informações no ano 2013.

#### **2) SIC – Serviço de Informação ao Cidadão**

Além da Ouvidoria, outro canal de acesso que o cidadão pode utilizar para a obtenção de informações acerca da atuação do IFRS é o SIC, instituído com base na Lei nº 12.527/2011, a chamada LAI – Lei de Acesso à Informação Pública.

O SIC possui, com base na legislação, implementação obrigatória. Foi implantado na sede da Reitoria do IFRS, contando com: telefone exclusivo, protocolo de requerimentos de acesso à informação, atendimento e orientação ao público quanto ao acesso à informação, informação sobre a tramitação de documentos/pedidos e gerenciamento da transparência ativa e passiva, em relação às informações.

Em relação à transparência ativa, o IFRS implantou em seu sítio da Internet, de acordo com os padrões estabelecidos pela lei, disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/acessoainformacao> .

Em relação à transparência passiva, o IFRS, através do SIC, recebe e responde aos pedidos de informações dos cidadãos. No ano 2013 o IFRS recebeu e atendeu 60 solicitações de pedidos de informações, sendo que apenas um deles teve reclamação, com recurso de pedido para primeira instância. O IFRS irá, em 2014, realizar um levantamento das principais classes de informações que são solicitadas, permitindo-se a classificação e facilitando as respostas aos pedidos que surgem.

## 11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 11.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O IFRS adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020300 do Tesouro Nacional, em seu item 27:

*27. O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Assim, mesmo havendo diferenças relativas às características de cada item classificado na mesma conta contábil, deverá ser aplicado o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.*

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

As taxas utilizadas para o cálculo são apresentados no Quadro abaixo:

**Quadro 142 - Quadro de Vida Útil Padrão**

QUADRO DE VIDA ÚTIL PADRÃO			
CONTA	TÍTULO	V.ÚTIL (anos)	VALOR RESIDUAL
14212.02.00	AERONAVES	0	-
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.08.00	APARELHOS EQUIP. E UTENS. MED. ODONT., LABOR.	15	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUI. P/ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	0	-
14212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	-
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14212.20.00	EMBARCAÇÕES	0	-
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%

14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14212.40.00	MAQ. EQUIP. UTENSÍLIOS AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIO	10	10%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
14212.50.00	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14212.54.00	EQUIP. PEÇAS E ACESSÓRIOS DE AERONÁUTICOS	30	10%
14212.56.00	EQUIP. PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTO DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTO, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14212.83.00	EQUIPAMENTO E SISTEMA PROTEÇÃO V. AMBIENTAL	10	10%

Fonte: Contabilidade – PROAD - Pró-Reitoria de Administração.

Quanto à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração dos imóveis, foi montada uma comissão interna de patrimônio em cada uma das unidades (câmpus, núcleos avançados e Reitoria) para elaborar um inventário dos bens imóveis no final do ano passado. Os critérios usados para avaliar os imóveis foram consulta a imobiliárias, o valor gasto nas obras e benfeitorias e possíveis depreciações. As avaliações apuraram um valor aproximado, com uma margem de erro aceitável, de forma a apresentar uma estimativa do valor patrimonial dos imóveis da União, que é o objetivo do sistema Spiunet. Após a finalização dos inventários, o sistema Spiunet foi atualizado com os novos valores e descrições detalhadas das benfeitorias existentes nos imóveis, gerando por consequência atualizações no sistema Siafi. Quanto aos demais itens resta prejudicado uma vez que não possuímos em nossos registros créditos de dívidas, investimentos e diferido. Já quanto aos estoques informamos que se tratam apenas de materiais de expediente e de uso continuado, são de pequena monta e com rápida passagem pelo almoxarifado central cujo controle é efetuado através do RMA.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício foi o de trazer o montante de bens patrimoniais constantes do inventário geral para a realidade de valor presente, tornando a informação do Balanço do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia ainda mais fidedigna, eis que foram registradas as variações ocorridas no Patrimônio para mais e para menos, obedecendo também o disposto na Macrofunção 020300. O resultado alcançado é importante inclusive para a consolidação dos dados no Balanço Geral da União, que resultará em uma peça que traduzirá com maior propriedade entre outras evidenciações, o montante do Patrimônio da União.

## 11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Quadro 143 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL			158141
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Restrição 674 - Saldos alongados e indevidos em contas transitórias do Passivo Circulante</p> <p>b) Restrição 680 - Divergência entre valores liquidados e Passivo Financeiro</p> <p>c) Divergências entre os saldos patrimoniais em contas do Grupo 14.212.00.00 Bens Móveis, em relação ao SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública - Módulo Patrimônio, e também em relação ao Inventário Físico, constatado na Reitoria, Campus Feliz, Farroupilha e Ibirubá, decorrente das transferências patrimoniais efetuadas por ocasião da implantação e funcionamento dos referidos Campus como Unidades Gestoras Executoras, cujos ajustes se pretende fazer durante o exercício de 2014.</p> <p>d) Divergências na avaliação de bens móveis/imóveis/ intangíveis/outros no Campus Rio Grande.</p> <p>Observação: Inventário Anual de Bens Permanentes - Ano Base 2013 - dos 13.610 bens relacionados no SAM - Sistema de Administração de Patrimônio - 4.363 bens não foram encontrados ou não foram inventariados, 487 bens consideráveis inservíveis permanecem no acervo patrimonial da Instituição.</p> <p>e) Registro da Depreciação de Bens no Campus Porto Alegre apresenta um controle ineficiente não demonstrando a realidade adequada da evolução patrimonial por falta de um sistema informatizado.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Bento Gonçalves/RS</b>	<b>Data</b>	<b>06/03/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>LUIZ ANTÔNIO HINING</b>	<b>CRC nº</b>	<b>43.833.0-2</b>



**LUIZ ANTÔNIO HINING**  
 CONTADOR/CRC/RS 43.833  
 IFRS - REITORIA  
 PORTARIA 649/2010

## 12. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 127/2013

### 12.1. INDICADORES DE GESTÃO DO IFRS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

**Quadro 144– Indicadores de Gestão do IFRS nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	7,06	6,64	3,89	3,24	2,06
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	27,77%	36,72%	51,95%	58,49%	46,45%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	16,19%	14,35%	11,78%	9,67%	15,02%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	57,44%	62,54%	57,19%	55,43%	62,31%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	39,88%	39,33%	15,50%	8,60%	13,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número de Alunos Matriculados / (Docentes 20h*0,5 + Docentes 40 h + Docentes DE)	24,90	24,30	20,98	20,54	17,26
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos Correntes / Número Total Matriculados	R\$ 9.898,44	R\$ 7.969,36	R\$ 9.004,11	R\$ 8.655,97	R\$ 12.411,19
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos Totais	64,81%	62,98%	60,10%	55,13%	61,99%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais	15,57%	16,33%	15,26%	14,90%	14,00%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	14,94%	16,36%	21,46%	27,08%	22,19%
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	0 < RFP <= 0,5 SM	461	425	732	158	35
		0,5 < RFP <= 1 SM	1112	1.331	1.935	515	121
		1 < RFP <= 1,5 SM	2501	2.298	2.510	858	108
		1,5 < RFP <= 2 SM	2117	**	**	**	**
		2 < RFP <= 2,5 SM	687	2.539	2.739	1.915	122
		2,5 < RFP <= 3 SM	1628	1.530	1.402	1.063	68
		RFP > 3 SM	1904	1.411	470	1.194	65
		AMOSTRA TOTAL	10410	9.534	9.788	5.703	519
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,10	3,99	3,91	3,87	3,79

Obs.: 1) G = Graduados; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres; D = Doutores.

2) \*\* Até o ano 2012, não existiam as faixas 1,5 < RFP <= 2 SM e 2 < RFP <= 2,5 SM, sendo que os dados foram concentrados na segunda faixa.

Fonte: SETEC\*, SISTEC, SIAFI, SIAPE e Pesquisa Institucional – IFRS.

## 12.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO

A seguir apresenta-se uma avaliação crítica dos Indicadores de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, referente ao exercício de 2013, conforme determinado no Acórdão 2.267/2005-TCU. Para tal há um breve preâmbulo com observações gerais e uma avaliação de cada indicador, individualmente.

Os Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores apontavam para uma particularidade dos últimos anos, que tinha consequências na avaliação dos números ora apresentados. O que se quer enfatizar é que conforme o documento dos anos passados, o IFRS teve um sensível crescimento. No ano 2013, em relação ao número de estudantes, esse crescimento foi menor, representando a consolidação da estrutura da instituição e um crescimento menos representativo. Os dados referentes ao exercício 2009 contemplavam apenas os Câmpus Bento Gonçalves, Sertão e Erechim. Em 2010, entraram em funcionamento os Câmpus Caxias do Sul, Canoas, Restinga e Osório. Os Câmpus de Porto Alegre e Rio Grande faziam parte do IFRS em 2009, mas os dados referentes àquele ano foram registrados, respectivamente, nos relatórios de gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e da Universidade Federal do Rio Grande – FURG -, às quais eles eram vinculados.

Além dos relatos acima, os Câmpus de Feliz, Farroupilha e Ibirubá, foram formalmente incorporados ao IFRS em 2010. Portanto, mais do que levar em conta o crescimento em si do instituto, há que se considerar que a base de dados foi acrescida pela entrada de dois Câmpus, antes vinculados a universidades, quatro novos câmpus que entraram em funcionamento e três Câmpus avançados, que atualmente possuem a condição de Câmpus. Ressalta-se ainda, que o Câmpus Osório realizou a sua mudança para a nova sede e, ao final do ano, o Campus Caxias do Sul já se preparava para a sua inauguração.

Há, também, que se contemporizar a questão dos novos cursos ofertados no IFRS. Eles não decorrem somente da criação dos novos Câmpus, como seria de se esperar. Deve ser lembrado que os Câmpus que já estavam em atividade aumentaram a oferta de novos cursos. Assim como nos anos anteriores, números referentes a estes cursos de oferta recente, que ainda não têm algumas turmas integralizadas, tendem a apresentar certa distorção em determinados índices. Por exemplo, marcadores que têm por objetivo a verificação de evasão e retenção escolar, dependendo da forma que são calculados, só apresentam informação confiável após algumas turmas integralizadas.

É importante registrar, ainda, que parte dos indicadores determinados pelo Acórdão 2.267/2005-TCU no período referente ao exercício 2011 foram calculados pelo Sistec, e para o exercício 2012 todos os indicadores foram elaborados e enviados pela SETEC, sem que o IFRS tivesse algum tipo de interferência na forma de cálculo ou no levantamento dos dados que fizeram parte dos cálculos. Nos anos anteriores, 2010 e 2009, todos os cálculos foram feitos pelo IFRS. O relatório do ano de 2011 aponta duas consequências desta mudança: diferença na interpretação das determinações do Acórdão 2.267/2005-TCU e alguma inconsistência nos dados referentes ao ano de 2011 fornecidos pelo Sistec.

Em resumo, nos últimos anos houve um período crescimento dos Câmpus existentes e a estruturação dos novos Câmpus, que iniciaram suas atividades. Pelos motivos elencados acima, da mesma forma que no relatório do exercício anterior, a comparação com outros períodos letivos tem que ser feita com cuidado e, na maioria das vezes, não faz muito sentido. Se nos Relatórios de Gestão de 2010 e 2011 a comparação com os exercícios anteriores nem sempre poderia ser válida, agora também não o é. É imediato deduzir que o crescimento dos números verificado entre o período de 2009 e 2011 não pode ser repetido na comparação de 2011 com 2012. Isso decorre do fato de que estes dados refletem a singularidade natural de um processo de crescimento, implementação, criação e encampação. Ações estas que implicam em uma descontinuidade nos registros, em especial quando ocorrem de forma simultânea e sobreposta. Este fenômeno também é

esperado para os próximos períodos ainda que as informações obtidas tornar-se-ão progressivamente mais confiáveis, na medida em que se avance no tempo.

É preciso, finalmente, que se façam considerações sobre dois problemas muito sérios da educação não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo, que são a evasão e a retenção escolar. Para a retenção escolar existe um índice específico que será apresentado e avaliado a baixo. Além disso, ele tem relação, ainda que indireta, com os índices “Relação ingressos/alunos”, “Relação Concluintes / alunos”, “Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes”, “Relação Alunos / Docente em Tempo Integral” e “Gastos Correntes por Aluno”.

A retenção escolar aumenta a quantidade de alunos matriculados. Por isso, ela tem impacto positivo na “Relação de Alunos / Docente” e negativo no demais. Já a evasão escolar diminui esta quantidade e o efeito é inverso. Para exemplificar, pode-se tomar a “Relação Concluintes / Alunos”. Uma alta taxa de evasão escolar diminui o número de alunos matriculados (denominador da fórmula).

Ora, a evasão escolar diminui o “total de matrículas em curso”. Como ele é computado no denominador da fórmula, o resultado é que o valor numérico final da expressão matemática é maior para uma maior evasão escolar.

No que se refere à retenção escolar, o problema é menos grave porque ela pode ser identificada uma vez que existe um indicador específico. Infelizmente, para a evasão escolar, além de ela distorcer alguns índices, gerando falsas conclusões, não há nenhuma medição. Nesse sentido, a própria SETEC, em 2013, elaborou um plano de ação para realizar-se uma tentativa do mapeamento das razões da evasão nos institutos federais e o IFRS tem buscado estudar o tema e mapear as suas causas e identificar as possíveis soluções.

### **12.2.1. Relação Candidato/Vaga**

Este índice mede a quantidade de candidatos para cada vaga ofertada no processo seletivo discente. Ele é obtido pela razão entre o número de inscritos e o número de vagas ofertadas. É especialmente útil para avaliar a procura por um determinado curso, ou mesmo pelo instituto como um todo.

Para seu cálculo, deve ser usada a expressão:

Relação candidato/vaga = Inscrições / Vagas Ofertadas.

Onde “Inscrições” é o número de inscrições para vestibular e processos seletivos e “Vagas Ofertadas” a oferta de vagas em Editais de seleção discente por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Essa procura pode ser resultado de uma série de fatores, dos quais se podem elencar alguns:

- o público alvo ter conhecimento da existência da instituição e de quais são os seus cursos;
- a qualidade dos cursos ofertados;
- a adequação dos cursos ofertados em relação à demanda da região; etc.

A “Relação Candidato / Vaga” merece alguns comentários sobre pontos específicos, no que se refere decisão sobre a oferta de um determinado curso, à questão da comunicação dos IFs e também do papel social das nossas instituições.

Este índice reflete, principalmente, o interesse da sociedade (estudantes) nos cursos ofertados. Contudo, todas as demais questões referentes ao Mundo do Trabalho, que devem nortear a oferta de um curso, não são identificadas por ele. Por isso, por vezes, determinado curso com a “Relação Candidato / Vaga” baixo não pode ser simplesmente eliminado ou substituído por outro, porque há mais fatores que devem nortear esta decisão.

Conforme já registrado no relatório do ano anterior, existem limitações legais importantes no que se refere ao *marketing* dos institutos federais e é de se esperar que, com o passar do tempo, a instituição fique mais conhecida na sociedade, uma vez que há uma acelerada expansão da rede federal em todo o país nos últimos anos.

Até este ponto, a análise aqui apresentada sugere que uma procura alta pelos nossos cursos é algo a se comemorar. Porém, quando ela é feita sob a ótica do papel social de uma instituição pública e que está aqui para servir a sociedade, os valores se invertem. Se, por um lado, um valor elevado da “Relação Candidato / Vaga” do IFRS denota a qualidade de seus cursos, a adequação deles ao Mundo do Trabalho, por outro implica em uma elitização do ensino. Em especial, quando se tratar de políticas de ingresso de caráter meritório.

Raciocinando assim, o valor ideal para a “Relação Candidato / Vaga” deveria ser um, ou seja, que oferta fosse igual à demanda; sendo que todos os que desejassem serem alunos pudessem sê-lo. É claro que se trata de uma situação hipotética e ideal, sendo distante da realidade do nosso país.

Resumindo, este índice não pode ser muito alto para não sermos uma instituição de elites, nem tão baixo que denote baixa qualidade ou mesmo desperdício de dinheiro público. Não há estudos acadêmicos a respeito, mas o limite inferior deveria ser próximo a um e o limite superior algo entre dois ou quatro.

Para os cursos abaixo de um, deve se fazer uma reavaliação procurando identificar os motivos desta baixa procura. Para os que se encontram no outro extremo, talvez o ideal seja aumentar a quantidade de turmas. Ocorre que, nos câmpus do IFRS, é impossível, de momento, aumentar-se a quantidade de turmas por limitação de infraestrutura e de pessoal.

Independente das observações acima, este índice pode ser usado para avaliar um curso específico. Principalmente quando apresentar alguma disparidade importante quando comparados curso por curso, em especial se a discrepância for identificada em um mesmo Câmpus.

No ano de 2013, em relação ao ano 2012, o IFRS apresentou um aumento moderado neste índice, obtendo uma média geral de 7,06 candidatos por vaga. Conforme previsto nos últimos Relatórios de Gestão, o aumento era esperado e deve ser creditado ao maior conhecimento sobre o instituto por parte da comunidade externa, bem como ao uso do ENEM e SiSU como forma de ingresso, apesar de o crescimento absoluto do número de estudantes não ser tão significativo.

Este resultado poderia sugerir que existe espaço para se aumentar a oferta de vagas dos cursos mais procurados, porém é necessário se fazer duas observações: a limitação física dos câmpus do IFRS para o aumento de turmas e o uso do ENEM e SiSU.

Conforme já foi dito, as forma de ingresso que se utilizam do ENEM e do SiSU tendem a ter uma alta procura de candidatos, mas uma baixa efetivação de matrículas por parte dos aprovados. Não raro cursos com alta procura não conseguem preencher a fração vagas destinadas ao ENEM ou SiSU, tendo que se fazê-lo com os candidatos aprovados na prova de seleção convencional.

Por outro lado, há a limitação de infraestrutura dos câmpus do IFRS. Todos estão operando no limite de sua capacidade. Alguns dependendo da finalização de obras para poderem aumentar sua oferta de vagas e cursos.

Portanto, seja pela característica do processo seletivo, seja pela indisponibilidade de salas de aulas e laboratórios, o índice obtido no período de 2013 não deverá acarretar em um aumento significativo da oferta de vagas nos atuais cursos do IFRS. A expectativa é de que nos próximos anos, com a abertura dos quatro novos Câmpus, e o lançamento dos novos cursos a eles relacionados, o índice sofra alguma modificação.

### **12.2.2. Relação Ingressos/Aluno**

Esse índice reflete a taxa percentual de ingressantes em relação ao total de alunos. Seu cálculo deve ser efetuado usando-se a seguinte equação.

Relação ingressos/alunos = Número de Ingressos / Alunos Matriculados

Onde “Alunos Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas) e “Número de Ingressos” são os ingressantes por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Esse índice pode mostrar a retenção escolar do instituto. Em determinados casos, também pode indicar o seu crescimento. Porém a avaliação não pode ser direta. Em primeiríssimo lugar, é preciso ter-se em mente que esse índice é muito sensível ao tempo de duração de curso. Não se pode comparar esse índice em cursos de carga horária total muito diferente, como é o caso de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Subsequentes ao Ensino Médio. Um curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio, mais curto, tem um número total de “Alunos Matriculados” muito menor que um integrado ao Ensino Médio se ambos tiverem a mesma oferta anual de vagas. Portanto, ainda que eles tenham um mesmo “Número de Ingressos” o resultado calculado será completamente diferente.

No caso do IFRS, existem Câmpus com grande quantidade de Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, como o Câmpus Porto Alegre e a maioria dos Câmpus novos, enquanto outros como os dos Câmpus Sertão e Bento Gonçalves, que têm um bom número de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Portanto, a comparação pura e simples desse índice entre os Câmpus não pode ser feita. Além disso, é preciso ter especial atenção aos números referentes aos cursos que estão no seu início, principalmente aqueles que estão nos seus primeiros períodos letivos. Nesse caso o número de “Alunos Matriculados” tende a crescer com o passar do tempo até que se estabilize, conforme se pode ver nos números deste ano.

O valor obtido em 2013 foi de 27,77%, o que representa um decréscimo em relação ao exercício anterior. Ora, diferentemente do que uma análise rápida possa sugerir, não há uma diminuição no número de ingresso, mas, sim, um ligeiro aumento no número de alunos matriculados. É preciso dar-se conta que este dado, o aumento do número de alunos, está no denominador da fórmula e diminui o valor numérico do índice.

O aumento moderado da quantidade de alunos no IFRS deve-se, especialmente, à consolidação da oferta dos cursos dos últimos dois ou três anos, já amplamente comentado neste e nos outros Relatórios de Gestão do IFRS. Estes cursos recentemente ofertados estão acumulando anualmente turmas, que ainda não integralizaram o curso. Nos anos de 2008 a 2011 houve um comportamento do índice diferente do ano 2013, pois esses cursos haviam sido lançados recentemente e os próprios câmpus novos estavam abrindo as suas estruturas.

Ao se observar a fórmula do índice em questão se percebe que o número de alunos matriculados está no seu denominador, ou seja, um aumento do número de alunos implica em uma diminuição do indicador, sem, entretanto, que haja uma diminuição na oferta de vagas.

Este fenômeno já foi identificado no exercício passado e, conforme registrado no último Relatório de Gestão estava previsto para este ano, também.

### **12.2.3. Relação Concluintes/Aluno**

Esse índice mede a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados no instituto. Seu valor numérico é obtido da seguinte forma:

Relação concluintes/alunos = Número de Concluído e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados.

Aqui, “Número Total Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano e “Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar” é o número de alunos que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Após alguns anos de efetivo funcionamento do curso, este índice pode dar uma ideia da eficácia escolar. Em outras palavras, mede a capacidade do instituto de formar seus alunos.

Conforme já detalhado na introdução desta seção, este índice pode ser aumentado na hipótese de haver uma evasão escolar muito alta. A evasão diminui o número de alunos matriculados que aparece no denominador da fórmula. Se isso acontecer, o resultado final é que o índice aumenta.

No ano de 2013, houve um aumento da taxa para 16,19%. A comparação com o exercício anterior, representa uma variação de quase dois pontos percentuais. A variação é semelhante à de 2012 em relação a 2011.

A taxa aumentou, apesar de ter também aumentado a quantidade de alunos (o que contribui para a diminuição do índice, uma vez que este dado está no denominador da fórmula). A explicação para este aumento vem do fato de que neste período alguns cursos (mesmo cursos novos, como os Cursos Subsequentes ao Ensino Médio) já se integralizaram, aumentando o número de concluintes. É de se esperar que para os exercícios seguintes a taxa continue aumentando, pois os cursos de maior duração e que tiveram a sua primeira oferta recentemente começaram a integralizar as primeiras turmas. Além disso, deve-se contar com a parcela de alunos em retenção escolar que integralizarão seus cursos nos próximos períodos letivos. A tendência é a de aumentar um pouco mais o índice nas próximas análises.

#### **12.2.4. Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes**

Esse índice mede a capacidade da instituição de formar seus alunos no tempo nominal do curso. É parecido com o anterior, porém a base de comparação são os alunos que deveriam estar se formando naquele momento.

É calculado usando-se a seguinte expressão:

Índice de eficiência acadêmica de concluintes =  $\frac{\text{Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}}$

Onde “Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar” é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau e “Número de Matriculados Finalizados” é o número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Conta os ingressos verificados na mesma instituição, considerando-se o período equivalente como a quantidade de períodos para integralização da carga horária letiva do curso. Por exemplo, para um curso de periodicidade semestral com integralização de dois semestres em 2005 terá os concluintes do 1º e 2º semestre de 2005 e ingressos do 1º semestre de 2005 e 2º semestre de 2004.

Resultado obtido em 2013 para todo o IFRS foi de 57,44%, implicando em uma variação negativa em relação ao ano anterior.

#### **12.2.5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar**

Esse índice calcula a taxa de retenção escolar. Entende-se por Retenção a quantidade de alunos retidos ou com a matrícula trancada e expressa o percentual de retidos comparados com o universo de alunos matriculados.

O cálculo desse índice é feito com o uso da seguinte equação:

Índice de retenção do fluxo escolar =  $\frac{\text{Número de Alunos Retidos}}{\text{Alunos Matriculados}}$

Portanto, “Alunos Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano e “Número de Alunos Retidos” à soma de alunos reprovados e com matrícula trancada.

O valor geral do IFRS para este indicador no ano 2013 foi de 39,88%, indicando um leve aumento de em relação ao último período letivo.

Como houve um pequeno crescimento do número total de estudantes e houve uma certa manutenção do número de estudantes retidos, já se observou, no presente ano uma certa consolidação do índice. Entende-se que há uma tendência do número sofrer um aumento nos próximos anos, a medida que os cursos de mais longa duração (maior que dois anos) tiverem suas turmas formadas.

Por isso, os câmpus antigos têm um índice de retenção maior que os novos e é de se esperar que, daqui a algum tempo, os câmpus novos tenham seus resultados próximos dos antigos o que deverá repercutir no índice de todo o instituto, aumentando-o.

Falando da retenção em si e não deste índice deve-se levar em consideração alguns fatores. Em primeiro lugar, está a precária formação do aluno que adentra ao instituto. Outro fator importante é a conscientização e atitude docente. No que se refere às deficiências de formação as ações adotadas são basicamente de recuperação paralela dos alunos em dificuldade. Já em relação à capacitação docente, o instituto oferece cursos de formação pedagógica que, entre outros, tratam deste assunto.

#### **12.2.6. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral**

Este índice é dado pela razão entre o número de alunos matriculados pelo número de docentes. O Termo de Acordo do Plano de Metas fixado entre o IFRS e o MEC preconiza um número mínimo de 20 alunos por docente, levando-se em consideração uma normatização de docentes de tempo integral, ou seja, faz-se uma correção em relação aos docentes que tem carga horária 20 horas semanais.

Os números obtidos pelo IFRS no ano de 2013 são de 24,3 alunos por docente, acarretando um aumento de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior. Este aumento vem do fato de o número de alunos ter sido incrementado, seja pelo aumento de novos cursos, seja pela simultaneidade das turmas subseqüentes aos cursos criados nos últimos exercícios. Nos próximos períodos há a expectativa de aumento de docentes, tendo em vista a contratação no ano de 2013 de novos docentes. Por isso, apesar de se esperar um aumento do número de alunos, deverá haver uma discreta diminuição do índice.

#### **12.2.7. Gastos Correntes por Aluno**

O objetivo desse indicador é quantificar os gastos por aluno, por região e para o País, no período de um ano.

Em 2013, o gasto corrente por aluno foi de R\$ 9.898,44 (nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), observando um acréscimo de 24,21% em relação a 2012, quando os mesmos foram de R\$ 7.969,36 (sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Esta diferença justifica-se pelo aumento de apenas 6,82% no número de alunos, matriculados passando de 16063 em 2012 para 17158 em 2013, enquanto que o total de gastos correntes aumentou 32,67% em relação ao ano de 2012, quando o valor era de R\$ 128.011.754,94 (cento e vinte e oito milhões, onze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

O total dos gastos correntes em 2013 atingiu o montante de R\$ 169.837.410,00 (centos e sessenta e nove milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dez reais) e foi calculado levando em consideração os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto a ação 20RW - bolsa formação PRONATEC) – R\$ 216.190.982,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais), dos quais foram excluídos os gastos com inativos/pensionistas – R\$ 14.045.034,00 (quatorze milhões, quarenta e cinco mil, trinta e quatro reais); com investimento – R\$ 32.308.538,00 (trinta e dois milhões trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais).

#### **12.2.8. Percentual de Gastos com Pessoal**

Esse indicador tem por objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais do Instituto.

Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2013, acrescidas dos restos a pagar não processados pagos. Constatamos que o IFRS aplicou um percentual 64,81% com pessoal em relação aos gastos totais.

Em relação ao percentual aplicado em 2012 de 62,98%, constatamos uma variação de positiva 1,83 pontos percentuais, que representam R\$ 34.385.212,46 (trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e doze reais e quarenta e seis centavos). Essa variação se deve em função do crescimento da despesa com pessoal ter sido maior do que o aumento dos gastos totais, conforme descrito abaixo.

O total de gastos com pessoal no ano de 2012 foi de R\$ 105.723.388,54 (cento e cinco milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), enquanto que no ano de 2013 foi de R\$ 140.108.601,00 (cento e quarenta milhões, cento e oito mil, seiscentos e um reais) representando um acréscimo de 32,52%.

Os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 28,80% em relação a 2012, quando o valor foi de R\$ 167.856.569,89 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) passando a ser de R\$ 216.190.982,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais) em 2013.

#### **12.2.9. Percentual de Gastos com outros Custeios**

Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

Os gastos com outros custeios atingiram o montante de R\$ 33.653.639,00 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais) e foram calculados levando em consideração os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto a ação 20RW - bolsa formação PRONATEC) – R\$ 216.190.982,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais), dos quais foram excluídos os gastos com pessoal – R\$ 140.108.601,00 (cento e quarenta milhões, cento e oito mil, seiscentos e um reais); com investimento – R\$ 32.308.538,00 (trinta e dois milhões trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais); gastos com benefícios - R\$ 10.111.524,00 (dez milhões, cento e onze mil, quinhentos e vinte e quatro reais) e gastos com PIS/PASEP – R\$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais).

Em 2013, foi aplicado o percentual de 15,57% em gastos com outros custeios em relação aos gastos totais (sem bolsa formação). No ano de 2012, o percentual foi de 16,33% o que demonstra uma variação negativa de 0,76 pontos percentuais, embora em recursos financeiros tenhamos despendido R\$ 6.245.189,58 (seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), a mais do que em 2012. Essa redução em pontos percentuais foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais terem sido maiores do que o crescimento dos gastos com outros custeios, conforme descrito abaixo.

Os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 28,80% em relação a 2012, quando o valor foi de R\$ 167.856.569,89 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) passando a ser de R\$ 216.190.982,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais) em 2013. Já os gastos com outros custeios sofreram um acréscimo de 22,79% em relação a 2012, quando o valor foi de R\$ 27.408.449,42 (vinte e sete milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

### **12.2.10. Percentual de Gastos com Investimentos**

O objetivo desse indicador é quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação.

O percentual de gastos com investimento no ano de 2013 foi de 14,94% representando uma redução de 1,42 pontos percentuais em comparação ao ano de 2012, embora tenhamos despendido em recursos financeiros R\$ 4.839.815,50 (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos) a mais do que em 2012. Essa redução em pontos percentuais foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais terem sido maiores do que o crescimento dos gastos com investimento, conforme descrito abaixo.

Os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 28,80% em relação a 2012, quando o valor foi de R\$ 167.856.569,89 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) passando a ser de R\$ 216.190.982,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e noventa mil, novecentos e oitenta e dois reais) em 2013. Já os gastos com outros investimentos sofreram um acréscimo de 17,61% em relação a 2012, quando o valor foi de R\$ 27.468.722,50 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

### **12.2.11. Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar**

O objetivo desse indicador é auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes. Não há definições precisas nem cálculo a ser efetuado.

Apesar de ser sabido e comentado que os Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio, no seu geral, são frequentados por estudantes oriundos da classe média, historicamente, o ensino técnico como um todo foi voltado para as camadas menos favorecidas da sociedade. A recente reforma da Rede Federal de Ensino Profissionalizante tem, como um de seus objetivos, inverter essa lógica. Portanto, a avaliação desse item neste e nos próximos períodos letivos vai ser de especial relevância para verificar se o que se pretende está sendo alcançado. Por hora é importante o seu registro para que se tenha uma informação basal que servirá para futuros estudos.

Em primeiro lugar, apresenta-se a informação de que até o ano 2012 a SETEC solicitava os dados em seis faixas de renda, sendo que no presente ano houve uma modificação, com a inclusão de uma nova faixa de rendas. Assim, o ano 2013 mostra dados em sete faixas, sendo que não há a mesma informação nos anos anteriores.

Em 2013, em torno de 51% dos estudantes possuía renda familiar per capita entre 1 e 2,5 salários mínimos, números iguais aos do ano 2012 e ligeiramente menores que 2011 (54%). Já nas camadas mais baixas de renda, representando as faixas de 0 a 1,5 salário mínimo, a soma de percentis representava 53% em 2011, baixando para 43% em 2012 e 39% em 2013. A se repetir esta tendência nos próximos períodos poderá se concluir que estaria existindo uma elitização dos estudantes do IFRS. Mas, por hora, o universo de dados é pequeno para tirar-se conclusões, já que é importante lembrar que existe uma melhora do poder aquisitivo em geral da população do Brasil. Isto poderia, pelo menos em parte, explicar estes números.

### **12.2.12. Índice de Titulação do Corpo Docente**

O índice cria uma forma de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (todos doutores).

Para o cálculo do índice deve se usar a seguinte fórmula:  $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$ .

Para esclarecer: “G” é a quantidade de docentes Graduados, “A” é a quantidade de docentes Aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes Especialistas, “M” é a quantidade de docentes Mestres e “D” é a quantidade de docentes Doutores.

Em 2009, 2010 e 2011 o valor obtido foi de sempre acima de 3,75. Este resultado pode ser lido da forma que o IFRS tem um corpo docente com titulação bem próxima do mestrado. Não foi diferente no ano 2012, havendo um incremento no índice para 3,99 e em 2013, em que o índice aumentou para 4,1. Tal fato levaria a uma interpretação de que, em geral, o corpo docente do IFRS possui uma titulação equivalente a mestrado, sendo considerada satisfatória.

O fato de ter havido contratações de docentes nos últimos anos com baixa variação no índice de titulação, indica que o perfil dos professores contratados é próximo do que existia no instituto. O IFRS também está próximo do limite de 10% de afastamentos de docentes para qualificação. Da mesma forma, os cursos superiores que tiveram avaliação no presente ano resultaram em IGC igual a 4, sendo que a titulação dos docentes é um dos itens avaliados.

### 12.3. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

**Quadro 145– Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio**

<b>Fundação de Apoio</b>														
<b>Nome: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>								<b>CNPJ: 74.704.008/0001-75</b>						
<b>Projeto</b>		<b>Instrumento Contratual</b>						<b>Convênio</b>						
		<b>Contrato</b>												
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor		
				Início	Fim	Bruto	Arrecadação			Início	Fim	Bruto	Arrecadação	Repasse
3788-5	1							3788/12	Realização dos processos seletivos do IFRS - Campus Porto Alegre 2012/2 e 2013/1	19/05/12	28/05/14	73.000,00	111.363,23	0,00
3837-7	1								Processo de Ingresso IFRS - Campus Rio Grande 2013	24/09/12	24/09/14	-	0,00	0,00
3839-3	1								Gestão financeira dos processos seletivos do IFRS - Campus Restinga, 2012/2013	23/10/12	23/10/14	7.131,46	3.875,00	0,00
3852-0	1								Processo de Ingresso IFRS 2013 - Campus Bento Gonçalves, Farroupilha e Feliz	10/12/12	10/12/13	140.000,00	14.870,00	0,00
3940-3	1	95/2013	Execução dos Processos Seletivos 2014/1,	19/09/13	18/03/15	335.160,00	367.255,50							

			2014/2 e 2015/1 para Ingresso nos Cursos do IFRS										
3944-6	1	?	Arrecadação inscrição Curso Formação Pedagógica - Campus Sertão	19/09/13	18/03/15	-	500,00						
3948-9	3	115/13	Dois Concursos Públicos para Provimento de Servidores do Quadro de Pessoal do IFRS.	31/10/13	30/04/15	-	230.309,34						
				Total		335.160,00	598.064,84				Total	220.131,46	130.108,23
Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos													
Projeto				Recursos das IFET									
Nº	Tipo	Financeiros				Materiais				Humanos			
		Valor		Tipo		Valor		Quantidade		Valor			

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Obs.: O valor bruto informado corresponde a arrecadação do projeto, sendo que para os 3 últimos, o valor refere-se a estimativa de arrecadação.

## CONCLUSÃO

No exercício de 2013, o IFRS ofertou 5.032 novas vagas discentes, com o ingresso de 4.764 estudantes, contemplando os seguintes níveis e modalidades: cursos de formação inicial e continuada integrada ao Ensino Fundamental - PROEJA-FIC; cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio; cursos Superiores de Tecnologia; cursos de Licenciatura; cursos de Bacharelado; curso de Formação Pedagógica para Docentes e cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. O IFRS teve um crescimento moderado no número de estudantes em comparação com o ano anterior, aumentando em aproximadamente 6%. Com isso, atingiu o total de 17.158 alunos matriculados.

Para os próximos exercícios estão previstas, além da continuidade no processo de expansão do instituto, com o planejamento da abertura de mais quatro câmpus, a evolução de uma gestão mais sólida e unitária, bem como a ampliação de ofertas e atividades educacionais, respondendo de forma ágil às demandas crescentes por formação profissional e criação de novas tecnologias.

Os percalços atuais, intrínsecos à etapa de estruturação vivenciada pelo IFRS, estão sendo superados gradativamente. A escassez de pessoal em seus câmpus e na reitoria, as deficiências de infraestrutura e tecnologia e a qualidade dos seus processos e fluxos de trabalho estão sendo estudadas, de forma que o IFRS para ultrapassar os obstáculos.

Há um grande desafio pela frente que é a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2014-2018). Com este plano, para o longo prazo, pretende-se que a instituição conheça melhor os seus riscos e avalie as suas potencialidades e as oportunidades que o contexto econômico, político e social apresentam, bem como as ameaças inerentes a esse cenário. Assim, poderá se planejar de forma detalhada para a ampliação da estrutura e da qualidade dos seus processos, melhorando cada vez mais a educação nas regiões em que atua e contribuindo para a sociedade como um todo.

Portanto, com base nas conquistas, realizações e aprendizados adquiridos em 2013, espera-se que as atuais dificuldades continuem sendo superadas. Dessa forma, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul se consolidará como uma instituição de ensino público de qualidade, buscando formar não apenas profissionais para o mercado, mas, acima de tudo, cidadãos para o mundo do trabalho.